



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 180 - QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Moraes – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

| | | |
|---|--|--|
| <p style="text-align: center;">MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p> | <p style="text-align: center;">BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p> | <p style="text-align: center;">LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> |
| <p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> | <p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p> | <p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p> |
| EXPEDIENTE | | |
| <p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p> | |

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 166ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 719/2006, de 10 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, comunicando que o Deputado Osvaldo Reis passa a integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, em substituição ao Deputado Francisco Escórcio. 30620

1.2.2 – Parecer

Nº 1.107/2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830, de 2005, na Casa de origem), que denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. 30620

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830/2005, na Casa de origem). 30622

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.030, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 30623

Nº 1.031, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União as informações que menciona. 30625

Nº 1.032, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de comisseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, diante do sentimento de desconforto causado à população brasileira pelo tom insólito e descortês com que se referiu, no dia seguinte ao debate na televisão, ao candidato que, com ele, concorre à Presidência da República. 30625

Nº 1.033, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, para cirurgia ortopédica. 30626

Nº 1.034, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo fale-

cimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor. 30626

Nº 1.035, de 2006, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 30626

Nº 1.036, de 2006, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que solicita a necessária autorização para participar de missão a realizar-se entre os dias 10 e 11 de outubro, na cidade de Montevideu, Uruguai. 30627

Nº 1.037, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando que seja concedida licença para participar na qualidade de observador parlamentar da Assembléia-Geral das Nações Unidas, entre os dias 16 a 26 de outubro do corrente, em Nova Iorque. 30629

Nº 1.038, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, solicitando seja concedida licença para participar do XXII Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM, no período de 18 a 21 de outubro do corrente, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina. 30629

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações. 30632

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Registro da realização do teste de arma nuclear feito pela Coréia do Norte, acontecimento profundamente lamentável, na medida em que assinala o crescimento do grupo de países que detêm esta arma que ameaça a humanidade. 30634

SENADOR LEONEL PAVAN – Denúncia feita por várias entidades de servidores públicos sobre a sistemática de intransigência com a classe, adotada pelo governo Lula. 30635

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Considerações sobre o debate ocorrido no último domingo, entre os dois candidatos à Presidência da República, e a questão da política externa, abordada na ocasião. Críticas à postura do candidato Alckmin, que considerou desrespeitosa. 30637

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comen-
tários sobre o debate do último domingo, entre os
dois candidatos à Presidência da República, e a
postura de cada um dos participantes..... 30641

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
– Manifestação sobre o debate do último domingo, uma
demonstração inequívoca de que o Presidente da Re-
pública deverá ser Geraldo Alckmin, que demonstrou
superioridade em relação ao candidato Lula. 30645

SENADOR LEONEL PAVAN – Considera-
ções a respeito da situação deplorável em que
se encontram as rodovias em Santa Catarina e
a falta de atenção do governo federal para sanar
o problema. 30647

SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários
sobre o debate do último domingo e os resultados
das últimas eleições. 30648

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder
– Registro de ofício recebido do Hospital Santa
Rita, instituição oncológica do Espírito Santo,
agradecendo emenda com que foi contemplado.
Registro de homenagem prestada hoje, na Câmara
dos Deputados, pelos 30 anos da TV-Gazeta, do
Espírito Santo..... 30651

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de
comparecimento ao ato de apoio mútuo entre a
campanha do presidente Lula e do Senador Sérgio
Cabral, no Rio de Janeiro, ocasião em que S. Exa.
ouviu discurso contundente do Professor Cândido
Mendes a respeito da redução da injustiça social
no País no período do governo Lula..... 30654

SENADOR ALMEIDA LIMA – Manifestação
sobre o debate realizado pela Rede Bandeirantes,
entre os dois candidatos ao segundo turno à Pre-
sidência da República..... 30656

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder
– Relato da indesejável escalada de mentiras arqui-
tetadas com o propósito de prejudicar a candidatura
tucana à Presidência da República. 30661

1.2.7 – Ofício do Procurador-Geral da Re- pública

Nº 1.289/2006, de 04 do corrente, encami-
nhando Nota Técnica elaborada pela Secretária-
Geral do Ministério Público da União, com correções
de erro material ao Projeto de Lei da Câmara nº
96, de 2006, que trata da Carreira dos Servidores
do Ministério Público da União. **À publicação.**..... 30662

1.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Adendo ao Parecer nº 1.049, de 2006 – PLEN,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006,
que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do
Ministério Público da União, fixa os valores de sua
remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de
dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002,
10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de

setembro de 2004, e dá outras providências. À Co-
missão Diretora para redação final..... 30666

Redação final do Projeto de Lei da Câmara
nº 96, de 2006 (**Parecer nº 1.108, de 2006-CDIR**).
Aprovada. À sanção. 30669

1.3.1 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.588/2006, submetendo à apreciação do
Senado Federal, nos termos do art. 62 da Consti-
tuição Federal, com a redação dada pela Emenda
Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 298,
de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor
de Operações Oficiais de Crédito, no valor de um
bilhão de reais, para o fim que especifica. 30678

1.3.2 Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da Ordem do Dia de hoje,
da Medida Provisória nº 298, de 2006..... 30678

1.3.3. Ordem do Dia (Continuação)

Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Medida Provisória nº 298, de 2006, que abre
crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais
de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bi-
lhão de reais), para o fim que especifica. **Aprovada,**
após Parecer nº 1.109, de 2006 – PLEN (Relator
Revisor: Senador Romero Jucá). À promulgação.... 30678

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006
– Complementar (nº 123/2004-Complementar, na
Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto Na-
cional da Microempresa e da Empresa de Pequeno
Porte. **Apreciação sobrestada em virtude de não
haver acordo entre as Lideranças.** 30687

Item 2

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006
– Complementar, de autoria do Senador Rodolpho
Tourinho, que altera o art. 33 da Lei Complemen-
tar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe
sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal
sobre operações relativas à circulação de mercadorias
e sobre prestações de serviços de transporte
interestadual e intermunicipal e de comunicação,
e dá outras providências, para prorrogar os prazos
previstos em relação à apropriação dos créditos de
ICMS. **Apreciação sobrestada.** 30687

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº
2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do
Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a
criação de cargos efetivos e em comissão no Qua-
dro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da
1ª Região. **Apreciação sobrestada.**..... 30688

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Consti-
tuição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signa-
tário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta
parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI
do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento

do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada**.....

30688

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação sobrestada..... 30688

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada**.....

30688

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Apreciação sobrestada..... 30688

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. **Apreciação sobrestada**.....

30688

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal). **Apreciação sobrestada**.....

30689

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. **Apreciação sobrestada**.....

30689

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. **Apreciação sobrestada**.....

30689

Item 12

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova

redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”. **Apreciação sobrestada**.....

30689

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação sobrestada**.....

30689

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR **ROMEU TUMA** – A segurança do transporte aéreo regular no Brasil..... 30692

SENADOR **ANTONIO CARLOS VALADARES**, como Líder – Solidariedade às famílias e amigos dos tripulantes e passageiros do voo 1907 da GOL. Defesa da aprovação de um mecanismo estabelecendo um limite para o comprometimento das receitas dos municípios com dívidas do INSS..... 30692

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO**, como Líder – Comentários a *e-mails* recebidos por S. Ex^a, a declarações do Presidente Lula e a notícias publicadas na imprensa a respeito da internacionalização da Amazônia..... 30696

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Registro do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de hoje, com análise do debate entre Alckmin e Lula. Alerta ao Presidente Lula de que seu partido irá continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo para compra de dossiê. Acusação de que Lula revelou veia autoritária nas entrevistas, após debate com Alckmin na TV Bandeirantes..... 30702

SENADOR **MARCELO CRIVELLA** – Considerações sobre o processo eleitoral e político brasileiro. Registro, nos Anais do Senado, de artigo tratando de “planejamento familiar” de autoria do Dr. Dráuzio Varela..... 30707

SENADORA **IDELI SALVATTI**, como Líder – Rebate críticas da Oposição, em relação ao debate realizado no último domingo entre os candidatos Lula e Alckmin..... 30716

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Afirmção de que líderes do governo do PT estão em situação de desespero. Críticas à distribuição de panfleto, pelo PT, atribuindo vitória a Lula no debate do último domingo, na TV Bandeirantes..... 30719

SENADOR **JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Críticas aos gastos do governo federal com cartões corporativos..... 30721

SENADOR **ROBERTO CAVALCANTI** – Apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, sobre a gestão de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). 30725

SENADOR **GEOVANI BORGES** – Comentário sobre os resultados das eleições deste ano, em particular no que se refere ao Estado do Amapá. 30726

SENADOR **HERÁCLITO FORTES** – Comen-
tário sobre crescimento acanhado do Brasil, confor-
me dados do IBGE. Críticas aos gastos do governo
federal na compra do luxuoso avião presidencial, o
aerolula. 30727

SENADOR **MÃO SANTA** – Críticas ao governo
do PT. Afirmação de que Geraldo Alckmin é “filho
político” de Mário Covas e é o melhor candidato
para assumir a Presidência da República. 30730

1.3.5 – Apreciação de matérias

Retificação ao Parecer nº 1.049, de 2006 –
PLEN, que deixou de ser submetida a votos, quan-
do da leitura do Ofício nº 1.289, de 4 de outubro do
corrente, do Procurador-Geral da República, lido no
expediente da presente sessão. **Aprovada**. 30733

Requerimentos nºs 1.036, 1.037 e 1.038,
de 2006, lidos no Expediente da presente sessão.
Aprovados. 30733

1.3.6 – Discursos encaminhados à publi- cação

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Congratulações
à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil pela
temática eleita para a Campanha da Fraternidade
de 2007, sob o título “*Fraternidade e a Amazônia*”.
Registro da matéria intitulada “*Governo terá de
cortar mais de R\$13 bilhões de gastos em 2007*”,
publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição
de 15 de agosto último. 30733

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Registro da
matéria intitulada “*Brasil cotinua devagar, diz FMI*”,
publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição
de 14 de setembro último. 30735

SENADOR **MARCOS GUERRA** – Registro da
matéria intitulada “*As milionárias crateras de nossas
estradas*”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 16
de agosto último. 30736

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro da ma-
téria intitulada “*Palocci caiu por violar sigilo, diz
presidente*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**,
edição de 18 de setembro último. 30736

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da
matéria intitulada “*Escolha política, Pizzoloto foi pivô
de crise no banco*”, publicada no jornal **O Estado
de S. Paulo**, edição de 17 de agosto último. 30739

SENADOR **JUVÊNCIO DA FONSECA** – Re-
gistro da matéria intitulada “*Pacote da habitação não
sai do papel*”, publicada no jornal **O Estado de S.
Paulo**, edição de 21 de setembro último. 30740

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS**
– Registro da matéria intitulada “*À PF Lacerda im-
plica campanha de Lula*”, publicada no jornal **Folha
de S. Paulo**, edição de 30 de setembro último. 30741

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Congratulações
aos 41 anos de atuação do Centro de Integração
Empresa-Escola (CIEE). 30742

SENADOR **ROMEU TUMA** – Homenagem à
memória do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar,
que fundou a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Elogio ao governador de São Paulo pela decisão
de restaurar a Igreja do Largo de São Francisco... 30743

SENADOR **FLÁVIO ARNS** – Relato de ex-
periências vivenciadas durante a disputa eleitoral
pelo Governo do Paraná. 30745

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDEN- TE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 10-10-2006

3 – PARECER

Nº 32, de 2006-CN, da Comissão Mista de
Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, so-
bre o Projeto de Lei nº 11, de 2006-CN, que altera
os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº
11.306, de 16 de maio de 2006. 30747

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR- LAMENTAR

Atas das 7ª a 14ª Reuniões, realizadas em
5, 6, 12 e 20 de setembro de 2006 (publicadas em
suplemento à presente edição). 30749

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada
em 4 de setembro de 2006 (publicada em suple-
mento à presente edição). 30749

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.929, de 2006 (Republicação). 30750

Nºs 2.003 a 2.021, de 2006. 30750

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER- MANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER- CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CON- GRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN- TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 166ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,
Aelton Freitas, Romeu Tuma e João Batista Motta*

*Às 14 horas, acham-se presentes as Sras.
e os Srs. Senadores:*

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/10/2006 07:28:37 até 10/10/2006 21:32:00

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto | Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|-----------|----|--------------------------|------|------|-----------|----|---------------------------------|------|------|
| Bloco-PL | MG | AELTON FREITAS | | X | PCdoB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | | X |
| PMDB | SE | ALMEIDA LIMA | | X | PSDB | SC | LEONEL PAVAN | | X |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | | X | PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | | X |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | | X | Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | | X |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | | X | PMDB | GO | MAGUITO VILELA | | X |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | | X | PMDB | PI | MÃO SANTA | | X |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | | X | Bloco-PRB | RJ | MARCELO CRIVELLA | | X |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | | X | PFL | PE | MARCO MACIEL | | X |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | | X | PSDB | ES | MARCOS GUERRA | | X |
| PDT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | | X | PFL | SE | MARIA DO CARMO ALVES | | X |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | | X | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | | X |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | | X | PSDB | AP | PAPALÉO PAES | | X |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | | X | Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | | X |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | | X | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | | X |
| PSDB | TO | EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | | X | Bloco-PRB | PB | ROBERTO CAVALCANTI | | X |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPPLY | | X | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | | X |
| Bloco-PT | PR | FLÁVIO ARNS | | X | PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | | X |
| PSDB | PA | FLEXA RIBEIRO | | X | PMDB | RR | ROMERO JUCÁ | | X |
| PMDB | AP | GEOVANI BORGES | | X | PFL | SP | ROMEU TUMA | | X |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | | X | PSDB | AL | TEOTONIO VILELA FILHO | | X |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | | X | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | | X |
| PFL | PI | HERÁCLITO FORTES | | X | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | | X |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | | X | PMDB | MG | WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX | | X |
| PSDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | | X | | | | | |
| Bloco-PL | TO | JOÃO RIBEIRO | | X | | | | | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | | X | | | | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | | X | | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | | X | | | | | |

Compareceram: 51 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/Nº 719

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Osvaldo Reis Passa a integrar, na qualidade de Suplente, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em substituição ao Deputado Francisco Escórcio.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Wilson Santiago** – Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.107, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830/de 2005, na casa de origem), que denomina ‘Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes’ o viaduto a ser construído no trevo entre a BR–116 e a RJ–130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Oriundo da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830, de 2005, na origem), que denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR–116 e a RJ–130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Dados biográficos oferecidos pelo autor do projeto em sua justificação destacam a trajetória política do homenageado e sua relevante contribuição ao desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e, em especial, do Município de Teresópolis.

Tido como referência na área militar, o Almirante Heleno de Barros Nunes foi deputado estadual e secretário de energia elétrica do antigo Estado do Rio de Janeiro. Neste último posto, lutou com determina-

ção pela construção de uma linha de transmissão de energia elétrica que foi decisiva para a melhoria das condições de fornecimento ao Município de Teresópolis. Suas realizações incluem, ainda, a ampliação da eletrificação rural no estado e importantes obras de iluminação pública que beneficiaram cidades como Teresópolis e Niterói.

À Comissão de Educação compete examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

O projeto encontra amparo no art. 22, XI, da Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União, enquanto o art. 48, **caput**, possibilita ao Congresso Nacional – e a qualquer de seus membros, na forma do art. 61, **caput** – a iniciativa para a proposição de leis relativas a matérias de interesse da União. Ressalte-se que não incide, neste caso, a reserva de iniciativa, privativa do Presidente da República, de que trata o § 1º do mesmo art. 61.

O viaduto que o projeto visa a denominar em homenagem ao Almirante Heleno de Barros Nunes é parte integrante da rodovia federal BR–116, de configuração longitudinal, constante da relação descritiva do Sistema Federal de Viação, anexa ao Plano Nacional de Viação (PNV), no entroncamento com a rodovia estadual RJ–130. Nessa condição, a proposta de atribuição de denominação ao componente especificado enquadra-se nas disposições da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que faculta atribuir a terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do sistema nacional de transportes, mediante lei especial, designação supletiva àquela de caráter oficial estabelecida no PNV. Segundo a mesma lei, são admissíveis, para esse fim, as designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade.

À vista da biografia oferecida – reveladora da honradez, do idealismo e do espírito empreendedor do homenageado –, conclui-se que, além de constitucional, jurídico, regimental e vazado em boa técnica legislativa, o projeto é também digno de acolhida quanto ao mérito. Nesse aspecto, louva-se especialmente a escolha, para a homenagem, do viaduto a ser implantado em entroncamento da rodovia BR–116 com a RJ–130, situado no Município de Teresópolis, exatamente aquele onde a vida pública do Almirante Heleno de Barros Nunes registra inúmeras e significativas realizações.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006.

Sala da Comissão, 3-10-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 044 / 06 NA REUNIÃO DE 03 / 10 / 06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

| | |
|-----------------------|---|
| DEMÓSTENES TORRES | 1- ROSEANA SARNEY |
| JORGE BORNHAUSEN | 2- JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i> |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4- CRISTOVAM BUARQUE |
| EDISON LOBÃO | 5- MARCO MACIEL |
| MARCELO CRIVELLA | 6- ROMEU TUMA |
| MARCOS GUERRA | 7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i> |
| JUVÊNCIO DA FONSECA | 8- SÉRGIO GUERRA |
| LEONEL PAVAN | 9- LÚCIA VÂNIA |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 10- JOÃO BATISTA MOTTA |

PMDB

| | |
|--------------------------------|---|
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | 1- AMIR LANDO |
| GEOVANI BORGES | 2- GARIBALDI ALVES FILHO |
| VALDIR RAUPP | 3- (VAGO) |
| (VAGO) | 4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i> |
| SÉRGIO CABRAL | 5- MÃO SANTA |
| ROBERTO CAVALCANTI | 6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i> |
| NEY SUASSUNA | 7- ROMERO JUCÁ |
| GILBERTO MESTRINHO | 8- (VAGO) |

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

| | |
|----------------------|---|
| AELTON FREITAS | 1- SIBÁ MACHADO |
| PAULO PAIM | 2- ALOÍZIO MERCADANTE |
| FÁTIMA CLEIDE | 3- FERNANDO BEZERRA |
| FLÁVIO ARNS | 4- ANTONIO JOÃO |
| IDELI SALVATTI | 5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i> |
| ROBERTO SATURNINO | 6- MAGNO MALTA |
| RELATOR: | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i> |
| SÉRGIO ZAMBIASI | 8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i> |

PDT

| | |
|-----------------|-----------|
| AUGUSTO BOTELHO | 1- (VAGO) |
|-----------------|-----------|

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003).

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

| IDENTIF. | DATA | SITUAÇÃO | EMENTA |
|-------------------|------------|--|--|
| LEI 6.682/1979 | 27/08/1979 | NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA | DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIAS E ESTACOS TERMINAIS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PNV - LEI 5917, DE 10/09/1973. |

.....
O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.107, de 2006**,

da Comissão de Educação, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006** (nº 4.830/2005, na Casa de origem), que *denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.030, DE 2006

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre acordos extrajudiciais feitos entre Banco do Brasil S.A. e seus devedores.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações relacionadas a acordos extrajudiciais feitos, desde 2003 até esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, fornecendo-se a esta Casa os seguintes dados e documentos:

a) cópia do inteiro teor dos termos de acordo extrajudiciais firmados entre 2003 e esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, cujo valor pleiteado pelo Banco do Brasil para quitação da dívida, antes do acordo, fosse superior a 20 milhões de reais;

b) cópia do inteiro teor dos termos de acordo extrajudiciais firmados entre 2003 e esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, cujo valor acordado entre as partes tenha sido superior a 500 mil reais e o valor reclamado pelo Banco do Brasil para quitação da dívida, antes do acordo, fosse pelo menos 110 vezes superior ao valor acordado;

c) cópia do inteiro teor das normas do Banco do Brasil S.A. e/ou do Ministério da

Fazenda que dão sustentação legal para a realização dos acordos extrajudiciais feitos por aquela empresa estatal;

d) relação de todos os acordos extrajudiciais firmados entre 2003 e esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, cujo valor acordado entre as partes tenha sido superior a 500 mil reais, informando: nome e CNPJ/CPF do devedor, objeto do empréstimo do qual resultou a dívida, data do ajuizamento da dívida, data do acordo, valor da dívida na data do ajuizamento e atualizada até a data do acordo, valor ajustado para pagamento em função do acordo, valor atual da dívida e forma de pagamento da dívida previsto no acordo;

Justificação

A malversação de recursos públicos em empresas estatais e seus fundos de pensão é assunto que não sai das manchetes desde a eclosão do lamentável escândalo conhecido por “mensalão”.

O Congresso Nacional aprovou em 14-2-2006 o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 142/2005, que permitiria a renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste. A decisão provocou muita polêmica. O texto aprovado pelo Senado Federal foi alvo de críticas do Governo, especialmente da área econômica.

A renegociação seria apenas para os contratos feitos entre 27 de setembro de 1989 e 31 de dezembro de 2000, período no qual as taxas de juros usadas nesses contratos foram muito altas. O saldo devedor poderia ser pago em 25 anos, com quatro de carência. As taxas de juros variariam entre 1,5% e 5% ao ano, de acordo com o valor da dívida. Seriam beneficiados pequenos, médios e grandes produtores rurais.

O senador Aloísio Mercadante, líder do governo no Senado, afirmou, em plenário, que grande parte da ajuda iria para os grandes proprietários do Nordeste e que o impacto que a medida provocaria nos cofres públicos seria de R\$16,7 bilhões e 519 proprietários teriam benefício, em valores atuais, de R\$6 bilhões.

De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, o projeto de lei era justo. De acordo com José Ramos Torres de Meio Filho, Presidente da FAEC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – e Vice-Presidente da CNA, o custo da implantação do projeto de renegociação das dívidas rurais do Nordeste é menor do

que foi divulgado pelo Governo e poderia contribuir para a recuperação de prejuízos dos cofres públicos. Para Melo Filho, o custo estimado era de emissão de títulos de até R\$7 bilhões, valor que poderia ser reduzido para R\$2 bilhões, considerando a recuperação de R\$5 bilhões de operações de crédito rural que o Banco do Nordeste já lançou como prejuízo em sua carteira. Ainda, a proposta poderia beneficiar um público superior a 900 mil produtores, principalmente pequenos e médios.

Desde 1990, a região Nordeste enfrentou oito períodos de secas e dois anos com inundações, o que comprometeu a capacidade produtiva e de geração de renda para o pagamento das dívidas de crédito rural. Além da perda de renda, os produtores do Nordeste pagaram mais pelo crédito rural que os das outras regiões até 2001. O crédito com taxa de juro prefixada começou a vigorar no restante do País a partir de junho de 1995, enquanto que no Nordeste somente foi adotado em janeiro de 2001, seis anos depois. As operações de securitização foram incluídas no PLC 142/2005 porque na época em que foram oferecidas condições mais favoráveis de prazo (24 anos) e juros (3% anual) para a renegociação dessas operações, o produtor nordestino não conseguiu efetivar o seu ingresso na repactuação. Isso ocorreu porque era exigido o pleno pagamento das parcelas em atraso (parcelas de 1998 a 2001), ou seja, que o produtor estivesse adimplente. Nesses anos houve seca na região, e os produtores não tiveram receita para pagar essas parcelas e pleitear a renegociação.

Todavia, o governo vetou o projeto de lei e editou uma medida provisória permitindo a renegociação das dívidas apenas de pequenos e médios produtores e em condições bem mais adversas. Em síntese, a Medida Provisória nº 285/2003 permitiu a renegociação das operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE cujo valor originalmente contratado não fosse superior a R\$50.000,00 e não tivessem sido renegociadas com base nas Leis nº 10.177/2001 e nº 9.138/1995 e na Resolução nº 2.471/1998, do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com a medida provisória, a renegociação deve ser feita nas seguintes condições:

a) o saldo devedor será apurado até a data da assunção, renegociação, prorrogação e composição de acordo com os encargos financeiros originalmente contratados, inclusive

os de inadimplemento, acrescido das multas e mora contratuais, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2003, para os mmi produtores serão aplicados juros de 6% ao ano;

b) Encargos financeiros, a partir da renegociação para os mmi produtores de 6% ao ano e para os pequenos e médios produtores de 8,75% ao ano; e

c) Prazo de pagamento de até seis anos, com vencimento pelo menos uma vez ao ano.

Apesar de o governo ter sido bastante rigoroso com os agricultores nordestinos e tendo justificado que os custos seriam elevados e que não seria justo beneficiar os grandes agropecuaristas e usineiros, recebemos denúncias de que o Banco do Brasil vem efetivando acordos extrajudiciais com algumas grandes empresas da área de agronegócios, inclusive sucroalcooleiras, em condições muito mais benéficas que aquelas do PLC 142/2005, sem qualquer critério que garanta isonomia de tratamento com os demais devedores.

Esses acordos extrajudiciais, embora envolvam grandes somas em dinheiro, não teriam apresentado reflexo no resultado final do balanço do Banco do Brasil tendo em vista que essas dívidas já haviam sido lançadas com prejuízo por aquela estatal. Convém lembrar que a maior parte das dívidas rurais cuja renegociação foi impedida pelo governo ao vetar o PLC 142/2005 também já havia sido lançada como prejuízo pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Portanto, fica claro que, tendo de fato corrido essas renegociações pelo Banco do Brasil, além de incoerentes com a argumentação do governo e imorais, elas carecem de base legal.

Urge, portanto, que esta Casa, utilizando-se dos instrumentos ordinários de que dispõe para tal, permaneça atenta aos desdobramentos da crise e exerça sobre o Poder Executivo a ação fiscalizadora que parece ter deixado de desempenhar com a devida firmeza. Nesse particular, a empresa alvo do presente requerimento surge como alvo preferencial da ação de controle, tendo em vista o fato de que esteve direta ou indiretamente envolvida com significativa parte dos acontecimentos. Por tais motivos, conta-se com o apoio da douta Mesa para que se dê tramitação a este requerimento.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo de duas reuniões para emitir parecer sobre a matéria.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União sobre o uso indevido do carro oficial.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, informações sobre o uso indevido do carro oficial:

1) O sr. já ressarciu o erário pelo uso do carro oficial para participar do almoço na residência do ministro das Comunicações, Hélio Costa, para traçar estratégia de campanha à reeleição do presidente Lula?

2) O sr. sabe que o uso indevido do patrimônio público configura desvio de finalidade?

3) O sr. sabe que como ministro não pode participar de eventos eleitorais principalmente fazendo uso do carro oficial?

4) O sr. como ministro-chefe da CGU, tem como função zelar pelas questões relacionadas à ética e combate à corrupção. O sr. se considera apto para o cargo que ocupa?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense** do dia 7 de outubro do corrente, em seu artigo intitulado “Faltou ética na CGU”, noticiou que no dia 4 de outubro o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, fez uso do carro oficial para participar de um almoço na residência do ministro das Comunicações, Hélio Costa, para, juntamente com outros 16 ministros, traçar estratégia de campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as denúncias publicadas pela referida matéria do jornal **Correio Braziliense**.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento que foi lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2006

Requer Voto de Comiseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, diante do sentimento de desconforto causado à população brasileira pelo tom insólito e descortês com que se referiu, no dia seguinte ao debate na televisão, ao candidato que, com ele, concorre à Presidência da República.

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Comiseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, por ter, ontem, 9 de outubro de 2006, o dia seguinte ao debate na TV – Band, em solenidade pública, dirigido palavras agressivas à dignidade do povo brasileiro, com que visou a atingir o candidato do PSDB à Presidência da República, consideradas inaceitáveis e inadequadas a quem ocupa o mais alto posto administrativo do País.

Requeiro, ademais, que esta moção seja levada ao conhecimento da Presidência da República e dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Justificação

A exortação irada com que Sua Excelência o Presidente Lula tentou, ontem, dia 9 de outubro de 2006, agredir a dignidade do candidato tucano ao Governo, atinge, antes de tudo, a Nação brasileira, que não aceita esse tipo de comportamento, que já se vai tornando corriqueiro no dia-a-dia do atual Chefe do Governo. O Brasil estranha que, com esse linguajar, Lula ainda tente reeleger-se. Suas palavras destampatórias e chulas, beiram ao goro, pelo que é pertinente o Voto de Comiseração que proponho ao Senado da República. Sua Excelência não estará sendo punido com a manifestação desta Casa. Não se trata, no caso, de repúdio ou censura ao Chefe do Governo. Sim de comiseração a um cidadão que, refratário à convivência democrática, fere a Lei Moral.

Ademais, a adjetivação usada por Lula, ao dirigir-se ao homem público digno, não faz qualquer sentido. São palavras gramaticalmente equivocadas e de sentido literal vazio. Nelas, a Nação identifica frases que formam, no mínimo, palavreados chochos, sem suco, secos, sem miolo, sem grão; engelhados, ocos, fúteis, vãos, tolos, tontos, simplórios, enfraquecidos, débeis.

Ao Presidente-candidato, pois, a comiseração do País por ele vilipendiado.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Inter-

no, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.033, DE 2006

Requer voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio, para cirurgia ortopédica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de apreço e de pronto restabelecimento ao Arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, onde se submeteu a uma cirurgia ortopédica.

Requeiro, ainda, que este voto de apreço seja levado ao conhecimento do arquiteto.

Justificação

O voto de apreço e de pronto restabelecimento, que requeiro ao Senado da República, poderia ser também de solidariedade ao grande arquiteto Oscar Niemayer, figura do nosso maior aconchego e respeito pela sua notável obra arquitetônica, incluindo Brasília. Todos ficamos entristecidos ao tomar conhecimento de que ele se submeteu a uma cirurgia ortopédica. Mas temos imensa fé em sua recuperação, para que o mais breve possível retorne ao convívio da pátria que trabalha e se orgulha de sua contribuição à arquitetura nacional e mundial.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.034, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 7 de outubro de 2006, em São Paulo, do editor Fernando Gasparian, ex-Constituinte de 1988.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Fernando Gasparian.

Justificação

Fernando Gasparian é nome da mais alta expressividade na vida intelectual e política contemporânea do Brasil. Editor de êxito, criou em 1972 o semanário **Opinião**, veículo de oposição ao regime militar de 1964. Dois anos depois, comprou a Editora Paz e Terra, fundada em 1965 por outro intelectual, Ênio Silveira. Elegeu-se Deputado Constituinte em 1988 e foi o autor da emenda que, no texto da Constituição, limitou os juros a 12% ao ano.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.035, DE 2006

Tendo em vista que os dados apresentados nos relatórios divulgados pelo agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Curador do FGTS são insuficientes para uma avaliação precisa sobre a eficácia, a eficiência e a adequação do uso dos recursos daquele fundo às finalidades para as quais foi proposta sua criação, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas às funções do agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Caixa Econômica Federal (CEF):

a) Qual o volume de recursos destinados para o financiamento de construções novas, em 2004, 2005 e 2006, discriminado por construtoras, pessoas físicas, sindicatos, associações e outros?

b) Qual o volume de recursos alocados para o financiamento a pessoas físicas, nos anos de 2004, 2005 e 2006, para imóveis novos e imóveis usados?

c) Qual o volume de recursos alocados para o financiamento de construções novas, por unidade da Federação, e por classe de renda ou de valor do imóvel, nos anos de 2004, 2005 e 2006?

d) Qual o número de correntistas que utilizaram, em 2004, 2005 e 2006, o FGTS para a compra de imóveis, como parcela do pagamento à vista?

e) Qual o valor médio do pagamento à vista e o custo médio incorrido pelos correntistas indicados na pergunta anterior, para a liberação do financiamento, nos anos de 2004, 2005 e 2006?

f) Qual o total das receitas auferidas pela CEF na condição de agente operador do FGTS nos anos de 2003, 2004 e 2005? E qual foi, também nesses anos, os valores totais pagos a título de juros e correção monetária aos correntistas?

g) O que explica a discrepância entre os valores orçado e realizado para a Taxa de Performance, em 2004, definida pela Resolução CCFGTS nº 295/98 e publicada no Relatório de Gestão 2004, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (pp. 19 e 35, do Relatório)?

Justificação

A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi um marco na modernização

do mercado de trabalho no Brasil. Por meio desse instrumento, permitiu-se, a um só tempo, maior flexibilidade no mercado de trabalho e a criação de um fundo de poupança que permitiu grande impulso à construção de moradias populares nas décadas seguintes à sua criação, especialmente nos anos 70 e 80.

Uma das razões de sua criação foi substituir o mecanismo da indenização para a despedida do emprego estável pela formação de um pecúlio que seria aproximadamente equivalente a um salário do trabalhador por ano de emprego. Desse modo, o sistema de indexação dos depósitos e de juros na sua capitalização é crucial para que o valor real do pecúlio seja mantido e, por consequência, para que o FGTS seja um atrativo para a formalização das relações de trabalho.

É sabido que a rentabilidade do FGTS em alguns anos chegou a ser inferior à inflação. Tal situação é um desestímulo à formalidade no mercado de trabalho, pois o trabalhador percebe que os valores depositados no FGTS serão rapidamente corroídos pela inflação. Em uma situação como essa é necessário avaliar se os custos de gestão e operação do sistema estão em níveis compatíveis com a baixa remuneração destinada aos trabalhadores titulares das contas vinculadas.

A outra função relevante do FGTS é sua capacidade de prover novas habitações e, por extensão, de gerar empregos na construção civil e nas cadeias produtivas associadas a esse setor.

Por essa razão, é importante verificar se os recursos do FGTS estão sendo prioritariamente investidos na construção de novas habitações.

Não se pode admitir que esses recursos estejam sendo utilizados principalmente no financiamento de imóveis usados. Isso significaria um desvio de finali-

dade. Ademais, é necessário observar se a população de renda mais baixa tem tido atendimento prioritário, uma vez que o déficit habitacional no Brasil se concentra mais fortemente entre a população que tem renda familiar de até três salários mínimos.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Roberto Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.036, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado para participar da “Reunión de Mesa Ejecutiva de la CPC” e do Seminário “El Parlamento del Mercosur como caja de resonancia de la integración”, a realizar-se entre os dias 10 e 11 de outubro, na Cidade de Montevideo, Uruguay, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Informo que estarei ausente do País no período de 8 a 11 de outubro para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB-AC).

OF P/107/2006||

Brasília, 03 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

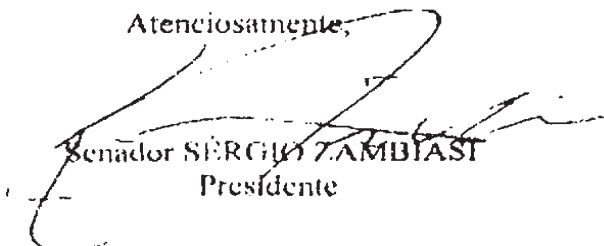
Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência que serão realizadas, nos próximos dias 09 e 10 de outubro corrente, na cidade de Montevidéu, Uruguai, Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta - CPC e Reunião do Grupo Técnico de Alto Nível - GTAN, convocadas no exercício da Presidência *Pro Tempore* pelo Brasil, e o Seminário "Identificando prioridades da agenda positiva do Mercosul", organizado pela Fundação Friedrich Ebert.

Solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao meu deslocamento e do Senador Geraldo Mesquita Júnior, para participarmos dos eventos acima referidos, no período de 08 a 11 de outubro de 2006, bem como a liberação de passagens aéreas cobrindo os trechos Porto Alegre - Montevidéu - Porto Alegre, em meu nome, e Brasília - Montevidéu - Brasília, em nome do Senador Geraldo Mesquita Júnior, além das diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

Por oportuno, solicito, ainda, a Vossa Excelência que autorize a dispensa de ponto da Consultora Maria Cláudia Drummond, e do servidor José Maurício Lima de Souza, matrícula nº 2014-2, no mesmo período, de 08 a 11 do corrente, assim como a liberação de passagens aéreas cobrindo o trecho Brasília - Montevidéu - Brasília, e diárias para a cobertura de despesas com hospedagem e alimentação em Montevidéu, para que prestem assessoramento a esta presidência nos eventos citados.

Na oportunidade, certo da atenção de Vossa Excelência às solicitações que ora lhe encaminho, renovo-lhe os meus mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Senador SÉRGIO ZAMBIASI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 7-28 - 70160-900 Brasília - DF
Fones: (55) 61 216-6873 - 216-6876 Fax: (55) 61 216-6880 e-mail: cpcn@camara.gov.br
Visite nossa página na Internet: www.camara.gov.br/mercosul

ATUADO.COM

013

FLS

Doutor

REQUERIMENTO Nº 1.037, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 16 a 26 de outubro de 2006.

Comunico, por oportuno, que atendido o requerimento me ausentarei do País no período de 14 a 27 de outubro.

Salas das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado para participar do XXII Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 18 a 21 de outubro de 2006, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 18-10 a 22-10.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

Of. nº CE/116/2006

Brasília, 4 de outubro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, indico, para sua apreciação, o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Marcos Guerra, para representar esta Comissão no XXII Encontro del Parlamento Cultural Del Mercosur – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), a ser realizado nos dias 18 a 21 de outubro do corrente ano, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina (em anexo, convite).

Agradecendo as providências que Vossa Excelência determinar a respeito, aproveito o ensejo para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado De Oliveira**. Presidente da Comissão de Educação.

PARCUM

Parlamento Cultural del MERCOSUR
Secretaría Técnica Permanente

Buenos Aires, 1º de Septiembre de 2006.

A1

**Presidente de la
Comisión de Educación
Senador Wellington Salgado de Oliveira
República Federativa del Brasil
S/D**

Tengo el agrado de dirigirme a Usted por expreso pedido de la Presidenta del Parlamento Cultural del MERCOSUR -PARCUM-, senadora nacional María Cristina Perceval, con el objeto de invitarle al **"XXII Encuentro del Parlamento Cultural del Mercosur -PARCUM"**, que tendrá lugar los días **19, 20 y 21 de octubre** del corriente año en la ciudad de **San Rafael**, provincia de **Mendoza**, República Argentina.

Cabe tener presente que problemas de agenda surgidos con posterioridad a la reunión de Buenos Aires, han tornado imposible la realización del próximo encuentro en las sedes previamente acordadas – Caracas y Lima –, conforme puede apreciarse en la nota adjunta y en el art. 4º, Acta XXI Encuentro. Las circunstancias expuestas y razones de tiempo han determinado la necesidad de designar una nueva sede de acuerdo a las exigencias reglamentarias, resolviéndose que sea San Rafael, ciudad donde se llevará a cabo en las fechas antes mencionadas la próxima edición del Festival de Cine Latinoamericano. Dadas la naturaleza y envergadura del festival, sería de sumo interés que los legisladores asistan acompañados por personalidades destacadas del sector cinematográfico de sus respectivos países.

Debido a la escasez de plazas hoteleras de la ciudad, y ante la demanda que se verá notoriamente incrementada por el Festival, les solicitamos confirmen asistencia a esta Secretaría Técnica antes del **15 de setiembre próximo**.

A la brevedad, les enviaremos la propuesta de agenda temática y la información relativa al alojamiento.

Sin otro particular, aprovechamos esta oportunidad para saludarle con la consideración más distinguida.



Lic. Juan Carlos D'Amico

Secretario Técnico (Arg.)

Parlamento Cultural del MERCOSUR-PARCUM

XXII Encuentro del Parlamento Cultural del MERCOSUR - PARCUM-

18-19-20 y 21 de Octubre de 2006
San Rafael (Mendoza)
República Argentina

AGENDA

MIÉRCOLES 18 DE OCTUBRE

19 hs.

RECEPCIÓN DE LAS DELEGACIONES

H. Senado de la Nación. Ciudad de Buenos Aires

JUEVES 19 DE OCTUBRE

15.00 a 16.00 hs

ACTO DE APERTURA DEL XXII ENCUENTRO DEL PARCUM

Lugar: Hotel San Martín, San Rafael (Mendoza)

- Palabras de bienvenida de la Presidenta del PARCUM, senadora María Cristina Perceval.
- Palabras alusivas de los legisladores en representación de las delegaciones*

16.00 a 17.00 hs

PRIMERA SESIÓN DE TRABAJO

- Consideración del texto propuesto del Reglamento Interno del PARCUM
- Conformación de las Secretarías Técnicas adjuntas.

17.15 a 17.30 hs

DESCANSO

17.30 a 19.00 hs

CONTINUACIÓN PRIMERA SESIÓN DE TRABAJO

- Resoluciones Internas.
- Integración de las autoridades del Comité Ejecutivo del PARCUM.

20.30 hs. CENA EN CONJUNTO CON LAS AUTORIDADES DEL FESTIVAL

| |
|------------------------------|
| VIERNES 20 DE OCTUBRE |
|------------------------------|

| | |
|-------------------------|---|
| 9.30 a 11.00 hs. | SEGUNDA SESIÓN DE TRABAJO <ul style="list-style-type: none"> • La piratería dentro de las industrias culturales. • Mecanismos para combatirla dentro del Mercosur. |
|-------------------------|---|

| | |
|-------------------------|----------|
| 11.00 a 11.15 hs | DESCANSO |
|-------------------------|----------|

| | |
|-------------------------|--|
| 11.15 a 12.30 hs | CONCLUSIONES CON RELACIÓN A LA PROBLEMÁTICA. |
|-------------------------|--|

| | |
|-----------------|-------------------------------------|
| 12:30 hs | ALMUERZO Bodega mendocina |
|-----------------|-------------------------------------|

| | |
|--------------------------|---|
| 15.30 a 17.00 hs. | CONTINUACIÓN SEGUNDA SESIÓN DE TRABAJO Propuestas para el FORUM Cultural Mundial a realizarse en la ciudad de Bahia (Brasil) en diciembre de 2006 |
|--------------------------|---|

| | |
|-------------------------|----------|
| 17.00 a 17.15 hs | DESCANSO |
|-------------------------|----------|

| | |
|--------------------------|--|
| 17.30. a 19.00 hs | ELABORACIÓN DEL DOCUMENTO A PRESENTAR EN EL FORUM CULTURAL MUNDIAL |
|--------------------------|--|

| | |
|------------------|-------------|
| 20.30 hs. | CENA |
|------------------|-------------|

| |
|-----------------------------|
| SABADO 21 DE OCTUBRE |
|-----------------------------|

| | |
|-----------------|---|
| 9.30 hs. | CONCLUSIONES DEL XXII ENCUENTRO <ul style="list-style-type: none"> • Lectura y firma del Acta • Propuesta del Premio Parcum Mejor Película Festival de Cine Latinoamericano • Diploma de Honor a la Organización del Festival • Cierre del Encuentro |
|-----------------|---|

| | |
|------------------|------------------------------|
| 12.30 hs. | ALMUERZO DE DESPEDIDA |
|------------------|------------------------------|

Alojamiento

Para recibir información y efectuar las reservas del:

- alojamiento en las ciudades de Buenos Aires y de San Rafael,
- del aéreo Buenos Aires- San Rafael, San Rafael-Buenos Aires

Contactarse con urgencia con la empresa:

RAZA TRAVEL: Sr. Diego Primo

Teléfono 00 54 11 4315-1490

Email diego@razatravel.com.ar

LES RECORDAMOS QUE EL XXII ENCUENTRO SE LLEVARÁ A CABO DENTRO DEL MARCO DEL FESTIVAL DE CINE LATINOAMERICANO, MOTIVO POR EL CUAL LES SOLICITAMOS SE COMUNIQUEN A LA BREVEDAD CON LA FIRMA PARA REALIZAR LAS RESERVAS, YA QUE HAY UN ÚNICO VUELO DIARIO A SAN RAFAEL DESDE BUENOS AIRES. ASIMISMO, CONJUNTAMENTE CONVENIR EL ALOJAMIENTO YA QUE LA CIUDAD COLMARÁ SUS PLAZAS HOTELERAS RÁPIDAMENTE.

**Sede
Ciudad de San Rafael
(Provincia de Mendoza)
República Argentina
Contacto: STPM
Secretaría Técnica
PARCUM**

**00 54 11 4010.5897
parcum@senado.gov.ar**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2006

Dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações

de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil devem garantir a quitação antecipada de contratos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento, realizados por empregados regidos pela Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), servidores públicos, aposentados ou pensionistas da União, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra instituição da espécie.

§ 1º As condições da nova operação devem ser negociadas entre a instituição que efetivará a transferência referida no **caput** e o mutuário da operação original.

§ 2º Os custos relacionados à transferência de recursos para a quitação da operação não podem ser repassados pela instituição ao mutuário, observado o disposto no § 2º do art. 2º.

§ 3º O Banco Central do Brasil divulgará os procedimentos necessários à transferência referida no **caput**.

§ 4º As disposições desse artigo aplicam-se aos contratos em vigor.

Art. 2º O valor máximo, em reais, da tarifa eventualmente cobrada em decorrência de liquidação antecipada de contratos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento deve ser estabelecido no ato da contratação da operação, bem como constar de cláusula contratual específica, juntamente com as demais informações necessárias para possibilitar o cálculo do valor a ser cobrado ao longo do prazo de amortização contratual.

§ 1º O valor da tarifa de que trata este artigo deve guardar relação direta e linear com o prazo de amortização remanescente e com a parcela não amortizada do principal, no caso de liquidação antecipada total, ou com o prazo de amortização remanescente e com o montante liquidado antecipadamente, no caso de liquidação antecipada parcial, em ambos os casos apurados na data em que ocorrer a liquidação antecipada.

§ 2º A tarifa de que trata este artigo incide, inclusive, nas operações a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O atual Governo vem tomando algumas medidas visando à redução do **spread** bancário, que consiste na diferença entre as taxas de juros de empréstimos e de captação das instituições financeiras.

Uma dessas medidas, recentemente adotada mediante a Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, do Conselho Monetário Nacional, foi a denominação da portabilidade do crédito, que consiste em diminuir os custos e a burocracia na transferência de uma operação de crédito ou de arrendamento mercantil contratada com uma instituição financeira para outra.

Dessa forma, o mutuário passa a poder quitar sua dívida com a instituição que lhe oferecer as me-

lhores condições, especialmente no que diz respeito à taxa de juros.

Ocorre que a medida não alcança os créditos consignados, ou seja, aqueles cujas prestações são descontadas do mutuário diretamente na folha de pagamentos da empresa ou do órgão público responsável pelo pagamento de seus rendimentos.

Com essa proposição, temos por finalidade corrigir essa distorção, conferindo aos mutuários que pagam suas prestações relativas a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil mediante desconto em folha de pagamentos o mesmo tratamento recentemente conferido aos demais mutuários.

Outro ponto atacado pelo projeto diz respeito à cobrança de tarifa pela liquidação antecipada da operação.

É comum, nos contratos redigidos pelas instituições financeiras, a inclusão de cláusula dispondo que, para liquidação antecipada da operação de crédito ou de arrendamento mercantil, será cobrada a tarifa vigente à época da liquidação. Essa taxa, muitas vezes excessiva, tem sido um dos empecilhos à quitação antecipada dessas operações.

A referida Resolução do CMN – que, como já dissemos, não se aplica ao crédito consignado – estabelece que os novos contratos deverão fixar, em cláusula específica, um valor máximo, em reais, para essa tarifa, bem como as demais informações que permitam o cálculo do valor a ser cobrado ao longo do prazo de amortização contratual, que deverá ter relação direta com o prazo de amortização remanescente e com a parcela não amortizada do principal. Ou seja, quanto menor o prazo restante da operação e o saldo a amortizar, menor será o valor da tarifa. Se a liquidação antecipada for parcial, a tarifa incidirá sobre o valor a amortizar, não sobre o saldo.

Tal como fazemos em relação à portabilidade do crédito, estamos propondo isonomia no tratamento das operações de crédito, ou seja, a aplicação da mesma regra para os empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamentos.

Por acreditarmos na justeza da proposição, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 3.401

Dispõe sobre a quitação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil, a cobrança de tarifas nessas

operações, bem como sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informações cadastrais.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Inscrevo, de ofício, o Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, sem prejuízo da ordem de inscrição.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Papaléo, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo foi surpreendido ontem com a realização de um teste de uma arma nuclear feito pela Coreia do Norte.

Trata-se de um acontecimento profundamente lamentável, na medida em que assinala o crescimento do grupo de países que detêm essa arma tão mortífera, um tipo de arma que ameaça a humanidade, uma arma contra a humanidade.

Infelizmente, ela já foi fabricada e usada uma vez, gerando em todo o mundo a expectativa de que nunca mais seja usada. Geraram-se negociações para que não proliferasse esse tipo de arma. Houve um tratado, mas, infelizmente, o tratado não é respeitado. A atitude da Coreia do Norte foi condenada pelo mundo todo, inclusive pelo Governo brasileiro, que emitiu uma nota enfática de condenação, o que era realmente um dever.

Sr. Presidente, eu penso que seja fundamental, indispensável emitir essas opiniões, esses protestos, mas não basta condenar a Coreia. A Coreia é condenável, sim, do ponto de vista da humanidade, mas não basta condená-la, pois, é preciso, de outro lado, considerar que a partir da invasão e guerra contra o Iraque gerou-se um clima de guerra no mundo e, particularmente, no Oriente. À medida que o governo dos Estados Unidos classifica países como a Coreia, o Iraque e o Irã como “eixo do mal”, torna-se evidente que os dois outros países do eixo do mal, vendo o terceiro invadido, vão cuidar de si, de se precaver sob o ponto de vista de defesa, aumentando o seu arsenal militar, a sua capacidade de retaliação a qualquer tentativa que seja feita sobre ele.

Então, era até lógico que a Coreia fizesse esse esforço, que é enorme para um país pobre que pou-

co consegue manter a sua população num estado de sobrevivência e que, entretanto, consegue fazer um investimento para produzir uma arma atômica, o que é lamentável sob todos os pontos de vista. Mas é claro que o Irã vai seguir o mesmo caminho. Os países não podem ficar de braços cruzados à espera de uma invasão quando ela é pré-anunciada: “existe um eixo do mal no mundo”. E o que quer dizer isso? Que é preciso eliminar o “eixo do mal”. Se um dos países foi invadido, os outros dois têm que esperar uma invasão. E esperar uma invasão significa precaver-se contra ela, isto é, aumentar o seu poder de retaliação ou de dissuasão contra essa tentativa de invasão.

O que se quer dizer, Sr. Presidente, é que o caminho da guerra não é o caminho da humanidade. O clima de guerra não é a realização do grande desejo da humanidade de instaurar o entendimento entre as nações do mundo, no espírito que deu ensejo à criação da ONU, a Organização das Nações Unidas. A ONU foi criada exatamente para ser uma entidade capaz de resolver política e diplomaticamente, por meio de negociações e do uso da razão e do direito, os conflitos internacionais. Mas, quando uma potência mundial arroga-se no direito de passar por cima da ONU, desrespeitá-la, invadir um país e criar um clima de guerra, aí, realmente, a situação fica difícil e abre-se quase uma obrigação de os países ameaçados se armarem também para responderem a essa ameaça.

A Coreia do Norte tinha um programa de desenvolvimento de armas nucleares que foi sustado por interveniência, uma negociação, do Governo Clinton, que era um governo que buscava resolver as questões pela diplomacia e pela negociação. Infelizmente, sucedeu ao Governo Clinton um outro governo que apela para a guerra, para a força; e a força gera a reação em força, não se pode esperar outra coisa. É preciso chamar a Coreia à renegociação, mas também criar-se um clima de paz, porque isso é o que deseja a humanidade e muito especialmente o Brasil, que quer ser uma potência da paz, que tem todas as tradições e todo o reconhecimento mundial de ser um país dedicado à solução dos conflitos por meio das negociações.

Então, é preciso que haja um retrocesso de ambas as partes: um retrocesso na produção nuclear da Coreia, mas também um retrocesso da política de força, da política de desrespeito à ONU por parte dos Estados Unidos.

Acabou de ser substituído o Secretário-Geral da ONU e tomou posse um representante que vem da Coreia do Sul. Não sei se foi coincidência – é provável que não o tenha sido – a Coreia do Norte manifestar um desafio cujo significado é: não venham com políticas de agressão e de força militar porque nós também somos capazes de retaliar de alguma forma que será sentida.

Este é um clima que não serve à humanidade. É exatamente o clima anti-humano, anti-humanidade. O problema do momento é o reforço à ONU – esse é o esforço que o Brasil vem fazendo –, de reforma da ONU, especialmente do seu Conselho de Segurança. Enfim, o esforço e a presença do Brasil no cenário internacional têm este sentido, o de buscar a realização dos anseios de paz, por meio da reforma e do fortalecimento da ONU, e de redução das desigualdades mundiais por meio de programas que contemplem exatamente esse objetivo, que é partilhado por outros países, especialmente pela França, que tem apoiado muito esse esforço do Governo brasileiro.

Esse é, portanto, o caminho que interessa à humanidade, porque há um problema de sobrevivência da humanidade sim; essas armas são tão perigosas e com uma capacidade de destruição tão grande que, efetivamente, põe, em risco a sobrevivência da humanidade.

Então, tudo e todo esforço é necessário. Mas é preciso desarmar-se o clima de guerra para que outros países não venham a fazer o mesmo que fez a Coréia para mostrar que tem capacidade de retaliação e, com isso, dissuadir qualquer tentativa de agressão.

Sr. Presidente, o Brasil conquistou, no Governo Lula, um prestígio internacional muito grande pela política externa que vem desenvolvendo. E esse é um dos pontos de divergência entre os dois candidatos à Presidência da República, é um ponto que claramente opõe um candidato a outro; isso ficou patente no debate de segunda-feira, como o ficou ontem, em meu pronunciamento, com o aparte do Senador Heráclito Fortes. É uma dicotomia, é uma opção que o eleitorado brasileiro deve fazer: manter essa política de afirmação do Brasil, de busca de novos parceiros e novas alianças ou voltar à tradicional submissão à Alca e a todo o processo que o Brasil seguia na sua tradição. Esse é um ponto importante.

Volto a afirmar que é importante aproveitar o segundo turno das eleições para discutir essas diferenças essenciais entre o significado da candidatura Lula e o significado da candidatura Alckmin. Porque aí, na essência, nesse núcleo de divergências fundamentais, é que se coloca a decisão do povo de seguir uma diretriz ou outra e, com isso, decidir sobre o destino, o futuro do nosso próprio País, da nossa própria Nação.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que esse episódio internacional é lamentável. É importante que se proteste, é importante a nota do Governo brasileiro sobre o teste nuclear da Coréia, mas é preciso que também haja a contrapartida de desarmar-se o clima de guerra que foi criado no Oriente com a invasão, com a decisão unilateral, inopinada, do Governo norte-americano.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, sem prejuízo da ordem de inscrição dos Senadores.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero uma informação – não consta na tela: estou inscrito para falar?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o 18º inscrito hoje.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, se ainda existir vaga.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Existe. V. Ex^a deseja inscrever-se?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desejo. Assim, estarei inscrito por uma ou por outra lista.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero aqui dar conhecimento e fazer o registro nos Anais da Casa de uma denúncia de várias entidades de funcionários públicos. As entidades que subscrevem este documento vêm a público denunciar as sistemáticas ações do Governo Federal contra a categoria dos servidores públicos federais, ataques esses que levaram à realização de mobilizações, manifestações de protesto e, até mesmo, à greve de alguns segmentos.

A busca de diálogo por parte dos servidores, na tentativa de obter respostas às suas legítimas demandas, tem esbarrado numa postura de intransigência por parte do Governo Lula, que tinha obrigação, que prometia empenho, que prometia parceria e que prometia atenção aos trabalhadores públicos.

Para não explicitar publicamente essa sua face autoritária, divulga na mídia, para conhecimento da sociedade, a constituição de falsos espaços de negociação que se reafirmam em reuniões e discussões que não produzem resultados concretos. Exemplo claro disso foi a instalação de mesas setoriais e da Mesa Nacional Permanente de Negociação, que, após algumas reuniões, foi unilateralmente suspensa sem qualquer justificativa.

Quero deixar registrado este documento-denúncia contra o Governo Federal, contra o Presidente Lula, que não cumpre suas obrigações com os funcionários públicos. Este Presidente que está aí e quer novamente se eleger não cumpriu o compromisso do passado e,

certamente, vai continuar descumprindo acordos feitos com essa classe. Esse é o Lula que conhecemos aqui, mas que o Brasil ainda não conhece.

Quero deixar registrado este documento nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a já fez uso do seu tempo de comunicação inadiável.

O LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, este é o documento que está circulando nesta Casa. É preciso que se dê conhecimento ao Brasil

de que estão percorrendo os corredores desta Casa entidades e categorias importantes para o Brasil. Fiz este discurso para dar conhecimento ao Brasil deste importante documento, da denúncia que eles fazem contra o atual Governo Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DENÚNCIA

Medidas provisórias retiram direitos dos servidores públicos

As entidades que subscrevem este documento vêm a público denunciar as sistemáticas ações do governo federal contra a categoria dos servidores públicos federais, ataques esses que levaram à realização de mobilizações, manifestações de protesto e, até mesmo, à greve de alguns segmentos.

A busca de diálogo por parte dos servidores, na tentativa de obter respostas às suas legítimas demandas, tem esbarrado numa postura de intransigência por parte do governo.

Para não explicitar publicamente essa sua face autoritária, divulga na mídia, para conhecimento da sociedade, a constituição de falsos espaços de negociação que se reafirmam em reuniões e discussões que não produzem resultados concretos. Exemplo claro disso foi a instalação de mesas setoriais e da Mesa Nacional Permanente de Negociação que, após algumas reuniões, foi unilateralmente suspensa sem qualquer justificativa.

Concomitantemente, edita medidas provisórias que, a título de constituir e alterar planos de carreiras para as diferentes categorias, revelam-se verdadeiras arapucas, que impõem retirada de conquistas históricas e, em alguns casos, enganosas opções aos servidores.

Tais medidas constituem, de fato, mini-reformas que abrangem o campo dos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, o que não podemos aceitar.

Nós, servidores públicos, saberemos responder a esses constantes ataques do Governo de forma incisiva e contundente, com ações que a sociedade, com certeza, saberá entender e apoiar.

ANDES-SN - ASSIBGE - CONDSEF - FENASPS - SINASEFE

Brasília - DF, 10 de outubro de 2006

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feito o registro, Senador Leonel Pavan.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa dois votos: de pronto restabelecimento pela saúde do arquiteto Oscar Niemeyer, criador de Brasília e genial construtor de mundos, e de pesar pelo falecimento do grande homem público, grande brasileiro, notável Parlamentar, inesquecível amigo pessoal, que chamava, em vida, Fernando Gasparian.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Congratulo-me com os seus votos de sentimentos à família enlutada e de recuperação do grande homem público brasileiro Oscar Niemeyer.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem à manifestação do Senador Arthur Virgílio, considerando a extraordinária figura do arquiteto Oscar Niemeyer, eu gostaria de requerer a transcrição do artigo publicado há dois dias na **Folha de S.Paulo**, em que Oscar Niemeyer fala do diálogo que teve com alguns dos maiores cientistas brasileiros há poucos dias e que todos comentavam o resultado das eleições.

No artigo, Oscar Niemeyer diz, com muita clareza, por que considera importante que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva prossiga como Presidente neste próximo mandato, sobretudo em função das diretrizes de política externa que têm caracterizado o Governo do Presidente Lula. Aliás, é sobre este tema que eu gostaria de tecer opiniões aqui, em acréscimo ao que comentei a respeito do debate entre os presidenciáveis Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin na Rede Bandeirantes de Televisão.

Quero também registrar que, ainda ontem, eu e os Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel expressamos, apresentando requerimentos, nosso pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Fernando Gasparian, colega e amigo do Senador Arthur Virgílio e de tantos de nós, que foi Constituin-

te e responsável pelo jornal **Opinião**, pela Livraria Argumento e por tantas outras iniciativas importantes no Brasil.

O Presidente Lula declarou-se triste com o debate de domingo e comparou o comportamento do seu adversário ao de um “delegado de porta de cadeia”. O Presidente tem as suas razões. O candidato Alckmin adotou um tom desrespeitoso e agressivo, a começar pela forma como se dirigiu ao Presidente, tratando-o de “você” e de “candidato Lula”. Eu, de alguma maneira, presente ao encontro, estranhei que o ex-Governador Geraldo Alckmin estivesse assim tratando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque, diversas vezes, fui testemunha do diálogo muito construtivo e respeitoso que ambos tiveram quando ele era Governador de Estado e Lula, o Presidente – em inúmeras ocasiões.

O Presidente Lula, que, na minha opinião, foi mais humilde e mais educado, começou o debate tratando Geraldo Alckmin de Governador e até de V. Ex^a. Só no final do debate, diante da atitude, que não foi a mais respeitosa, do candidato Geraldo Alckmin, é que o seu interlocutor abandonou aquele tratamento respeitoso.

Já veremos como o eleitorado brasileiro reagirá a esse novo estilo do ex-Governador de São Paulo.

Ao assistir ao debate, tive a impressão de que Alckmin estava encarnando, com perfeição, o sentimento muitas vezes caracterizado de superioridade, de arrogância, que é característico não de toda, mas de parte da elite da classe média no trato com o povo brasileiro, povo que é pacífico, cordato, mas que tende a rejeitar atitudes que não são de respeito para com aqueles que nem sempre tiveram a mesma origem.

O jornalista Janio de Freitas, em sua coluna de hoje, na **Folha de S.Paulo**, foi certeiro quando escreveu:

Geraldo Alckmin, à revelia do que até então aparentara, apresentou-se como um misto de Carlos Lacerda e Fernando Collor. O pior de ambos: a agressividade compulsiva de Lacerda e a arrogância de Collor. (...) A ostentação de uma superioridade humilhante lembrou muito pouco, se chegou a lembrar, o Geraldo Alckmin até então apresentado aos eleitores e muito o Collor do debate com Lula. O Geraldo Alckmin da Bandeirantes pode ter correspondido à cobrança de Fernando Hen-

rique, que expôs de público a sua nostalgia pela ausência de Carlos Lacerda, não pelo brilho, mas pela agressividade.

Na minha avaliação, o Presidente Lula saiu-se bastante bem. Sei que não é a sua opinião, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas esta é a minha.

Foi duro em alguns momentos, como tinha de ser em face do tom do seu adversário, mas não se nivelou à agressividade de Alckmin. Valeu-se da ironia, do bom humor e deu-se ao luxo até de estranhar o comportamento do seu adversário, que não estava realmente no seu estilo habitual.

Um dos pontos altos do Presidente foi na discussão sobre a política externa. O ex-Governador Alckmin, que nunca mostrou experiência ou conhecimento na área internacional, partiu para o ataque declarando, peremptoriamente, que a política externa do Governo Lula “fracassou” e que o Brasil havia sido “humilhado” pela Bolívia, que recuara diante da Argentina e que estava sofrendo uma “invasão” de produtos chineses.

A resposta do Presidente foi incisiva e precisa. Disse o Presidente Lula: “Possivelmente, o Governador não sabe que temos superávit comercial com a China”.

De fato, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil registra, nas relações comerciais com a China, um superávit de US\$803 milhões no período de janeiro a setembro de 2006. No mesmo período de 2005, o superávit brasileiro com a China chegou a US\$921 milhões.

É verdade que as importações oriundas da China têm crescido rapidamente – 44% contra igual período do ano anterior –, estimuladas pelo câmbio artificialmente valorizado no Brasil. Nesse ponto, cabe a observação de Geraldo Alckmin de que há, de alguma forma, uma valorização excessiva. Mas o forte crescimento da economia chinesa tem permitido rápida expansão das exportações brasileiras para aquele País – o aumento foi de 35% de janeiro a setembro deste ano, em comparação com igual período de 2005.

Como destacou o Presidente, no debate de domingo, o comércio com a China, o nosso terceiro parceiro comercial mais importante depois dos Estados Unidos e da Argentina, tende a se tornar mais expressivo.

O Presidente referiu-se ao fechamento de contrato para a venda de nada menos que 100 aviões

da Embraer para a China. Trata-se do maior negócio fechado pela Embraer nos últimos anos. Aparentemente, é a Embraer que está “invadindo” a China.

Ainda mais eficaz foi a resposta que o Presidente deu sobre a Bolívia. O candidato Alckmin, quando adotou tom exaltado e palavras fortes para se referir a divergências com o nosso vizinho menos desenvolvido, fez por merecer a comparação com o comportamento do Presidente George Walker Bush na questão do Iraque.

A integração sul-americana que o ex-Governador também diz defender jamais prosperará se os Países maiores e mais desenvolvidos, como Brasil e Argentina, não tiverem equilíbrio e moderação no uso de seu poder nas relações com os Países menos desenvolvidos, como a Bolívia.

Como comentou o Chanceler Celso Amorim, após o debate, o candidato do PSDB passa a impressão de que sua política externa será truculenta com os fracos e submissa com os fortes. Um diplomata que é assessor do ex-Governador tem repetido que, com Alckmin, a política externa voltará ao seu leito natural. O que isso significa? Esperemos que esse leito natural não seja o velho e surrado alinhamento à agenda dos Estados Unidos, que caracterizou boa parte da política externa dos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

As declarações programáticas do candidato do PSDB parecem apontar nessa direção. Ele tem afirmado reiteradamente, por exemplo, que buscará restabelecer a prioridade nas relações com os Países desenvolvidos. O que significa isso? Por acaso uma aceitação da Área de Livre Comércio das Américas nos termos altamente problemáticos e desiguais propostos por Washington, que levam em conta muito mais o interesse dos proprietários das grandes empresas multinacionais, nem sempre com o equilíbrio ou o interesse dos seres humanos? Só se pensa em livre circulação do capital e dos bens e serviços e não dos seres humanos. Estão ali a construir esse muro totalmente contrário ao bom senso com o México.

Ou o protecionismo europeu em matéria de agricultura? Um País que exaltou a queda do Muro de Berlim, que recomendou que não se construísse o muro com a Cisjordânia agora estabelece um muro daquela ordem na fronteira com o México.

Um dos grandes méritos da política externa brasileira, em 2003, foi ter atuado de forma eficaz para impedir que a Alca e o acordo Mercosul-União

Européia progredissem nos termos em que as negociações vinham sendo conduzidas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permita-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Vejo que V. Ex^a está terminando o seu pronunciamento e não queria tomar o seu tempo, mas gostaria apenas de ressaltar a importância do tema que V. Ex^a está desenvolvendo. A questão da política externa é um dos três ou quatro temas que são decisivos para os destinos da Nação e que diferenciam bem a candidatura Lula da candidatura Alckmin, como o papel e a presença do Estado, as estatais, a questão social e os investimentos. Dois ou três pontos, esses, sim, devem ser objeto de debate e de diferenciação bem grande, como a política externa, o que ficou bem claro no debate – ainda há pouco, eu o ressaltava da tribuna. É importante que V. Ex^a novamente retome o tema e marque essa diferença realmente essencial, que diz respeito aos destinos do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino Braga, que bem destaca a importância das linhas que vêm sendo traçadas pelo Presidente Lula e pelo Ministro Celso Amorim.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Nas negociações da OMC, o Brasil assumiu papel de destaque, coordenando uma ampla coligação de Países em desenvolvimento, o chamado Grupo dos 20, hoje mundialmente reconhecido como um dos principais interlocutores da negociação comercial multilateral.

A discussão sobre política econômica ainda deixa muito a desejar. O ex-Governador de São Paulo

insiste sempre na necessidade de cortar gastos, o que, em princípio, é defensável. No entanto, raramente ele abandona o terreno das generalidades e das declarações vagas de intenção.

No debate de domingo, na TV Bandeirantes, a sua resposta sobre esta questão foi genérica e imprecisa “Como seria o corte de despesas públicas no seu governo?” A sua resposta foi: “Cortaremos a corrupção, a ineficiência, os cargos em comissão e as compras superfaturadas”. Ninguém pode ser contra essas generalidades bem intencionadas, mas não se podem alimentar ilusões.

Por exemplo: a economia que se pode obter com a redução dos cargos em comissões é sabidamente limitada. Se seu desafio é realizar um grande ajustamento fiscal, como insiste o ex-Governador, vinculando inclusive a redução das taxas de juros a esse ajustamento, ele terá que ser mais explícito sobre os caminhos que pretende seguir no corte das despesas correntes.

Curiosamente, ele não mencionou, no debate, a necessidade de diminuir a carga de despesas correntes com um determinado item: as despesas financeiras do setor público. Uma diminuição mais rápida das taxas de juros praticadas pelo Banco Central, que é perfeitamente possível e não pressupõe, a meu ver, um grande ajustamento prévio das contas públicas ou reformas profundas na Constituição; essa seria uma forma de evitar desperdícios no gasto público. Com juros menores e taxas de crescimento mais elevadas do nível de atividade, será mais fácil equacionar o ajustamento da Previdência e das contas públicas brasileiras, de modo geral.

São questões que ainda precisam ser mais debatidas neste segundo turno da eleição presidencial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Em defesa da nossa soberania

OSCAR NIEMEYER

*Tinha de me manifestar, e
apresentei um motivo, a meu ver,
suficiente, para justificar a
permanência de Lula no poder*

NA ÚLTIMA terça-feira, como fazemos há mais de quatro anos, assistimos às aulas do nosso amigo, o físico Luiz Alberto Oliveira, nas quais são debatidos os problemas da vida, da filosofia, deste estranho mundo em que vivemos. Nessa noite, prevaleceu em nossa conversa a notícia, divulgada pela imprensa, de que o Prêmio Nobel de Física tinha sido concedido a John Mather e George Smoot. E, durante meia hora, Luiz Alberto discorreu sobre a matéria, entusiasmado com a descoberta daqueles cientistas que apuravam a teoria do Big Bang, há tantos anos adotada. Interessados, acompanhamos as explicações do nosso amigo sobre o assunto. E foi já tarde, pelas 23h, que o problema do segundo turno das eleições presidenciais nos ocupou, cada um expondo o que pensava sobre o que poderá ocorrer, todos a apoiar Lula.

E no calor da discussão comentou-se a campanha odiosa levantada contra ele durante todo o período que precedeu as eleições.

Tinha de me manifestar também, e apresentei um motivo -a meu ver, suficiente- para justificar a defesa que fazemos da permanência de Lula no poder.

Insisti em que ele seria indispensável para o movimento de protesto contra o imperialismo norte-americano que se espalha pela América Latina. Movimento para o qual o Brasil se faz fundamental, por ser o país mais importante deste continente em que estamos.

Outro presidente menos interessado no problema, mais preocupado em atender às pressões dos Estados Unidos - esquecendo-se da nossa Amazônia, tão ameaçada-, romperia

esse movimento em defesa da América Latina que o Brasil, a Venezuela, a Argentina e a Bolívia vêm sustentando corajosamente.

Precisamos não nos iludir com o argumento de que a política violenta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, começa a declinar. Quem sabe se, diante do que ocorre, ela não vai se tornar mais cruel ainda -e o inesperado surge de repente?

Vivemos em um momento no qual a defesa da pátria e da sua soberania entre nós não pode ser esquecida. E, para isso, a integração de todos os países que compõem a América Latina se faz essencial.

Nas discussões políticas, a crítica quase sempre é levada a voltar atrás para descobrir erros cometidos no passado.

Nós, que estamos a favor de Lula, gostaríamos que isso ocorresse para comprovar que ele sempre permaneceu solidário com aqueles que lutam pela defesa da América Latina -de mãos dadas com Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Evo Morales.

OSCAR NIEMEYER, 98, arquiteto, é um dos criadores de Brasília (DF). Suas obras estão edificadas em diversos países, entre os quais Alemanha, Argélia, EUA, França, Israel, Itália, Líbano e Portugal.

Texto Anterior: Frases

Próximo Texto: Joaquim Falcão: O Judiciário e o software livre
Índice

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio e, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Papaléo Paes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é fundamental na democracia a figura do contraditório. Eu já reputo à política externa, Senador César Borges, precisamente, a maior fraude, o maior fracasso do Governo Lula.

Vamos a fatos práticos. O Brasil tinha intenção de obter o posto definitivo no Conselho de Segurança da ONU. Não conseguiu. Perdeu, com João Saad, a chefia do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Perdeu na OMC, com o Embaixador Seixas Correia. Não obteve nenhum avanço em relação ao Mercosul.

Ao contrário, o Mercosul hoje é uma entidade, é uma iniciativa de integração econômica em estado pré-falimentar.

Sr. Presidente, refiro-me ao fato de que, longe de ter sido injurioso, o candidato a Presidente Alckmin foi claro, contundente, preciso e respeitoso em relação ao telespectador. Percebi que o Presidente Lula, despreparado como é, não conseguia fazer ironia. Ele ia para o deboche. Há uma distância muito significativa entre a ironia e o deboche. Mas ele estava inseguro, boca seca.

Ao final, Senador Antonio Carlos, ele se despede dos telespectadores da Rádio Bandeirantes. E continuou tonto pelo restante do dia seguinte, quando ele se refere a “delegados de porta de cadeia”, em vez de “advogados de porta de cadeia”, que é uma expressão arrogante. E ele foi arrogante. Embora despreparado, foi arrogante. Embora temeroso, foi arrogante. Ele não foi corajoso no debate, mas foi arrogante. Chama-se de “advogado de porta de cadeia” aquele profissional mais humilde que não tem a sorte de ter uma banca fantástica de clientes como o Ministro Márcio Thomaz

Bastos, por exemplo. Mas não vejo nenhum desdouro em um advogado para sustentar sua família buscar seus clientes. Enfim, conheço inúmeras pessoas humildes que tocam sua vida de maneira decente, desse jeito. Ele menosprezou os advogados mais humildes e menosprezou os delegados. Aí foi um ato falho. Porque quem chefia um Governo como este não pode gostar de polícia mesmo. Tem que ter na sua consciência... Funcionou um ato falho ali, e ele disse: “Agora vou atacar os advogados”. Não. Atacou os delegados.

Demonstrou inconsistência em relação a todos os temas. Demonstrou despreparo, demonstrou algo freudiano – não me refiro ao Freud do escândalo, eu me refiro ao Freud da psicanálise. Ele veio sempre com estatística. É de uma leviandade terrível comparar o Governo dele com o Governo do Presidente Fernando Henrique, porque são dois momentos econômicos internacionais diversos, são duas conjunturas econômicas internas diversas, e ele insiste em fazer a comparação, por exemplo, puxando para ele os ganhos das exportações que foram construídas ao longo das reformas estruturais que o partido dele combateu na Câmara e no Senado, a partir das medidas todas que foram tomadas ao longo de oito anos de mudança dos rumos da economia. E puxa para si o *slogan* como se tivesse feito uma mágica. Ao contrário, ele deixa para o seu sucessor, Geraldo Alckmin, uma herança de desajuste fiscal.

O Brasil tem problemas fiscais graves para resolver, Senador César Borges, já no ano de 2007. Não será ano expansionista.

O Presidente Lula, em algum momento, foi duramente crivado pelo candidato Geraldo Alckmin, que disse que ele havia mentido. E havia. Quando ele disse: “Eu disse, Geraldo, que alguém que pensa como vocês e que pensa como o PFL poderia pensar na privatização do Banco do Brasil e dos Correios, e poderia pensar na privatização da Caixa Econômica Federal e da Petrobras”. Aí, Alckmin disse: “Não, você mentiu Lula, porque você disse, na rádio tal, e estou dando para a imprensa a degravação das suas palavras, que eu ia privatizar”. Ou seja, espalharam aquele boato inverídico.

Minha família toda votou em Getúlio, mas inventaram, Sr. Presidente, que o Brigadeiro Eduardo Gomes havia se referido a não querer os votos dos marmiteiros, que eram os operários da construção civil que levavam marmita para comer na hora do almoço, no intervalo do trabalho. Acredito piamente que o Brigadeiro não disse isso. Minha família era getulista, mas acredito piamente que o Brigadeiro não disse isso. A mentira virou verdade; ou seja, a versão virou fato, o fato perdeu a força. Do mesmo modo, tentaram fazer

a mesma coisa. Só que, desta vez, não foi o Deputado Emílio Carlos mas o autor da inverdade. Desta vez, o autor da inverdade foi o próprio Presidente, baixando das tamancas presidenciais para ir a uma rádio, ou a algumas rádios, espalhar algo que levou intranquilidade para funcionários dessas instituições todas.

Eu digo, Sr. Presidente, algo muito sério. Se houve alguém, Senador Leonel Pavan, que privatizou, em algum momento, o Banco do Brasil, foi este Governo Lula, quando possibilitou escândalos como o do Visanet e possibilitou ter um diretor com caráter suficiente para participar da fraude do dossiê, esse que está envolvido no dossiê. Se houve alguém que, em algum momento, privatizou a Caixa Econômica Federal, foi este Governo, quando possibilitou que por quaisquer meios quebrassem os sigilos do pobre caseiro Francenildo. Se houve alguém que, em algum momento, privatizou a Petrobras, foi este Governo Lula, quando vivenciou aquele episódio que redundou no símbolo do *Land Rover* na conta, no patrimônio pessoal do Sr. Sílvio Pereira. Se houve alguém que, em algum momento, privatizou os Correios e Telégrafos... Meu Deus! A Rede Globo e demais televisões e jornais exibiram, à farta, aquela cena da propina, que depois redundou no desvendamento da corrupção dos Correios. Aquele foi o momento de apropriação privada de bens e dinheiro público neste Governo Lula. Ou seja, se houve alguém, e essa denúncia deve ser feita, que privatizou, em algum momento, a Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, esse alguém se chama Luiz Inácio Lula da Silva, responsável por tudo que acontece em seu Governo.

Mas chamo a atenção, Senador Jonas Pinheiro, para o fato de que ele insiste na leviandade de comparar tempos diferentes. Fernando Henrique com onze crises internacionais ao longo do seu período; ele, nenhuma. No tempo dele, pega uma economia infra-estruturada. Mas ele insiste nessa leviandade. Demonstra conhecer dados do governo passado e, ao mesmo tempo, alega não conhecer nada do que se passou de escuso no governo dele. Ou seja, especializou-se em entender o governo dos outros e não se interessa por algo que é básico, que é fundamental, algo que é fulcral na ação de um bom administrador, que é conhecer o que se passa no interior do próprio órgão ou da empresa que dirige ou do Estado ou Município que comanda.

Antes de conceder o aparte ao Senador Tuma, eu quero me referir a uma outra mentira – não tenho outra expressão – que tem sido espalhada pelo Presidente Lula e seus afiliados. Afiliados ou afilhados, sei lá; o português é uma língua muito rica e permite que façamos esse jogo.

Ficou impossível fazer campanha em meu Estado, o Amazonas, porque se espalhou que, se o Presidente Lula perdesse a eleição, a Zona Franca de Manaus seria extinta, como se algum presidente pudesse ser irresponsável a ponto de eliminar aquele que é, sob alguns aspectos, o segundo, sob outros, o terceiro, na pior das hipóteses, o quarto mais importante pólo industrial do País. Geraldo Alckmin estará muito incisivo em relação à Zona Franca de Manaus. Mas isso grassou, e não foi só no meio mais humilde do eleitorado. Grassou entre os segmentos mais intelectualizados do meu Estado. Parecia que seria o caos a vitória de Alckmin, porque ela retiraria a fonte de renda e de vida que oxigena 93% da economia do meu Estado, que tem sido engodado pelo Presidente Lula. O tal gasoduto está parado. Fingem trabalhar. Não tem nada. O dinheiro que está lá fui eu que pus, paralisando – o Senado é testemunha disso, o Congresso é testemunha disso –, por três semanas, a votação do Orçamento Geral da União, até reporem aquilo que haviam tungado do gasoduto Coari-Manaus, num projeto de lei de crédito, no dia 21, 22 de dezembro. Eu só deixei passar o Orçamento depois que votaram os R\$110 milhões. Foi preciso muita conversa com o Ministro Tarso Genro, muita conversa com o Presidente da Petrobras. Havia uma determinação do Governo de não ceder o dinheiro.

E o dinheiro que eu coloquei lá não adianta nada; é uma obra de R\$1,5 milhão, e nada esse dinheiro representa, pois é muito pouco em relação ao montante necessário para se dizer que a obra está de fato em andamento.

Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Tuma e ao Senador Leonel Pavan, e encerro o pronunciamento.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, peço desculpas por interromper a análise que V. Ex^a faz com profundidade e com bastante calma. Mas, se V. Ex^a me permite, gostaria que fosse incorporado o meu aparte ao seu discurso, porque recebi mais de uma centena de telefonemas de delegados, meus colegas e companheiros, que se sentiram ofendidos com a expressão “delegado de porta de xadrez”. Nós sabemos da luta, da dificuldade de cada delegado, quando tem de tomar conta do xadrez para que não haja fuga ou qualquer levante dentro dos presídios.

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço desculpas, Sr. Presidente. A grande luta dos delegados foi para que as delegacias não servissem de presídios. Portanto, essa expressão chocou muito. Presidentes de associações ficaram chocados com a expressão.

Hoje até se usa – e considero ofensiva – “advogado de porta de xadrez”, mas delegado, foi a primeira vez na vida que ouvi. Trabalhei cinquenta anos na polícia, até me aposentar, continuo me sentindo um delegado de polícia, e tenho muita honra disso. Peço licença a V. Ex^a para que meu protesto seja inserido em seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tuma.

Antes de conceder um aparte ao Senador Leonel Pavan, devo dizer que mais uma vez ele se revela despreparado porque ele humilha os advogados – ele chama de porta de cadeia, os advogados mais humildes –, e menospreza os delegados, sem dúvida alguma. Mas demonstra desconhecer o que é o trabalho de um delegado. Delegado não pode ficar batendo perna em porta de cadeia; delegado trabalha dentro da delegacia, sentado no seu gabinete, despachando, dando ordem aos seus comandados. Então, fora o ato falho de ele não querer conversa com o delegado, isso eu notei, ato falho, ele não demonstrou muito apreço pelos delegados em geral. Aí, em vez de atacar os advogados, ele atacou os delegados. Aí não é o Freud do Palácio, do escândalo do dossiê, aí é o Freud da psicanálise que explica por que, lá no seu íntimo, ele não gosta de conversa com delegado.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Arthur Virgílio, eu queria apenas tentar contribuir e novamente relembrar o que V. Ex^a acabou de colocar aqui para a população brasileira. O Presidente da República, ao participar de um debate, tem de demonstrar, pelo menos à população brasileira, que ele está preparado para falar dos seus feitos, daquilo que ele realizou. O Lula tem experiência em debate. Ele, quando na Oposição, debatia todos os dias, e só acusava, só batia. Ele era tão duro nos debates, agredia tanto nos debates...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite que eu faça um contra-aparte?

Ele não tem experiência de debate, não; ele foi um Deputado absenteísta na Constituinte. Ele não debateu com ninguém quase nunca. Nas vezes em que debateu, perdeu. Ele quase nunca debateu com ninguém. Ele era muito de falar em comício, de falar sozinho, mas jamais fez o que fazemos aqui no exercício cotidiano, que é terçar as armas das idéias. Isso não. Ele sempre foi fraco em debate. Ele, que se recusou o tempo inteiro a fazer o papel presidencial de conceder entrevistas coletivas à imprensa brasileira.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – É verdade. Porém, Senador Arthur, o Lula pautou a vida dele toda com agressões, tanto que, na última eleição, ele criou

o “Lulinha paz e amor”, até para mostrar que não era mais aquela pessoa agressiva do passado. Hoje, quando alguém o contesta de forma mais clara, transparente e correta, ele já entende como agressão. Ele estava tão perdido no início do debate que não cumprimentou a população brasileira, não a respeitou. Todavia, minutos antes, Geraldo Alckmin tinha cumprimentado os telespectadores, pedindo licença às pessoas que estavam assistindo ao debate. Ele encerrou o debate e também não se despediu e não teve coragem de pedir o voto, coisa que Alckmin fez. Por que pedir o voto? Mostrou conteúdo todo o tempo em que debateu com o atual Presidente. Agora, veja que houve algumas contradições por parte de Lula. Ele diz que puniu os culpados. Como ele puniu? Eu queria saber qual desses envolvidos ele demitiu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só se foi com aquele elogio a José Dirceu.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Waldomiro Diniz pediu demissão, Palocci pediu demissão, José Dirceu pediu demissão. Aliás, ao falar em José Dirceu, ele disse que o povo brasileiro, o Brasil, iria pedir desculpas a José Dirceu. Ele chegou a chamar de companheiros todos os envolvidos, em sua residência, dizendo: “Erraram, mas não erraram tanto”. Então, ele não puniu. Eu queria lembrar à população brasileira, principalmente aos funcionários dos Correios, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal... V. Ex^a mencionou isso. É uma vergonha um Presidente da República inventar notícias, inventar fatos, tentar levar à população brasileira fatos inverídicos, querendo dizer à população brasileira e a essas instituições tão importantes para o Brasil que Geraldo Alckmin vai privatizar. É uma vergonha! O Lula não precisava ler o que supostamente fez em quatro anos. Mas quando ele foi debater, teve que ler e lia errado. E se teve que ler é porque não fez. O Geraldo Alckmin, em nenhuma vez, precisou se socorrer dos papéis sobre o que fez no Governo de São Paulo. Talvez, agora, com esse debate, a população brasileira tenha tirado a dúvida sobre o que é melhor para o País e ficou bem claro perante a opinião pública que quem está mais preparado para governar o Brasil é Geraldo Alckmin.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, respondendo ao Senador Leonel Pavan, eu encerro este pronunciamento. O Senador toca em um ponto fulcral. Geraldo Alckmin não se preparou para o debate – essa é a diferença. Geraldo Alckmin não se preparou para o debate. Ele se preparou para o exercício da Presidência da República. Essa é a diferença essencial. Ele debateria ontem como debateu nas vezes em que o Lula se evadiu do dever de debater – na fase do primeiro turno –, debaterá depois de

amanhã e debateu naquele dia. Vamos, então, tirar as máscaras e desafivelar todas as hipocrisias.

O Governador eleito da Bahia, Jacques Wagner, admitiu a derrota de Lula. Está nos jornais de hoje. Ele disse que Lula foi surpreendido e que vai se preparar para o próximo debate. Isso não é pegadinha do programa do Silvio Santos, não, nem da Rede TV. Isso é saber se está ou não com programa de governo na cabeça. Se alguém tem que se preparar daqui para frente é porque não se preparou até aqui. Se não se preparou até aqui a pergunta é muito óbvia: como é que governou o País alguém que não se preparou sequer para se fazer representar de maneira condigna num debate?

Finalmente, Sr. Presidente, ainda no terreno das mentiras, cruéis mentiras: ele obteve, o Presidente Lula, quase o inteiro da votação de um Município muito pequeno, muito humilde, muito pobre, do Manaquiri, no meu Estado do Amazonas. Lá as pessoas dizem que se não votarem nele o outro vem e vai cortar a luz. Isto foi espalhado lá, que se não votarem nele vão cortar o Bolsa-Família. Pode passar pela cabeça de alguém que um Presidente se sustente no poder com base nesse tipo de inverdade? E como pode acabar com o Bolsa-Família alguém que, na verdade, vai ampliar e aperfeiçoar o Bolsa-Família? Alguém que é oriundo de um partido que quando estava no governo criou projetos sociais como: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O Bolsa-Família não é nada mais nada menos que a unificação, até perdendo um certo foco, desses projetos todos.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que aceito a vitória e a derrota como fatos normais da vida pública. Eleição não permite a figura do empate; então ganha ou perde o candidato fulano ou beltrano. Eu aceito as regras do jogo democrático postas aí.

Agora, um candidato pessoalmente recorrer a essa baixa de dizer que o seu adversário vai privatizar o Banco do Brasil e entidades desse porte, espalhar que a Zona Franca de Manaus será desativada se Alckmin vencer as eleições, dizer ao pobre e humilde povo do Município de Manaquiri que, se votar em Alckmin, vai ficar sem luz; que, se votar em Alckmin, vai ficar sem o Bolsa-Família, isso tudo é lamentável. É com esta mensagem que encerro, Senador Antonio Carlos: a Nação deve começar a se fazer uma pergunta, a Nação deve começar a se fazer uma indagação: por que alguém quer se manter tão apegado ao poder? O que tem nesse poder de tão delicioso, de tão fundamental, de tão necessário, de tão essencial a ponto de valer uma mentira – e vimos coisas piores em Santo André –, a ponto de valer a inverdade, a ponto de valer a coação

sobre populações humildes com essa história de que vai acabar o fornecimento de luz ou o Bolsa-Família? O que há nesse poder?

Fui Ministro de Estado durante seis meses. Trabalhei numa das fases mais duras da minha vida. No dia em que estava me despedindo do Presidente Fernando Henrique para voltar à Liderança do Governo, no Congresso, o Presidente me disse: “Você está leve hoje, Arthur”. E eu respondi: estou mesmo, Presidente, porque eu me preparei para seis meses aqui, desincompatibilizando-me para desfrutar a eleição de Senador. Vou confessar ao senhor que já não agüentava mais ver tanto deputado, tanto governador, tanto ministro na minha frente. Hoje, Presidente Fernando Henrique, pela primeira vez, nesses seis meses, antes de vir para cá lhe comunicar o que o senhor já sabia, que eu iria largar o cargo, andei e vi um casal de namorados discutindo, percebi um gaviãozinho numa cerca por onde eu estava caminhando, eu percebi detalhes da vida cotidiana.

Eu considero quase que uma tara alguém gostar do poder tanto e desse jeito, quase que uma perversão. Eu não sou assim.

Pergunto, encerrando, Presidente: O que faz alguém pagar qualquer preço para permanecer no poder? O que há nesse poder para essas pessoas, de modo a valer a invidade, valer a mentira, valer a coação, valer a prepotência, valer a intimidação, valer tudo? É hora, portanto, de essa pergunta ser respondida com muita consciência pela Nação brasileira. Que ela responda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para Geraldo Alckmin, a eleição é um fato normal: vai lhe dar a vitória ou vai lhe dar a derrota. E eu sinto que vai lhe dar a vitória, mas, se der a derrota, é fato democrático normal.

Para Lula, ele acena com uma guerra nas ruas e ele mente deslavadamente antes de se ferir o embate, que deveria ser um embate limpo.

Se alguém, portanto, tem faltado com a lisura, tem faltado com o respeito ao povo é aquele que mente. Se alguém foi grosseiro, foi ele; se alguém foi debochado, foi ele, que não cumprimentou sequer os telespectadores. Aí, quero atribuir não à falta de educação, mas quero atribuir ao medo. De repente, caiu em si e viu que estava enfrentando um adversário preparado e que ele próprio não se preparara para aquele embate.

Encerro com esta pergunta, Sr. Presidente: que delícias haverá nesse poder para essas pessoas? Quando eu larguei o Ministério do Presidente Fernan-

do Henrique, foi um dia de alívio para mim. E digo: vou voltar para uma vida mais ou menos normal.

Que delícia existe nesse poder?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que delícia existe nesse poder para motivar tanto um Presidente a querer tanto esse cargo a ponto de espalhar uma central de inverdades? E aqui me referi ao episódio do Brigadeiro Eduardo Gomes na eleição com Getúlio Vargas, aquela coisa dos marmiteiros.

Que delícia existe nesse poder? O que faz um grupo se apegar tanto ao poder? Os empregos? Os aparelhamentos? O que já é grave. Ou mais do que isso? Que apetites têm de ser sustentados em mais quatro anos disso? Dessa mesmice? Que apetites?

Que essa pergunta paire sobre as nossas consciências, porque teremos dias até a resposta, alguns segundos na urna e, depois, quatro anos para comemorar um Brasil decente ou para amargar resultados que poderão custar um bom atraso para o nosso processo histórico.

Por ora, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Papaléo Paes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate realizado no domingo na TV Bandeirantes, ao qual V. Ex^a assistiu ao vivo – eu o vi bem na tela – foi uma demonstração inequívoca de que o Presidente da República deverá ser Geraldo Alckmin.

Nunca vi em debate de televisão uma superioridade tão grande em todos os sentidos, do primeiro ao último bloco. Desde o início o público notou que Geraldo Alckmin estava muito melhor preparado, porque está melhor preparado e porque não pode ser comparado ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Era preciso, sim, um debate público para se ver ao final que o Presidente Lula não poderia ser presidente e não poderia ser presidente porque não tem as qualificações indispensáveis para dirigir um país como o Brasil.

Não houve um ponto. O nocaute começou, Sr. Presidente, quando Alckmin perguntou: “De onde vem o dinheiro?”

Atordou-se o Presidente Lula. Aliás, até hoje ninguém sabe de onde veio o dinheiro. Disseram que veio dos Estados Unidos! E a versão de hoje de alguns policiais federais é de que veio do jogo do bicho, levando-se em conta que eram muito pequenas as notas, notas de jogador de bicho. Paira essa dúvida.

Com essa pergunta, que, aliás, o Presidente Lula deveria saber que iria surgir, Lula ficou grogue e, do princípio ao fim, não acertou coisa nenhuma.

Discordo dos Senadores que falaram na sua política externa. É o contrário. Há muito tempo a política externa do Brasil não vem dando certo, mas nunca esteve pior. A luta por um lugar no Conselho de Segurança tem feito o País atravessar situações difíceis, cedendo coisas a todos os países e sempre sendo derrotado na política externa.

Foi assim com a China; sim, foi! A China lhe negou apoio. Foi assim com a Bolívia. Foi assim até com o Presidente Chávez, para quem o Presidente Lula deita-se para que ele passe por cima. No caso da Bolívia, ele próprio confessou no debate que a Bolívia estava certa e que o Brasil deveria perder bilhões para o povo boliviano, que a Petrobrás tinha de perder – ele confessou.

E mais, Sr. Presidente, a mania que ele tem em relação ao ex-Presidente Fernando Henrique me faz perguntar: por que o Presidente Lula não chama para um debate o Presidente Fernando Henrique? Poderia ser um debate interessantíssimo. Em vez de cobrar do Presidente Alckmin, iria o próprio ex-Presidente Fernando Henrique mostrar que ele Presidente Fernando Henrique é o autor principal da auto-suficiência do petróleo. Ele, nos anos do seu Governo, foi o responsável pela grande subida da exploração do petróleo. Fernando Henrique iria demonstrar que os números que Lula apresenta são falsos, tanto na saúde quanto na educação.

A mentira é o mote principal do Presidente Lula. Mente de forma inacreditável, afirmando que o Governador Alckmin, futuro Presidente da República, vai privatizar a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste. Enfim, tudo que não é verdade. E disse claramente que era o PFL e o PSDB quando Alckmin distribui a gravação em que ele diz às rádios: “Presidente do País que mente não merece respeito”.

Alckmin foi até bondoso quando tratou do cartão de crédito. Vejam bem: o cartão de crédito foi criado por Fernando Henrique Cardoso, mas o sigilo do cartão de crédito é obra de Lula. Ele pode dizer que foi José Dirceu, que foi outro, mas foi Lula. E ele não pode exibir os gastos do cartão de crédito, como prova a **Folha de S.Paulo** de hoje, que publica:

Números oficiais mostram o crescimento nos gastos com cartões nos últimos anos: somaram R\$14,1 milhões em 2004; R\$21,7 milhões em 2005; e, até agosto deste ano, se aproximavam de R\$21 milhões, no total da administração direta.

Ora, Sr. Presidente, sobre o destino de R\$3,6 milhões, diz que não são dados, são protegidos por sigilo, nos termos da legislação. Foi ele quem fez a legislação para tornar sigilosos esses dados.

Embora os pagamentos com cartões tenham sido autorizados no final do Governo Fernando Henrique, repito que a regra que impôs o sigilo é de 2003, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Nova auditoria do TCU, concluída neste ano, cobrou explicações para os gastos de R\$608 mil, em um ano e meio, com bebidas e alimentos “refinados”. Técnicos rastreiam a existência de notas fiscais frias entre os comprovantes de gastos dados pelo Planalto. O resultado deve ser divulgado em novembro.

A Casa Civil informou que aguardará a conclusão da auditoria para se manifestar. Em 2005, a assessoria da Ministra Dilma Rousseff confirmou a existência de notas frias entre os documentos, que comprovam a compra de cartuchos de impressoras para a Presidência por R\$3 mil.

Vê-se que cartão de crédito na Presidência da República é um grande perigo. O mínimo que compram é bebidas e refinados, mas há também compras de outras coisas.

O Presidente não pode mostrar. Por que ele não mostra logo hoje? Por que não dizer: está aqui; nós gastamos no cartão de crédito essas coisas – e apontar os itens? Mas ele não faz isso. Ele não tem coragem de fazer isso. Os cartões de crédito estão aí, com despesas pessoais inacreditáveis, e o Presidente da República se vale do sigilo que ele mesmo impôs e não o Presidente Fernando Henrique.

Ah, Sr. Presidente, quantas mentiras e ofensas!

Por que o Presidente não quer explicar esse problema do dossiê? Diz que um dia, daqui a dez anos, isso será apurado. Ora, meus senhores, o Presidente da República, dono da Polícia Federal, amigo pessoal do Ministro Márcio Thomaz Bastos, ainda vai se equivocar querendo ofender a classe de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, chamando o delegado de porta de cadeia?! É um ato falho do Presidente. Mas os atos falhos de Sua Excelência estão prejudicando o Brasil porque estão levando o País a bancarrota. Este País

está economicamente, ao contrário do que se diz, em situação gravíssima, dada a roubalheira, a falta de ética, o mensalão, os sanguessugas e o valerioduto. Esses são os que nós conhecemos. Em qualquer área existe muito mais.

Quantos ministros são trocados, inclusive presidentes e chefes de campanha e presidentes de partido? José Dirceu, Berzoini... Berzoini falou mal de José Dirceu; depois, o caso do dólar na cueca do cunhado do presidente do Partido.

Tudo isso acontece, neste País, e o povo não está sabendo. O que se sabe é que Alckmin, pela mentira de Lula, vai acabar o Bolsa Família, quando vai é aumentar o Bolsa Família. Quero dizer ao Brasil inteiro, principalmente, ao Nordeste, que o Bolsa Família vai ser aumentado no Governo Alckmin. O que vai ser é fiscalizado, porque muita gente que não merece recebe Bolsa Família, e os pobres deixam de recebê-la. Temos que aumentar o valor, porque, na verdade, R\$65,00 estão valendo muito, mas ninguém pode dizer que tem três refeições por dia, durante trinta dias, com R\$65,00.

Isso é um engodo, e esse povo, principalmente o povo pobre do Nordeste, não pode ficar enganado a vida toda por um Presidente incompetente, que não zela pela honestidade pessoal, nem mesmo pela honestidade dos seus auxiliares.

Todo dia... É o diretor do Banco do Brasil, é o churrasqueiro... Imagine-se um churrasqueiro ter, em ONGs, 17 milhões, e o povo passando necessidade?!

O Freud – e quero repetir, pois houve um equívoco em um dos discursos, que não me refiro ao psicanalista – do Palácio do Planalto, o amigo que passeia diariamente com o Presidente para perder as suas gorduras, que são do bolso povo brasileiro, emagrece andando e engorda roubando. Essa é a situação do País.

Daí por que peço a V. Ex^{as}, meus caros colegas, que façam um grande esforço. Eu tive um insucesso – já disse isso aqui antes de V. Ex^a, Senador Tião Viana, estar na Presidência –, mas um insucesso não vai me tirar a coragem de lutar para dar a vitória a Geraldo Alckmin no segundo turno, porque não é uma vitória da Bahia, do Nordeste; é uma vitória do Brasil. Já se está verificando o aumento, em todos os lugares, da diferença dos candidatos que estão com Alckmin. Isso vai acontecer também no Nordeste. Pelo menos, vai-se diminuir a diferença. E isso acontecendo, teremos um Governo sério, de homens competentes. Não haverá essa coisa triste que o Brasil enfrenta, que é o Governo do Presidente Lula.

O Presidente Lula se mostrou no debate. Por isso ele fugia. Fugia com razão. É um fujão mesmo!

Fugia com razão, Sr. Presidente. Ele não tem como debater.

No próximo debate ele vai agredir de saída para ver se tumultua. Mas até lá o povo estará esclarecido de que o Presidente da República não pode continuar. Se ele continuar, pobre do Brasil. Mas, felizmente, o Brasil vai se reabilitar elegendo Geraldo Alckmin Presidente da República.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, nos termos do §2º do art. 158, por até cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos dar conhecimento ao Brasil do porquê de Geraldo Alckmin ter vencido as eleições em primeiro turno em Santa Catarina e do porquê deverá ultrapassar os 60% agora no segundo turno.

Repercutiram neste final de semana as pesquisas divulgadas na imprensa nacional e estadual dando conta da precariedade das estradas federais no Brasil e em Santa Catarina. Nota-se que os investimentos do atual Governo Federal foram insuficientes e os dados também não são novidade.

Sr. Presidente, não foi a toa que iniciei meu mandato aqui no Senado, em 2003, falando sobre a necessidade de duplicação da BR-101, de conclusão da rodovia BR-282, de duplicação da BR-470 e de conclusão da BR-280, entre outras.

A pesquisa foi feita pela Confederação Nacional do Transporte e revelou que a conservação das estradas de Santa Catarina está entre as piores do Brasil. O Governo Federal não investiu.

Hoje, em Santa Catarina, na BR-101, na região norte, há um trabalho paliativo, um tapa-buracos. Estão trabalhando até nos finais de semana, às pressas, fazendo um serviço que não vai trazer resultados positivos para o futuro.

Nossas rodovias continuam sem receber a atenção devida do Governo Federal.

Recentemente, falei aqui sobre a BR-282. Agora, está sendo lido um relatório, na Comissão de Orçamento, para onde irei daqui a pouco, que, se aprovado, fará com que o Governo libere recursos para terminar a importante obra que liga a BR-282 com o Extremo Oeste de Santa Catarina, com a divisa com a Argen-

tina, ao litoral sul do nosso Estado, ligando a BR-101 na região Sul, onde está sendo realizada a obra de duplicação.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que estamos vendo é que esse trabalho, precário, insignificante, sem planejamento, está ocorrendo em quase todos os Estados do Brasil. São serviços paliativos que não dão nenhuma segurança de terem servido para alguma coisa daqui a dois, três ou dez anos. Estão gastando dinheiro para tapar buracos, porém sem a qualidade necessária.

O meu Estado, Santa Catarina, foi para as urnas e mostrou ao Presidente Lula que não nos enganamos apenas com discursos e com serviços de péssima qualidade. Não nos enganamos apenas com palavras, com visitas e até com compromissos de que irão fazer as obras daqui a dois ou três anos. Santa Catarina não vai mais se iludir com o atual Governo Federal. Eu disse que as respostas viriam nas urnas, o que se concretizou. Lá, Geraldo Alckmin venceu as eleições, porque a população do nosso Estado sabe muito bem qual é o melhor candidato para o Brasil. E no segundo turno, com certeza absoluta, vamos ter mais de 60% dos votos, principalmente após o último debate que vimos, quando todo brasileiro conseguiu comparar o conhecimento e a qualidade de cada candidato.

Sr. Presidente Tião Viana, no seu Estado, onde V. Ex^a conseguiu uma votação histórica para o Senado Federal, que todos aplaudimos, e onde seu irmão, o Governador, fez um excelente trabalho, onde o seu Partido elegeu inúmeros Deputados, lá também a população definiu o que é melhor para o Brasil: no seu Estado, Geraldo Alckmin também foi vencedor.

O Acre elegeu, Senador Tião Viana, do PT, um Governador do PT – elegeu quem realmente pode fazer pela população –, mas repudiou, não aceitou dar os votos para que este Governo Federal tivesse continuidade. Isso, certamente, vai acontecer em todos os Estados do Brasil. O sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná já mostraram no primeiro turno que não é possível continuarmos mais quatro anos de mandato com alguém que só usa as palavras, o vocabulário para tentar iludir as pessoas mais humildes, as pessoas mais simples.

Com Geraldo Alckmin, vamos ampliar o Bolsa-Família, vamos estendê-la a todos os cidadãos necessitados do Brasil.

Com Geraldo Alckmin, instituições como os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica serão ainda mais valorizadas. Elas não serão, como diz o atual Presidente, privatizadas. É leviandade dizer isso, pois não passa pela cabeça do nosso candidato, não passa pelo programa do PSDB, do PFL ou de qualquer

partido que apóie Geraldo Alckmin qualquer tipo de ação que não venha a valorizar as instituições nacionais, as empresas que prestam grandes serviços ao Brasil, como os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Nós também iremos fortalecer ainda mais todos os serviços sociais que tragam benefícios à população mais pobre do nosso País, como é o caso do Bolsa-Família, que, aliás, foi criado no Governo passado, mas que teve apenas seu nome alterado. Vamos ampliá-la, aumentar os valores, atender melhor às pessoas mais necessitadas.

Deixo aqui nosso protesto contra o atual Governo Federal, que usa mentira para buscar o voto. Fica registrado nosso protesto contra o atual Governo Federal, que diz que está trazendo benefícios ao nosso Estado, Santa Catarina, e ao nosso País, mas as coisas não estão acontecendo.

As rodovias estão cada vez piores, o atendimento à população está cada vez pior. O que melhorou neste Governo, realmente, foi apenas o reconhecimento de que, no passado, foram feitas coisas boas à população brasileira, como o hoje chamado Bolsa-Família, criado pela Ruth Cardoso, que criou vários programas sociais, hoje acoplados todos com o nome de Bolsa-Família.

Fica aqui o nosso protesto contra o atual Governo, que mente para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador. V. Ex^a teve a cessão do Senador João Batista Motta e estava na frente por cessão do Senador Mão Santa e da Senadora Ideli. A Mesa faz a permuta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, V. Ex^a é sempre muito elegante.

Desta tribuna, parablenho V. Ex^a pela sua brilhante eleição para um mandato de mais oito anos nesta Casa, pelo Estado do Acre. Foi também o Estado de V. Ex^a que deu uma vitória brilhante ao nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin. Realmente, é muito interessante essa casadinha entre a reeleição do Senador Tião Viana e a votação vitoriosa do nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin, no Acre.

A razão do meu discurso é exatamente discutir esta questão que hoje está em debate em nível nacional: houve uma divisão nessa eleição. O Brasil se cindiu. Há dois brasis. Um votou em Geraldo Alckmin, que ganhou, com relativa folga. São as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e alguns Estados do Norte,

como Acre, Roraima e Rondônia. No entanto, no Nordeste, na minha região, Lula teve uma vitória também com uma diferença expressiva na Bahia, em Sergipe menos, em Alagoas menos; mas, em Pernambuco e no Ceará, teve uma grande vitória.

Por que isso? Os analistas políticos se debruçam sobre esse assunto

Estamos analisando se o que determinou essa votação foi uma política de governo em ambos os casos. Se não, vejamos: no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, os Estados que vivem basicamente do agronegócio, os Estados produtores de grãos passam por uma crise profunda, apesar de o agronegócio contribuir praticamente com toda a formação do saldo da balança comercial brasileira. O agronegócio, apesar da dificuldade vivida momentaneamente, continua a exportar muito. Contudo, apesar disso, esses Estados têm tido, por parte do Governo Federal, uma desatenção muito grande. O produtor, aquele que vive das *commodities* brasileiras, seja soja, seja cacau, seja carne, sofre, porque tudo o que é o exportável brasileiro, com exceção de raros produtos, tipo álcool, está com os preços deprimidos, por conta de haver um dólar artificial em torno de R\$2,00. Se esse dólar fosse para R\$2,50 pelo menos – o ideal seria em torno de R\$2,80 –, é claro que a agricultura brasileira poderia sobreviver, diante da dificuldade por que passa o Rio Grande do Sul, como também o Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, o Paraná e o grande Estado de São Paulo.

Em São Paulo, houve outra razão: São Paulo conhece de perto ambos os candidatos. São Paulo sabe quem é Lula. São Paulo viu Lula nascer e sabe com quem Lula trabalha. Lula não ganha em São Paulo – não há como ganhar. Vejam o nosso colega o Senador Aloizio Mercadante, que teve um desempenho muito fraco em São Paulo. O PT não ganha em São Paulo, porque os paulistas conhecem Lula sobejamente e conhecem também Alckmin e sabem do trabalho realizado por Alckmin em São Paulo. Sabem que ele, antes de tudo, fez um Governo com ética, com seriedade e com moralidade. Fez, no Estado de São Paulo, o ajuste fiscal que precisa ser feito. O Estado de São Paulo cresceu mais do que o restante do Brasil.

Foram a política econômica e o conhecimento maior por parte do eleitorado de Geraldo Alckmin no Centro-Sul que deram a vitória a Geraldo Alckmin nessa região.

Vamos analisar o Nordeste. Qual a política pública que existe no Governo Federal para o Nordeste?

Há uma política de infra-estrutura para o Nordeste, para que o Nordeste possa crescer, para diminuir o *gap* que existe entre o desenvolvimento econômico do Nordeste, do Sul e Sudeste do País? Não, não há.

O Presidente Lula criou uma agência de desenvolvimento, como a Sudene? Ele prometeu recriar a Sudene. Ele o fez? Não, não o fez.

O Presidente Lula melhorou as estradas do Nordeste brasileiro? Não. Hoje, um jornal da Bahia noticia que as piores estradas do Nordeste estão na Bahia, como o caso da BR-110, da BR-135, da BR-242 e da própria BR-116.

O Presidente Lula levou alguma grande indústria ao Nordeste? Ele prometeu a refinaria para o Estado de Pernambuco, que não passou de uma pedra fundamental até o momento.

O Presidente Lula levou uma matriz energética nova para o Nordeste? Ele falou, no debate com o candidato Alckmin, que levou o biodiesel ao Nordeste. Mas é uma promessa, porque sequer políticas públicas há para financiamento de fábricas que possam transformar os óleos vegetais, como os da mamona, do algodão e de tantos outros, como da própria soja. Não há financiamento. O Banco do Nordeste do Brasil, o banco federal, público do Nordeste brasileiro, não financia usinas transformadoras de óleo de mamona para o biodiesel. São falácias, são promessas, são realizações virtuais.

Qual é a política pública que, lamentavelmente, conquistou o eleitor do Nordeste? Falo aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito ao eleitor do Nordeste. Eu sou nordestino, eu sou baiano, e nós estamos, lamentavelmente, ainda numa região subdesenvolvida. Nós exigimos políticas que não sejam políticas compensatórias, que não sejam políticas assistencialistas, porque essas devem existir para as populações mais pobres, mas elas não devem ser permanentes. São políticas circunstanciais e devem dar uma ajuda enquanto não se consegue dar a sustentabilidade. Lamentavelmente, o que o Presidente Lula e o seu Partido fizeram foi captar os votos dos nordestinos mais carentes, mais necessitados, que estão sendo iludidos na sua boa-fé, que estão recebendo o Bolsa-Família. Por meio do Bolsa-Família, procura o PT fidelizar o voto do mais pobre, do mais carente. Enquanto isso, não cuida da estrada, não fez nenhum hospital, não construiu estrada nova, não apoiou a produção, não criou infra-estrutura no Nordeste, não recriou agência de desenvolvimento.

Ora, não vamos aceitar que olhem para o Nordeste e pratiquem uma política assistencialista, com-

pensatória, sem deixar de fazer o que é essencial para o Nordeste.

Por isso, a proposta do nosso candidato Alckmin é muito mais consistente, porque ele se debruçou sobre a questão nordestina, assumiu compromissos com a nossa região, vai trabalhar para que o Nordeste possa cobrir esse diferencial que, lamentavelmente, ainda existe entre a nossa renda média, que está em torno de R\$3,5 mil, e a renda do Sudeste, que está em torno de R\$8 mil.

Não podemos aceitar que o voto seja captado dessa forma, utilizando-se inclusive de uma grande mentira, já que não há argumentos para dizer que vai promover o desenvolvimento econômico e social do povo nordestino sequer a transposição do rio São Francisco, prometida para os Estados do Nordeste setentrional, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nós da Bahia, de Sergipe e de Alagoas somos contra o projeto da transposição, mas o Presidente nada fez nem com relação à transposição. Nós defendemos a revitalização do rio São Francisco, nós defendemos a retomada dos projetos de irrigação às margens do rio São Francisco, como o Salitre e o Baixio de Irecê.

Por que o Presidente Lula não fez absolutamente nada disso para o Nordeste? Fez apenas o Bolsa-Família e, lamentavelmente, como um coronel do século XXI, deu um benefício de R\$60,00 a fim de captar o voto do povo nordestino, iludindo a boa-fé e induzindo a compra do voto por intermédio do Bolsa-Família.

Observem a diferença de votação do Norte e do Nordeste. São dois brasis? Não podemos aceitar. Nunca, na história republicana, houve uma divisão tão clara dos Estados brasileiros na escolha de um presidente. É por isso que ocupo a tribuna no dia de hoje. Mais uma vez. Na semana passada, falei a esse respeito, e falarei novamente. Falo para o povo nordestino.

Não nos deixemos levar por um programa assistencialista que não é do Presidente Lula. Está aí com o nome de Bolsa-Escola, mas foi criado no Governo passado, com o Fundo de Combate à Pobreza, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães. Queremos desenvolvimento, infra-estrutura e solidez na base econômica do Nordeste, para que possamos, em um futuro próximo, não agora, mas a médio e longo prazo, sair de programas assistencialistas como o Bolsa-Família.

Além disso, esse dinheiro não é do Presidente Lula, mas do povo brasileiro, e ele fala do programa como se fosse obra dele. Não é. É dinheiro que vem dos nossos impostos a cada dia.

Então, este é o meu apelo: que o povo nordestino reaja, e a tempo suficiente. Os resultados do debate estão aí para todos verem. Trata-se de um Presidente da República que quer andar olhando para o retrovisor. Só sabe se comparar com o passado, quer sempre voltar ao passado. Como disse o candidato Geraldo Alckmin, conhece mais do Governo passado do que do dele. Ninguém pode andar para frente olhando para o retrovisor. Temos de olhar com segurança, com firmeza, com convicção e com determinação para o futuro.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Marcos Guerra, do Estado do Espírito Santo.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador César Borges, também pertencem a um Estado muitas vezes comparado ao Nordeste. Até com relação às questões tributárias, ele é tributado como se fosse do Nordeste. Parabenizo V. Ex^a, quando fala dos dois brasis.

O Brasil do Nordeste é o Brasil que o Presidente faz de refém. É um crime, Senador, fazer uma campanha política, um projeto de governo, só com o Bolsa-Família. O programa também faz parte do projeto de Geraldo Alckmin, lógico, porque nasceu no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas fazem parte do projeto de Geraldo Alckmin desenvolvimento, geração de emprego, como V. Ex^a citou, e colocar o Nordeste em questão de igualdade com os demais Estados brasileiros. Parabenizo V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento, principalmente no que diz respeito às diferenças entre os dois brasis. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Senador Marcos Guerra.

O jornal **A Tarde**, de hoje, traz a matéria: “Estradas baianas estão entre as piores do Brasil.” As estradas federais! O Presidente Lula não investiu na infra-estrutura do Nordeste. Não gerou emprego, não gerou renda. Cada Estado nordestino tem que fazer o seu dever de casa, tem que fazer as suas inversões, tem que praticar guerra fiscal para atrair novas indústrias; do contrário, não temos o apoio do Governo Federal.

Lamentavelmente, o Governo do Presidente Lula discriminou o meu Estado, não ajudou o Governador Paulo Souto, não ajudou a Bahia. Geraldo Alckmin assumiu o compromisso, se eleito for, como esperamos, no dia 29...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para encerrar.

Esperamos que Alckmin seja eleito, a partir da decisão soberana do povo brasileiro, que deve estar unido,

não dividido, como o PT está conseguindo. O PT foi para o Nordeste captar votos com o Bolsa-Família, deixando de realizar as obras estruturantes para o desenvolvimento econômico do Nordeste, porque sabia que seria mais fácil por meio de programas assistencialistas.

No Sul e no Sudeste, não conseguiu, mas conseguiu no Nordeste. Porém, vamos reagir de forma soberana, digna, e dizer que queremos desenvolvimento econômico, crescimento, novas empresas, apoio para nossa infra-estrutura e nossos serviços públicos, coisa que o Governo Lula não fez, mas o Presidente Alckmin, com certeza, vai fazer. E o Presidente Lula vai ficar com esse débito na história de seu Governo, porque não olhou como deveria para uma região sofrida como o Nordeste, não cumpriu as suas promessas. A maior delas, talvez, a recriação da Sudene.

Desafio aqui um Senador qualquer que defenda o Governo a dizer por que o Presidente não recriou a Sudene, já que era uma meta prioritária dele e do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Não criou, porque o caminho mais fácil da captação do voto era por meio de programas como o Bolsa-Família. E hoje divulga a mentira de que se vai acabar com o Bolsa-Família.

Geraldo Alckmin vai manter o Bolsa-Família e vai fazer o que nós queremos, que é a parceria com os Estados nordestinos. Vamos criar uma base econômica sólida, a fim de que, por meio do crescimento econômico, possamos sair dessa diferença secular que, lamentavelmente, existe entre o Nordeste e as regiões Sul e Sudeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Magno Malta, pela Liderança do PL.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Pois não, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Comunico a V. Ex^a que o nobre Senador Augusto Botelho fez uma permuta de horário comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Anotarei aqui. S. Ex^a é o nono inscrito. Farei a alteração.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assistência presente, queridos visitantes do Senado Federal, jovens e adultos, amigos, sejam bem-vindos. Estamos felizes por vocês participarem desta sessão em que discutimos proposições a respeito da Nação, em momento tão importante.

Sr. Presidente, ontem fiz um pronunciamento em que fiz referência às vítimas do acidente da Gol. Senador Marcos Guerra, do nosso Estado, o Espírito Santo, foram catorze vítimas. Só de Cachoeiro de Itapemirim foram dez pessoas, inclusive dois médicos. Um deles, anesthesiologista, me anesthesiou, Senador Marcos Guerra, na última cirurgia que fiz. Ontem, desta tribuna, rendi-lhes minha solidariedade.

Eles tinham a perspectiva de que, a partir das 14 horas de ontem, a Gol divulgaria mais 21 nomes dos encontrados. Dois nomes eram de Cachoeiro de Itapemirim: uma auditora ambiental e um companheiro e amigo nosso, Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim.

O Brasil e todos nós estamos enlutados pelo passamento, de forma tão trágica, desses amigos. Famílias inteiras deste País estão vivendo esse drama, sofrendo ainda dentro de um vendaval de angústias por causa desse acidente.

Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, V. Ex^a, junto com o Senador Paulo Paim e tantos outros, apelamos tanto para que o Governo fizesse um esforço no sentido de salvar a Varig naqueles primeiros dias, quando havia possibilidade. Hoje, sem a Varig e a Vasp, só temos a Gol e a TAM, para atender a uma nação do tamanho do Brasil.

Com esses acidentes, as pessoas que precisam de avião começam a se intimidar porque não têm possibilidade de escolha; ficou mais ou menos plebiscitária: vai-se de Gol ou de TAM – lembro que há também a RBA e outra companhia menor.

Sr. Presidente, penso que, naqueles dias, deveríamos ter atendido a Varig – aqui lutamos e falamos sobre isso – para que pudéssemos evitar tantas demissões. Hoje, as informações são de que a Varig só faz ponte aérea.

Sr. Presidente, recebi hoje, com muita felicidade, um ofício do Hospital Santa Rita, hospital oncológico onde minha mãe, Dona Dadá, ficou internada por três

meses fazendo quimioterapia. Deus resolveu levar minha mãe aos 57 anos. Seus últimos três meses de vida foram no Hospital Santa Rita, onde ela recebeu um atendimento impecável, como recebe qualquer cidadão que vai àquela instituição.

Recebi da Telma Dias Ayres, Presidente do Hospital, agradecimentos por ter o hospital recebido uma verba de R\$160 mil, advinda de uma emenda. Agora estou com muito medo de emendas porque elas foram criminalizadas. Ficamos até preocupados com o fato de um hospital oncológico como esse – tenho o relatório nas minhas mãos – se alegrar com tão pouco, dado o tamanho da demanda.

O Senador Augusto Botelho é médico e sabe como avança a passos largos essa doença.

Na minha adolescência, ouvia-se falar em câncer, uma doença sem cura que normalmente acometia adultos e pessoas no caminho para a terceira idade, Senador Tião Viana. Mas, hoje, há um número absurdo de pessoas atingidas pelo câncer desde a tenra idade, de maneira significativa na adolescência, na idade mais madura e assim sucessivamente. É tanto que esses hospitais que tratam oncologia têm uma demanda muito alta.

Aqui estão os números do Hospital Santa Rita, que não se furta ao atendimento. Radioterapias (aplicações do SUS) em 2003, 77.940; em 2004, 85.665; em 2006, 91.768. A soma totaliza 281.011 atendimentos realizados por meio do SUS para pacientes portadores de câncer.

Eu quero parabenizar o Hospital Santa Rita que tão bem faz ao Estado Espírito Santo e é referência, embora tenhamos outros hospitais menores mas que não têm essa especialidade. O Hospital Santa Rita, Senador Marcos Guerra, tem feito um trabalho dos mais significativos, com suas portas abertas tanto aos pobres, aos menos favorecidos, quanto aos mais favorecidos que procuram o tratamento e lá são mantidos o tempo necessário. Ainda que, ao final de tudo isso, como aconteceu com a minha mãe, venha o óbito. Mas eu sou testemunha – e quero aqui parabenizar o hospital – pelo carinho e atenção. Estive lá há dois meses, visitando uma amiga, que também veio a óbito.

Buscam-se pesquisas de forma incessante e forte no sentido de combater e acabar com a Aids, mas ainda não se fala muito num final para o câncer, uma doença tão mais velha, tão mais antiga. Ainda não se tem qualquer possibilidade, qualquer projeção, Senador Marcos Guerra, para se erradicar uma doença dessa natureza. Mas, graças a Deus, no Espírito Santo existe o Hospital Santa Rita, e pobres e ricos lá são atendidos.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de dizer que a Câmara dos Deputados fez uma sessão solene em que homenageou a TV Gazeta do Espírito Santo pelos seus 30 anos. Ouvi discursos significativos, históricos, que bem fizeram ao meu conhecimento do Estado do Espírito Santo. Quando cheguei ao Estado do Espírito Santo, Senador Marcos Guerra, a Gazeta já existia. Lá cheguei em 1982; então a Gazeta me viu chegar porque ela tem 30 anos. A Gazeta conhece a minha história pública; a Gazeta conhece a minha história desde meu nascedouro lá no Estado do Espírito Santo. Comemorar os 30 anos da Gazeta nessa sessão solene em que a bancada toda se fez presente – V. Ex^a lá estava, o Senador Gerson Camata, que está licenciado, veio para participar, o Senador João Batista Motta, os Deputados federais.

Tenho aqui um caderno especial “Gazeta, Trinta Anos”, que traz a história da Gazeta, desde a sua primeira antena, na Fonte Grande, os seus primeiros equipamentos. Em seguida, a foto do Cariê, Senador Guerra. O Cariê, que é um empreendedor, é filho de ex-Governador, hoje estava conosco aqui, acompanhado por sua mãe, ela que foi primeira-dama do Estado por duas vezes. É uma família empreendedora que tanto fez bem ao Estado do Espírito Santo, pois quem gera emprego gera honra. Quem dá trabalho gera honra. E a família Lindenberg gera trabalho. E quem dá trabalho gera honra, porque a honra de um homem é seu trabalho.

E os funcionários, o quadro, o material humano, dessa rede de comunicação, Senador Tuma, sem dúvida alguma, fazem a diferença. Tem trinta anos a televisão. Lá temos funcionários quase da mesma idade da televisão. Neste suplemente está a foto de Dona Antonieta, ex-primeira-dama por duas vezes; há fotos do dia da inauguração. Aqui está o ex-Senador Elcio Álvares, que foi colega de V. Ex^a, quando foi Governador. Ele agora se elegeu Deputado Estadual. Quero parabenizá-lo. Ele está lá, alegre e feliz, igual a uma criança, vibrando com o seu mandato. E certamente ele fará muito bem ao debate na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Aqui está a família Lindenberg, que homenageio hoje. E hoje o Diretor principal que está aqui, esta criança, o Café, hoje um homem feito, mas que está uma criança aqui ao lado do seu pai.

O Nelson Bonfante, o Paulo Canno são pessoas importantes para a sociedade do Espírito Santo pela isenção com que fazem jornalismo e entretenimento no Espírito Santo, como, também o Café, esse garoto que acabei de mostrar nesta foto aqui agora e que hoje é o Diretor Geral da Rede Gazeta de Televisão e faz um trabalho dos mais significativos. Aqui D. Maria

Alice – que é a mãe dele – organizou toda a festa que culminou nessa sessão solene. E o Magalhães é quem faz toda a mídia da TV Gazeta. Gente competente que orgulha o Espírito Santo.

Quero encerrar falando do Bira, que foi importado de Minas Gerais para o Espírito Santo e ajudou a montar a TV. O Bira faleceu como funcionário da TV Gazeta. Segundo depoimento dos seus companheiros, Bira foi a figura mais importante e de maior qualidade naquela televisão.

O Valtinho, do setor financeiro, é amigo da gente, é gente significativa lá. E Abdo Chequer, apresentador do Bom-Dia Espírito Santo há “duzentos” anos. A televisão tem trinta anos e Abdo há “duzentos” anos apresenta o Bom-Dia Espírito Santo. Algumas vezes tive o privilégio de ser entrevistado por ele, esse jornalista respeitado, capaz, decente, honrado, ético, cheio de princípios, que é o Abdo Chequer, uma pessoa por quem tenho o mais profundo respeito. Arrumou seus cabelos brancos ali sentado fazendo Bom-dia Espírito Santo, porque começou na Gazeta há 24 anos. Os “duzentos anos” são somente uma brincadeira.

Aqui há outros funcionários. São pessoas que começaram com a Gazeta e continuam lá felizes e alegres.

Quero parabenizar a TV Gazeta. E parabenizar por quê, Senador Sérgio Guerra? Porque a TV Gazeta esteve nos momentos mais importantes da história do Espírito Santo.

O Espírito Santo viveu humilhado pelo crime organizado por doze anos. Senador Tião Viana, V. Ex^a, do Acre, sabe o que é viver humilhado pelo crime organizado. O crime organizado nasceu, cresceu e enraizou nas vísceras do Estado. E, no Estado do Espírito Santo, como no seu Acre, havia um Estado criminoso dentro do Estado de Direito. E a TV Gazeta foi implacável, Senador Tião Viana, isenta no combate ao crime organizado e no enfrentamento a ele. E, graças a Deus... Debelado não sei se foi... V. Ex^a conhece a história do Espírito Santo, porque o seu filho Robson Tuma, que esteve aqui, que tenho como um irmão querido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma – PFL-SP) – Estive lá comandando operações várias vezes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E V. Ex^a sabe o que se tornou o Estado do Espírito Santo. No Estado do Espírito Santo, o crime organizado usava estola, tinha patente, divisa, toga, tomava conta das colunas sociais. Doze anos de humilhação! Mas o Estado resistiu, não caiu, não cedeu, e a Rede Gazeta de Televisão foi implacável no combate ao crime organizado.

E na CPI do Narcotráfico, que eu tive o privilégio de presidir, indicou 864 e mandou para a cadeia 348,

seu filho foi dos relatores mais importantes. Penso que São Paulo não fez justiça a Robson Tuma nesse pleito eleitoral.

Trabalhamos três anos na CPI do Narcotráfico. Penso que naqueles três anos de CPI do Narcotráfico, o que ele enfrentou e o que produziu para o Brasil... Deus tem seus caminhos, é Deus que escreve as coisas, é Deus que comanda todas as coisas. Não somos nós. É Deus que sabe, é Deus que tem o controle. Mas, do ponto de vista humano, a gente fica se perguntando como que um moço que trabalhou tanto e que foi implacável no combate ao narcotráfico – é essa a pergunta que me faço – não teve sua reeleição garantida.

Mas naquela CPI em que seu filho foi parte tão significativa, 10% dos indiciados eram do meu Estado. Por sete anos, andamos com Polícia Federal eu, minhas filhas, minha esposa, em função de ameaças constantes de morte. E o seu filho a mesma coisa, V. Ex^a sabe disso. E a TV Gazeta foi implacável.

Por isso, Senador Romeu Tuma, quero abraçar a TV Gazeta do meu Estado. Existem outros órgãos de comunicação, mas quem está fazendo aniversário é esse aqui. No dia dos outros falarei a mesma coisa.

Parabéns a Rádio Gazeta, por esses trinta anos de geração de empregos, pagamento de salários que proporcionam aos cidadãos a possibilidade de colocar comida na mesa da sua família e pelo combate implacável ao crime organizado com muita isenção. Por isso fica aqui o meu abraço a nossa querida **TV Gazeta**.

Antes de encerrar, queria que V. Ex^a levasse o meu abraço ao Tuma Júnior. Deixei um recado para ele, delegado dos mais brilhantes de São Paulo. Foi o Tuma Júnior que fez a prisão mais importante no caso Celso Daniel.

A partir daquela prisão que se deu na região dele como delegado, foram desvendadas as informações mais precisas no caso Celso Daniel. Tudo se deu a partir do trabalho daquele delegado seu filho. Se ele é motivo de orgulho para nós, imagine para V. Ex^a!

Leve a ele o meu abraço. Diga-lhe que sinto muito. Deus comanda, tem o controle e diz o que é e o que não é. Mas do ponto de vista humano, eu diria que São Paulo falhou com Tuma Júnior. Com a criminalidade que temos neste País... E a violência ultrapassou todos os limites prováveis no Brasil: crime organizado, tráfico de drogas, uso e abuso das drogas... Um delegado feito Tuma Júnior, que põe a cara na reta, que é novo, destemido, Senador Tião Viana, policial inteligente... O processo dedutivo dele é uma coisa impressionante.

Não fique V. Ex^a triste comigo por ter passado dois minutos fazendo referência a esse delegado por quem tenho tanta admiração que é seu filho Tuma

Júnior, que contribuiu tanto para São Paulo e que vai voltar a contribuir na sua função como delegado. Acho que São Paulo está precisando mesmo de um delegado feito ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a as referências. Como pai, sentimos um orgulho imenso quando ouvimos referências elogiosas a nossos filhos. Mas acho que V. Ex^a não mentiu. Eles merecem os elogios por tudo que trabalharam e vão continuar trabalhando em benefício da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Senador. Que Deus o abençoe por isso.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita.

Agradeço também ao Senador Tião Viana o sorriso e o assentimento às palavras do Senador Magno Malta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os Senadores, os nossos telespectadores da TV Senado, as pessoas que acompanham aqui ansiosamente o andamento da sessão para ver se serão votadas hoje as medidas provisórias que tratam do reajuste do funcionalismo público. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria, por favor, silêncio, para podermos ouvir com tranquilidade a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço também, Senador Romeu Tuma, a todos os Senadores que atenderam ao meu apelo ao longo do dia de hoje, para que houvesse **quorum** na lista dos membros da Comissão Mista de Orçamento, a fim de votarmos, finalmente, o decreto que restabelece a possibilidade de o Governo Federal aplicar recursos na BR-282.

Finalmente, foi aprovado o decreto legislativo, algo que o Brasil e Santa Catarina aguardam há muito tempo. Trata-se de uma obra de caráter transoceânico. A conclusão dessa estrada vai permitir que saíamos do Atlântico e cheguemos ao Pacífico e vai integrar o sistema rodoviário do sul do País às estradas da Argentina e do Chile. Portanto, é uma estrada muito importante. E o decreto legislativo foi aprovado hoje. Houve uma repactuação de preços, por conta de superfaturamento descoberto pelo Tribunal de Contas da União nas licitações feitas em 2000 e 2001, e agora está tudo resolvido. Vamos tocar a obra!

E agradeço porque vários Senadores, inclusive V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, receberam o meu apelo

para assinar a lista da Comissão Mista de Orçamento para podermos fazer a votação.

O que me traz ainda à tribuna no dia de hoje é o fato de que acompanhei o Presidente ao evento ocorrido no Rio de Janeiro para firmar o apoio mútuo das candidaturas de Lula, Presidente, e do Senador Sérgio Cabral, para o governo do Rio de Janeiro, para o segundo turno.

O ato foi extremamente positivo, alto-astral e animado, com a empolgação dos que estão convencidos de que há chances de ampliar a votação do Presidente Lula no Rio de Janeiro, que já ganhou no primeiro turno, e também com a possibilidade de o Senador Sérgio Cabral vir a ser o novo Governador do Rio de Janeiro. E houve, para mim, uma marca muito gratificante, que foi ter a oportunidade de estar no mesmo espaço, ouvindo o discurso muito lúcido e muito contundente do Professor Cândido Mendes, uma figura sábia, que acumula, obviamente, o respeito de todo o Brasil, pela sua sabedoria, pelo que adquiriu ao longo do exercício de toda a sua atividade acadêmica, intelectual, combativa, com a lucidez dos que sabem efetivamente o que está em jogo na disputa eleitoral neste momento no Brasil.

Fiquei muito emocionada com a fala do Professor Cândido Mendes. Ele iniciou o seu pronunciamento agradecendo a presença do Presidente Lula no velório do seu irmão, Dom Luciano Mendes, outra figura fantástica da história da democratização e da justiça social. Aliás, trata-se de uma família abençoada, dos que estão envolvidos efetivamente na luta social, no combate à injustiça no nosso País.

O Professor Cândido Mendes tem inclusive um artigo – o qual peço seja registrado nos Anais – com o nome “Ética Coletiva”.

No ato, ele falou algo muito contundente, e eu gostaria de iniciar a minha fala exatamente pela contundência dessa figura sábia, que tenho certeza de que merece também toda a admiração do Senador Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Foi meu mestre.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Creio que seja mestre de muitos brasileiros e brasileiras.

O Professor Cândido Mendes disse o seguinte: “Querem discutir ética? O divisor de águas da discussão ética? Não existe nada mais antiético em um País do que a injustiça social, aquilo que está na estrutura de um País que permite que poucos se apropriem, se utilizem e se beneficiem do que é de todos. Essa é a discussão da ética, esse é o principal divisor de águas. Qual é o governante que traz medidas efetivas para diminuir a injustiça social? Qual é o Governo que toma

medidas e adota práticas, programas que façam com que a injustiça social diminua? Esse é o divisor de águas da ética; combater a corrupção é obrigação”.

No caso do Governo Lula, temos demonstrado, à exaustão, que a prática adotada pela Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça, pelas medidas implantadas na Controladoria-Geral da União, tudo são ampliações e aperfeiçoamentos no combate à corrupção, mas a questão ética de fundo – a divisão entre os éticos e os não éticos – se dá exatamente na prática do combate à injustiça social.

E o Professor Cândido Mendes disse, em alto e bom som, para quem quisesse ouvir, que o Governo Lula está dando demonstrações inequívocas de que é um Governo que diminui, que combate, que tem práticas e políticas para diminuir a injustiça social. E posso listá-las aqui. Não me refiro apenas à questão do Bolsa-Família, que o Geraldo Alckmin disse lá no debate que apenas mudou de nome. Não, o Programa não apenas mudou de nome; mudou a amplitude, mudou o alcance, mudou o papel, mudou, inclusive, a concepção. A transferência de renda destina-se a estimular o desenvolvimento com inclusão social. Os programas anteriores do Sr. Geraldo Alckmin – com outros nomes – não tinham esse caráter, o caráter da distribuição de renda, com o papel de alavancar a economia local, alavancar o desenvolvimento em todos os cantos do País, a partir da inclusão de parcelas significativas da população. Essas, ao alcançarem renda, ao alcançarem a possibilidade de comprar, inclusive na economia do seu Município, alavancam o desenvolvimento de muitas regiões, de muitos segmentos e parcelas do território brasileiro, com as políticas públicas – Bolsa-Família, ProUni, Luz para Todos, Inclusão Digital, distribuição de livros didáticos, merenda escolar. Posso listar aqui uma série de políticas que permitiram que a inclusão gerasse crescimento da atividade econômica e, portanto, desenvolvimento como consequência da inclusão social, acabando com a lógica de que deveríamos crescer para, depois de crescer, pensarmos em como dividir. Não, não é essa a lógica do combate à injustiça; a lógica é dividir para, com a divisão, com a inclusão, podermos gerar o crescimento.

Ouçoo Senador Tião Viana, com muito prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, quero apenas cumprimentá-la pela manifestação de reconhecimento, respeito e elevação do significado de um projeto de Nação que tem a responsabilidade social do Presidente Lula. V. Ex^a se opõe ao discurso fácil, à falta de honestidade intelectual que o candidato adversário ao Presidente Lula apresentou no último debate, quando afirmou, injustificavelmente, do ponto de vista da correção, que o Programa Bolsa-Fa-

mília apenas mudou de nome. Ele deveria reconhecer que o investimento dos programas sociais do Governo dele foram da ordem de R\$6 bilhões, neste País., sendo que o do Presidente Lula foi de R\$23 bilhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Três vezes mais.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sim, essa é a diferença. Nós estamos falando de 40,1 milhões de pessoas em programas de inclusão social. Fiquei estupefato ao ver o embrutecimento verbal. Confesso a V. Ex^a a minha confiança na sociedade brasileira, porque, por onde ando, ouço que o mais marcante foi a decepção da sociedade com esse embrutecimento verbal, uma postura atípica de quem de fato não está à altura do desafio de ser um candidato a Presidente da República; não está à altura do Brasil com um tipo de agressão daquela natureza contra o Presidente Lula. O Presidente Lula mostrou conteúdo e responsabilidade política para enfrentar o debate naquilo que lhe foi necessário. Eu estava imaginando também a discussão da invasão da China, dentro das fronteiras brasileiras, sem reconhecer aquilo que o Presidente disse sobre o superávit. Eu estava pensando: na 25 de Março, em São Paulo, na Galeria Pajé, está o antro da passagem das muambas chinesas, e o Governo de São Paulo não faz nada, absolutamente nada. Não cuida do quintal dele e faz uma crítica daquela proporção ao Presidente Lula. É inacreditável!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas não consegue controlar nem a entrada de celulares em presídio...

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – A Galeria Pajé, na 25 de Março, está lá para quem quiser ver, e ele nunca se incomodou com aquilo. Está a Receita Estadual de São Paulo absolutamente insensível, fazendo vistas grossas para aquele tipo de atitude. Então, penso que a sociedade brasileira está muito madura, entende exatamente o que é um debate elevado e necessário, condena aquele tipo de prática, e a resposta vai ser uma surra nas urnas contra o preconceito das elites, que tacham um homem de Estado, de uma Nação, como é o Presidente Lula, da maneira preconceituosa e agressiva como fizeram no último debate. Alckmin é um porta-voz infeliz de uma política passada e ultrapassada no Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Tião Viana. Volto a citar as palavras contundentes do Professor Cândido Mendes: o pior crime contra a ética é aquele em que poucos se apropriam daquilo que deveria ser de todos. Esse é o pior crime.

A política de inclusão social adotada pelo Presidente Lula, de incluir parcelas... Senador Saturnino, meu

genro é professor da Estácio de Sá, uma das escolas particulares da elite. Ele diz que a classe mudou, que a sala de aula mudou depois do ProUni. Ele diz que hoje dá aula, junto com os alunos da alta classe da Grande Florianópolis, para a faxineira da universidade, que, através do ProUni, pôde ter uma bolsa e estudar na mesma sala. Ele diz que mudou tudo, que mudou o debate, que mudaram os problemas, as questões, porque – diz ele – nós nem nos damos conta da inclusão social que se possibilitou fazer com o ProUni. Ele agora dá aula para uma turma que antes tinha uma característica de visão, de sociedade e até composição. Mudou totalmente.

Ouçoo com muito prazer, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Estou ouvindo com imenso prazer o discurso de V. Ex^a porque ele ressalta aquilo que é importante. O que é importante neste debate eleitoral do segundo turno, que foi muito bom que acontecesse, é ressaltar a diferença entre o traço grande e o traço pequeno. O traço grande é que este País está mudando e eles não estão percebendo, mas o povo está percebendo, o que é uma atitude que também, na democracia brasileira, está-se manifestando pela primeira vez. O povo brasileiro está se emancipando do que diz a mídia, do que diz a elite endinheirada que veste Prada e que acha que tem a luz do País. Isso tudo está acontecendo. O fundamento ético da Nação, que é a justiça, está sendo recomposto exatamente com as políticas do Presidente Lula. Então, isso é que é importante, assim como a questão da política externa. É isso que precisa ser discutido neste segundo turno, e não o traço menor, que eles pretendem seja o principal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Saturnino, ainda utilizo trechos do que diz o Professor Cândido Mendes: “A vitória de Lula não é, contra o arrebitamento de narizes da elite enjoada, a desgraça do peso do voto do Brasil desinformado ou de baixa extração social”. Já ouvi muitos dizerem aqui: “é o povo pobre”, “é o povo desinformado”, “é o povo que não tem acesso...”. Quando eles se referem ao povo, vem uma carga de preconceito, que, aliás, pode ser vista na fala do Alckmin quando ele diz que “o Lula já teve a sua chance”.

Chico Buarque, em seu artigo, diz assim: “Fizeram o diabo para impedir que o Lula fosse Presidente. Inventaram plebiscito, mudaram a duração do mandato, criaram a reeleição. Finalmente, como se fosse uma concessão, deixaram Lula assumir. ‘Agora, sai já daí, vagabundo!’ É como se estivessem despachando um empregado a quem se permitiu o luxo de ocupar a Casa Grande. ‘Agora volta para a senzala!’”.

As palavras do Chico Buarque são muito contundentes e aparecem na frase do Alckmin, como se dissesse “não, já demos a chance! Agora, volta! Cai fora! Cai fora, que nós vamos voltar a governar!”.

Voltar a governar em que termos? Para quem? Para fazer que governo? Com qual ética? Com a ética da privatização? Com a ética de governar apenas para parcelas que não precisam, muitas vezes, do Governo, porque podem pagar pela escola, podem pagar pela saúde, podem pagar pela segurança?

O Governo está – eu acho que isso é que é o povo – ansioso pelo debate. Está ansioso para saber qual é o rumo deste País, se este País vai continuar sendo, como diz a sabedoria do Professor Cândido Mendes, um País que vai continuar tendo políticas para...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Senador Romeu Tuma.

Queremos saber se este é um País que vai continuar tendo políticas para caminhar e ser, em pouquíssimas palavras, mas que fazem a diferença, que fazem o divisor, um país de todos ou um país de alguns.

Por sabermos que esta terra maravilhosa, com tanta potencialidade, merece ser de todos e não de alguns, é que estamos convencidos de que o Presidente Lula vai ganhar esta eleição, no segundo turno, apesar, como disse o Professor Cândido Mendes, dos narizes arrebitados de uma certa parcela da elite enjoada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Antero Paes de Barros.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, povo brasileiro, graças a Deus, ainda ouço muito bem. Pelo que entendi – e tenho certeza de que entendi muito bem as palavras da Senadora Ideli Salvatti –, a questão mais importante hoje para ser discutida e contestada deixou de ser roubar; o mais importante agora é saber se está havendo distribuição de renda. A distribuição de renda, num sistema de roubo e de corrupção, se faz não entre os pobres, mas exatamente entre os ladrões, entre os corruptos. É triste ouvir esse tipo de mensagem.

Para a Senadora Ideli Salvatti, ética passou a ter outro sentido; ética deixou de ter a definição clássica dos nossos filósofos políticos e da própria Ciência Política.

Quero me referir ao debate, que, aliás, deixou o povo brasileiro muito alegre. Já deu para perceber, no

dia de hoje, pelos *e-mails* que estamos recebendo, que Lula é exatamente aquilo que você, brasileiro, viu no último domingo pela Rede Bandeirantes: o nada. Lula é exatamente aquilo que foi visto: a nulidade.

As estratégias do PT e do candidato Lula demonstram que ética não é plano de governo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: parece-me que FHC é quem disputa a eleição com Lula.

Terceiro: o candidato Geraldo Alckmin, que é um *gentleman*, um homem extremamente educado, agora é agressivo. Essa foi a definição.

O quarto ponto é este que acabamos de ouvir e que os *e-mails* que recebemos dos petistas hoje procuram dar o tom, mostrando Lula como vítima. Agora, Senador Leonel Pavan, está em voga a tese da vitimologia. Lula é a vítima. De algoz para vítima, tentando sensibilizar a população brasileira para que ela o ache um coitadinho. Depois de massacrar o povo brasileiro durante quatro anos, depois de ter mentido para o povo brasileiro durante 25 anos, agora ele é a vítima.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate se iniciou pela ética, por onde exatamente deveria começar. Estranhei, portanto, quando Lula, depois do primeiro bloco, já começou a pedir arrego e a dizer: “Geraldo Alckmin, candidato, vamos falar de plano de governo”.

Meu Deus, ética não é plano de governo? E aí, do primeiro para o segundo bloco, ouve-se a Marta Suplicy – que escândalo as declarações da Marta; ela via o sol e estava se referindo à lua –, Márcio Thomaz Bastos, Celso Amorim, Jaques Wagner, todos, inclusive Lula, pedindo para encerrar a discussão sobre ética para falar sobre plano de governo.

Ética foi o principal tema do PT em todos os 25 anos. Que vergonha! Que coisa vergonhosa! Pedir arrego para não falar de ética. Ética não é item de plano de governo? Que história é essa? Um país, quando não é sério, quando vive atolado na corrupção, é um país sem credibilidade interna e externa; um país cujo governo não prima por princípios éticos e morais é abandonado pelos investidores, que passam a não acreditar e a não confiar.

Ora, Lula disse que esperava um debate de idéias. Portanto, ética deixou de ser idéia. Ética e moral não podem ser discutidas, corrupção e roubo não podem ser discutidos. Lula disse que o povo quer, na verdade, saber é como o Presidente vai melhorar sua vida.

Presidente Lula, o futuro Presidente vai melhorar a vida do povo, e do povo pobre, quando o futuro governo deixar de desviar R\$11 milhões para publicidade e cartilhas – como foi recentemente condenado pelo Tribunal de Contas da União –, quando os R\$11

milhões servirem para o pobre, para tirar a criança pobre da rua, para ter assistência médico-hospitalar, para não fechar hospitais, para inaugurar e colocar para funcionar o Hospital Sarah Kubitschek do Amazonas, como o candidato Geraldo Alckmin denunciou!

Que falta de vergonha! Quanto cinismo! Ora! Sabe quando é que Presidente vai dizer como vai melhorar a vida do povo? Quando acabar o caixa dois que o seu Governo criou, quando acabar o superfaturamento da Petrobras para sobrar dinheiro para os programas de governo. E tudo isso é discutir ética e moral, que Lula não quis! O Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, diz: “Chega, vamos parar de falar sobre ética e moral, vamos falar de plano de governo”. E o que é plano de governo?

Nós precisamos é restabelecer a dignidade do País. O País está aviltado, desmoralizado. Serviu de chacota aqui, interna e externamente.

Abrimos um *e-mail* com as seguintes palavras atribuídas a um estadista da América Latina: “O problema do Brasil são dois, os internos e os externos. O problema externo é o Morales; o problema interno, o ‘imorales’”. É essa a gaiatice que se faz na América Latina, hoje, com o Brasil. O problema externo que temos é a Bolívia, é o Presidente Evo Morales; e os problemas internos na verdade são as imoralidades praticadas por esse Governo e pelo Partido dos Trabalhadores.

O Presidente Lula queria que o candidato Geraldo Alckmin falasse a língua que o povo quer ouvir, pois quer saber como vai melhorar a vida do povo. Ora, vai melhorar quando o futuro Governo impedir o transporte de dólares roubados nas cuecas. Isso é ética, Senhor Presidente! Isso é moral pública. Ora, vai melhorar quando o futuro Governo, por meio dos seus companheiros de Partido, de 25 anos, deixarem o dinheiro público – cuja procedência ainda não foi explicada e servia para a compra do dossiê, R\$1,75 milhão – servir para o povo pobre.

Essa é a linguagem que o povo pobre quer ouvir, porque a sua vida vai melhorar quando o dinheiro público, dos 40% que ele paga em um quilo de arroz ou em um quilo de açúcar, como disse o nosso candidato Geraldo Alckmin à Presidência da República, quando o dinheiro do imposto for revertido em educação, segurança pública, estradas e infra-estrutura para o desenvolvimento do nosso País.

Contudo, para isso, é preciso que haja ética, é preciso que o Governo não seja corrupto. É essa a discussão que o Brasil queria ouvir, e ouviu exatamente pela iniciativa do candidato Geraldo Alckmin.

Ora, o Presidente diz: “Vamos falar de plano de governo, porque o povo quer saber como vai melhorar

sua vida". A vida do povo vai melhorar quando o Governo não estabelecer valerioduto, transferindo o dinheiro público das estatais para Deputados, para Parlamentares, visando comprar sua consciência.

Ora, vamos melhorar a vida do povo colocando este País nos trilhos da moralidade, não transferindo dinheiro roubado, fruto da corrupção, para os paraísos fiscais.

Melhoraríamos a vida do povo se o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores tivessem a ética que pregaram durante 25 anos. Aí, sim, melhoraríamos a vida do povo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concederei assim que concluir o meu raciocínio, Senador Leonel Pavan.

E o Presidente diz: "O problema não é haver corrupção. O problema é punir". Não, Presidente Lula, o problema primeiro é a corrupção, sim. E o segundo problema é não punir os corruptos. E o seu Governo é um fracasso nos dois itens, primeiro porque quem escolheu os ministros e assessores, quem escolheu o seu churrasqueiro foi Sua Excelência o Presidente Lula.

Portanto, Vossa Excelência, Presidente Lula, escolheu mal, não soube escolher. E uma das exigências intelectuais e de comportamento que deve ter um Presidente da República é saber escolher aqueles que o vão assessorar.

Aliás, quando diziam que ele não tinha grau de instrução e escolaridade, ele respondia, durante a campanha, que se cercava de uma plêiade de homens inteligentes, de intelectuais e de pessoas sérias, que estaria devidamente assessorado para conduzir os destinos do País. Falácia, mentira, engodo, embuste! Foi isso o que fizeram para o povo brasileiro.

Ora, não conhecer os companheiros lombrosianos, criminosos, de mais de trinta anos de convivência, é uma irresponsabilidade. É uma irresponsabilidade ter colocado na Casa Civil um Ministro que o Procurador-Geral da República denunciou como chefe de quadrilha, o Sr. José Dirceu.

E ainda vem dizer, no debate, que o problema não é ter corrupção, mas é punir? Não, o problema é ter corrupção, porque, quando se escolhe um Secretariado digno, não se tem corrupção. Eu tenho aqui à minha frente um Senador de Sergipe, meu companheiro de bancada, que é testemunha de que fui Prefeito de Aracaju e soube escolher o meu Secretariado.

Dez anos depois, não tive a infelicidade de ver nenhum secretário municipal meu processado, com contas negadas ou tornadas ilegítimas ou ilegais pelo

Tribunal de Contas ou pelo Ministério Público ou pela Câmara de Vereadores. Foram aproximadamente quinze secretários e, dez anos depois, não tive um único processo. E isso decorre da capacidade e da seriedade que se tem para escolher secretários, ministros e assessores à altura da dignidade do povo que lhe confia o voto.

O segundo ponto: "O problema não é ter corrupção, mas é saber punir". Quem foi que puniu? Querer tapar o Sol com a peneira. Vir à tribuna para dizer que a Polícia Federal nunca prendeu tanto?! Delegados da Polícia Federal estão amordaçados e aprisionados. Temos conhecimento disso. Prendeu-se muito, porque nunca se roubou tanto neste País! Prendeu-se de forma desmesurada, porque os escândalos se sobrepõem numa velocidade tão grande que, antes mesmo de determinados fatos esquentarem na mídia, eles têm de sair para dar lugar a outro escândalo que está por chegar, que está por vir. Essa é a realidade.

Ora, Lula falando em punir?! A primeira coisa que ele fazia, Sr. Presidente e brasileiros, era desconsiderar as denúncias.

A primeira reação de Lula diante de uma denúncia era desconsiderá-la. O primeiro escândalo, Waldomiro Diniz, desconsiderou-o.

Ora, o segundo ato do Presidente, perdão, a segunda omissão do Presidente era não demitir. O Waldomiro Diniz não foi demitido pelo Governo, ele pediu exoneração. Quando ministros e assessores passavam a uma situação insustentável diante do escândalo, pela pressão do Parlamento, da população e da imprensa sobretudo, aí o Presidente fazia uma festa no Palácio do Planalto para a despedida daquele corrupto ou criminoso, a exemplo do que fez com o Sr. José Dirceu e a exemplo do que fez com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que teve uma recepção no Palácio do Planalto para estabelecer a sua despedida, enquanto que, em um país sério, ele teria que sair dali algemado pelo crime que cometeu.

Ainda vir, com tanta hipocrisia, dizer em um debate: "Não, o problema não é corrupção; o problema é saber punir." Como se ele tivesse punido alguém! Será que quer fazer o Parlamento de bobo, ou o povo brasileiro, ou a imprensa? Quem não sabe que, no primeiro escândalo, do Waldomiro Diniz, esta Casa, o Senado Federal, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI dos Bingos, e a Mesa Diretora, cuja maioria de seus membros era do Planalto, presidida pelo nobre Senador José Sarney, cumpridas todas as formalidades, a Comissão não foi instalada, porque a Mesa não a instalou. A maioria desta Casa, governista, não quis que se instalasse.

O Senador Jefferson Péres e o Líder do PFL, Senador José Agripino, foram ao Supremo Tribunal Federal com um mandado de segurança, e a Corte Constitucional de Justiça deste País determinou à Mesa desta Casa que cumprisse a Constituição e instalasse a CPI – isso se deu mais de um ano depois. E o Presidente Lula chega ao debate e diz “O problema não é a corrupção. O problema é que eu sei punir.” Que coisa vergonhosa um Presidente mentindo para toda a população brasileira! Isso não se faz.

Naquela CPI, o que vimos? Pela maioria, todo tipo de obstrução: da Líder, Senadora Ideli Salvatti, e de toda a Bancada de sustentação do Governo para que os fatos não fossem apurados. Os fatos delituosos, criminosos e lombrosianos neste País, no Governo Lula, foram apurados pela pressão política da Oposição, da sociedade e sobretudo da imprensa brasileira e não por deliberação do Senhor Presidente Lula.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir mais uns três ou quatro minutos para que eu possa concluir o meu pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Três minutos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida, terá a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A primeira questão foi sobre a ética. A segunda é o fato de o candidato Lula tratar apenas de Fernando Henrique Cardoso. Quando Fernando Henrique Cardoso esteve no Governo, eu fiz oposição. Eu era do PDT, de Leonel Brizola, e, por consciência, fiz oposição. É preciso que se reconheçam os grandes e graves erros do Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, aqui para nós, se formos estabelecer uma comparação entre o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula, tenham paciência. Ainda com todos os erros, prefiro o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, povo brasileiro, essa não é a questão. Lula enfrentou FHC duas vezes. Não está enfrentando a terceira vez, não. E é bom que se diga: nas duas vezes em que Lula enfrentou FHC, ele, Lula, perdeu. No debate de domingo quem estava lá, ao lado dele debatendo, não era Fernando Henrique Cardoso, era Geraldo Alckmin.

Ora, todos nós sabemos, nobre Senador Arthur Virgílio – mais do que eu, sabe V. Ex^a e os peessedebistas –, que a matriz política do Geraldo Alckmin não

é a de Fernando Henrique Cardoso. Nós sabemos da divisão que existe no PSDB, como em todos os partidos, e que a matriz de Geraldo Alckmin vem lá de Mário Covas.

O próprio José Serra, que foi Ministro do Governo Fernando Henrique, dele discordava em relação ao modelo econômico. Ele era Ministro da Saúde, mas tinha sérias divergências com a área econômica, sobretudo porque o seu ideário é desenvolvimentista, que é a matriz do nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin.

Portanto, comparar Lula com FHC, Lula já perde de lambuja, de longe, mas o correto seria Lula comparar-se ao Governo Geraldo Alckmin em São Paulo. Esqueça Fernando Henrique Cardoso. Não que ele tenha sido pior do que o Sr. Lula, mas porque em jogo não está a matriz, o perfil de administrador, de governante de Fernando Henrique Cardoso. Em jogo está uma matriz diferente, que é a do Geraldo Alckmin, que tem origem em Mário Covas, que tem similaridade com José Serra, e não com Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, quero conceder dois apartes: um ao Senador Arthur Virgílio e, logo depois, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já foram quatro. Então, terei de conceder mais dois.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Ex^a é extremamente benevolente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu pediria que V. Ex^a fosse breve.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Sr. Presidente! V. Ex^a faz um discurso feliz. Na verdade, se eu tivesse de discordar de alguma coisa, seria dessa matriz a que V. Ex^a se referiu. O Presidente Lula, em determinado momento, perguntou se Geraldo Alckmin tinha vergonha de Fernando Henrique estar ali. Ele não sabia que Fernando Henrique estava dando uma palestra na Espanha naquele momento. Sempre se quer debater pelo debatedor. Tenho um assessor em Manaus que é assim, ele sempre quer debater por mim. Enfim, Alckmin poderia ter dito: “Quem tem razão de ter vergonha dos seus é você, Lula”!

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Claro!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – “E vou lhe dar uma lista”. Aí, começaria pelos 40, a quadrilha dos 40 que o Procurador Antônio Fernando detectou. Poderia vir José Dirceu; poderia vir aquele outro do Palácio, o Waldomiro Diniz; essa turma desse dossiê

fajuto, falso e fraudulento que está aí. Ele poderia ter mostrado toda essa gente. O Berzoini, então, recentemente! Nunca vi um partido perder três ou quatro presidentes num ano só! Num ano só, três ou quatro presidentes caíram por razões ligadas à corrupção. É uma coisa realmente muito grave o que se passa neste Governo. E, se algo me deixa muito triste, é o Presidente Lula fazer uso do terrorismo com a história de que vai acabar a Zona Franca de Manaus, de que vai acabar o Bolsa-Família. Terrorismo de baixo nível. Ele, que foi vítima de terrorismo em 1989, não deveria descer a esse nível de baixezinha política, que só o reduz. Ele não tem o menor tamanho para a história. Vamos ver se também não terá tamanho eleitoral agora.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Ele fez, Senador Arthur Virgílio, uma referência ao Geraldo Alckmin, porque desejava a fiscalização e a investigação. Então, ele disse que o Geraldo Alckmin estava com saudade da ditadura. Não está, porque a ditadura está aí. Quem não se lembra do gesto ditatorial do Presidente? Não tenho autoridade para dizer que foi o Presidente, mas para dizer que foi o Presidente da Caixa Econômica e o Ministro!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E Geraldo Alckmin foi MDB. Ele é que votava na Arena; inclusive votou na Arena em 1970. Ele é que, àquela altura, tinha uma cabeça tipicamente de Direita.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Arthur Virgílio, postura ditatorial foi a de Antonio Palocci, Ministro da Fazenda do Governo Lula da Silva, no caso do caseiro Francenildo...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ... então, um pobre coitado! Aí, sim.

Ouçó, com satisfação o Senador Leonel Pavan, para, logo a seguir, concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Serei breve. O meu aparte refere-se ao início do seu pronunciamento. Segundo V. Ex^a, o Lula disse – e é verdade – que o PSDB estaria governando para as elites ou que quer governar para as elites. Pergunto: quem ganhou dinheiro nesses últimos anos?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Só banqueiro!

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E o que são os banqueiros?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A elite financeira e econômica do País e do mundo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – É mundial! Os banqueiros, com os juros! Então, é uma vergonha um presidente usar a palavra, microfone, a imprensa, para dizer bobagens, quando todos sabemos que quem ganhou dinheiro neste País, com o Lula, só foram os banqueiros.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, assim como o do Senador Arthur Virgílio.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concluo, Sr. Presidente.

Eu não diria que estou decepcionado, porque essa decepção já é antiga com o Governo que aí se encontra, aí incluídos os seus aliados e aqueles que o defendem nesta Casa e no Congresso Nacional. Afirmando que ética e moral pública não são itens de um debate, porque não integram um plano de governo. Porém, um plano de governo verdadeiro começa exatamente na discussão da ética. Um dos grandes fatores de atraso da África deve-se ao fato de que não se pode excluir nenhum país do continente africano cujo governantes não sejam extremamente corruptos.

A corrupção é a desgraça, é a pior mazela do povo.

Portanto, se quisermos estabelecer a dignidade social neste País, precisamos, primeiro, cuidar da ética, para que os recursos liberados para a saúde, para a educação, para a segurança pública e para o saneamento básico cheguem até o cidadão pobre, em vez de serem desviados para o bolso daqueles que transportam dólares, para a cueca daqueles que transportam dólares, para as malas daqueles que chegam aos hotéis abastecidos de reais e de dólares, dinheiro do povo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de comunicar à Casa que, há pouco, em reunião com os Líderes partidários, combinamos um procedimento que, se pudermos avançar com ele, seria muito bom para a produtividade que queremos.

Há na pauta várias medidas provisórias, e uma delas terá o seu prazo extinto na próxima sexta-feira, dia 17. O encaminhamento sugerido foi no sentido de

votarmos apenas a primeira medida provisória e convocarmos o Senado Federal para terça-feira, para tentarmos votar as demais medidas provisórias e o projeto de lei complementar do Senador Rodolpho Tourinho, que exige para sua aprovação 41 votos “sim”.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Enquanto aguardamos o **quorum**, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Antes, porém, comunico que já existe **quorum** na Casa. Em seguida ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cheguei esta madrugada de Manaus e tive tempo, a bordo, de conferir o noticiário desses últimos dias.

Já não há dúvida de que o Brasil vive sob uma indesejável escalada de mentiras, arquitetada com o propósito, por sinal inatingível, de prejudicar a candidatura tucana à Presidência da República.

No entanto, essa postura progressiva de armas, cada vez menos ética, numa guerra existente apenas no imaginário petista, prejudica duramente as populações mais pobres do Brasil. Gente simples que agora vive clima de pavor, de medo.

Querem um exemplo? No pequeno Município de Manauquiri, no meu Estado, a população vive sob o espectro desse medo, criado por cabos eleitorais de Lula, que andam mentindo escancaradamente, de norte a sul do Brasil. Suas presas são as pessoas mais pobres.

Em Manauquiri, a ribeirinha Marineuza Pereira Pinheiro disse ao jornal **Folha de S. Paulo**: “O pessoal está falando que se o Lula perder vão tirar a luz e a bolsa [ela se refere ao Bolsa-Família]. Aí, ficamos com medo”.

Esse “pessoal” a que ela se refere – “o pessoal está falando...” – são os agentes do sistema petista de São Paulo, algo execrável e próprio dos regimes totalitários. O sistema petista de São Paulo é real, existe! E, no momento, prega a cizânia entre os brasileiros. O jornal **O Estado de S. Paulo** e a revista **Veja** desta semana estampam dois mapas diferentes, os Brasis, resultado da escalada de impropriedades que aqueles sinistros agentes se dispõem a espalhar. Os agentes de São Paulo devem ter frequentado cursos de terrorismo. Agem tanto nas pequenas como nas grandes cidades Brasil adentro.

Agora, eles se propõem, criminosamente, a minar as bases da Zona Franca de Manaus. Eis o que o aposentado José Raimundo Lopes, de Andiroba, disse, também à **Folha de S. Paulo** – certamente uma pessoa de boa fé, contrastando com a má-fé do Presidente Lula e dos seus agentes de informação:

“Tenho fé que ele (Lula) vai ganhar. Esse outro (Alckmin) vai tirar a Zona Franca de Manaus; vi isso na televisão. Não voto nele é nunca.”

Eu pergunto: existe mentira maior? Será que vou ser contraditado por alguém? Alguém vai dizer algo em defesa? Alguém vai argumentar ou haverá silêncio por parte dos que representam o Governo nesta Casa? Vale a pena alguém tentar se eleger mentindo?

Afora isso e todo o desserviço dos agentes petistas, a peta mais presente é a de que Alckmin, se eleito, vai acabar com o Bolsa-Família, tirar a energia elétrica e fechar as escolas.

Lamento, profundamente, esses desvãos do PT. Não há registro de nada igual na história política brasileira.

Tudo isso ocorre por outro medo. Não o medo que toma conta das populações pobres, vítimas da mentira. O medo é outro. É o medo que os petistas – e eu não quero ser injusto –, que certos petistas têm de uma derrota.

Há outros fatos que explicam o temor petista.

O desnível entre Alckmin e Lula no debate da Band explica, por exemplo, o frenesi do Presidente, que só após a noite do domingo se recompôs do susto de enfrentar o candidato tucano.

Ontem, Lula retomou seu habitual estado de delirante excitação e derramou impropérios que não ficam bem para um Presidente.

Recolho as palavras com que, desesperado, Lula supõe atingir Alckmin: “Alckmin se comporta como cidadão do samba de uma nota só”, “Alckmin se comportou como um ‘delegado de porta de cadeia’” – já falei sobre isso ainda há pouco.

O Presidente começa errando e agride os delegados de Polícia de todo o Brasil. Não há delegado de porta de polícia! Delegado é o guardião da cadeia. O ditado popular menciona “advogado de porta de cadeia”.

Lula, no fundo, tentou, freudianamente, falar mal dos delegados – seu governo não pode gostar de delegados – e, arrogantemente, insultar os advogados menos aquinhoados pela sorte, com banca mais modesta.

E mais: “Alckmin é arrogante, pedante, que fala com o nariz em pé, como se tivesse mais autoridade que os outros.” Mais ainda: “Alckmin parecia uma velha

sanfona quebrada que só faz o mesmo som.” E mais: “Alckmin é o candidato das elites.”

Lula pode falar o que quiser. A Nação sabe que suas palavras não formam frases corretas; formam, no máximo, palavreados chochos, sem suco, secos, sem miolo, sem grão; engelhados, ocos, fúteis, vãos, tolos, tontos, simplórios, enfraquecidos, débeis. Enfim, o que Lula fala é goro, o ovo choco, aquele que falhou.

Não faço essas comparações com gosto nem com alegria. Faço-as lamentando que quem anda destrambelhado e se põe a esse tipo de adjetivação seja nada mais, nada menos do que o Presidente da República Federativa do Brasil. O mesmo que agora quer se reeleger à custa de uma postura inadequada para o mais alto posto da Nação.

Infelizmente, como trombeteiro, Lula se coloca no lugar do sem graça, sem espírito, sem sal, insípido, o insulso Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil

até 31 de dezembro, por concessão nossa. Presidente, eu repito: por concessão nossa. Tivéssemos nós o espírito golpista do PT, teria saído antes e não exatamente por razões golpistas, até porque fraude e corrupção o seu Governo praticou à farta aos olhos de uma Nação perplexa. Portanto, Presidente da República até 31 de dezembro e nem mais um dia.

O PT acha que pode iludir o povo brasileiro com essa tática de inspetor de quartirão. Equivoca-se.

Lula, coitado, faz pena e merece certa comiseração. Não é equívoco o que ele diz. Não é mesmo! Ele, simplesmente, não sabe o que diz e vacila mesmo quando lê o que escrevem no Planalto para ele recitar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

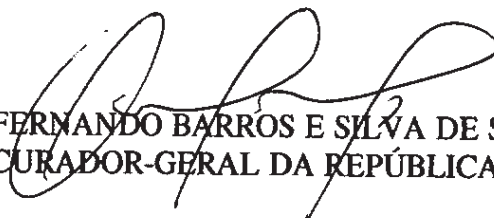
OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1289

Brasília, 04 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência a anexa Nota Técnica, elaborada pela Secretaria-Geral do Ministério Público da União, que aponta a necessidade de correção de erros materiais no PLC nº 96/2006, que trata da Carreira dos Servidores do Ministério Público da União.

Atenciosamente,


ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA TÉCNICA/SG/MPU.
Referência: PLC 96/2006

Senhor Procurador-Geral,

Da análise mais acurada do PLC nº 96/2006, verificaram-se outros erros materiais, além dos indicados no Ofício MPF/PGR/SG/Nº 641, de 06 de setembro de 2006, conforme se aponta abaixo:

I - Art. 11

Esse artigo, na redação em tramitação, possui dois §§ 1º, sendo necessário renumerá-los.

II - Anexos III, V e VIII

Referem-se a FUNÇÃO COMISSIONADA quando o projeto de lei trata de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, sendo necessário corrigir a nomenclatura.

III- Anexos V, VI, VII e VIII

Referem-se ao art. 18 do Projeto de Lei, quando tratam de matéria relativa ao art. 16.

IV- Anexos V e VI

Esses anexos, que tratam do parcelamento dos valores integrais das Funções de Confiança e Cargos em Comissão, tem por objetivo diluir o impacto financeiro do aumento dos cargos e funções até dezembro de 2008.

Entretanto, prevêem o parcelamento das FC's 1 a 3 e das CC's 1 a 3, que não terão qualquer aumento. Isto porque a retribuição atual para esses cargos e funções, estabelecida pela Lei nº 10.476/2002, permanecerá em vigência até dezembro de 2008, conforme quadro comparativo abaixo:

Tabela vigente de valores integrais das funções comissionadas do MPU
(Lei nº 10.476, de 27/06/2002, a ser revogada se aprovado o PLC 96/2006)

REDAÇÃO DO PLC 96/2006

| NÍVEL FC | INTEGRAL |
|-----------------|-----------------|
| FC-10 | 7.791,18 |
| FC-09 | 6.901,70 |
| FC-08 | 6.071,17 |
| FC-07 | 5.297,25 |
| FC-06 | 4.726,70 |
| FC-05 | 4.277,75 |
| FC-04 | 2.984,45 |
| FC-03 | 2.600,49 |
| FC-02 | 1.823,13 |
| FC-01 | 1.567,95 |

ANEXO V
FUNÇÃO DE CONFIANÇA
(Art. 18, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)

| FUNÇÃO COMISSONADA | Vigência | | | | | |
|---------------------------|-----------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| FC-3 | 1.968,73 | 2.080,23 | 2.191,71 | 2.303,19 | 2.451,84 | 2.600,49 |
| FC-2 | 1.380,24 | 1.458,41 | 1.536,56 | 1.614,72 | 1.718,94 | 1.823,15 |
| FC-1 | 1.187,03 | 1.254,26 | 1.321,48 | 1.388,70 | 1.478,32 | 1.567,95 |

ANEXO VI
CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL
(Art. 18, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)

| CARGO EM COMISSÃO | Vigência | | | | | |
|--------------------------|-----------------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| | 15% | 30% | 45% | 60% | 80% | 100% |
| CC-7 | 8.375,51 | 8.959,85 | 9.544,18 | 10.128,52 | 10.907,64 | 11.686,76 |
| CC-6 | 7.419,31 | 7.936,93 | 8.454,56 | 8.972,18 | 9.662,35 | 10.352,52 |
| CC-5 | 6.526,50 | 6.981,83 | 7.437,17 | 7.892,51 | 8.499,62 | 9.106,74 |
| CC-4 | 5.694,53 | 6.091,83 | 6.489,12 | 6.886,41 | 7.416,14 | 7.945,86 |
| CC-3 | 3.387,47 | 3.623,81 | 3.860,14 | 4.096,97 | 4.411,59 | 4.726,70 |
| CC-2 | 3.065,72 | 3.279,61 | 3.493,50 | 3.707,38 | 3.992,57 | 4.277,75 |
| CC-1 | 2.138,85 | 2.288,08 | 2.437,30 | 2.586,52 | 2.785,49 | 2.984,45 |

Essa discussão, que já havia sido superada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, constituindo objeto da Emenda de Adequação nº 1, foi retomada pela emenda substitutiva global.

A existência de erro material é inquestionável, posto que nenhuma alteração em plano de carreira seria proposta para reduzir salários. Por outro lado, a não correção desses anexos acarretará ofensa ao art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal, que trata da irredutibilidade de vencimentos.

Propõe-se a repetição, nos anexos V e VI, dos valores das retribuições das funções de confiança e cargos em comissão que não serão reajustados (FC-1 a FC-3 e CC-1 a CC-3), bem como na supressão da linha que indica, no Anexo VI, os percentuais a serem utilizados para o reajuste dos cargos em comissão até dezembro de 2008, conforme abaixo:

NOVA REDAÇÃO PROPOSTA

ANEXO V

FUNÇÃO DE CONFIANÇA

(Art. 16, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | Vigência | | | | | |
|------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| FC-3 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 |
| FC-2 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 |
| FC-1 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 |

ANEXO VI

CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL

(Art. 16, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)

| CARGO EM COMISSÃO | Vigência | | | | | |
|----------------------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| CC-7 | 8.375,51 | 8.959,85 | 9.544,18 | 10.128,52 | 10.907,64 | 11.686,76 |
| CC-6 | 7.419,31 | 7.936,93 | 8.454,56 | 8.972,18 | 9.662,35 | 10.352,52 |
| CC-5 | 6.526,50 | 6.981,83 | 7.437,17 | 7.892,51 | 8.499,62 | 9.106,74 |
| CC-4 | 5.694,53 | 6.091,83 | 6.489,12 | 6.886,41 | 7.416,14 | 7.945,86 |
| CC-3 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 |
| CC-2 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 |
| CC-1 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 |

SG/MPU, em 29 de setembro de 2006.

CARLOS FREDERICO SANTOS
SECRETÁRIO-GERAL DO MPU

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães encaminhou à Mesa adendo ao parecer que será

lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

ADENDO AO PARECER Nº 1049, DE 2006 – PLEN

Ao Parecer nº 1.049, de 2006 (PLEN), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

O Parecer nº 1.049, de 2006 (PLEN), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006, apresenta os seguintes erros materiais nos Anexos III, V, VI, VII e VIII: a) há referência, errônea, à “Função Comissionada”, quando o correto seria “Função de Confiança”; e b) os valores atribuídos às “Funções de Confiança” nºs 1, 2 e 3 e aos Cargos em Comissão nºs 1, 2 e 3 são inferiores aos atribuídos pela Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, o que implica redução de salários, em ofensa ao inc. XV do art. 37 da Constituição.

A fim de extirpar os erros materiais indicados, os Anexos III, V, VI, VII e VIII do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

(Art. 16 da Lei nº, de ... de de 2006)

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | VALOR (R\$) |
|---------------------|-------------|
| FC-3 | 2.600,49 |
| FC-2 | 1.823,15 |
| FC-1 | 1.567,95 |



ANEXO V**FUNÇÃO DE CONFIANÇA****(Art. 16, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)**

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | Vigência | | | | | |
|------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| FC-3 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 |
| FC-2 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 |
| FC-1 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 |

ANEXO VI**CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL****(Art. 16, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)**

| CARGO EM COMISSÃO | Vigência | | | | | |
|-------------------------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| | 15% | 30% | 45% | 60% | 80% | 100% |
| CC-7 | 8.375,51 | 8.959,85 | 9.544,18 | 10.128,52 | 10.907,64 | 11.686,76 |
| CC-6 | 7.419,31 | 7.936,93 | 8.454,56 | 8.972,18 | 9.662,35 | 10.352,52 |
| CC-5 | 6.526,50 | 6.981,83 | 7.437,17 | 7.892,51 | 8.499,62 | 9.106,74 |
| CC-4 | 5.694,53 | 6.091,83 | 6.489,12 | 6.886,41 | 7.416,14 | 7.945,86 |
| CC-3 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 |
| CC-2 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 |
| CC-1 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 |

cj1004c9-200605354



ANEXO VII**CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO**

(Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

| CARGO EM COMISSÃO | Vigência | | | | | |
|-------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | Jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| | 15% | 30% | 45% | 60% | 80% | 100% |
| CC-7 | 5.444,08 | 5.823,90 | 6.203,72 | 6.583,54 | 7.089,97 | 7.596,39 |
| CC-6 | 4.822,55 | 5.159,00 | 5.495,46 | 5.831,92 | 6.280,53 | 6.729,14 |
| CC-5 | 4.242,23 | 4.538,19 | 4.834,16 | 5.130,13 | 5.524,75 | 5.919,38 |
| CC-4 | 3.701,44 | 3.959,69 | 4.217,93 | 4.476,17 | 4.820,49 | 5.164,81 |
| CC-3 | 2.201,85 | 2.355,47 | 2.509,09 | 2.662,71 | 2.867,53 | 3.072,36 |
| CC-2 | 1.992,72 | 2.131,75 | 2.270,77 | 2.409,80 | 2.595,17 | 2.780,54 |
| CC-1 | 1.390,26 | 1.487,25 | 1.584,25 | 1.681,24 | 1.810,57 | 1.939,89 |

ANEXO VIII**FUNÇÃO DE CONFIANÇA - OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO**

(Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | Vigência | | | | | |
|---------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | Jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| FC-3 | 1.279,67 | 1.352,15 | 1.424,61 | 1.497,08 | 1.593,70 | 1.690,32 |
| FC-2 | 897,15 | 947,96 | 998,77 | 1.049,57 | 1.117,31 | 1.185,05 |
| FC-1 | 771,57 | 815,27 | 858,96 | 902,65 | 960,91 | 1.019,17 |

cj1004c9-200605354



É a seguinte a redação final:

**PARECER Nº 1.108, DE 2006
DA COMISSÃO DIRETORA**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469, de 2005, na Casa de origem.)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469, de 2005, na Casa de origem), que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002 e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências, consolidando as modificações propostas no Adendo ao Parecer, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de outubro de 2006.

ANEXO AO PARECER Nº 1.108, DE 2006

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2006
(Nº 6.469, de 2005, na Casa de origem)**

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, e a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

Art. 1º As Carreiras dos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério Público da União passam a ser regidas por esta Lei.

Parágrafo único. Cada ramo do Ministério Público da União terá Pessoal.

Art. 2º Os Quadros de Pessoal efetivo do Ministério Público da União são compostos pelas seguintes

Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I – Analista do Ministério Público da União, de nível superior;

II – Técnico do Ministério Público da União, de nível médio;

III – Auxiliar do Ministério Público da União, de nível fundamental.

Art. 3º Os cargos efetivos das Carreiras referidas no art. 2º desta Lei são estruturados em Classes e Padrões, na forma do Anexo I desta Lei, nas diversas áreas de atividades.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos de que trata esta Lei, as áreas de atividades e as suas especialidades serão fixadas em regulamento, nos termos do **caput** do art. 27 desta Lei.

Art. 4º Integram o Quadro de Pessoal do Ministério Público da União as funções de confiança FC-1 a FC-3 e os cargos em comissão CC-1 a CC-7, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Cada ramo do Ministério Público da União destinará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das Carreiras do Ministério Público da União, observados os requisitos de qualificação e experiência previstos em regulamento, ficando resguardadas as situações constituídas até a data da publicação desta Lei.

§ 2º Será publicado semestralmente no **Diário Oficial da União** quadro-resumo contendo informações sobre a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão.

Art. 5º No âmbito do Ministério Público da União é vedada a nomeação ou designação, para cargo em comissão, de cônjuge, companheiro(a), parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro) grau, dos respectivos membros, salvo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para o exercício perante o membro ou servidor determinante da incompatibilidade, situação que se aplica à função de confiança.

**CAPÍTULO II
Do Ingresso Na Carreira**

Art. 6º O ingresso nos cargos das Carreiras de Servidores do Ministério Público da União far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos para o padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

Parágrafo único. O Ministério Público da União poderá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

Art. 7º São requisitos de escolaridade para ingresso:

I – para o cargo de Analista, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, com

habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei;

II – para o cargo de Técnico, certificado de conclusão de ensino médio e/ou, se for o caso, habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei;

III – para o cargo de Auxiliar, certificado de conclusão do ensino fundamental.

§ 1º Além dos requisitos previstos neste artigo, poderá ser exigida formação especializada, experiência e registro profissional dispostos em lei.

§ 2º É vedado o desempenho de atribuições diversas daquelas fixadas para o cargo para o qual o servidor foi aprovado.

CAPÍTULO III Do Desenvolvimento Na Carreira

Art. 8º O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento, e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 2º A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.

§ 3º A progressão funcional e a promoção não acarretarão mudança de cargo.

CAPÍTULO IV Da Remuneração

Art. 9º A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União é composta pelo vencimento básico do cargo e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União – GAMP, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 10. Os vencimentos básicos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 11. A Gratificação de Atividade do Ministério Público da União – GAMP será calculada mediante a aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o vencimento básico estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 1º A diferença entre o percentual da Gamp fixado por esta Lei e o decorrente da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, incidindo sobre os valores constantes do Anexo IX desta Lei, observada a seguinte razão:

I – 33% (trinta e três por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II – 36% (trinta e seis por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III – 39% (trinta e nove por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV – 42% (quarenta e dois por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V – 46% (quarenta e seis por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI – integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

§ 2º Os integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União que perceberem integralmente a retribuição da função de confiança ou do cargo em comissão, constante dos Anexos III e IV desta Lei, não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 3º Os servidores ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública e os servidores requisitados não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 4º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do **caput** do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, a gratificação de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 12. É instituído o Adicional de Qualificação – AQ destinado aos integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União portadores de títulos, diplomas ou certificados de ações de treinamento ou cursos de ensino médio, graduação ou pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, nos termos do regulamento próprio.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, só serão considerados os cursos reconhecidos e ministrados por instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação na forma da legislação específica.

§ 3º Os cursos de pós-graduação **lato sensu** serão admitidos desde que com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

§ 4º O Adicional de Qualificação – AQ somente será considerado no cálculo dos proventos e das pensões se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação, excetuado, ainda, do cômputo o disposto no inciso VI do art. 13 desta Lei.

Art. 13. O Adicional de Qualificação – AQ incidirá sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, observado o seguinte:

I – 12,5% (doze vírgula cinco por cento), aos portadores de título de Doutor;

II – 10% (dez por cento), aos portadores de título de Mestre;

III – 7,5% (sete vírgula cinco por cento), aos portadores de Certificado de Especialização;

IV – 5% (cinco por cento), aos portadores de diploma de curso superior;

V – 2,5% (dois vírgula cinco por cento), exclusivamente aos ocupantes do cargo de auxiliar portadores de certificado de ensino médio;

VI – 1% (um por cento), ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas, observado o limite máximo de 3% (três por cento).

§ 1º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 2º Os coeficientes relativos às ações de treinamento, previstas no inciso VI do **caput** deste artigo, serão aplicados pelo prazo de 4 (quatro) anos, a contar da data de conclusão da última ação que totalizou o mínimo de 120 (cento e vinte) horas.

§ 3º O adicional de qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 4º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do **caput** do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, o adicional de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 14. Ficam instituídas a Gratificação de Perícia e a Gratificação de Projeto, ambas no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor, devidas, respectivamente, ao Analista:

I – que desenvolver perícia de campo ou a análise de documentação fora do ambiente da sede de trabalho, com o objetivo de subsidiar procedimento administrativo ou processo judicial, por determinação prévia do órgão colegiado de coordenação e revisão;

II – for designado para desenvolver e implementar projeto de especial interesse da Administração, pela autoridade superior da entidade.

§ 1º As gratificações previstas neste artigo não poderão ser percebidas cumulativamente, não serão atribuídas a ocupantes de função de confiança ou cargo em comissão e não se acumulam com o pagamento de hora extra.

§ 2º O Procurador-Geral da República regulamentará as gratificações de perícia e projeto, podendo, quanto à última, estabelecer limite de tempo para a sua percepção.

Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, devida ao Analista ou Técnico que tenha suas atribuições relacionadas às funções de segurança no regulamento previsto no parágrafo único do art. 3º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor.

§ 2º A gratificação prevista neste artigo não poderá ser percebida cumulativamente, não será atribuída a ocupantes de função de confiança ou cargo em comissão e não se acumula com o pagamento de hora extra.

Art. 16. A retribuição pelo exercício de função de confiança e de cargo em comissão é a constante dos Anexos III e IV desta Lei.

§ 1º Os valores fixados nos Anexos III e IV desta Lei entrarão em vigor a partir de 1º de dezembro de 2008, adotando-se, até essa data, as retribuições constantes dos Anexos V e VI desta Lei.

§ 2º Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei e ao cedido ao Ministério Público da União, investidos em função de confiança ou em cargo em comissão, é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida:

I – até 30 de novembro de 2008, dos valores constantes dos Anexos VII e VIII desta Lei;

II – a partir de 1º de dezembro de 2008, de 65% (sessenta e cinco por cento) dos valores fixados nos Anexos III e IV desta Lei.

CAPÍTULO V

Disposições Finais E Transitórias

Art. 17. Os cargos efetivos de Analista e Técnico, a que se refere o art. 3º da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, ficam reestruturados na forma do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Ficam enquadrados na mesma classe e padrão em que estiverem posicionados na data da publicação desta Lei os atuais servidores ocupantes dos cargos de Analista e Técnico.

Art. 18. Os Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União corresponderão ao número de cargos efetivos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e de funções de confiança e cargos comissionados, providos e vagos, criados por lei e existentes na data da publicação desta Lei, ficando transformados em função de confiança as funções comissionadas FC-1 a FC-3, as quais continuarão a ser designadas como FC, e em cargo em comissão as funções comissionadas FC-4 a FC-10, que passarão a ser designadas CC, conforme o disposto nos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 19. O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União não poderá perceber, a título de vencimentos e vantagens permanentes, importância superior a 80% (oitenta por cento) do subsídio devido ao Procurador-Geral da República.

Art. 20. Os concursos públicos realizados ou em andamento, na data da publicação desta lei, destinados aos quadros de pessoal do Ministério Público da União são válidos para ingresso nas Carreiras dos

Servidores do Ministério Público da União, observada a correlação entre as atribuições, as especialidades e o grau de escolaridade.

Art. 21. Aos servidores efetivos, requisitados e sem vínculos do Ministério Público da União é vedado o exercício da advocacia e consultoria técnica.

Art. 22. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União executam atividades exclusivas de Estado, relacionadas ao exercício de atribuições de natureza técnico-administrativa, essenciais às funções constitucionais inerentes ao Ministério Público da União.

Art. 23. Os ramos do Ministério Público da União fixarão em ato próprio a distribuição dos cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão nas Unidades componentes de sua estrutura.

Parágrafo único. Os Procuradores-Gerais de cada ramo de que trata este artigo ficam autorizados a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções de confiança e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

Art. 24. Serão aplicadas aos servidores do Ministério Público da União as revisões gerais de salários dos servidores públicos federais.

Art. 25. Ao servidor investido em função de confiança ou cargo em comissão é vedado o pagamento de hora extra e a redução da jornada de trabalho.

Art. 26. O Procurador-Geral da República regulamentará os limites de horas extras mensais e anuais relativos aos servidores do Ministério Público da União.

Art. 27. Observadas as diretrizes gerais fixadas pelo Procurador-Geral da República, cada ramo do Ministério Público da União baixará os atos regulamentares necessários à aplicação desta lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Será instituída comissão para a regulamentação prevista neste artigo, facultada a participação de 1 (um) representante das entidades, de âmbito nacional ou do Distrito Federal, representativas de classe dos servidores do Ministério Público.

Art. 28. Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, no mesmo ramo, a critério do Procurador-Geral respectivo, ou entre ramos diversos, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, no próprio Estado e no Distrito Federal, ou entre as diversas Unidades da Federação, consoante os seguintes critérios:

I – concurso de remoção a ser realizado anualmente entre os Servidores das Carreiras do Ministério Público da União ou previamente a concurso público de provas ou de provas e títulos das Carreiras do Ministério Público da União, descrito em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta lei;

II – permuta, em qualquer período do ano, entre dois ou mais servidores das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, descrita em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta lei.

§ 1º O servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da carreira deverá permanecer na unidade administrativa ou ramo em que foi lotado pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, só podendo ser removido nesse período no interesse da administração.

§ 2º O servidor removido por concurso de remoção deverá permanecer na unidade administrativa, ou ramo em que foi lotado, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Art. 29. O servidor afastado para cursar pós-graduação, no país ou no exterior, com ônus total ou parcial para a instituição, só poderá se desligar do Ministério Público da União transcorrido o dobro do prazo de afastamento, salvo se ressarcir a remuneração percebida no período e as despesas decorrentes.

Art. 30. Caberá a cada ramo do Ministério Público da União, no âmbito de sua competência, instituir Programa Permanente de Capacitação destinado à formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para desempenharem atribuições de maior complexidade e responsabilidade.

Art. 31. O disposto nesta lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 32. Ficam resguardadas as situações constituídas até a data da publicação desta lei.

Art. 33. As despesas resultantes da execução desta lei correm à conta das dotações consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 34. A diferença entre o vencimento fixado por esta lei e o decorrente da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, observada a seguinte razão:

I – 15% (quinze por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II – 30% (trinta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III – 45% (quarenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV – 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V – 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI – integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

§ 1º Os percentuais das gratificações previstas nos arts. 12, 14 e 15 incidirão sobre os valores constantes do Anexo IX mencionados no **caput** deste artigo.

§ 2º percentual das gratificações de que tratamos arts. 14 e 15 será implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, incidindo sobre os valores constantes do Anexo IX, observada a seguinte razão:

I – 5% (cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II – 11% (onze por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III – 16% (dezesseis por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV – 21% (vinte e um por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V – 28% (vinte e oito por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI – integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

Art. 35. A eficácia do disposto nesta lei fica condicionada ao atendimento do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogadas a Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, e a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

ANEXO I
(Art. 3º da Lei nº, de ... de de 2006)

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
|----------|--------|--------|
| ANALISTA | C | 15 |
| | | 14 |
| | | 13 |
| | | 12 |
| | | 11 |
| | B | 10 |
| | | 9 |
| | | 8 |
| | | 7 |
| | | 6 |
| | A | 5 |
| | | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| TÉCNICO | C | 15 |
| | | 14 |
| | | 13 |
| | | 12 |
| | | 11 |
| | B | 10 |
| | | 9 |
| | | 8 |
| | | 7 |
| | | 6 |
| | A | 5 |
| | | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |
| AUXILIAR | C | 15 |
| | | 14 |
| | | 13 |
| | | 12 |
| | | 11 |
| | B | 10 |
| | | 9 |
| | | 8 |
| | | 7 |
| | | 6 |
| | A | 5 |
| | | 4 |
| | | 3 |
| | | 2 |
| | | 1 |

ANEXO II
(Art. 10 da Lei nº, de ... de de 2006)

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO |
|----------|--------|--------|------------|
| ANALISTA | C | 15 | 6.957,41 |
| | | 14 | 6.754,77 |
| | | 13 | 6.558,03 |
| | | 12 | 6.367,02 |
| | | 11 | 6.181,57 |
| | B | 10 | 5.848,22 |
| | | 9 | 5.677,88 |
| | | 8 | 5.512,51 |
| | | 7 | 5.351,95 |
| | | 6 | 5.196,07 |
| | A | 5 | 4.915,86 |
| | | 4 | 4.772,68 |
| | | 3 | 4.633,67 |
| | | 2 | 4.498,71 |
| | | 1 | 4.367,68 |
| TÉCNICO | C | 15 | 4.240,47 |
| | | 14 | 4.116,96 |
| | | 13 | 3.997,05 |
| | | 12 | 3.880,63 |
| | | 11 | 3.767,60 |
| | B | 10 | 3.564,43 |
| | | 9 | 3.460,61 |
| | | 8 | 3.359,82 |
| | | 7 | 3.261,96 |
| | | 6 | 3.166,95 |
| | A | 5 | 2.996,17 |
| | | 4 | 2.908,90 |
| | | 3 | 2.824,17 |
| | | 2 | 2.741,92 |
| | | 1 | 2.662,06 |
| AUXILIAR | C | 15 | 2.511,37 |
| | | 14 | 2.403,23 |
| | | 13 | 2.299,74 |
| | | 12 | 2.200,71 |
| | | 11 | 2.105,94 |
| | B | 10 | 1.992,37 |
| | | 9 | 1.906,58 |
| | | 8 | 1.824,48 |
| | | 7 | 1.745,91 |
| | | 6 | 1.670,73 |
| | A | 5 | 1.580,63 |
| | | 4 | 1.512,57 |
| | | 3 | 1.447,43 |
| | | 2 | 1.385,10 |
| | | 1 | 1.325,46 |

ANEXO III**(Art. 16 da Lei nº, de ... de de 2006)**

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | VALOR (R\$) |
|---------------------|-------------|
| FC-3 | 2.600,49 |
| FC-2 | 1.823,15 |
| FC-1 | 1.567,95 |

ANEXO IV**(Art. 18 da Lei nº, de ... de de 2006)**

| CARGO EM COMISSÃO | VALOR (R\$) |
|-------------------|-------------|
| CC-7 | 11.686,76 |
| CC-6 | 10.352,52 |
| CC-5 | 9.106,74 |
| CC-4 | 7.945,86 |
| CC-3 | 4.726,70 |
| CC-2 | 4.277,75 |
| CC-1 | 2.984,45 |

ANEXO V**FUNÇÃO DE CONFIANÇA****(Art. 16, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)**

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | Vigência | | | | | |
|---------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| FC-3 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 | 2.600,49 |
| FC-2 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 | 1.823,15 |
| FC-1 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 | 1.567,95 |

ANEXO VI**CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL****(Art. 16, § 1º, da Lei nº, de.....de 2006)**

| CARGO EM COMISSÃO | Vigência | | | | | |
|-------------------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| | 15% | 30% | 45% | 60% | 80% | 100% |
| CC-7 | 8.375,51 | 8.959,85 | 9.544,18 | 10.128,52 | 10.907,64 | 11.686,76 |
| CC-6 | 7.419,31 | 7.936,93 | 8.454,56 | 8.972,18 | 9.662,35 | 10.352,52 |
| CC-5 | 6.526,50 | 6.981,83 | 7.437,17 | 7.892,51 | 8.499,62 | 9.106,74 |
| CC-4 | 5.694,53 | 6.091,83 | 6.489,12 | 6.886,41 | 7.416,14 | 7.945,86 |
| CC-3 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 | 4.726,70 |
| CC-2 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 | 4.277,75 |
| CC-1 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 | 2.984,45 |

ANEXO VII
CARGO EM COMISSÃO – OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO
(Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

| CARGO EM COMISSÃO | Vigência | | | | | |
|-------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| | 15% | 30% | 45% | 60% | 80% | 100% |
| CC-7 | 5.444,08 | 5.823,90 | 6.203,72 | 6.583,54 | 7.089,97 | 7.596,39 |
| CC-6 | 4.822,55 | 5.159,00 | 5.495,46 | 5.831,92 | 6.280,53 | 6.729,14 |
| CC-5 | 4.242,23 | 4.538,19 | 4.834,16 | 5.130,13 | 5.524,75 | 5.919,38 |
| CC-4 | 3.701,44 | 3.959,69 | 4.217,93 | 4.476,17 | 4.820,49 | 5.164,81 |
| CC-3 | 2.201,85 | 2.355,47 | 2.509,09 | 2.662,71 | 2.867,53 | 3.072,36 |
| CC-2 | 1.992,72 | 2.131,75 | 2.270,77 | 2.409,80 | 2.595,17 | 2.780,54 |
| CC-1 | 1.390,26 | 1.487,25 | 1.584,25 | 1.681,24 | 1.810,57 | 1.939,89 |

ANEXO VIII
FUNÇÃO DE CONFIANÇA – OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO
(Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

| FUNÇÃO DE CONFIANÇA | Vigência | | | | | |
|---------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | jun/06 | dez/06 | jul/07 | dez/07 | jul/08 | dez/08 |
| FC-3 | 1.279,67 | 1.352,15 | 1.424,61 | 1.497,08 | 1.593,70 | 1.690,32 |
| FC-2 | 897,15 | 947,96 | 998,77 | 1.049,57 | 1.117,31 | 1.185,05 |
| FC-1 | 771,57 | 815,27 | 858,96 | 902,65 | 960,91 | 1.019,17 |

ANEXO IX
(Art. 34 da Lei nº de de 2006)

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | Vigência do Vencimento Básico | | | | | |
|----------|--------|--------|-------------------------------|-----------|------------|-----------|----------|-----------|
| | | | Inciso I | Inciso II | Inciso III | Inciso IV | Inciso V | Inciso VI |
| | | | 15% | 30% | 45% | 60% | 80% | 100% |
| Analista | C | 15 | 5.301,50 | 5.593,72 | 5.885,94 | 6.178,16 | 6.567,78 | 6.957,41 |
| | | 14 | 5.127,97 | 5.415,05 | 5.702,13 | 5.989,22 | 6.371,99 | 6.754,77 |
| | | 13 | 4.960,13 | 5.242,11 | 5.524,09 | 5.806,08 | 6.182,05 | 6.558,03 |
| | | 12 | 4.797,79 | 5.074,71 | 5.351,64 | 5.628,56 | 5.997,79 | 6.367,02 |
| | | 11 | 4.640,79 | 4.912,69 | 5.184,60 | 5.456,50 | 5.819,03 | 6.181,57 |
| | B | 10 | 4.465,96 | 4.709,89 | 4.953,82 | 5.197,74 | 5.522,98 | 5.848,22 |
| | | 9 | 4.319,75 | 4.559,42 | 4.799,09 | 5.038,76 | 5.358,32 | 5.677,88 |
| | | 8 | 4.178,36 | 4.413,80 | 4.649,23 | 4.884,67 | 5.198,59 | 5.512,51 |
| | | 7 | 4.041,61 | 4.272,84 | 4.504,08 | 4.735,32 | 5.043,63 | 5.351,95 |
| | | 6 | 3.909,34 | 4.136,41 | 4.363,48 | 4.590,55 | 4.893,31 | 5.196,07 |
| | A | 5 | 3.762,08 | 3.965,69 | 4.169,30 | 4.372,91 | 4.644,38 | 4.915,86 |
| | | 4 | 3.638,92 | 3.839,00 | 4.039,07 | 4.239,15 | 4.505,92 | 4.772,68 |
| | | 3 | 3.519,80 | 3.716,37 | 3.912,93 | 4.109,50 | 4.371,59 | 4.633,67 |
| | | 2 | 3.404,60 | 3.597,68 | 3.790,76 | 3.983,83 | 4.241,27 | 4.498,71 |
| | | 1 | 3.293,18 | 3.482,80 | 3.672,41 | 3.862,03 | 4.114,86 | 4.367,68 |
| Técnico | C | 15 | 3.185,40 | 3.371,59 | 3.557,78 | 3.743,96 | 3.992,22 | 4.240,47 |
| | | 14 | 3.081,18 | 3.263,96 | 3.446,75 | 3.629,53 | 3.873,34 | 4.116,96 |
| | | 13 | 2.980,37 | 3.159,79 | 3.339,20 | 3.518,61 | 3.757,83 | 3.997,05 |
| | | 12 | 2.882,87 | 3.058,94 | 3.235,02 | 3.411,09 | 3.645,86 | 3.880,63 |
| | | 11 | 2.788,57 | 2.961,34 | 3.134,11 | 3.306,88 | 3.537,24 | 3.767,60 |
| | B | 10 | 2.683,35 | 2.838,83 | 2.994,32 | 3.149,80 | 3.357,11 | 3.564,43 |
| | | 9 | 2.595,53 | 2.748,39 | 2.900,85 | 3.053,51 | 3.257,06 | 3.460,61 |
| | | 8 | 2.530,62 | 2.660,48 | 2.810,33 | 2.960,19 | 3.160,00 | 3.359,82 |
| | | 7 | 2.428,47 | 2.575,56 | 2.722,64 | 2.869,73 | 3.065,84 | 3.261,96 |
| | | 6 | 2.349,03 | 2.493,37 | 2.637,71 | 2.782,04 | 2.974,50 | 3.166,95 |
| | A | 5 | 2.260,42 | 2.390,26 | 2.520,09 | 2.649,93 | 2.823,05 | 2.996,17 |
| | | 4 | 2.186,44 | 2.313,93 | 2.441,43 | 2.568,92 | 2.738,91 | 2.908,90 |
| | | 3 | 2.114,90 | 2.240,06 | 2.365,23 | 2.490,40 | 2.657,29 | 2.824,17 |
| | | 2 | 2.045,70 | 2.168,56 | 2.291,42 | 2.414,29 | 2.578,10 | 2.741,92 |
| | | 1 | 1.978,78 | 2.099,36 | 2.219,93 | 2.340,51 | 2.501,28 | 2.662,06 |
| Auxiliar | C | 15 | 1.903,08 | 2.010,42 | 2.117,77 | 2.225,12 | 2.368,24 | 2.511,37 |
| | | 14 | 1.835,54 | 1.935,72 | 2.035,90 | 2.136,08 | 2.269,65 | 2.403,23 |
| | | 13 | 1.770,43 | 1.863,84 | 1.957,24 | 2.050,65 | 2.175,20 | 2.299,74 |
| | | 12 | 1.707,65 | 1.794,66 | 1.881,67 | 1.968,68 | 2.084,69 | 2.200,71 |
| | | 11 | 1.647,13 | 1.728,09 | 1.809,06 | 1.890,03 | 1.997,98 | 2.105,94 |
| | B | 10 | 1.585,33 | 1.657,16 | 1.728,99 | 1.800,82 | 1.896,60 | 1.992,37 |
| | | 9 | 1.528,22 | 1.595,81 | 1.662,41 | 1.729,00 | 1.817,79 | 1.906,58 |
| | | 8 | 1.475,11 | 1.536,77 | 1.598,42 | 1.660,07 | 1.742,27 | 1.824,48 |
| | | 7 | 1.422,93 | 1.479,92 | 1.536,92 | 1.593,92 | 1.669,91 | 1.745,91 |
| | | 6 | 1.372,61 | 1.425,23 | 1.477,84 | 1.530,45 | 1.600,59 | 1.670,73 |
| | A | 5 | 1.321,39 | 1.367,14 | 1.412,89 | 1.458,64 | 1.519,63 | 1.580,63 |
| | | 4 | 1.274,73 | 1.316,70 | 1.358,67 | 1.400,64 | 1.456,61 | 1.512,57 |
| | | 3 | 1.229,73 | 1.268,15 | 1.306,57 | 1.344,98 | 1.396,21 | 1.447,43 |
| | | 2 | 1.186,34 | 1.221,41 | 1.256,49 | 1.291,57 | 1.338,33 | 1.385,10 |
| | | 1 | 1.144,50 | 1.176,44 | 1.208,37 | 1.240,30 | 1.282,88 | 1.325,46 |

| ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|-----|---|----|---|---|---|---------------|
| UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTÉRIO DA FAZENDA | | | | | | | | | |
| ANEXO | | | | CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | |
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ES | GR | MO | U | F | T | VALOR |
| | | | SND | NPD | OD | | | E | |
| 0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR | | | | | | | | | 1.008.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0300 | GARANTIA E SUSTENTACAO DE PREÇOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 1.000.000.000 |
| 20 846 | 0352 0300 0101 | GARANTIA E SUSTENTACAO DE PREÇOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) | | | | | | | 1.000.000.000 |
| | | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| TOTAL - SEGURANÇA | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000.000 |

| ANEXO | | | CREDITO EXTRAORDINARIO | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|---|----|----|----|----|----|-----|---|---|---|---|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | | | | | |
| FUNC | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO | EG | SH | FD | GR | P | MO | D | I | U | F | T | VALOR |
| 0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR | | | | | | | | | | | | | | 1.800.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0300 | GABANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| 20 846 | 0352 0300 0121 | GABANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) | | | | | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| | | | F | 3 | | 1 | 90 | 0 | 360 | | | | | 1.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | | | | 1.000.000.000 |

MENSAGEM Nº 463, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 19 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 66/2006/MP

Brasília, 12 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2. Os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo renda justa aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

3. A urgência e relevância da medida proposta decorrem da necessidade de dar continuidade à PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra, pois a postergação da execução dessas despesas se dará sob risco de inviabilizar a compra e escoamento de safras, o que implicaria em prejuízos social e econômico para as regiões com excedente de produção.

4. Desse modo, a imprevisibilidade quanto à redução nos preços dos produtos agrícolas, aliada à relevância da ação contemplada por esse crédito extraordinário, as quais demandam atendimento imediato, sob pena de graves conseqüências, constituíram as circunstâncias que levaram à proposição da presente Medida Provisória.

5. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

6. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa Proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

Of. nº 1.588/06/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Nesta

Assunto: envio de MPV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 298/06, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 4–9–06, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

NOTA TÉCNICA S/N, DE 2006

Brasília, 26-6-2006

Assunto: Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

1 Introdução

A presente Nota Técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que estabelece, **ipsis verbis**:

“Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertence o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 66/2006/MP, os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo renda justa

aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, a urgência e relevância da medida proposta decorrem da necessidade de dar continuidade à PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra, pois a postergação da execução dessas despesas se dará sob risco de inviabilizar a compra e escoamento de safras, o que implicaria em prejuízos social e econômico para as regiões com excedente de produção. A imprevisibilidade quanto à redução nos preços dos produtos agrícolas, aliada à relevância da ação contemplada pelo crédito extraordinário, demandam atendimento imediato, sob pena de graves conseqüências.

2 Subsídio Acerca da Adequação Financeira e Orçamentária

O exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias, consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, “abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

A proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

Não há que tecer comentários sobre a adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória adotada, dado que o Poder Executivo não indica as fontes de receitas para o atendimento das despesas previstas na Medida Provisória.

3 Conclusão

O Poder Executivo não indicou a repercussão sobre a receita da União e da implicação quanto ao

atendimento das normas financeiras e orçamentárias vigentes. – **Joaquim Ornelas Neto**, Consultor.

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

O SR. ANSELMO (PT–RO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vou direto ao mérito, para ganharmos tempo.

No mérito, anota-se o crédito extraordinário destinado a recursos para atendimento de despesa relevante e urgente, dada a crise que se abateu sobre o setor rural em função de uma associação de fatores negativos, como a redução dos preços internacionais de **commodities** agrícolas e a valorização do real frente ao dólar americano, que provocou a queda acentuada dos preços de comercialização e de diversos produtos agrícolas, estando muito deles abaixo dos custos de produção.

Para amenizar os problemas, o Governo Federal propõe a elevação da dotação destinada na ação da garantia de sustentação de preço de comercialização de produtos agropecuários, na Lei nº 8.427, de 1992, por meio da qual lançará mão de leilões e de subvenção econômica, denominada prêmio de escoamento, e dos produtos cujo objetivo é estimular a aquisição dos produtos pelo próprio setor privado, garantindo o recebimento do preço mínimo estipulado pelo atual plano de safra pelos produtores rurais.

A emenda apresentada refere-se ao refinanciamento das dívidas rurais, matéria estranha àquela tratada na medida provisória em exame, pelo que recomendamos seu indeferimento, nos termos do inciso IV do art. 4º da Resolução nº 1.

Diante do exposto, somos favoráveis à Medida Provisória nº 298, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Proposição: MPV-298/2006**Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 20/06/2006**Apreciação:** Proposição Submetida à apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento**Ementa:** Abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.**Indexação:** Abertura de Crédito extraordinário em favor da atuação Política de Garantia de Preços Mínimos, produtor rural, safra, produção agropecuária, produto agrícola**Despacho:**

5/7/2006 - Publicação no Diário Oficial da União, em favor da Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 463/2006 (Mensagem) - Poder Executivo**Legislação Citada****Emendas**

- MPV29806 (MPV29806)

EMC 1/2006 MPV29806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Diniz**Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV29806 (MPV29806)

PPP 1 MPV29806 (Parecer Proferido em Plenário) - Anselmo**Última Ação:****4/9/2006 - PLENÁRIO (PLEN)** - A matéria vai ao Senado Federal incluindo o processado, (MPV 298-A/06)

Obs.: Consultar o histórico de publicações no Diário Oficial da União para obter o texto da Proposição.

| | |
|-------------------|---|
| Andamento: | |
| 20/6/2006 | Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União. |
| 20/6/2006 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para conclusão: 20/06/2006 a 03/07/2006. Comissão Mista: 20/06/2006 a 03/07/2006. Câmara dos Deputados: 04/07/2006 a 03/08/2006. Senado Federal: 08/07/2006 a 31/07/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 04/08/2006 a 04/08/2006. Retorno ao Senado Federal (se houver): 04/08/2006. Congresso Nacional: 04/08/2006 a 18/08/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 04/08/2006 a 18/09/2006. |
| 1/7/2006 | PLENÁRIO (PLEN) Apreciação da Medida Provisória nº 298/2006, do Poder Executivo, que substitui à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 298/2006, que "abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica". |
| 1/7/2006 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o texto da Medida Provisória nº 298/2006, do Poder Executivo, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 298, de 2006. |
| 5/7/2006 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publicação no Diário Oficial da União, em favor da Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência. |
| 10/7/2006 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhamento para o Plenário do Projeto de Lei nº 298/2006. |
| 9/8/2006 | Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designação pelo Senador Anselmo (PP-RO), para prestar parecer em plenário pela Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 298/2006, apresentado. |
| 1/9/2006 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão e votação. |

| | | |
|----------|-------------------------|--|
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Aprovação da Medida Provisória nº 415 de 2006 (MPV 415), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e o Projeto de Lei nº 787 de 2006 (PL 787), que altera os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e oportunidade econômica financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição da emenda nº 1. |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 787 de 2006 (PL 787). |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Votação pelo rol das Emendas à Constituição. |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Aprovação da Resolução nº 107 de 2006 (Resolução 107) do Conselho Reitor, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de caráter financeiro e orçamentário, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 107 de 2006 (Resolução 107). |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Votação, quando o caso, em turno único. |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Rejeitado o Projeto de Lei nº 787 de 2006 (PL 787), com ganho de competência. |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Aprovação do Projeto de Lei nº 293 de 2006 (PL 293). |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Votação pelo rol das Emendas à Constituição. |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | Aprovação da Resolução nº 107 de 2006 (Resolução 107) do Conselho Reitor, Decisão Análoga (PT-RO). |
| 4/9/2006 | PLENÁRIO (Ordem do Dia) | A Matéria é arquivada por não ter sido proposta (MPV 298 Arquivado). |

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2006**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 19 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 7 de agosto de 2006.


Senador **Renan Calheiros**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006, ADOTADA EM 20 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO, NO VALOR DE R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS), PARA O FIM QUE ESPECIFICA”.

| CONGRESSISTA | EMENDA Nº |
|----------------|-----------|
| FERNANDO DINIZ | 1 |

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00001

Mensagem 052/2006-CN

MPV 298/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

DE 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, para a região da **ADENE**, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas entre 2001 a 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I - de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

2º O alongamento ou renegociação destes débitos atingirão até o ano de 2000 nas mesmas condições da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, para a região da **ADENE**.

§ 2º A formalização das operações de que trata o caput deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 3º A medida de que trata o caput aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 4º Fica autorizada a repactuação de dívidas, nas condições acima, oriundas de operações de crédito rural, de quaisquer fontes de recursos e agentes financeiros, contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – **ADENE**, inclusive as operações originalmente contratadas ao amparo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – **FNE**, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – **FAT**, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**.

JUSTIFICAÇÃO

Neste período de 1998 a 2000 a atividade rural foi afetada por secas reconhecidas pelo Governo Federal e, a partir do ano de 2001, os juros se tornaram fixos para a região da **ADENE** e, ainda, várias linhas de financiamento a exemplo do **BNDES** vigoram juros indexados pela **TJLP**, mesmo para setores prioritários, destacando a fruticultura, etc. Esta é a oportunidade de corrigir estas graves distorções que ainda existem no crédito rural desta região diferenciada constitucionalmente

CÓDIGO

FERNANDO DINIZ

NOME DO PARLAMENTAR

UF

MG

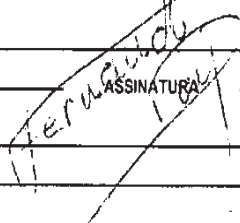
PARTIDO

PMDB

DATA

26/06/06

ASSINATURA



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único da Medida Provisória nº 298, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de um bilhão de reais, para o fim que especifica.*

À Medida Provisória foi apresentada uma emenda.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Anselmo (PT – RO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição da emenda.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 4 de setembro;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 4 de agosto, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 32, de 2006, e se esgotará no dia 17 de outubro;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 10 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 1.109, DE 2006 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor Senador Romero Jucá é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da matéria.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar a palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006

Abre crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO

UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S N F D | G R P D | M O D | I O U D | F I T E | VALOR |
|---|----------------|---|-----------------------|------------------|-------------|------------------|------------------|----------------------|
| 0352 ADASTECIMENTO AGROALIMENTAR | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0300 | GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | 1.000.000.000 |
| 20 846 | 0352 0300 0101 | GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) | | | | | | 1.000.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0,360 | 1.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.000.000.000 |

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há acordo para prosseguimento da Ordem do Dia, portanto, vamos voltar à lista de oradores. No entanto, devo comunicar à Casa que o encaminhamento proposto e acatado por todos nós foi o de que na próxima terça-feira haverá sessão do Senado Federal para votarmos as medidas provisórias que trancam a pauta e, também, o Projeto de Lei Complementar do Senador Rodolpho Tourinho.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto*

Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências,*

para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.*

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do

Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de*

1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

13

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando for oportuno, eu gostaria de falar, para uma comunicação inadiável, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Romeu Tuma está inscrito. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição como Líder do PSDB nessa etapa pós Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está, também, devidamente inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como há várias medidas provisórias pendentes de votação, informo à parcela significativa das lideranças dos servidores públicos que fizemos acordo para votar apenas essa, porque no dia 17 ela perderia a sua validade.

As demais medidas provisórias perdem a validade entre os dias 25 e 27, portanto, no dia 17, durante o novo esforço concentrado, será possível fazermos a votação. Inclusive, poderemos avaliar de forma mais adequada se há ou não possibilidade de qualquer tipo de alteração, até porque alteração em medida provisória demandaria retorno à Câmara dos Deputados. Talvez a avaliação da impossibilidade de retorno à Câmara, com possibilidade de votação de alteração, poderá, ainda, ensejar uma tratativa de possibilidade de o próprio Governo editar uma medida provisória complementar para contemplar determinadas questões que parcela dos funcionários públicos deseja fazer alterações nas medidas provisórias que aqui estão. Apenas para que as Lideranças, que têm acompanhando todo o desenrolar dessas tratativas, possam ter a clareza de que estamos buscando o aperfeiçoamento, da melhor maneira possível, para que as medidas provisórias não percam a validade e contemplemos parcela do que eles estão reivindicando ainda nas negociações do dia 17 e na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A informação que temos – claro que sujeita a alteração – é que não haverá sessão deliberativa na Câmara dos Deputados na próxima semana.

Há pouco realizamos uma reunião de Líderes – e já comuniquei isso ao Plenário – em que tentamos buscar um acordo para votarmos alguns itens da pauta do Congresso Nacional. No entanto, não houve acordo de mérito, também com relação às matérias. Portanto, fiz um esforço, mas, lamentavelmente, não será possível votar, porque não houve a concordância dos Líderes para que isso efetivamente acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se à lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar um fato que, nesses dias, tem consternado o País. Refiro-me à imponderável colisão de dois aviões no espaço aéreo brasileiro. Esse terrível acidente, que deixou perplexa e triste a população brasileira, envolveu uma aeronave de fabricação brasileira, e uma outra, de maior porte, da Empresa Gol.

Como em toda tragédia, é previsível que as pessoas, primeiramente, apontem um culpado, para, em seguida, procurarem as causas. É isso o que percebemos pelos noticiários em geral, fundamentados por inúmeros testemunhos, que se demonstraram convincentes, a ponto de transparecer uma análise pura da verdade.

Tal é a opinião do jornalista americano, que, ao afirmar que o espaço aéreo, naquela região do Brasil, é inseguro, categorizou o sistema de controle e proteção ao vôo do Brasil de ineficiente. Como não esperou o término das investigações sobre o acidente, emitiu um conceito por ouvir falar, ou baseado em concepções políticas e sociológicas, talvez comuns nos países mais desenvolvidos.

Essa análise política se faz paralela com a figura de linguagem que conceitua a parte pelo todo. Se o Brasil é um País em desenvolvimento, seria semelhante a todos os outros da mesma categoria. Como é senso comum que, em países em desenvolvimento, os serviços prestados são de qualidade inferior aos dos países desenvolvidos, o jornalista conceituou o serviço de controle do espaço aéreo brasileiro daquela região como inseguro. Faltou-lhe conhecimento técnico específico sobre esse serviço e responsabilidade sobre a influência que opiniões jornalísticas podem causar. Faltou-lhe ainda um princípio que deve pautar todo o formador de opinião: a honestidade intelectual. O jornalista poderia dizer que os níveis de violência urbana no Brasil são mais elevados que nos países desenvolvidos. Afinal, há dados estatísticos que levam a essa interpretação. Isto é honestidade intelectual. Para afirmar, com honestidade, a respeito do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro, bastava buscar dados estatísticos sobre a segurança do transporte aéreo regular no Brasil. Iria constatar que os níveis de segurança desse setor se equivalem aos dos Estados Unidos. Enquanto o índice de acidentes do transporte aéreo regular dos Estados Unidos é de 0,5 por milhão de decolagem, o índice do Brasil é de 0,6. Na América do Sul e Caribe, este número alcança a cifra de 1,7 acidente por milhão de decolagens.

Se tomasse a parte pelo todo em seu próprio país, poderia categorizá-lo como também inseguro para o voo. Afinal, aeronaves de passageiros foram usadas em atentados terroristas inomináveis, sem que o sistema de controle aéreo dos Estados Unidos conseguisse identificá-los a tempo de evitar aquela atitude ignóbil. Mas não é isso que o índice de acidentes de transporte aéreo regular apresenta.

No caso brasileiro, a atitude de voo irregular foi detectada pelo controle de sistema de vigilância do espaço aéreo. Inúmeras vezes, o Legacy foi chamado pelos controladores sem que tenha havido resposta, segundo os relatos das autoridades aeronáuticas, que os jornais noticiaram. Por que os pilotos do Legacy não atenderam ao chamado do controle aéreo? Por que os pilotos do Legacy ainda estavam voando em um nível incompatível com a rota planejada? Por que os radares do controle não recebiam as informações do equipamento *transponder* do avião? Existem aí apresentados inúmeros fatores técnicos e operacionais que poderiam ter contribuído para a ocorrência daquela fatalidade.

Isso comprova a teoria que fundamenta o serviço de segurança de voo no Brasil. Um acidente não ocorre quando apenas um elo do sistema falha. A Aeronáutica usa a figura da carreira de dominós para demonstrar que é a sequência de falhas que provoca um acidente. Se uma falha é percebida e eliminada a tempo, o acidente não ocorre, similarmente à carreira de dominós, que não é totalmente derrubada quando uma peça é retirada da sequência. Se uma das falhas tivesse sido corrigida, o Boeing 737-800 da empresa Gol poderia estar, neste momento, nos céus. Uma daquelas possíveis falhas poderia ter sido sanada pelos pilotos do Legacy ou, se fosse percebida a tempo, pelos controladores de voo.

Nesse sentido, é muito precipitado, ou talvez muito desonesto, induzir a população a apenas relacionar o acidente com a opinião jornalística que considera inseguro o controle de tráfego aéreo naquela região. Esta afirmativa irrefletida pode trazer um sentimento de insegurança aos passageiros que pretendem ou que precisam trafegar pelo Brasil.

Enquanto o acidente deixou a população catatônica, tal o nível da tragédia, a atitude assertiva do comando da Aeronáutica, com certeza, trouxe aquele sentimento real de esperança e confiança na instituição. Confiança no profissionalismo e na presteza em servir à população. Servir à população pressupõe focar o princípio da solidariedade em momentos de dor pela qual passam os familiares dos passageiros.

Nesse sentido, foi de tocante sensibilidade o gesto da Aeronáutica em permitir que as suas asas de for-

ça se transformassem em asas de amor ao próximo ao transportar familiares até a região da queda para que lançassem pétalas de rosas sobre os entes queridos que lá jaziam. Essa sensibilidade é um exemplo ao servidor público para quando tratar aqueles que lhes pagam a remuneração. É pelo serviço bem feito e também feito com solidariedade que a população percebe que os impostos são aplicados corretamente. É com respeito ao contribuinte e com solidariedade à população que a Aeronáutica demonstra, ao longo do período em que se efetiva o resgate das vítimas, o compromisso do servidor público.

A eficácia do serviço prestado pela Aeronáutica também pôde ser medida pelo testemunho de pessoas que presenciaram a presteza e dedicação da equipe de militares na cena do sinistro. Dentre essas, destaco a declaração do também jornalista Lincoln Macário, da CBN, que dizia “que soube do desaparecimento da aeronave da Gol, por volta das 17:00h, em Cuiabá”.

No dia seguinte, ele decolou às 04:00 horas para chegar ao local do resgate ao amanhecer. Em menos de 24 horas do acidente já se ouvia dos parentes, compreensivelmente, reclamações sobre o atraso do processo de localização da aeronave. Entretanto, quando chegou à Fazenda Jarinã, um helicóptero já havia pousado, e, em menos de quatro minutos, outro helicóptero, trazendo equipamentos e combustível, chegou. Em mais 10 minutos, uma aeronave Bandeirante lançava pára-quedistas, para, em seguida, embarcarem no helicóptero. Foi tudo muito rápido. Ele declarou também que pôde perceber que a Aeronáutica está preparada e engajada para esse tipo de operação. Eles não são amadores, são profissionais. Em seguida, ele afirmou que, apesar das dificuldades por que passam as Forças Armadas, essa operação lhe deixou muito orgulhoso, e que ainda quebrou vários preconceitos em relação ao trabalho dos militares.

Portanto, se algum jornalista, por ouvir dizer, poderia ser capaz de provocar insegurança nos passageiros que voam pelo espaço aéreo brasileiro, outro, como testemunha, pôde declarar que os militares são profissionais, e que o serviço que prestaram lhe deixou orgulhoso e ainda lhe quebrou preconceitos.

Se o jornalista Lincoln atestou que os militares são profissionais para o caso do resgate das vítimas, não há motivo para achar que o profissionalismo se encerra nessa operação. Portanto, tal como ele, é preciso quebrar os preconceitos e considerar, como presunção, que o profissionalismo dos militares também se acha em diversas áreas em que a Força Aérea atua.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mais prudente seria aguardar o resultado final das investigações.

Sr. Presidente, como Diretor da Polícia Federal, voei várias vezes pela Amazônia. Nessas últimas décadas, por mais de vinte anos, vi a evolução da tecnologia e do acompanhamento da fiscalização do voo das aeronaves, por intermédio do Cindacta, que foi se formando ao longo do tempo, do Sivam e de outras operações da mesma envergadura naquela região da Amazônia.

Tenho vários dados que me foram fornecidos, mas como o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, apresentou um requerimento hoje, eu os deixo para as discussões na Comissão.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Romeu Tuma, penso que V. Ex^a faz um pronunciamento interessante. Houve muitos pronunciamentos falando de solidariedade, da questão das vítimas em si, da agonia do Brasil, das famílias – e todos estamos enlutados –, mas V. Ex^a, repito, faz um pronunciamento com muita propriedade, com muitos detalhes, muitos indicativos. São detalhes que reforçam o nosso orgulho de ter, no Brasil, um sistema dos mais seguros do mundo. Ao acontecer esse acidente em mata fechada, fica comprovada a perícia e o preparo dos nossos militares, já sabido, mas ao qual damos muito pouco valor. Essa é a verdade. Só atentamos para o fato quando ocorre uma tragédia dessa natureza. V. Ex^a conhece bem a região porque por ela passou tantas vezes, explodindo pistas clandestinas do narcotráfico, de pouso de aeronaves pequenas. Lembro-me de que, na época da CPI do Narcotráfico, havia 1,8 mil pistas clandestinas na Amazônia para aeronaves de pequeno porte usadas no tráfico de drogas. Então, parabenizando V. Ex^a pelo pronunciamento, enfatizo que o orgulho que V. Ex^a sente pelo preparo dos nossos militares é o que o País deve sentir, porque, na verdade, eles estão preparados e já se avançou muito. Nosso aparelho, para a tranquilidade daqueles que voam no Brasil, é um dos mais sofisticados e preparados. Vivemos num País com um dos menores índices do mundo de queda de aeronaves e de acidentes trágicos por conta dos profissionais que existem neste País. Por isso, faço este aparte, parabenizando V. Ex^a por tão brilhante pronunciamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho muito orgulho de ser amigo das Forças Armadas do Brasil. Numa hora dessa, em que as dificuldades e os obstáculos são enormes, a vocação profissional, a dedicação e a solidariedade aos seus

semelhantes fazem com que eles consigam trazer à nossa vista, ainda que com muita amargura e tristeza, a sua eficiência na realização de suas missões.

Muito obrigado, Senador Magno Malta, pelo aparte.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

Em seguida, falará o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no penúltimo fim de semana, a atenção de todo o País ficou dividida entre a grande celebração democrática das eleições que ocorreram naquele domingo e o pesar pela tragédia ocorrida na sexta-feira anterior com o acidente do Voo nº 1907 da Gol, o pior da história da aviação brasileira.

Tocado por essa grande tragédia, fiz questão de vir a esta tribuna exprimir minha consternação e minhas condolências e prestar minha solidariedade às famílias e aos amigos daqueles que desapareceram nesse terrível acidente.

Fico pensando na incrível conjunção de causas fortuitas que resultaram no desastre. As causas ainda precisam ser completamente esclarecidas, mas o que se sabe até agora, pelo que temos visto na imprensa, é que a queda do Boeing deveu-se a um choque com uma pequena aeronave, um Legacy, fabricado pela nossa Embraer, que conseguiu pousar com poucas avarias. Um choque no ar já é raríssimo. Que tenha ocorrido nas circunstâncias em que ocorreu é desconcertante, é incrível!

O mais trágico é que, diante do imprevisível, toda perícia se torna relativa. O Comandante do voo, o piloto Décio Chaves Júnior, verdadeiramente vocacionado para a aviação, era um perito com mais de 15 mil horas de voo, sendo quatro mil horas no Boeing 737. Casado, pai de um filho, Décio Chaves Júnior era piloto desde 1980. Natural de Uberlândia, ele cresceu em Brasília, onde entrou para o aeroclube local e se tornou piloto de táxi aéreo no Distrito Federal. Foi, depois, piloto da Transbrasil por mais de 20 anos. Em outubro de 2001, entrou para a Gol, e sua competência e experiência, aliás, qualificavam-no como instrutor. Seus colegas são

unânicos em apontar sua seriedade, seu cuidado com os mínimos detalhes, sua dedicação ao trabalho.

Em comunicado oficial, o Presidente da Companhia, Constantino de Oliveira Júnior, disse que o piloto e o co-piloto ficarão na memória da empresa, que sempre se orgulhará da atuação de ambos. Ele disse: “Décio e Thiago são nossos heróis, assim como os comissários que integravam a tripulação. Merecem nossas homenagens e nosso agradecimento eterno. Nunca sairão de nossa lembrança”. Foi o que afirmou o Sr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da Companhia Gol.

Ainda em nota oficial, o Comandante David Barioni Neto, Vice-Presidente Técnico da empresa Gol, fez questão de ressaltar a total confiança que a companhia depositava em seu piloto, assim como em toda a tripulação do Vôo nº 1907: o co-piloto Thiago Jordão Cruso, as comissárias Renata Souza Fernandes e Sandra da Silva Martins e os comissários Nerisvan Dackson Canuto da Silva e Rodrigo de Paula Lima.

Deixo aqui meus mais profundos pêsames aos familiares e aos amigos de cada um deles. Sei que é impossível mensurar a dor que sentem pelo desaparecimento brusco de um ente querido, mas quero dizer que compartilho do seu sofrimento.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer uma menção especial a alguns passageiros também mortos naquele acidente de tão trágicas consequências. Quatro deles tinham como destino final de sua viagem o meu querido Estado de Sergipe.

Marcelo Eduardo Fontes Lopes, carioca de nascimento, vivia há oito anos no Estado de Sergipe, trabalhando como supervisor de qualidade de uma empresa de embalagens no Distrito Industrial de Aracaju. Viajou a Manaus a trabalho e voltava para sua esposa e para sua filha de cinco anos de idade.

Rogério Barbosa da Silva era sergipano. Mudou-se para Manaus a trabalho, mas não se adaptou à cidade. Voltava definitivamente para Sergipe no Vôo nº 1907 para matar sua saudade e para ficar definitivamente em Sergipe.

Os dois outros passageiros com destino a Sergipe ainda não foram identificados.

Às famílias de todos eles, manifesto toda a minha solidariedade. Pouco podemos fazer em momentos como este, de dor tão intensa, a não ser compartilhar a dor e buscar conforto.

Sr. Presidente, após essas palavras com as quais homenageio pessoas desaparecidas nesse desastre que deixou toda a Nação consternada, triste e amargurada, eu gostaria de, mudando de assunto, falar sobre um tema que considero crucial, da maior importância que se debata não só no âmbito do Senado Federal,

mas também na Câmara dos Deputados e no Governo Federal.

Os Prefeitos municipais, notadamente daquelas comunas mais pobres que vivem do Fundo de Participação como única receita capaz de mudar o perfil social e econômico da região ou do seu Município, estão passando sérias dificuldades, notadamente com o auto-endividamento das Prefeituras com o INSS.

A Previdência Social montou um esquema de fiscalização das Prefeituras, para pegar as mínimas falhas, com o objetivo puro e exclusivo de aumentar sua arrecadação. Isso não aconteceu apenas neste Governo, Sr. Presidente, mas também em outros, e sabemos que uma parte do que é cobrado dos Municípios, da fiscalização que é efetuada, sobra para os fiscais que promovem o controle da arrecadação.

Sr. Presidente, muitos Prefeitos, até por desídia, por irresponsabilidade, por falta de cuidado, não recorreram das fiscalizações que foram efetuadas nas Prefeituras. E o efeito disso sobre a receita dos Municípios é realmente injusto, pois os Prefeitos ficam completamente sem condições de continuar a fazer uma administração conseqüente, conforme prometeram em suas campanhas.

Há Prefeituras que estão retirando do Fundo de Participação ou de suas receitas totais 40%, para depositar na conta do INSS. Esse depósito é compulsório, é obrigatório, sob pena de haver intervenção no Município. A Previdência recolhe o dinheiro resultante dessa fiscalização, desse débito perante a Previdência, deixando os Municípios em completa penúria. Conheço Prefeitos do meu Estado que estão sem condições de planejar e de fazer uma obra sequer, de aumentar o serviço de saúde ou de educação, porque grande parte de sua arrecadação, proveniente do Fundo de Participação e de outras receitas, vai diretamente para a Previdência Social.

Sr. Presidente, temos de encontrar uma limitação para isso, porque a pequenez dos recursos, determinada pelo Fundo de Participação, que deveria ser aumentado na minirreforma tributária que está tramitando na Câmara dos Deputados, fica agravada com essa dívida da Previdência. Os Municípios estão enfrentando uma situação caótica; uma verdadeira bomba relógio está em cima das receitas municipais. Isso, amanhã, poderá redundar no fechamento das Prefeituras do interior do nosso País, o que não é bom, porque o cidadão e a cidadã moram no Município e exigem o cumprimento de promessas do Prefeito, exigem respostas do Prefeito, por exemplo, no setor da saúde, em que grande parte da responsabilidade foi avocada para os Municípios.

A nossa sugestão, Sr. Presidente, é no sentido de que possamos, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, colocar, na resolução que trata do endividamento das comunas municipais, um dispositivo que fixe o máximo da receita municipal comprometida com o endividamento. Na realidade, com relação às dívidas genéricas, sem falar na Previdência, já existe a limitação, se não me engano, de 13% ou de 13,5%. Então, deveríamos limitar, para sermos justos.

Sr. Presidente, está havendo um problema no som.

Então, a verdade é que, se estabelecermos uma limitação para o pagamento dessa dívida, resolveremos um grande problema que enfrentam os Municípios brasileiros. Ora, se há limitação para o endividamento de Estados e de Municípios, por que não há para a cobrança aos Municípios da dívida da Previdência?

Estabelecendo essa limitação, ajudaremos os Prefeitos municipais a realizar seus planos estratégicos de governo, que, muitas vezes, são elaborados sem que se pense nas consequências ou nos efeitos de administrações desastrosas, que deixaram os Municípios endividados, em pandarecos. Alguns Prefeitos não tiveram sequer o cuidado, por intermédio de seus advogados, de fazer o devido recurso, para evitar esse endividamento acachapante sobre o qual estou referindo-me neste instante.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, dizendo que, dentro em pouco, apresentarei um projeto de lei. Para resolver esse problema, o ideal seria que, numa medida provisória, que tem prazo para deliberação, colocássemos uma emenda, estabelecendo que o montante da dívida a ser cobrado, em relação à Previdência dos Municípios, não ultrapassasse 13% das receitas. Assim, resolveríamos em definitivo essa questão que se vai avolumando, cuja solução vem, há anos e anos, sendo procrastinada, como no caso, por exemplo, da dívida dos trabalhadores e dos produtores rurais.

Aliás, falando em produtores rurais, tomei conhecimento de que o Governo acaba de fazer, por meio do Conselho Monetário Nacional, a regulamentação daquela lei que, resultando de uma medida provisória, estabelece regras para a prorrogação das dívidas rurais. Essa regulamentação ocorreu apenas em relação aos produtores endividados do Pronaf; quanto aos demais, ainda não houve regulamentação.

Esperamos que, como se trata de lei específica, a ser aplicada com prazo certo e determinado, o Governo se debruce não apenas sobre o Pronaf – programa realmente importante, porque lida com a agricultura familiar –, mas também sobre o caso dos

produtores que exercem atividades outras e que têm um endividamento alto, de até R\$100 mil na origem. Que eles possam também ser beneficiados com a lei que aqui foi debatida com afinco pelos Senadores e pelos Deputados Federais! Que consigamos, por meio de consenso, fixar regras vantajosas tanto para os Bancos credores, como para os produtores rurais, que, ao longo de muitos anos, foram castigados por planos econômicos mirabolantes, que inviabilizaram a prática da agricultura como atividade econômica! O alto endividamento a que ficaram os agricultores submetidos e a redução de sua remuneração e de sua lucratividade tornaram quase impossível a agricultura em determinadas regiões do País, principalmente no Nordeste, onde vivo.

Basta dizer que, considerando-se o montante da negociação a ser feita no valor máximo de R\$100 mil na origem – tema de emenda de minha autoria, apresentada no Senado Federal e acatada pelo Relator Fernando Bezerra –, só no meu Estado, mais de 70 mil produtores rurais serão beneficiados com essa lei, ora regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento em definitivo, para dizer que o Governo tem de se debruçar sobre essa questão da dívida das Prefeituras com a Previdência Social, dívida que foi efetuada, muitas vezes, sem a devida fiscalização dos Prefeitos que estavam no exercício do mandato e que foi recrudescer, aparecer nas administrações subseqüentes, tornando-as inviáveis.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer, Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a traz aqui um tema de extrema relevância. Esses dias, o Ministro Ciro Gomes comentou numa entrevista, e o Presidente também falou, que se tomou uma providência na administração pública de acabar com a “fila burra”. A “fila burra” era o seguinte: num programa qualquer de um Ministério, uma Prefeitura estava inadimplente exatamente por dívidas com a Previdência, por não ter o CND, e aí a fila parava, e não se fazia convênio com as outras. Hoje, quem apresentar o projeto e estiver em dia assina o convênio independentemente de aquela primeira estar engasgada. Mas isso não resolve essa questão crucial a que V. Ex^a se referiu. Para resolver isso, precisávamos aprovar no Senado Federal o projeto de lei apresentado, na época, pelo então Senador José Alencar, hoje Vice-Presidente da República, que fixava em 5% da Receita Corrente Líquida o pagamento da

dívida pública dos Estados e dos Municípios – hoje, está em 13%, em 15% – com a União. Vou explicar o porquê, Senador Antonio Carlos. Essa dívida dos Estados e dos Municípios com o Governo Federal cresceu muito por conta da política macroeconômica, que aumentou muito os juros para conter a inflação. Ora, os juros internacionais também cresceram muito, mas o Brasil, quando fez sua renegociação, recebeu um rebate que não repassou para Estados e Municípios, que continuam pagando muito caro uma dívida pública que cresceu com juros fixados pelo credor, que é o Governo Federal. A partir do momento em que essa dívida pública alcançar 5% da Receita Corrente Líquida, certamente Estados e Municípios voltarão a ser adimplentes. Essa é também uma maneira também de atendê-los, somando a esses os argumentos que V. Ex^a mencionou. Não é possível mais o sujeito assumir uma prefeitura completamente quebrada, sem condição de fazer investimentos, relegando aqueles entes que estão mais próximos ao povo e oferecendo péssimos serviços públicos à nossa população. Não adianta mais sairmos com aquela situação de criarmos taxas. Criamos a taxa do lixo, a taxa da luz. O povo não agüenta mais pagar! Ou, então, dizemos: “O tributo federal sobre imposto rural agora ficará para os Municípios”. Por que o Governo deu? Porque não era possível cobrar. “Então, se conseguirem cobrar, fiquem com eles para vocês”. V. Ex^a tem toda razão. Precisamos nos debruçar e tornar viáveis nossos 5.562 Municípios. Precisamos viabilizá-los economicamente, para haver novamente uma política pública neste País. V. Ex^a está de parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Crivella. O Governo já se comprometeu, falta apenas a Câmara dos Deputados tomar uma providência, aprovar aquele 1% do Fundo de Participação para melhorar um pouco a receita dos Municípios. Mas, mesmo assim, se continuar esse endividamento horroroso da Previdência, não se vai resolver a questão da receita municipal em todo Brasil. Isso é uma pena, porque a falta de investimento vai redundar, sem dúvida alguma, em prejuízo do crescimento do nosso País.

Agradeço a V. Ex^a e incorporo seu aparte a este pronunciamento, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros por permuta com o Senador Almeida Lima, por 20 minutos, como orador inscrito. Em seguida falará o Líder Arthur Virgílio, do PSDB. (Pausa.)

Em face de solicitação do Senador Antero Paes de Barros, falará primeiramente o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de receber da Dr^a Sílvia Frazão *e-mail* em que ela agradece, falando em seu nome e nos dos advogados brasileiros, como membro do Tribunal de Ética e Disciplina e da Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem da Seccional do Maranhão, a defesa que aqui fiz dos advogados humildes que o Presidente Lula agrediu ao se referir a “delegado de porta de cadeia” – na verdade ele queria dizer “advogado de porta de cadeia” –, humilhando os advogados humildes que não têm uma banca portentosa como a do Dr. Thomaz Bastos. E se referiu a delegado, Senador Heráclito Fortes, por um ato falho. E quem dirige um Governo como esse, no fundo, não pode gostar muito de delegado, não tem razões para gostar de delegado de maneira forte.

Recebi um outro *e-mail* do Nordeste, falando que o Nordeste é berço antigo da cultura jurídica e literária do Brasil, e hoje, no Governo Lula, tentam apresentar a face de uma Região que teria virado um curral eleitoral. Ele se refere aqui ao “bolsa miséria”. Eu, para mim, julgo necessário o Bolsa-Família, e essa idéia foi uma idéia do Presidente Fernando Henrique. Aliás, há uma dúvida sobre a paternidade: nasceu primeiro em Campinas, com o “Grama”, o ex-Prefeito tucano de Campinas, ou nasceu primeiro com Cristovam Buarque, em Brasília, quando Governador? Mas o fato é que Fernando Henrique deu amplitude nacional ao Bolsa-Escola, assim como criou o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), assim como criou o Vale Gás, o Vale Alimentação, políticas compensatórias que, na cabeça de Fernando Henrique, tinham de ter porta de entrada e porta de saída. Na cabeça de Lula, não. Ele já mostrou claramente que, por ele, se perpetuaria a miséria no País.

Chegou a dizer, numa dessas tolices proverbiais que profere a cada dez minutos, que os pobres dão pouco trabalho. Então, se pensa assim, deve imaginar que seria ótimo para ele manter um contingente brasileiro expressivo de pobres, para não darem trabalho ao seu suposto segundo governo, que ele julgava como certo e agora está indo cada vez mais para os desvãos da derrota.

Esse cidadão do Nordeste, Sr. Lucas, disse que quer ver, no seu Estado, o Nordeste das idéias, das faculdades de Direito. Eu aqui acrescento que é o Nordeste de Joaquim Nabuco; e de Gilberto Freyre – aqui já sai do ramo do Direito. O Nordeste da intelectualidade, da produção de idéias, idéias geniais. O Nordeste de Tobias Barreto, o grande filósofo, um dos maiores intelectuais brasileiros de todos os tempos. O Nordeste de Gilberto Amado; de Castro Alves. O Presidente Lula

pretende reduzir esse Nordeste brilhante ao Nordeste curral eleitoral, aquele que ele manipularia e de que obteria os votos de cordeiros.

Na minha terra, Senador Heráclito Fortes – já concederei o aparte a V. Ex^a –, foi difícil fazer uma campanha. Ele intimidou candidatos de todo tipo. A mim não intimidou. Eu vivo sob a ética do dever.

Muitas pessoas têm como certo que uma vitória do candidato Alckmin significaria o esvaziamento da Zona Franca de Manaus. E mais ainda: a **Folha de S. Paulo** publicou, magistralmente, que uma pessoa no pequeno Município de Manaquiri, perto de Manaus, que sofreu aquela estiagem recente, quando a paisagem amazônica virou nordestina, com solo rachado, enfim, uma pessoa humilde disse à **Folha** que ia votar em Lula porque senão Alckmin tiraria a energia elétrica de Manaquiri, suspenderia o Bolsa-Família. Ou seja, ele, que foi vítima em 1989 desse tipo de golpe; ele, que foi vítima desse tipo de truculência, procura reeleger-se por métodos escusos, por métodos absolutamente incondizentes com a figura da primeira magistratura da nação.

Mas o Sr. Lucas afirma: “Lula não está honrando o dizer de que o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Arrogância e violência são sinais de fraqueza. Espero ver sinais de força vindos dos nossos candidatos do PSDB, para não entregarmos o Nordeste ao dinheiro venezuelano ou do turista alemão”. Quando fala em turista alemão, refere-se ao turismo sexual. Quando fala em dinheiro venezuelano, refere-se a essa relação promíscua, esquisita, entre o Presidente Lula e o Presidente Hugo Chávez.

Senador Heráclito Fortes, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, cada vez que Lula fala sem usar o texto de sua assessoria, previamente pronto, diz aberrações como a que vimos ontem e, então, ofende duas categorias: a dos delegados de polícia e a dos advogados criminalista. O advogado criminalista, conhecido no jargão popular como advogado de porta de cadeia, não é exatamente aquele que está à porta de um presídio à espera de um preso ou para soltá-lo ou para prendê-lo. Não! Aliás, houve tempo em que Lula, como líder sindical, recorria constantemente ao criminalista, ao advogado de porta de cadeia, no jargão popular, para soltar os seus companheiros...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E daquele Lula, Senador, eu gostava. Eu não gosto é deste que está aí. Daquele eu gostava muito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é. Agora, ele tem horror a esse tipo de advogado, porque é exatamente o advogado que prende, ou tenta prender,

os ladrões que povoam o seu Governo. Ser ingrato com essa categoria e agredi-la é, acima de tudo, falta de inteligência. Um dos maiores criminalistas deste Brasil, que é exatamente o Dr. Márcio Thomaz Bastos, presta serviço ao Lula. Como está na função de Ministro e não pode exercer a função de advogado, coloca os seus ex-companheiros de escritório, os seus ex-estagiários. É só ver a relação de quem defende esse pessoal do Lula. É só examinar de onde saiu. E, aí, ele ofende aqueles que defendem os seus companheiros das barras da Justiça. Mas o PT, Senador Arthur Virgílio, tem uma característica: não sabe viver sem dossiês. Agora, criou mais um e está lançando-o pelo Brasil afora, que é este dossiê da baixaria. Foi lançado em plenário, na semana passada, pela Líder, que é pau para toda obra. Ela vem aqui, dá conta do recado e foge, porque sabe que não resiste ao debate. Está parecendo a propaganda daquela senhora que briga com o filho por causa de um presente, que é um acesso à Internet. A senhora diz: Geraldinho, não suje o seu “shortinho”! Vai embora em passo célere para não ver a verdade. Senador, foi lançado por ela aqui esse dossiê em que o Sr. Alckmin ia cortar pessoal, tomar essas providências todas. É um dossiê longo. Depois, a Câmara repicou. Tivemos lá dois ou três parlamentares. Aí, a Marta Suplicy, relançada, chamou agora o Sr. Geraldo Alckmin de boneco. Deve ser pela estética. Eu não sei em que se inspirou a Dona Marta para criticar o Sr. Geraldo Alckmin. E aí vem o Lula. É o mesmo dossiê. Vai ver que esse dossiê foi redigido e impresso com o dinheiro da cartilha da Assessoria de Imprensa que o Tribunal de Contas anda a procurar. O material do contrato, já se sabe que não existe. O Tribunal de Contas está tomando providências legais para punir os culpados. Vai ver que foram impressões paralelas. Essa cartilha está rodando no Brasil inteiro. Eu vim agora do Piauí, com os Senadores José Jorge e Marco Maciel, e a cartilha está lá, uma cartilha de desconstrução movida e inspirada pelo desespero, como se o povo brasileiro fosse idiota. Agora, o Lula não deve ser ingrato, deve levantar as mãos para os céus, para os advogados de porta de cadeia que têm sido tão generosos com os seus companheiros de partido. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e tento até esclarecer, Senador José Jorge. O que se chama de advogado de porta de cadeia – o Senador Demóstenes pode, talvez, até me corrigir –, na verdade, parece-me que é muito mais o advogado que freqüentemente está nas delegacias, porque defendendo presos humildes, em causas de pouca monta financeira. Como eles exercem essa função – a maioria deles, com absoluta dignidade – e não

têm nem bancas faustosas nem clientes do colarinho branco, pessoas da elite, pessoas preconceituosas, cunhou-se um ditado que, depois, acabou sendo incorporado pelo povo, essa história de advogados de primeira classe e de segunda classe. Os advogados de segunda classe seriam os tais que, por freqüentarem muito delegacias, passaram a ser chamados de advogados de porta de cadeia.

Isso revela que o Presidente Lula deixou de ser a figura de raízes populares que era, assimilou, inclusive, esses cacoetes da elite. Ele passou a achar um desdouro a atividade dos advogados que freqüentemente estão nas delegacias, os advogados humildes, que ele trata agora, desdenhosamente, como se ele fosse um paulista quatrocentão, como se ele fosse uma dessas figuras acostumadas a torcer o nariz para todo mundo. Ele passou a torcer o nariz também. Ele, Lula, pensa que não é para dar confiança ou respeito aos advogados humildes. Ele ofendeu, de fato, uma categoria inteira.

Quanto aos delegados, volto a dizer que isso é até explicável do ponto de vista psicanalítico. Quem chefia um Governo como esse tem mesmo é de ter raiva de delegado, não pode gostar de delegado. É evidente, é coisa freudiana – não no sentido daquele Freud do Palácio, aquele que foi apanhado no caso do dossiê, que está a exigir dos brasileiros uma resposta muito clara. Os brasileiros perguntam e querem a resposta: de onde veio esse dinheiro sujo? Que dinheiro é esse que foi usado para turvar resultados eleitorais? Quem são os culpados, todos e verdadeiros? São perguntas cujas respostas, mais hora menos hora, virão.

Estranhamente, o Presidente Lula, por intermédio do Ministro Thomaz Bastos, disse que a resposta virá após a eleição, do mesmo modo que o Ministro Furlan diz sobre a questão da tevê digital, que, para mim, está decidida no Governo Lula como se retirando as possibilidades de competitividade para a Zona Franca de Manaus fabricar tevê digital. Já tomaram a decisão de que vão retirar da Zona Franca de Manaus. Ele diz que dirá o teor da tal medida provisória, que já estaria escrita, apenas após as eleições. Eu leio isso como uma clara decisão de atingirem frontalmente a economia do meu Estado. Até lá, a esperança dele é que as pessoas do Amazonas não sejam esclarecidas a ponto de continuarem achando que é verdade o que, na verdade, mentira é: que Geraldo Alckmin seria inimigo do Pólo Industrial de Manaus e que Lula seria um grande amigo.

Imagino se acontece o que já é improvável: Lula eventualmente vencer a eleição. Que choque não daria no povo do Amazonas, que lhe deu 73% dos votos, se, no dia seguinte, saísse a medida provisória

retirando a tevê digital do Estado do Amazonas? Seria um choque terrível, que levaria a uma desilusão, talvez jamais vista no meu Estado. Mas é o que está escrito na MP; senão eles lançariam agora. Ou não querem contrariar um lado, ou não querem contrariar o outro. E um Governo tem que governar 24 horas por dia durante os seus quatro anos, contrariando quem quer que seja, mas exercendo seu dever de governar. Lula, não; Lula diz: é eleição, então, em eleição, passo a evitar temas polêmicos. Aí, ele fica mal-humorado; depois, dizem para ele voltar a ser Lulinha paz e amor. Trata-se de tudo, menos de um Presidente da República de verdade.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – É sobre o tema. No debate, o Governador Geraldo Alckmin, futuro Presidente da República, chegou a colocar este assunto de que a Zona Franca de Manaus pode estar sendo prejudicada, numa claríssima posição de defesa. Essa questão foi ignorada pelo candidato Lula, que preferiu, como V. Ex^a está explicando, correr do assunto para não desagradar nem a um nem a outro lado. Depois da eleição, ele não terá a chance de tomar nenhuma decisão, porque acreditamos na vitória do candidato a Presidente Alckmin. Mas este fato ficou também demonstrado no debate: a cobrança do Presidente Alckmin na defesa da Zona Franca e mais uma indagação de que houve o esquivio do Presidente Lula.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a diz bem: Alckmin, que seria visto como um inimigo da Zona Franca, foi quem a defendeu no debate. Lula fingiu de novo que não sabia de nada, e Alckmin acusava-o de ter trabalhado a proteção da Argentina em detrimento dos interesses das fábricas instaladas no pólo industrial de Manaus.

Mas, Sr. Presidente, mudo de tema. Chega de Lula por agora. Darei uma de Diogo Mainardi: “Chega de Lula por hoje”. Tenho direito a descanso e a bom gosto.

No começo do mês, denunciei a mais nova trama, que parecia caminhar velozmente, dessa vez com o suposto apoio oficial da Grã-Bretanha, para uma pretensa internacionalização da Amazônia. O rótulo, dessa vez, fala em privatização. Foi na Reunião Ministerial do Diálogo sobre Mudança de Clima, Energia e Desenvolvimento Sustentável, levada a cabo em Monterrey, no México, nos dias 3 e 4 últimos.

O assunto foi revelado em primeira mão pela coluna do jornalista Cláudio Humberto e, a seguir, pela

Folha de S.Paulo. Seu interlocutor foi o Secretário de Meio Ambiente do Reino Unido, David Miliband – interlocutor, sim, pois ele se dizia autorizado pelo próprio Primeiro Ministro Tony Blair.

Coloquei meu protesto, formulei requerimento de informações ao Ministro do Ministério das Relações Exteriores e mereci o apoio da Líder do PT e de outros Senadores, que se incorporaram ao gesto. Protesto e gesto, mais do que necessários. Em defesa da Amazônia estou e estarei sempre pronto a denunciar manobras desse jaez.

Ainda não recebi resposta do Itamaraty, o que é normal, pois a velocidade dos requerimentos de informações previstos na Constituição é, no Senado, extremamente lenta, infelizmente.

Mereci, no entanto, atenção especial do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Itamaraty, que me encaminhou nota redigida pelo secretário britânico logo após a minha fala neste plenário. Os termos dessa declaração apontam um recuo, felizmente.

Não obstante, continuo vigilante. Para começar, há informações no noticiário de que por trás do encontro de Monterrey estaria o milionário sueco-britânico Johan Eliasch, aquele que andou dizendo pretender comprar toda a Amazônia por US\$50 bilhões, Senador Borges.

Na nota do Embaixador Diniz Brandão que acompanha este discurso, para constar dos Anais, o Secretário Miliband ressalta que “...o Reino Unido está muito interessado em trabalhar junto com outras partes na discussão sobre desmatamento e manejo florestal sustentável pelos países em desenvolvimento...”

E mais: “... o Governo do Brasil reafirmou o seu compromisso com a cooperação internacional na área do desmatamento, com pleno respeito pela soberania brasileira...”

Fica aí a saída honrosa para a quebra do bom procedimento diplomático do secretário britânico.

Agradeço, Sr. Presidente, a pronta informação do Embaixador Marco Antônio Brandão, esperando que, de fato, tudo se encaminhe apenas no terreno da cooperação externa. Só isso. Nem um milímetro a mais.

Em anexo, a nota do Secretário David Miliband, para que passe também ela a constar dos Anais do Senado da República.

Mas ainda tenho, Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a, que será o próximo orador, tenho algo aqui extremamente interessante – acabo me traindo e voltando ao assunto. Recebo um *e-mail* de uma pessoa, que assina por ela e por seu esposo, que diz o seguinte. E é algo muito interessante, é alguém que traz a sabedoria da **Bíblia**. Diz o seguinte:

“Hoje, ouvindo o noticiário da Band sobre o debate de domingo, recebemos com alegria a informação de que o nosso candidato Alckmin estará ao lado direito do palco e o Lula à esquerda.

Está escrito – aí ela cita a **Bíblia** (Mateus, cap. 25, versículos 33; 34 e 41), com muito respeito: “E porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos, à esquerda; então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo... Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos.”

Não desejo tanto para o Presidente Lula, desejo apenas que ele perca a eleição. E que responda, inclusive na Justiça, por tudo o que seu Governo tem merecido de processos no Tribunal de Contas da União e na Procuradoria-Geral da República, afinal de contas, a lei tem de ser cumprida na íntegra. Mas não desejo a ele um milímetro de mal pessoal, um milímetro! Lamento muito por tê-lo perdido.

Ainda agora o Senador Heráclito Fortes falava que Lula, muitas vezes, foi preso. Tinha muito afeto por aquela figura que, de maneira indomável, liderou greves no ABC paulista e enfrentou corajosamente a ditadura militar. Eu tinha dificuldades, Sr. Presidente – e já concluo –, no meu primeiro ano de Senador, de fazer oposição ao Presidente Lula. Eu era Líder de um partido importante de Oposição, eleito com o voto de V. Ex^a e dos meus colegas.

Eu ficava cheio de dedos em dizer que Ministro tal tinha errado ou o fulano tinha errado. Se pegar os meus primeiros discursos aqui, verão que eu tinha dificuldade de me referir a uma figura tão estimada para mim como era o Presidente Lula de maneira direta; ficava colocando culpa no seu derredor. Até que aconteceu aquele episódio, o que foi para mim a quebra da confiança, do Waldomiro Diniz, aquela estória de não sei de nada, aquela demissão a pedido do Waldomiro Diniz.

Começou a quebrar o encanto, enfim, mas não quero nenhum mal a Sua Excelência, nenhum mal mesmo, nenhum mal pessoal. Tenho muito respeito pela sua trajetória passada, que não está sendo honrada neste Governo presente e, sobretudo, não está sendo honrada a sua trajetória passada quando ele se dedica ao boato. E ele que foi vítima dos boatos em 1989, da guerra de dossiês, ele que foi tão digno em 1998 no episódio do dossiê Cayman, ele que não usou aquele dossiê falso contra Fernando Henrique, ele podia ter

sido baixo e não o foi naquele momento. Mas agora, ele decaiu tanto, decaiu tanto, Senador Antero Paes de Barros, que no debate diz assim “eu quero saber quem é o culpado do dossiê”, como se não soubesse que é o churrasqueiro dele, o Berzoini dele, o Freud dele. E ainda diz assim: “mas quero também saber o conteúdo do dossiê”.

Ora, se o dossiê é falso, ele quer ainda colocar dúvidas quanto ao caráter do que estaria escrito em um dossiê fajuto, falso, fraudulento, indigno de crédito. Então, estou muito chocado com tudo isso e o que desejo é que o Presidente Lula encerre o mais rapidamente a passagem pela Presidência, porque um eventual segundo governo seu seria um desastre efetivo. Ele não tem a menor condição de governar este País. E que a história possa analisá-lo com calma. Ela vai analisar o grande líder sindical, vai analisar o constituinte preguiçoso que não fez muita coisa por São Paulo, não lutou pelo País na Constituição, vai analisar o grande líder popular e vai analisar o Presidente que permitiu que, no interior do seu governo, acontecessem os piores episódios de corrupção já registrados pela história republicana brasileira.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem absoluta razão. Na realidade, o debate da Rede Bandeirante mostrou um Presidente Lula completamente despreparado para a função que exerce. Há muitos anos que o Presidente Lula não participa de um debate. Como Presidente só deu entrevista coletiva. E nas entrevistas que concedeu à Globo agora na campanha e às outras emissoras saiu-se mal também. Mas o debate foi uma espécie de recorde. Nunca vi alguém tão acuado. Já vi muita gente consultar papel para responder, mas para fazer pergunta, é raro, porque é muito mais fácil perguntar, pode-se perguntar o que quiser, não tem como errar. E há outro fato grave que é o uso da máquina. Estou vendo aqui na Internet que o Presidente, hoje à tarde, não trabalhou, foi fazer campanha em Guarulhos. Na realidade, o Presidente da República, pelo fato de estar exercendo o cargo, é obrigado a cumprir o expediente normal da Presidência da República e isso lhe dá uma desvantagem, porque, enquanto o candidato da oposição não está exercendo nenhum cargo e não é obrigado a cumprir expediente, o Presidente é obrigado a cumprir. Em compensação, ele tem muitas vantagens, como, por exemplo, uma equipe toda paga com dinheiro público para atacar os adversários. Se V. Ex^a verificar, quem ataca o nosso candidato, quem ataca os adversários do Presidente

Lula são os Ministros, como o Ministro Tarso Genro, o Ministro Waldir Pires e outros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não é capaz de citar o nome de seis Ministros desse Governo. V. Ex^a nem ninguém. É como o meu time, o Flamengo, que eu não consigo recitar o time todo. Nenhum brasileiro diz seis Ministros do Governo Lula, ninguém sabe. É um elenco de desconhecidos, de quinta categoria.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Acho que nem o Presidente Lula conseguiria, se fosse perguntado no debate, dizer o nome de todos os seus Ministros. Até imagino que ele deva ter sido treinado com medo de que o nosso candidato perguntasse o nome de dois ou três Ministros, porque, se perguntasse e ele não respondesse, seria uma vergonha muito grande. Acho que ele treinou e, dentre os papéis que ele consultava, deveria ter a relação dos Ministros, caso alguém perguntasse. Hoje o Presidente, conforme informação da Internet, está chegando às 17 horas em Guarulhos. Ora, se ele está chegando em Guarulhos às 17 horas para fazer campanha é porque está fazendo campanha a tarde inteira. Ele, como Presidente da República, deveria estar trabalhando e, quando terminasse o expediente, às 18 ou 19 horas, ele iria, então, a Guarulhos, para fazer o seu comício, que faz parte da democracia. Então, acho que essa questão da reeleição teve o seu ápice agora, na reeleição do Presidente Lula, pelo uso inusitado da máquina pública, tudo feito para prejudicar os demais candidatos, não apenas o nosso Geraldo Alckmin, como Heloísa Helena, Cristovam Buarque e os demais candidatos a Presidente, que lutaram com grande dificuldade, enquanto que o Presidente Lula tem toda a máquina governamental e inclusive se dá o direito de não cumprir o expediente. Nem ele nem os Ministros, porque, quando ele anda e como é um pouco inseguro, ele leva vários Ministros, entre conhecidos e desconhecidos, leva dez a doze Ministros. Era isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Jorge, encerro, respondendo a V. Ex^a. Pernambuco é um Estado celeiro em matéria de homens públicos honrados e talentosos. Falava, ainda há pouco, Presidente Marco Maciel, de Joaquim Nabuco, de Gilberto Freire e de Tobias Barreto, uma das figuras por quem tenho maior devoção intelectual.

Mas poderia precisamente me lembrar de que Marco Maciel foi vice-Presidente da República e Presidente em exercício tantas vezes, ao longo de oito anos do Governo passado. E se marca pela lealdade, pela discricção, pela seriedade pública e pela bondade pessoal. Estou vendo que Pernambuco agora oferece um outro candidato a vice-Presidente todos sabemos,

honrado, preparado, tecnicamente e politicamente preparado, Senador José Jorge, e se excedendo na bondade pessoal. O Senador José Jorge disse que hoje o Presidente não trabalhou. E quando trabalhou? Quando foi que trabalhou?

Aliás, estou cobrando dele – vai acabar o seu governo e ele não me manda – a foto que lhe pedi, aqui desta tribuna, de camisa enrolada, trabalhando, despachando com os Ministros, mostrando ou fingindo mostrar, pelo menos, interesse nas matérias discutidas, enfim, com os Ministros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só concluo dizendo que é tão bondoso o Senador José Jorge que disse que hoje ele não trabalhou. Ele não tem trabalhado nunca, porque não é devotado à figura do despacho. Ele não é preguiçoso para buscar votos, para essa história de sair fazendo picuinha contra adversários. Para isso ele é uma águia, ele aprendeu isso e vive nesse ramerrame. Mas, para trabalhar, para estudar, por exemplo, a questão energética no País, que está ameaçada aí, sim, de um apagão em 2010, em função de não ter sabido prestigiar as agências reguladoras e de não ter sabido criar as condições para investimento, inclusive, estrangeiro no setor. Isso não interessa a ele, pura e simplesmente não interessa a ele.

Então, quero registrar que nós teremos de novo um Vice-Presidente honrado, correto e com coração enorme, porque, ao se tratar de maneira fria e específica o Governo Lula, tem de se dizer isto: estava no Palácio do Planalto por quatro anos alguém que não era interessado na figura, necessária à administração, do despacho, alguém que não estudava para questionar os Ministros, alguém que bebia sempre a água que lhe era levada pelos seus Ministros, alguém que não era capaz de fazer a pegadinha, como fazia o Presidente Fernando Henrique. Cansei de ver o Presidente Fernando Henrique fazer o Ministro passar mal às vezes. O Ministro pensava que ele não estava interessado no assunto e Fernando Henrique acabava mostrando para o Ministro naquele momento que ele sabia mais do assunto do que o Ministro. Da outra vez o Ministro vinha mais atento, mais cuidadoso, porque estava diante de um homem que lê tudo. Fernando Henrique lê tudo, ele lê bula de remédio; quando não tem o que ler mais, ele lê bula de remédio; enfim, passa o tempo todo lendo até por vício da sua formação acadêmica.

Eu encerro concedendo um aparte ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero parabenizar V. Ex^a pelo seu fã clube. Eu acabo de receber um telefonema aqui de uma senhora que se diz grande admiradora de seu talento na tribuna. Referiu-se apenas ao seu talento

na tribuna, quero deixar bem claro, para que não pare dúvidas. Ela pediu que perguntasse ao Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se eu tenho algum talento, talvez seja só esse Senador Heráclito, não devo ter mais nenhum não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está feliz com ele, não é?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fazer o quê?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então ela pede para perguntar o porquê dessa celeuma toda com relação à *performance* do Senhor Lula no debate. Desde quando – e, aí, ela lembra fácil, porque tem razão – o Senhor Lula se saiu bem em algum debate ou até mesmo em entrevistas livres? E lembrou essa série de entrevistas recentes que a Globo e uma série de emissoras de televisão promoveram, em que ele se saiu mal em todas. Errou o tamanho da costa brasileira, errou dados, citou vários exemplos. Aí, remete-se ao debate feito com Collor – aliás, naquela época, adversários, e, hoje, aliados, frise-se bem isso. Então, não há nenhuma novidade de o Senhor Lula sair-se mal em debate. É uma constante! Daí porque ele amarelar; daí porque ele ter frustrado o Brasil inteiro naquele debate da Globo, no fim do primeiro turno, não por não ir – podia não ir –, mas pela maneira como cancelou sua ida àquele debate. Não adianta essa patrulha, essa guerrilha que se está fazendo na tentativa de reverter resultados. A Nação brasileira ficou estarelecida com o que se viu nesse último fim de semana: uma *performance* pífia de um Presidente da República que, desesperado, cobrou erros de quatro séculos passados. Erros de quatro séculos passados! E, daí, tenta dar a entender ao Brasil que esta Nação começou com ele. De forma que, Senador Arthur Virgílio, a quantos debates vá, o Presidente sairá frustrado, porque não conhece o Brasil, não debate os problemas brasileiros e vai repetir o que fez nesse debate:

Geraldo Alckmin querendo discutir os problemas nacionais e ele remontando a São Paulo, querendo fazer confrontos com um passado sobre o qual o futuro Presidente Alckmin não tem responsabilidade direta e fugindo de debater o presente, pelo qual é responsável, e o futuro, que é o que interessa à Nação brasileira. O povo brasileiro é sábio, é esclarecido e está interessado em discutir o futuro, o que, infelizmente, não é o forte do Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes. E agradeço, sobretudo, à telespectadora da TV Senado que lhe mandou esse *e-mail*. Ela certamente haverá de concordar comigo. O Presidente Lula não foi aos debates do primeiro turno seja por despreparo, mas, sobretudo,

porque ficou com medo de defrontar-se com a Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de dizer a ele que, enquanto todos os corruptos de seu Governo se exoneraram dos cargos, ele, por discrepância ideológica, expulsou essa mulher valorosa de seu Partido. A única pessoa contra quem ele tomou uma atitude de verdade foi contra a Senadora Heloísa Helena. No mais é outra enfiada de mentiras. Ele não expulsou ninguém dos que praticaram delitos em seu Governo. Expulsou, sim, uma pessoa íntegra, honrada, em toda a acepção dos termos, que é a Senadora Heloísa Helena. Ele não conseguia imaginar um confronto de sua posição de candidato com a posição de uma candidata tão valente, que enfrentou uma luta tão desigual e que merece, de todos nós, tanto respeito.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Arthur Virgílio, na hora em que V. Ex^a dava um depoimento, eu queria exatamente apoiá-lo em relação ao nosso ex-Presidente Fernando Henrique. Fomos Ministros concomitantemente. E era assim mesmo. Quando íamos falar, às vezes pensávamos que ele não conhecia o assunto, mas ele já tinha lido tudo a respeito. Então, realmente era um leitor contumaz que se inteirava dos assuntos. Ele tinha, com toda a certeza, um cuidado muito grande. Eu queria dar este testemunho a bem da verdade. Concorro com V. Ex^a, porque essa era realmente uma qualidade do ex-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Ney.

Veja que o Presidente Fernando Henrique tinha uma outra característica – V. Ex^a a vivenciou também: ele não comprava qualquer idéia de qualquer um. Chegava-se com uma boa idéia para ele; ele falava sobre a idéia e aparentava até concordar com ela. Mas procurava ouvir outros lados, procurava ouvir diversos segmentos. Ao fim e ao cabo, ele poderia, primeiro, concordar com a sua idéia e buscar colocá-la em prática ou lhe dizer que não dava para colocar em prática aquilo que alguém lhe havia sugerido.

O Presidente Lula, não. O Ministro lhe propõe um absurdo, e ele se reúne logo com o Ministro no Salão Nobre e lança um novo projeto, como o Primeiro Emprego, que não vai dar certo. Tudo vira projeto, tudo vira...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu só posso dar testemunho do primeiro caso!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Percebemos o seguinte: o número de iniciativas que fracassou neste Governo mostra que não havia o cuidado de arredondar, o cuidado de aparar as arestas, o cuidado de estudar, ou seja, ele não é dado à figura do estudo.

Acho grotesco, Sr. Presidente – vou encerrar mesmo –, porque é complicado dizer – Senador De-

móstenes, concederei um aparte a V. Ex^a também –, como disse o Dr. Jaques Wagner, Governador eleito da Bahia: “Lula vai se preparar para o próximo debate”. Isso não é programa de auditório, não, Dr. Jaques Wagner! Isso não é programa do tempo do J. Silvestre, de “O Céu é o Limite”!

Ele tem de estar preparado para o exercício da Presidência. E aí ele não precisa de preparação nenhuma para debate nenhum.

Quem é que poderia acreditar que alguém que está há quase quatro anos na Presidência da República...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... teria de ver dados de alguém, e um funcionário qualquer, um marqueteiro qualquer daria a ele a pergunta para fazer? Quer dizer, ele não sabe o que deve ser perguntado e o que deve ser respondido, a partir do exercício da Presidência da República, no qual ele está envolvido há quase quatro anos de sua vida?

É duro imaginar que o Presidente da República, quase quatro anos depois, no apagar das luzes do seu mandato, tenha de ficar comendo nas mãos do assessor, do marqueteiro, perguntando isso ou aquilo.

Ele não domina os dados do seu próprio Governo, mas parece dominar bem os dados do Governo do Fernando Henrique. E aí, de novo – não quero persegui-lo com aquela história do Freud falsário; mas, de novo, lá vem o Freud da Psicanálise! –, só Freud explica essa fixação que ele tem no Fernando Henrique.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento, como sempre, brilhante. Sempre digo o seguinte, concordando com a opinião de V. Ex^a: aquela idéia de que alguém deve se preparar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ... para um debate é extremamente ridícula! Ou um homem é preparado a vida toda para discutir, ele estuda para isso, ou ele não vai conseguir se adestrar, digamos assim, no caso presidencial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É um Presidente ou uma foca, por aprender movimentos repetitivos?

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – É verdade! Então, ele não vai conseguir jamais se preparar para um debate, porque ele não está preparado. O que me parece extremamente fantástico, nobre Senador e conselheiro, é o fato de o Presidente da República, em última hora, ficar criando factóides. É R\$1,5 bi-

lhão para resolver o problema da segurança pública em São Paulo!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso não é factóide, isso é corrupção eleitoral mesmo!

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Isso é um negócio terrível! Hoje, apareceu o Presidente lançando um pacote – a alguns dias da eleição em segundo turno – para corrigir a educação no Brasil! Um Presidente que tem uma vastíssima ignorância. É um homem conhecido, aliás, por essa faceta. Parece mais um aloprado ditando regras, quando mal ele sabe o que está dizendo. Senador Arthur Virgílio, quero concordar com V. Ex^a. Sempre que me lembro do Presidente Lula, recordo-me de uma frase do Millôr Fernandes: “Chegou ao limite de sua ignorância; não obstante, prosseguiu”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade! Millôr é sábio e genial, como sempre.

Senador Demóstenes, respondo-lhe encerrando – desta vez, encerrarei mesmo. Fico impressionado com essa história da preparação para o debate, de o Presidente ter de se preparar para responder às perguntas do seu adversário sobre um governo que ele dirige. Eu suporia que se V. Ex^a, por exemplo, homem talentoso que é, fosse Presidente da República, quem teria de ter cuidado com V. Ex^a era o adversário. V. Ex^a, Senador Demóstenes, haveria de dominar todos os dados do seu governo. Então, o seu adversário é que estaria em vantagem tática. Como é que o seu adversário iria discutir com V. Ex^a, se, durante quatro anos, minucioso e aplicado como é, V. Ex^a estivesse ali manipulando dados, estudando os números e detendo todas as informações?

Quando um presidente chega para um debate despreparado para falar sobre seu próprio governo, dá para se perceber como o Brasil é um País de sorte, Presidente Marco Maciel! Como o Brasil é um País de sorte, um País afortunado! Imaginem o Presidente Lula vivendo um clima de economia internacional engolfado, um clima de onze ou doze crises, de porte mundial, como vivenciou o Governo de V. Ex^a, como vivenciou o Governo Fernando Henrique Cardoso! Imagine se ele tivesse de trabalhar com a escassez, e não com a abundância chinesa, com a abundância norte-americana! Imagine se tivesse de conviver com a recessão dos nossos principais compradores! Imagine!

O Presidente, na sua pequenez política, acabou por nos demonstrar que o Brasil é um País afortunado. Deus parece que é brasileiro mesmo, porque permitiu que um homem talentoso governasse em uma conjuntura difícil. E colocou o Presidente Lula para governar numa conjuntura de bonança. Ótimo se Fernando Henrique tivesse governado numa conjuntura de bonança! Mas teria sido desastroso o Lula na conjuntura de crise.

Ele tem de se preparar para o debate. Então, daqui para frente, ele vai reservar meia hora por dia para que lhe dêem lições: “Quando lhe perguntarem isto, responda assim. Não chame mais a TV Bandeirantes de Rádio Bandeirantes, não chame mais ouvinte de rádio de telespectador”.

Será que é essa a preparação? Se é essa, só tenho de lamentar e, na verdade, torcer para que o povo brasileiro saiba escolher o melhor para o futuro do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antero Paes de Barros, por vinte minutos.

O SR. ANTERO PAES DE PAES (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa o editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo** sobre o debate. O jornal faz uma análise não apenas do debate, mas também do Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Trata-se de um editorial muito bem escrito, absolutamente real, e eu gostaria que ele constasse nos Anais da Casa.

Quero aqui recorrer ao *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo para comentar algumas expressões dos petistas.

Primeiro, há uma confissão generalizada por parte do PT de que o Alckmin ganhou o debate. Senão, vejamos: Lula: “Foi um dos dias mais tristes da minha vida”. Isso significa o quê? Que foi um dos mais alegres para o Alckmin. Martha Suplicy – logo ela!: “Não gostei. De um lado, tinha um candidato de plástico, treinado e tal”. Lula – de novo: “Vou me preparar melhor para os próximos debates.” “O PSDB parece um Partido de uma nota só, quer falar sobre ética e sobre corrupção” Jaques Wagner também confessa a derrota.

Hoje, na entrevista que deu à Rádio Bandeirantes ou à CBN, o Presidente Lula afirmou que o PSDB não deveria ser candidato a nada. Já faz parte das últimas notícias do dia a afirmação do Presidente de que o PSDB não deveria ser candidato a nada. Quer dizer, é aquela vocação autoritária do Governo. E acrescentou: “Deveria ser candidato a uma empresa de vender estatais”.

Por que isso? Porque o Presidente Lula foi flagrado na mentira.

O que o debate propiciou no domingo foi o que o candidato Alckmin disse ao Lula: “Não minta, Lula! Olhe nos olhos do Brasil! É você quem está espalhando, no Nordeste brasileiro, que vou privatizar a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras, e que vou acabar com o Bolsa-Família. Não minta, Lula!”

Ele confessou, diante das câmeras, que havia cometido a mentira e, agora, insiste na baixaria – porque

mentir é baixaria; dizer que o outro tem propostas que não tem é baixaria. O que o PSDB não quer é a privatização da Petrobras. O que o PSDB quer é recuperar a Petrobras para o Brasil. Esta é uma questão essencial: fazer com que a Petrobras seja uma empresa não para o deleite do Silvinho Land Rover e de outros que tais, mas voltada para o interesse do desenvolvimento do povo brasileiro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador José Jorge, nosso futuro Vice-Presidente da República, concedo o aparte a V. Ex^a e, depois, volto ao texto.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Desculpe-me atrapalhar o discurso de V. Ex^a, mas a questão desses boatos é muito grave e o Tribunal Superior Eleitoral deve tomar uma providência. Há o princípio geral, numa eleição, de que cada candidato tem direito de dizer tudo o que quiser sobre o que vai fazer, mas não de dizer o que o outro vai fazer. Ele pode até criticar o que o outro vai fazer, mas não pode inventar que o candidato “a”, “b” ou “c”, em qualquer eleição, vai fazer isso ou aquilo. Isso não faz parte do jogo eleitoral. Nele, deve-se dizer o que se vai fazer e criticar o que o outro disser que fará. Isso, sim, mas dizer o que o outro vai fazer para prejudicar a sua candidatura é proibido. Isso não é esclarecimento do eleitor. A nossa coligação deve dar entrada em uma ação no Tribunal Superior Eleitoral para proibir que Lula diga qualquer coisa sobre o que Alckmin vai fazer e vice-versa. Que cada um diga aquilo que vai fazer. Em segundo lugar, aproveito a presença de V. Ex^a, que é um grande jornalista, para apresentar minha solidariedade à revista **Veja**. Não sei se o assunto já foi tratado aqui, mas li, na Internet, que a coligação do Presidente Lula quer retirar os *outdoors* de propaganda que a revista **Veja** coloca, semanalmente, com a sua capa, somente porque ela tem uma foto do candidato Alckmin. **Veja** publicou capas com o Presidente Lula e sempre fez os *outdoors*, porque eles são colocados para divulgar a revista. Agora, quando, pela primeira ou segunda vez, faz uma capa com o candidato Alckmin, deram entrada em uma ação no Tribunal Superior Eleitoral pedindo para que sejam retirados os *outdoors*, sob a alegação de que eles não podem ser usados na campanha eleitoral. Ora, a propaganda da **Veja** não tem nada a ver com a propaganda eleitoral, por isso quero-me solidarizar com a revista. Mais uma vez, essa coligação procura minimizar o papel da imprensa e tenta, autoritariamente, censurar – o Senador Marco Maciel me sugeriu a palavra correta – uma das maiores revistas semanais do Brasil. Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Prosseguindo, o Presidente Lula quer tirar o direito de o PSDB ter candidato. É uma veia autoritária se manifestando. É algo semelhante àquela entrevista: “Se

eu liberar o demônio que existe dentro de mim, fecho o Congresso Nacional”. Muito semelhante. Se dependesse dele, proibiria o PSDB de ter candidato. Aliás, o dossiê não tinha outra finalidade senão esta: eliminar a Oposição, acabar com o PSDB. Se esse dossiê não tivesse sido descoberto, prosseguiria a caminhada.

Existem suspeitas, Senador Demóstenes Torres, de que seria feita a mesma coisa contra Parlamentares do PFL da Bahia e contra Aécio Neves, em Minas Gerais. Ou seja, é o autoritarismo petista, aquele mesmo que queria um conselho de petistas para fiscalizar jornalistas, manifestando-se para tentar derrotar, com fraude, a Oposição brasileira.

Outra situação que está deixando Lula magoadíssimo é que, também flagrado no despreparo e na mentira, ele disse que Alckmin não tinha vendido os aviões de São Paulo. Alckmin provou que havia, sim, vendido os aviões do Governo do Estado de São Paulo e disse que vai vender o aerolula, que pode até comprar um avião mais barato da Embraer, gerando empregos aqui, mas que venderá o aerolula. E disse mais: que venderá o aerolula e fará mais cinco hospitais no Brasil.

Creio que esse aerolula foi, realmente, um desperdício, por ser um avião caríssimo. É um avião que o Governo evita que seja fotografado, para que o povo brasileiro não o conheça por dentro. Creio que a primeira providência de Alckmin, quando chegar à Presidência, não será vendê-lo, mas, como sugere o jornalista Reynaldo Azevedo, permitir a visita para mostrar como é a aeronave – chiquérrima –, fornecer uma coletiva à imprensa e deixar que ela fotografe e disponibilize essas imagens por meio de suas informações.

A baixaria continua. Lula, do alto da sua arrogância, chama o candidato a Presidente Alckmin de “delegado de porta de cadeia”. Ele deve ter pretendido falar “advogado”, porque delegado não deve estar em porta de cadeia, mas exercendo a sua função.

A função do Sr. Ministro Tarso Genro é a de relações institucionais. Quando estavam com salto 19, salto 35, altíssimo, daquele de sapato de bico bem fino, Tarso Genro estava, realmente, conversando para saber da possibilidade de governabilidade de um futuro Governo Lula, que ganharia no primeiro turno. Agora, esse cidadão, encarregado das relações institucionais do Governo, chamou Alckmin de cachorro: “o *pit bull*”. Esse é o nível que o PT está trazendo para a campanha eleitoral. Alckmin demonstrou ser um *pit bull*. Até o primeiro turno, eles ganhariam porque era um “chuchuzinho”; depois, ganhariam porque é um *pit bull*.

Esse é o tipo de relação. Espalham, inclusive, uma crítica ao Alckmin de que ele seja da Opus Dei. Ou seja, no fundo, ele quer criticar o fato de o Alckmin ser católico, ser da Igreja Católica. Esse é o jeito de ser do Alckmin. Ele manifesta a sua convicção dessa forma. Que problema há em ser o Alckmin cristão e

católico? No Brasil, não há problema algum nisso. Não há porque haver essa vigilância do Secretário de Relações Institucionais, além de não ficar bem para ele chamar alguém que é um candidato com possibilidade real e concreta de chegar à Presidência da República de *pit bull*. Essa não é a linguagem adequada, do bom debate político, de quem não se acha arrogante. Creio que é o máximo de agressividade que pode haver numa campanha.

Quanto ao Tarso Genro, o PT precisa sair dessa lógica de camelo, que argumenta melhor quando vai vender aquelas pastas milagrosas nas praças públicas. Ele consegue convencer as pessoas de que aquelas pastas curam tudo.

O PT – ontem, no plenário, foi assim; anteontem, na imprensa, foi assim, e hoje, na imprensa é assim, pela voz do Ministro Tarso Genro – diz que é preciso investigar, realmente, quem está envolvido nessa questão do dossiê, porque ele só prejudicou o Lula, beneficiando o Alckmin. Então, o que é? O Freud é tucano de carteirinha? O Oswaldo Bargas é fundador do PSDB? O Lorenzetti é cria do Fernando Henrique Cardoso? Ou eles são do PFL? Berzoini é presidente do nosso Partido ou é o Tasso Jereissati? Ora, beneficiou o Alckmin porque foi descoberto. Se não fosse flagrado, tentaria aniquilar a Oposição, derrotar o Alckmin, derrotar o Serra, derrotar o Aécio e derrotar os Parlamentares da Oposição! Chega dessa lógica do Ministro Tarso Genro, que não leva a lugar algum! É uma agressão à inteligência do povo brasileiro dizer que esse dossiê era uma preparação dos tucanos! Antigamente – tenho 53 anos –, estudávamos Lógica; ensinava-se Lógica nas escolas. Não é possível que, com a formação intelectual que tem o Ministro Tarso Genro, S. Ex^a coloque, realmente, as coisas nessa situação.

Sr. Presidente, outras questões precisam ficar claras.

Novamente me socorro de informações do *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo: “O Lula está irritadíssimo! Como se corrupção não fosse tema de debate eleitoral!”.

Ora, o PSDB quer discutir ética e corrupção. Quem introduziu o debate sobre a ética, no Brasil, foi Mário Covas, na primeira eleição para Presidente da República, em 1989. Ele perdeu a eleição, portanto, não foi para o segundo turno. Aliás, Mário Covas apoiou Lula no segundo turno, e, naquela eleição, ele colocou o debate sobre a questão da ética. Agora, o PT está insistindo na teses de que é um erro da Oposição discutir ética. Por que isso? Não dá! Temos de discutir ética! De onde veio o dinheiro? A cada dia, há uma versão. Deixem a Polícia Federal trabalhar! Exijam da Polícia Federal a apuração de onde veio o dinheiro sujo para comprar o dossiê! Permitam isso! E permitam mais – Senadores Heráclito Fortes e Leonel Pavan –: a apuração dos cartões corporativos. O Lula não respondeu no debate. Vamos ver se vai responder no debate da Globo. Não tem essa de que

o Lula foi pego de surpresa, foi pego despreparado. Qual candidato, estando na situação do Lula, não iria imaginar que o Alckmin fosse lhe perguntar sobre o dinheiro do dossiê: de onde veio o dinheiro?! Não é possível que o Presidente tenha sido pego de surpresa, como ele tenta fazer passar nos jornais! Portanto, no próximo debate, Presidente Lula, vai-lhe ser perguntado – claro! – de onde veio o dinheiro sujo para comprar o dossiê? No próximo debate, Presidente, vai-lhe ser perguntado por que não abre a transparência dos cartões corporativos? Aumentaram, e muito, os gastos com os cartões corporativos. Hoje – está no *blog* do Noblat –, o Tribunal de Contas da União está falando que existe alguns milhões em notas fiscais frias nos cartões corporativos.

Na informação dada pelo *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo, temos o seguinte:

De janeiro a setembro, os gastos da Secretaria de Administração da Presidência somam **R\$3,678 milhões**. Atenção, amiguinhos [alerta o jornalista]: isso nada tem a ver com a compra de café, água, uísque (para autoridades em coquetéis, claro...), papel higiênico, inseticida, lustre-móveis, caneta, livros (leitor voraz, vocês sabem...). Os gastos, vamos dizer, de escritório e manutenção têm verba do Orçamento.

Portanto, foram gastos R\$3,678 milhões.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Um instante, Senador Arthur Virgílio.

Nos dois primeiros anos de mandato de Lula, os gastos com cartões corporativos da Presidência mais do que dobraram. Passaram de **R\$4,3 milhões em 2002**, último ano do mandato de FHC, para **R\$8,7 milhões em 2004**. Reitero: estamos falando apenas do Gabinete da Presidência.

Os gastos totais do Gabinete da Presidência, nesta modalidade, de janeiro a setembro deste ano, já somam **R\$6,839 milhões**. Só a Abin responde por **R\$3,097 milhões** de grana secreta.

Os gastos com cartões corporativos, incluindo os Ministérios, já chegam, até setembro, a **R\$20,7 milhões** (durante todo o ano passado, foram de **R\$21,706**). O mais impressionante é que, em 2004, quando o Gabinete da Presidência já gastava o dobro do que gastava FHC, a soma total era de **R\$14,1 milhões**. Por alguma razão, também secreta, de um ano para outro, a gastança aumentou a bagatela de 50%.

Portanto, Presidente Lula, não se declare surpreso! O Brasil vai continuar lhe perguntando, nas entre-

vistas, nos debates, de onde veio o dinheiro sujo; abre ou não as contas do cartão corporativo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, é algo grave que quero revelar à Casa, e aproveitando, portanto, com muita honra para mim, o discurso de V. Ex^a. Aqui me envia a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), sob o título “Foto do dinheiro. Processo contra o Delegado Bruno fura fila e é instaurado em tempo recorde”, denúncia de que o processo – e, portanto, a vontade de punir aí está posta contra o delegado que exibiu o dinheiro – furou a fila de outros 36 processos disciplinares que estão para serem instaurados. O que mostra, primeiro, que Lula não reconhece tanto assim a independência da Polícia Federal. Lembrem-se de que os delegados que flagraram, na rinha de galo, o marqueteiro Duda Mendonça foram punidos, transferidos, inclusive prejudicando o ano letivo de seus filhos; foram transferidos em pleno semestre letivo, com transtornos familiares que daí podem advir e que certamente advieram. Então, temos, aqui, essa coisa da dinheirama, e o delegado que não fez nada além de cumprir com o seu dever... Por que, se tem o dinheiro, qual o problema de mostrar o dinheiro? Ou o delito é mostrar o dinheiro? O delito – parece-me – é ter um dinheiro escuso, destinado à atividade escusa de compra de um dossiê. Isso – parece-me – é o delito. É o fundamental. O delito não é mostrar o dossiê. Digamos que mereça investigar se ele procedeu de acordo com as normas disciplinares da Polícia Federal; digamos que mereça. Não vamos jamais colocar em hierarquia superior um possível erro do Delegado Bruno acima do constatado erro de se ter o dinheiro escuso, comprando um dossiê tão escuso quanto o dinheiro, visando a dar lucros eleitorais para o Partido do Presidente da República. Mas, aqui está: puniram quem prendeu Duda Mendonça e estão punindo quem ousou mostrar o dinheiro sujo que o Lula não explicou ainda de onde veio, o dinheiro sujo destinado a comprar um dossiê falso para incriminar o Sr. José Serra e outras lideranças do meu Partido e do seu Partido. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, veja a gravidade do assunto que V. Ex^a traz. Antes da divulgação da foto do dinheiro sujo – é muito importante prestar atenção nisso – foram divulgadas as fotos e o vídeo do dossiê fajuto. Ou não foram divulgadas as fotos de José Serra? Ou não foram divulgadas as fotos de Geraldo Alckmin cumprimentando uma pessoa? Foram divulgadas por qual delegado? Esse delegado que divulgou as fotos é o delegado de Cuiabá. Sobre esse delegado de Cuiabá há algum processo no Ministério da Justiça? Foi aberto um procedimento contra o delegado? O que estou falando é grave! Um dossiê mentiroso, fajuto, atacando a honra de pessoas de bem, vitimando uma pessoa

do nível de José Serra, que tem uma vida dedicada ao País, vitimando uma pessoa da honradez de Geraldo Alckmin, que tem mais de 30 anos de vida pública... Essas fotos foram divulgadas, e esse delegado que as divulgou não contrariou nenhuma norma da Polícia Federal. Quem freqüentou os *sites*, assistiu aos vídeos no YouTube, mas quem os divulgou não contrariou nenhuma norma. E o delegado, que divulgou a foto do dinheiro sujo usado pelo PT para comprar o dossiê, é punido! Contra ele se abre processo, que corre celeremente. Márcio Thomaz Bastos... Pede demissão, Márcio! Não foi assim que construiu a sua biografia. Há pessoas que entram para o poder e se autodestroem. O Lula é uma delas, o Márcio é outra.

Eu quero encerrar, dizendo o seguinte: queira ou não, Lula; goste ou não, Lula; não se surpreenda, Lula. O PSDB vai continuar colocando na pauta da ordem do dia das discussões a origem do dinheiro sujo. O PSDB vai continuar colocando na pauta da ordem do dia por que não abrir os cartões corporativos. O PSDB vai continuar colocando na ordem do dia por que Paulo Okamoto tem a proteção da República para não abrir os seus sigilos. O PSDB vai continuar colocando na ordem do dia que o Partido não quer e não vai privatizar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, os Correios e a Petrobras. O que o PSDB não quer é que os Correios sejam usados como fonte para se criar e pagar o mensalão. O que o PSDB não aceita é que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil sejam usados para aparelhar a sede do PT com equipamentos de informática e muito menos para vender ingressos de *show* de Zezé di Camargo e Luciano. O que o PSDB não quer e não aceita é que a Petrobras seja ponte para o Sr. Silvinho, amigo de José Dirceu, amigo de Lula – todos do PT – ganharem Land Rovers neste País. Nós não vamos privatizar, mas também não vamos aceitar que essas empresas do povo brasileiro sejam usadas em detrimento do povo brasileiro.

Os escândalos da Caixa, da GTech, da ONG Agora e de outras ONGs, do Banco Popular. Lula, prepare-se! Não se surpreenda. É um direito, aliás, mais do que um direito, é um dever da Oposição dizer, frente a frente, com lealdade – como o fez Geraldo Alckmin –: de onde veio o dinheiro sujo? E o Brasil, tenho certeza, não vai apoiar um Presidente no cargo, suspeito de ligação com o dinheiro sujo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

NOTAS E INFORMAÇÕES | A3

Conselho de Administração:

Presidente:
Roberto C. Mesquita

Membros:
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundação em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luitz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vilela de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1998)
Luitz Vilela de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pastana (1927-1933)
Píllino Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

O que o debate deixou claro

Três anos e nove meses de governo Lula foram mais que suficientes para não deixar dúvidas sobre o seu escasso preparo para conduzir um país como o Brasil. Maquiavel diria que ele deve antes à Fortuna das circunstâncias do que à Virtude pessoal o que tiver a contabilizar como êxito da sua gestão. As limitações do presidente, eram ainda acentuadas pelo contraste com os atributos do candidato – a palavra fácil e a aptidão para projetar uma imagem de autenticidade. Daí a grande surpresa do debate de domingo: pela primeira vez desde o seu desastroso desempenho no confronto com Fernando Collor em 1989, Lula se mostrou despreparado para um duelo político em público.

Especialmente nos primeiros atos do espetáculo, a contumácia, inesperada e persistente, do tucano Geraldo Alckmin, ao abordar os esquemas de corrupção postos em marcha pelo dispositivo petista de poder, o deixou desconcertado – como se ele e os seus treinadores tivessem imaginado, absurdamente, que o assunto passaria em branca nuvem. Quem desligasse o som do televisor para se concentrar unicamente na expressão corporal do petista, na sua incontida agitação e nas caras e bocas de sua fisionomia, decerto se espantaria com tamanha exibição de desconforto, sinal de que as cobranças do opositor, exatamente por se referirem ao que se referiam, pegaram no queixo de quem passou a vida se arrogando o monopólio da ética, deixando-o “grague”.

Saltou à vista que Lula não tem defesa nesse quesito. Tanto não tem que o melhor que lhe ocorreu foi retrucar que “a compra espúria de votos” começou na votação da emenda constitucional que instituiu a reeleição em 1997. Nunca antes, desde que o deputado petebista Roberto Jefferson acrescentou ao léxico político nacional o termo mensalão, Lula se viu obrigado a reconhecer o que de fato foi o ultraje – não um episódio venial de uso de “recursos não contabilizados”, conforme o eufemismo delubiano para caixa 2, mas uma operação sistemática de suborno de deputados. Na mesma linha, ele se agarrou à palha de lembrar que o valerioduto foi inaugurado em território tucano em 1998, em Minas, apenas para receber o troco de que

“um erro não justifica o outro”.

Lula fez uma boa frase, – “não sou policial, sou presidente da República” – para tentar se desvencilhar do que mais o aperta no recente cipoal que o enlaçou, na baldada tentativa petista de comprar um imaginário dossiê antitucano: a origem do R\$ 1,7 milhão apreendido em mãos de dois aloprados prontos para fechar o negócio. Mas teve uma pronta resposta de Alckmin: “Não precisa ser policial; basta perguntar para seus amigos mais íntimos.” Aliás, dado o retrospecto – do qual Alckmin não deixou pedra sobre pedra –, os protestos de inocência do presidente, no duplo sentido de não ser culpado e de não saber, soaram sempre flácidos, postiços.

Se assim não fosse, um jornalista não indagaria de Lula, candidamente, que garantias tem a dar aos brasileiros de que, em um novo mandato, outras falcatuas não serão perpetradas no seu entorno, precisamente porque ele, como alega, desconhecia as anteriores enquanto ocorriam. Sem falar que o presidente fez por merecer a reprimenda que lhe passou Alckmin – “não minta, Lula” – por haver atribuído ao tucano, em comício, a intenção de privatizar os Correios, o Banco do Brasil, a Petrobrás... Confrontado com a verdade de que Alckmin nunca disse isso, nem isso consta de seu programa, Lula buscou em vão abrir a saída de emergência, dizendo que, a julgar pelas privatizações no governo Fernando Henrique, é o que se poderia deduzir.

Debates em situações de reeleição dão aos antagonistas vantagens e desvantagens diferentes. Um tem o conforto de ser o desafiante; outro tem as suas realizações, amplificadas ou não, a ostentar. O primeiro só tem a perder as expectativas de alijar o segundo do governo. O segundo tem a perder a condição efetiva de detentor do poder. Isto posto, ficou claro ao longo de um duelo eleitoral emocionante do começo ao fim – concebido e levado ao ar com competência, profissionalismo e em horário civilizado, além do mais – que Alckmin se saiu melhor no seu papel do que Lula no dele. Ainda assim, é prematuro prever que o ex-governador tomará votos do presidente, ou, muito menos, vice-versa. Mas algo há de ter se movido no universo dos indecisos, bem como entre os eleitores de Heloísa Helena e Cristovam Buarque. Logo se saberá.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. João Batista Motta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Esta Presidência prorroga a sessão por mais 40 minutos e passa a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

Peço aos nobres Pares que reduzam o discurso a dez minutos, porque há vários oradores inscritos. Conto com a colaboração de todos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{es} e Srs. telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, volto de uma campanha, volto das ruas do meu Estado do Rio de Janeiro. E gostaria de tecer alguns comentários a respeito do que vi no meu Estado, não apenas com referência ao pleito, porque creio também que merecem consideração o processo eleitoral e o processo político.

Hoje, quando se fala em vitória e derrota – pelo menos no capítulo “pleito” da vida pública –, há de se fazer distinção entre vitória eleitoral e vitória política. A vitória eleitoral, hoje, está muito ligada a arranjos de partidos e de políticos, a institutos de pesquisa, à interpretação que os meios de comunicação dão à mensagem dos candidatos, ao apoio de grupos financeiros, a recursos, a tempo de televisão, mas a política vai além disso, Sr. Presidente. A política vai muito além disso, e creio que ela não se motiva, eu diria, apenas pelo ganho.

Não devemos tentar imitar Rui Barbosa, que, pela dimensão de seus pensamentos e de suas ações, talvez, seja mesmo um raro exemplar inigualável. Mas ele dizia algo de que podemos tirar uma grande lição. Ele dizia, Sr. Presidente, que o dever sobrevive à esperança. E a paixão pelo bem substitui com vantagem a confiança na vitória.

Portanto, a política vai muito além de se disputarem matematicamente votos em uma urna. Às vezes, o candidato que tem mais votos, por incrível que pareça, não tem militância, não faz comícios, não consegue, a não ser se pagar, que alguém segure sua bandeira, conheça seus ideais, seus programas e sua trajetória de vida e acredite em suas propostas.

Cada vez mais, vemos certa distância entre o pleito político e o pleito eleitoral, e, cada vez mais, Sr. Presidente, há influência do capital nas decisões políticas, o que, aliás, já devíamos ter abolido. Se há alguma herança, eu diria, na formação brasileira que deveríamos afastar é aquela que se deu com a vinculação da riqueza, do capital, depois da Independência,

ao poder político, quando Senado e Câmara exigiam que os candidatos a Senador ganhassem acima de 800 mil réis e que os eleitores ganhassem mais de 200 mil réis. Penso que essa vinculação viola direitos humanos tanto quanto o Estatuto da Terra, tanto quanto o estatuto da escravidão, tanto quanto o tratamento brutal, violento e desumano, porém legal, que o Estado deu a sucessivas gerações de negros, de brancos, de pobres e de mestiços, massacrados durante o período da Colônia e do Império e mesmo na Primeira República. E acho que é esse o tratamento que, muitas vezes, o Estado dá à revolta cada vez mais armada da sua massa de excluídos.

Dessa maneira, com uma luta muito grande, um partido pequeno, o nosso Partido, com apenas trinta segundos de tempo na televisão e sem fundo partidário, sem dispor de quaisquer recursos, fez uma campanha de militância, de visitas ao interior, de idas às comunidades, de idas às ruas, de conversas com as pessoas. Tivemos um 1,5 milhão de votos, pouco mais do que isso, quase um 1,6 milhão de votos, e ficamos aliados de um segundo turno, quando teríamos – aí, sim – oportunidade de tempo na televisão e de expor melhor nossos projetos e nossas idéias.

Mas essa proposta política não se deixa levar pelos resultados eleitorais, não se deixa influenciar por eles, não se desanima nem se arrefece com esses resultados. Sr. Presidente, tenho a certeza de que cada um dos companheiros lutaram imbuídos de um projeto, de uma utopia interior, de uma visão de Brasil e de sociedade que nos embala, que é maior do que nós mesmos, porque nos leva a empreitadas cujas probabilidades e chances são ínfimas – falando eleitoralmente, talvez, no cálculo, eu diria, das viabilidades eleitorais, ínfimas, irrisórias ou improváveis.

Quando a alma política se acende no coração, isso pouco importa, Sr. Presidente. O que importa mesmo é disputar, o que importa é ir para as ruas, o que importa é acreditar, o que importa é falar, é discursar, como fizeram tantos que nos antecederam nesta Casa.

Puxa vida! Como era remota a possibilidade no tempo em que discursavam aqui grandes oradores, como o Senador Afonso Arinos e como muitos outros – não quero ser injusto com nenhum –, lutando contra preceitos arrogantes da ditadura... O próprio pai de Arthur Virgílio fazia discursos eloqüentes, lutando contra uma ditadura implantada, contra um poder que dominava os meios de comunicação e que cassava os direitos humanos simplesmente por iniciativa de um Procurador-Geral da República e por decisão de um Supremo, sem vias democráticas e sem direito ao cassado.

Naquela época, a política incendiava, alcançava as ruas. Havia liderança. As pessoas ouviam os discursos. Hoje, isso não ocorre. Dificilmente, vêem-se militantes – estudos recentes provaram isso – que lembrem em quem votaram. Acaba havendo muita propaganda! Naquele momento, cria-se a idéia de que um candidato já ganhou e de que votar em outro significa simplesmente desperdiçar o voto.

Os institutos de pesquisa, os meios de comunicação, os prefeitos, os deputados, os vereadores, a máquina política estadual, de repente, empurram tanto, que parece se fazer um consenso irremediavelmente estabelecido, sob o qual qualquer tentativa de confronto parece até sublevação ou irreverência.

Política não é nada disso! Política é confronto de idéias, é debate apaixonado! Digo, por convicções, que não conseguimos circunscrever a própria alma. Volto a este plenário imbuído deste sentimento de Rui: “O dever sobrevive à esperança”.

Continuo, Sr. Presidente. Quero dizer aos que assistem a mim, no meu Estado e no Brasil, que estou imbuído do mesmo dever. Meu Estado atravessa a pior crise econômica e social da sua história recente.

Para não dizer que estou inventando crise, o Rio de Janeiro perdeu 25% na participação do PIB nacional nos últimos trinta anos. A nossa indústria, o que é pior ainda, perdeu 40% na participação da indústria nacional. O Rio de Janeiro hoje tem, nas contas públicas, um rombo de mais de R\$2 bilhões. Em termos de segurança pública, somos disparados o Estado mais violento deste País. No ano passado, quinhentos mil casos foram registrados. Que horror! Que barbárie! Quinhentos mil casos registrados! Foram 117 mil furtos, 111 mil assaltos! Aos telespectadores esclareço: o assalto é o furto com violência, com o uso de faca, de navalha, de arma. Houve 79 mil lesões corporais dolosas! Imaginem! São balas perdidas, brigas nas comunidades carentes, bêbados atropelando pessoas nas ruas! Foram 79 mil lesões corporais dolosas, uma das razões principais de o nosso sistema de saúde estar em situação terrível, Sr. Presidente! Toda hora, invadem as enfermarias pessoas ensanguentadas, que necessitam de tratamento imediato e urgente.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB)

– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Senador Roberto Cavalcanti, é um prazer conceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senador Marcelo Crivella, fui testemunha da campanha heróica que V. Ex^a fez no Estado do Rio de Janeiro. Tive o privilégio de acompanhá-lo em alguns momentos

daquela campanha. Dificilmente, um político brasileiro consegue ter projeção numa campanha com os poucos recursos que V. Ex^a teve. Refiro-me a recursos de toda ordem: materiais, financeiros e, principalmente, recursos de tempo. V. Ex^a não teve oportunidade de falar ao povo do Rio de Janeiro. A campanha de V. Ex^a foi feita de maneira extremamente singela, porém complexa, porque era uma eleição na qual havia vários outros candidatos, estruturados de todas as formas. Atribuo à falta de tempo a razão maior de V. Ex^a não ter vencido no primeiro turno. Se V. Ex^a tivesse tido tempo disponível, se a legislação eleitoral permitisse que os tempos fossem distribuídos, no caso do Rio de Janeiro, de forma equitativa, sem dúvida, V. Ex^a teria vencido no primeiro turno. Mas o ponto mais importante que registro é o plano de governo de V. Ex^a. Eu estava no Rio de Janeiro no momento em que V. Ex^a estava lançando seu plano de governo. Para o País, para o Rio de Janeiro, é necessário que se reflita sobre aquele projeto. É um projeto fantástico que deve ser herdado por qualquer governante, quer seja da Paraíba, nosso Estado, quer seja do próprio Rio de Janeiro, quer seja do Brasil. O projeto de governo de V. Ex^a é uma peça imperdível. Digo isso como empresário, porque o li detidamente. Todo o projeto é extremamente competente e eficiente, e quem o adotar, certamente, verá reverter-se o perfil econômico do Estado do Rio de Janeiro. V. Ex^a é o Líder do meu Partido e me honra com sua competência, com seu espírito coletivo e eficiente de fazer política, de dar exemplo ao Brasil de como fazê-la. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu é que lhe agradeço. Incorporo o pronunciamento de V. Ex^a ao meu discurso.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Vou concluir, Sr. Presidente. Antes, porém, quero dizer que, cada vez que subimos à tribuna, somos contagiados pela alma de Teotônio Vilela e de oradores importantes que me vêm à mente agora, como Josaphat Marinho; como Ulysses Guimarães, o grande senhor, cidadão; e como muitos outros que, da tribuna, expressaram sua alma no discurso político, no embate político, na formação democrática das utopias do nosso povo e da Nação brasileira.

Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas; Senador Roberto Cavalcanti, meu companheiro de Partido, não foi em vão que percorri, durante 90 dias, comunidades, Municípios e a Capital do meu Estado. Venho convencido de que é preciso trazermos um novo projeto para as áreas de segurança, de educação, de saúde e de transportes e lutarmos muito pelos investimentos do

meu Estado. Hoje, venho com uma visão muito mais ampla do que é o Rio de Janeiro e, com base no que vivenciei nas minhas caminhadas, sei que é necessário instituir o planejamento familiar.

Precisamos debruçar-nos sobre a lei do planejamento familiar, que nada tem a ver com controle demográfico. Aliás, o Brasil cresce até numa razão modesta; o Brasil tem uma população perfeitamente razoável em relação às suas dimensões e pontencialidades. Mas tem de haver um planejamento familiar que garanta às famílias que tenham filhos apenas quando o desejarem.

Vi muitas crianças descalças, com o nariz escorrendo. Vi crianças pequenas no colo de mães de 15 anos ou de 16 anos, que me diziam “arruma para eu operar”, mas que nem sabiam pronunciar o nome da operação. Elas também não sabiam dos métodos contraceptivos que não são definitivos; não sabiam da tabela; não sabiam usar o DIU; não sabiam usar um preservativo comum, uma camisinha. Assim, as comunidades carentes, hoje, estão povoadas de meninas e de meninos na faixa de 0 a 6 anos, cujas famílias não têm estrutura para educá-los.

Precisamos tratar do planejamento familiar. Precisamos rever essa lei, porque ela não saiu do papel. Precisamos criar o Dia Nacional do Planejamento Familiar. Precisamos incluir essa matéria no currículo escolar. Precisamos trazer esse tema para a tribuna do Parlamento. Precisamos discutir isso com todas as religiões e com todos os segmentos da sociedade civil organizada. Precisamos levar esse assunto ao Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, peço que incorpore ao meu pronunciamento um artigo do Dr. Drauzio Varella, publicado nos jornais, que fala exatamente sobre planejamento familiar. Gostaria de ter tempo de lê-lo, palavra por palavra, deixando aos nossos telespectadores e às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores as profundas reflexões desse médico que nos tem brindado com momentos tão lúcidos nas políticas de saúde pública do nosso País.

Não terei essa oportunidade, Sr. Presidente, porque já consumi meu tempo, mas peço seja incluído no meu pronunciamento o artigo que passarei à Mesa.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer que volto à tribuna desta Casa com motivação redobrada para os debates, para as votações. Estamos por decidir quem será nosso Presidente. Espero que o Presidente Lula tenha oportunidade de ser reconduzido ao cargo. Considero seu Governo satisfatório. Penso que muita coisa deixou de ser feita, mas pode ser feita no segundo mandato, e torço por ele.

Sr. Presidente, essas eram as palavras que eu trazia no meu coração. Trago essa reflexão sobre pleito, sobre resultado eleitoral, sobre resultado político, sobre essas coisas, meu Deus, que, muitas vezes, sentimos que não ficam bem resolvidas no nosso País. A eleição é ganha, mas é um líder que as pessoas não seguem, em quem não acreditam; as pessoas não seguram sua bandeira, não conhecem sua história, não vão aos seus comícios, não repetem seus discursos e com eles não se entusiasmam. Simplesmente, foram levadas, muitas vezes, por *marketing*, por programas muito bem feitos de televisão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marcelo Crivella, permite-me um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, não sei se posso conceder um aparte a V. Ex^a. Se o Presidente o permitisse, com muita honra, gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – S. Ex^a o permite, pois é mineiro, e mineiro é tolerante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não. Com muito prazer, ouvirei a reflexão de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, aqui, é um representante de Deus. Eu queria saber de V. Ex^a se há na Bíblia a frase “dize-me com quem andas, que te direi quem és”. V. Ex^a tem a missão de representar Deus para orientar os cristãos. Não sei se essa frase está na Bíblia; tenho essa dúvida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, não está.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas é válido. É ética. V. Ex^a segue isso?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – É adágio popular.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A voz de Deus é a voz do povo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não o foi quando gritaram: “Crucifica-o, crucifica-o, crucifica-o!”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas, nesse caso, não era o povo, mas alguns. Acredito muito em sabedoria popular, em provérbios. A Bíblia está cheia de provérbios. V. Ex^a acredita na sabedoria popular do “dize-me com quem andas, que te direi quem és”?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, sei aonde V. Ex^a quer chegar. Considero, na análise que faço – respeito sua análise e tenho a certeza de que V. Ex^a, democraticamente, como eu, há de respeitar minha posição, a liberdade que temos e a consciência política que o povo nos concedeu por meio dos votos que recebemos –, considero que o apoio que dou ao Presidente Lula é de boa fé.

Acredito que o Presidente, como todos que o antecederam, cometeram erros e acertos. Mas creio que, no saldo, o Presidente Lula merece a oportunidade de ser reconduzido ao cargo. Há muito que fazer, e nós todos precisaremos estar juntos para construir isso. Dou-lhe, sim, o apoio – e não só eu como vários Senadores desta Casa e a maioria do povo brasileiro que votou no Presidente Lula no primeiro turno. Não seria prudente dizermos que o povo, na sua sabedoria – e V. Ex^a afirma sempre isso –, errou. Quando fala a voz das urnas, cala-se a voz do político. Terminadas as eleições, começa a política.

Espero ter respondido a V. Ex^a, com todo o respeito, com toda a admiração e com todo o apreço que V. Ex^a recebe não só de mim, como também do meu Partido. Sabe o carinho que temos por V. Ex^a.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que volto aqui – terminada a eleição, começa a política – firme para a luta.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Planejamento familiar

Drauzio Varela

No Brasil, planejamento familiar é privilégio exclusivo dos bem-aventurados. Sem mencionar números, vou resumir o atoleiro ideológico em que estamos metidos nessa área.

Até a metade do século XX, poucas famílias brasileiras deixavam de ter cinco ou seis filhos. Havia uma lógica razoável por trás de natalidade tão altas:

- 1)** A maioria da população vivia no campo, numa época de agricultura primitiva em que as crianças pegavam no cabo da enxada já aos sete anos. Quantos mais braços disponíveis houvesse na família, maior a probabilidade de sobrevivência.
- 2)** Convivíamos com taxas de mortalidade infantil inaceitáveis para os padrões atuais. Ter perdido dois ou três filhos era rotina na vida das mulheres com mais de trinta anos.
- 3)** Além da cirurgia e dos preservativos de barreira, não existiam recursos médicos para evitar a concepção. Na década de 1960, quando as pílulas anticoncepcionais surgiram no mercado e a migração do campo para a cidade tomou vulto, uma esdrúxula associação de forças se opôs terminante ao planejamento familiar no país: os militares, os comunistas e a igreja católica. Os militares no poder eram contrários, por julgarem defender a soberania nacional: num país de dimensões continentais, quanto mais crianças nascessem, mais rapidamente seriam ocupados os espaços disponíveis no Centro-Oeste e na floresta amazônica.

Os comunistas e a esquerda simpatizante, por defenderem que o aumento populacional acelerado aprofundaria as contradições do capitalismo e encurtaria caminho para a instalação da ditadura do proletariado. A igreja, por considerar antinatural - portanto, contra a vontade de Deus - o emprego de métodos contraceptivos. O resultado dessas ideologias não poderia ter sido mais desastroso: em 1970, éramos 90 milhões; hoje, temos o dobro da população, parte expressiva da qual aglomerada em favelas e na periferia das cidades. Suécia, Noruega e Canadá conseguiriam oferecer os mesmos níveis de atendimento médico, de educação e de salários para os aposentados, caso tivessem duplicado seus habitantes nos últimos trinta anos? O que mais assusta, entretanto, não é haveremos chegado à situação dramática em que nos encontramos; é não adotarmos medidas para remediá-la. Pior, é ver não apenas os religiosos, mas setores da intelectualidade considerarem politicamente incorreta qualquer tentativa de estender às classes mais desfavorecidas o acesso aos métodos de contracepção fartamente disponíveis a quem pode pagar por eles. É preciso dizer que as taxas médias de natalidade brasileiras têm caído gradativamente nos últimos cinquenta anos, mas não há necessidade de consultar os números do IBGE para constataremos que a queda foi muito mais acentuada nas classes média e alta: basta ver a fila de adolescentes grávidas à espera de atendimento nos hospitais públicos ou o número de crianças pequenas nos bairros mais pobres. Outra justificativa para a falta de políticas públicas destinadas a universalizar o direito ao planejamento familiar no país é a da má distribuição de renda:

o problema não estaria no número de filhos, mas na falta de dinheiro para criá-los, argumentam. De fato, se nossa renda per capita fosse a dos canadenses, a situação seria outra; aliás, talvez tivéssemos que organizar campanhas para estimular a natalidade. O problema é justamente porque somos um país cheio de gente pobre, e educar filhos custa caro. Como dar escola, merenda, postos de saúde, remédios, cesta básica, habitação, para esse exército de crianças desamparadas que nasce todos os dias? Quantas cadeias serão necessárias para enjaular os malcomportados? A verdade é que, embora a sociedade possa ajudar, nessa área dependemos de políticas públicas, portanto dos políticos, e estes morrem de medo de contrariar a igreja. Agem como se o planejamento familiar fosse uma forma de eugenia para nos livrarmos dos indesejáveis, quando se trata de uma aspiração legítima de todo cidadão. As meninas mais pobres, iletradas, não engravidam aos 14 anos para viver os mistérios da maternidade; a mãe de quatro filhos, que mal consegue alimentá-los, não concebe o quinto só para vê-lo sofrer. É justo oferecer vasectomia, DIU, laqueadura e vários tipos de pílulas aos que estão bem de vida, enquanto os mais necessitados são condenados aos caprichos da natureza na hora de planejar o tamanho de suas famílias? **Gravidez indesejada e violência urbana.** A irresponsabilidade brasileira diante das mulheres pobres que engravidam por acidente é caso de polícia literalmente. Insisto em dizer que o planejamento familiar no Brasil é inacessível aos que mais necessitam dele.

Os casais da classe média e os mais ricos, que podem criar os filhos por conta própria, têm acesso garantido a preservativos de qualidade, pílula, injeções e adesivos anticoncepcionais, DIU, laqueadura, vasectomia e, em caso de falha, ao abortamento; porque, deixando a falsidade de lado, estamos cansados de saber que aborto no Brasil só é proibido para a mulher que não tem dinheiro. Há pouco tempo, afirmei numa entrevista ao jornal O Globo que a falta de planejamento familiar era uma das causas mais importantes da explosão de violência urbana ocorrida nos últimos vinte anos em nosso país. A afirmação era baseada em minha experiência na Casa de Detenção de São Paulo: é difícil achar na cadeia um preso criado por pai e mãe. A maioria é fruto de lares desfeitos ou que nunca chegaram a existir. O número daqueles que têm muitos irmãos, dos que não conheceram o pai e dos que foram concebidos por mães solteiras, ainda adolescentes, é impressionante. Procurados pelos jornalistas, um cardeal e uma autoridade do primeiro escalão federal responderam incisivamente que não concordavam com essa afirmação. O religioso, porque considerava "muito triste ser filho único", e que "o ideal seria cada família brasileira ter cinco filhos". O outro discordava baseado nos dados que mostravam queda progressiva dos índices de natalidade nos últimos vinte anos, enquanto a violência em nossas cidades explodia. Cito essa discussão, porque encerra o nó de nossa paralisia diante do crescimento populacional insensato que fez o número de brasileiros saltar dos célebres 90 milhões em ação do ano de 1970 para os 180 milhões atuais: de um lado, a cúpula da Igreja Católica, que não aceita

sequer o uso da camisinha em plena epidemia de uma doença sexualmente transmissível como a Aids. De outro, os responsáveis pelas políticas públicas, que, para fugir da discussão sobre as taxas inaceitáveis de natalidade da população mais pobre, usam o velho jargão da queda progressiva dos valores médios dos índices ocorrida nas últimas décadas. Dizem: cada brasileira tinha seis filhos em 1950; hoje esse número não chega a três. É provável que o argumento ajude a aplacar-lhes a consciência pública, especialmente quando se esquecem de dizer que, enquanto as mulheres de nível universitário hoje têm em média 1,4 filho, as analfabetas têm 4,4. Em agosto de 2004, o jornal Folha de São Paulo publicou informações contidas no banco de dados do município, colhidas no período de 2000 a 2004 pela Fundação SEADE. A reportagem nos ajuda a avaliar o potencial explosivo que a falta de acesso aos métodos de contracepção gera na periferia e nas favelas das cidades brasileiras. Se tomarmos os cinco bairros mais carentes, situados nos limites extremos de São Paulo - Parelheiros, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, Guaianazes e Perus -, a proporção de habitantes inferior a 15 anos varia de 30,4% a 33,4% da população. Esses números estão bem acima da média da cidade: 24,4%. Representam mais do que o dobro da porcentagem de crianças encontrada nos cinco bairros com melhor qualidade de vida. O grande número de jovens, associado à falta de oferta de trabalho na periferia, fez o nível de desemprego no extremo leste da cidade atingir 23,5% - contra 12,4% no centro da cidade no ano passado. Ele também explica por que a probabilidade de um

jovem morrer assassinado na área do M'Boi Mirim, na zona sul, é 19 vezes maior do que em Pinheiros, bairro de classe média. Nem haveria necessidade de números tão contundentes para tomarmos consciência da associação de pobreza com falta de planejamento familiar e violência urbana: o número de crianças pequenas nas ruas dos bairros mais violentos fala por si. O de meninas em idade de brincar com boneca aguardando atendimento nas filas das maternidades públicas também. Basta passarmos na frente de qualquer cadeia brasileira em dia de visita para nos darmos conta do número de adolescentes com bebês de colo na fila de entrada. Todos nós sabemos quanto custa criar um filho. Cada criança concebida involuntariamente por casais que não têm condições financeiras para criá-las empobrece ainda mais a família e o país, obrigado a investir em escolas, postos de saúde, hospitais, merenda escolar, vacinas, medicamentos, habitação, Fome Zero e, mais tarde, na construção de cadeias para trancar os malcomportados. O que o pensamento religioso medieval e as autoridades públicas que se acovardam diante dele fingem não perceber é que, ao negar o acesso dos casais mais pobres aos métodos modernos de contracepção, comprometemos o futuro do país, porque aprofundamos perversamente a desigualdade social e criamos um caldo de cultura que contém os três fatores de risco indispensáveis à explosão da violência urbana: crianças maltratadas na primeira infância e descuidadas na adolescência, que vão conviver com pares violentos quando crescerem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Passo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT, por cinco minutos.

Em seguida, terá a palavra o nobre Senador João Batista Motta, inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são três questões pontuais, e eu entendo muito importantes para contribuir para o debate e a elucidação de alguns fatos que hoje, aqui, à exaustão, foram tratados por várias lideranças da Oposição.

A primeira delas é a questão da privatização. O Sr. Geraldo Alckmin foi muito agressivo nessa questão negando peremptoriamente que irá privatizar. Acontece que a privatização levanta uma suspeita ou um questionamento que os brasileiros têm direito de fazer ao Sr. Geraldo Alckmin. Primeiro, porque o Governo Federal que antecedeu o Governo Lula privatizou nada mais nada menos do que 76% do patrimônio público brasileiro, 76%! Ou seja, três quartos do patrimônio público brasileiro, acumulado com o dinheiro do povo brasileiro, foi vendido, em alguns casos, entendo, foi doado, e não tivemos o resultado prático em melhoria para as condições de vida da população.

Mas não podemos medir, e aí penso que ele tem razão, pelo que fez Fernando Henrique, apesar de ser do mesmo partido, da mesma linha e da mesma idéia; mas também o Governo do Geraldo Alckmin, em São Paulo, manteve o processo de privatização. Concluiu agora a privatização de rede de transmissão. E a privatização da Nossa Caixa, que só foi suspensa agora no segundo turno – inclusive não vi alguém da Oposição dizer que foi eleitoreira essa suspensão – está no Orçamento do ano de 2006 de São Paulo, colocada como receita. Portanto, o Sr. Geraldo Alckmin, ano passado, quando enviou o Orçamento para a Assembléia Legislativa de São Paulo, contou com a privatização da Nossa Caixa, colocando lá como receita.

Então é bom esclarecermos, porque ninguém está levantando isso a partir do nada, mas, do concreto que realizaram não só os que nos antecederam à frente do Governo Federal, como o próprio Sr. Geraldo Alckmin à frente do Governo do Estado de São Paulo.

Outro tema discutido no debate e que voltou hoje foi o do avião presidencial. O avião é do Estado brasileiro; o avião é patrimônio público brasileiro; o avião tem 30 anos de vida útil; o avião será pago em menos de um terço do tempo da sua utilização.

Achei interessante o Sr. Alckmin dizendo que iria vender e tal, mas quem custeia o deslocamento, seja com avião próprio do Estado, seja com avião fretado, quem custeia é o cofre público. E, para que não paire nenhuma dúvida, estão aqui os dados, segundo o Si-

geo (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária), de São Paulo, dizendo que as despesas com locação de veículos e aeronaves do Governo do Estado de São Paulo cresceram 623% entre 2001 e 2005, o período do Sr. Geraldo Alckmin em São Paulo, passando de R\$5,39 milhões para R\$39,04 milhões.

Portanto, os deslocamentos do Sr. Geraldo Alckmin foram custeados pelos cofres públicos dos contribuintes de São Paulo. E quanto a ter vendido ou não as aeronaves do Estado, a informação que tenho é que a própria venda não consta da relação de bens alienados na Assembléia Legislativa. Com as passagens, também houve um aumento de 118% nos gastos das autoridades do Governo de São Paulo.

É bom deixar clara essa questão, que volta constantemente. Eu inclusive estava tratando de algumas questões fora do Plenário e ouvindo de Senadores discurso, de novo, demagógico com relação ao avião, que é do Estado brasileiro e que a própria FAB. O Brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo, coordenador das viagens internacionais da Presidência da República, disse que, entre fevereiro de 1999 e abril de 2001, o Governo gastou cinco milhões em aluguel de aviões para algumas das viagens internacionais do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, com avião presidencial ou sem avião presidencial, o gasto de deslocamento é custeado pelos cofres públicos. No caso de alugar ou fretar, é muito mais caro, de forma indiscutível.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Senador, eu não tenho condições de lhe conceder um aparte, até porque já esgotou o meu tempo e ainda tenho um último assunto para tratar.

Hoje não tive oportunidade, não participei, estávamos em tentativa de negociação para votar matérias, mas ocorreu uma situação na CPI das Sanguessugas, fruto do debate e da apresentação em plenário de uma questão muito séria e relevante feita pela Deputada Vanessa Grazziotin, do Amazonas. Um parlamentar, cumprindo um ofício da Presidência da CPI, foi a Cuiabá buscar os documentos do tão famoso dossiê, que vieram e foram analisados por alguns Parlamentares. A própria Deputada Grazziotin descobriu que havia falhas na numeração da documentação que chegou, e estranhou profundamente. Foi tentar descobrir o que tinha acontecido. E o que aconteceu, nada mais, nada menos, foi que o parlamentar que foi buscar os documentos selecionou aqueles que iria trazer.

E há um ofício do delegado, respondendo ao Presidente da CPI, ao Deputado Biscaia, dizendo: “Estou encaminhando os documentos selecionados pelo

Deputado Gabeira.” Está lá o “recebido” do Deputado Gabeira.

Acho fundamental fazer esse registro no Plenário porque a Polícia Federal tem investigado, doa a quem doer, e tem gente querendo se utilizar de processo seletivo, escolhendo o que traz e o que não traz para o holofote da mídia neste processo eleitoral. Considero isto da maior gravidade: um parlamentar, investido de uma tarefa, de um coletivo, que é de uma CPI, se dá o direito de selecionar e trazer só o que lhe pode ser conveniente. Por isso eu não poderia deixar de fazer o registro para ilustrar determinados tipos de comportamento, trazendo dados a respeito da realidade dos fatos.

Senador Aelton, agradeço e peço desculpas por ter passado o meu tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isto é que é memória seletiva fantástica a da Líder do Governo! Ninguém manipulou mais dados em CPIs do que a Senadora Ideli Salvatti na CPI do Banestado. Utilizou-se de uma questiúncula, envolvendo a política de Santa Catarina, e trouxe para cá questões que se transformaram em questões nacionais. O que dá para rir dá para chorar. Agora, vem aqui com esse manto de pureza e de inocência estranhar um procedimento que não conheço, mas vou tomar o devido cuidado. Cuidado para não sujar o “shortinho”, Ideli.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável. A Senadora trouxe alguns esclarecimentos sobre o debate de domingo, mas não trouxe outros sobre, por exemplo, o cartão corporativo, que a Nação toda quer saber. Na questão do avião presidencial, o ponto é outro: por que ele foi pago adiantado? Por que ele se submeteu à revisão nos Estados Unidos sessenta dias depois da compra? Por que ele não atende às características da licitação? Quem concorreu para a compra? Quais os preços colocados pelos outros fabricantes? A modalidade e a forma da compra do aerolula é que estrarrece, é que cria dúvida, é que gera polêmica.

Esperei que a Líder do Governo, que chegou aqui tão afobada no plenário, trazendo um texto pronto – possivelmente do 3º andar do Palácio do Planalto – prestasse esclarecimentos à Nação, e não viesse apenas trazer dados seletivos. Acho que é hora de a Líder do Governo vestir a camisa do Lula e vir defendê-lo, explicar sobre as ONGs que estão aí espalhadas pelo mundo inteiro e as investigações que correm em segredo de justiça.

Esse tipo de engodo a Nação brasileira não aceita. Essa memória seletiva que toma conta do Partido dos Trabalhadores o brasileiro não aceita mais. É preciso que seja esclarecido. Trouxe esclarecimentos que lhe interessavam e faltou com esclarecimento do cheque corporativo, gasto de maneira abusiva pelo Palácio do Planalto, pelo Gabinete do Presidente da República.

Sr. Senador José Agripino, o que nós vemos aqui é isso. Vamos falar das ONGs que estão por aí, da origem de um milhão e setecentos mil reais, que é o que o povo brasileiro quer saber. Enquanto o Governo não esclarecer de onde saíram, não adiantam os subterfúgios. Não adianta, Sr. Presidente, querer se tapar o Sol com a peneira. É preciso que se diga de quem era o dinheiro, como veio o dinheiro e quem é o responsável por ele.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Como direito de resposta, concedo palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, só para me inscrever como Líder na hora que V. Ex^a entender conveniente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho um vôo agora, às 20 horas e 28 minutos, e vou me retirar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vai de aerolula.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, não irei com o aerolula, porque não vou acompanhar o Presidente em nenhuma atividade oficial dele. Vou viajar pela TAM.

Agora, eu acho tão interessante a forma como as pessoas se pronunciam e falam. Eu estou aguardando quem fez um estardalhaço neste Plenário e pronunciou-se algumas vezes, referindo-se a uma ONG que nem sequer existe, que já foi inclusive desmentida pelo jornalista como sendo uma paródia que ele colocou no noticiário, para poder dar um trato jornalístico no que ele queria desenrolar de idéia. Mas, veja bem, ela serviu como argumento para proposta de criação de uma CPI sobre ONG.

Os Amigos de Plutão, aquela ONG inventada pelo jornalista Carlos Chagas, serviu aqui de base para pedido de CPI. E eu não vi quem utilizou isso à exaustão sequer vir pedir desculpas por estar fazendo esse tipo de proposta com base em algo absolutamente inexistente. Então, eu queria só deixar o registro, porque determinada ânsia de criar fatos políticos, às vezes, ultrapassa o ridículo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, art. 14.

Eu queria agradecer à Senadora Ideli porque me deu...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Faça bom proveito do seu art. 14. Vá se desculpar dos Amigos de Plutão.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...a oportunidade de explicar quem são os Amigos de Plutão. Os Amigos de Plutão moram em Blumenau, e a ONG é do Lorenzetti; a ONG é da Sr^a Lurian. Esta ONG, Amigos de Plutão, ninguém sabe mais que V. Ex^a, tanto é que sai desesperada do plenário. Aquela ONG era fictícia, mas foi uma maneira que nós escolhemos exatamente para que a Líder do Governo derrubasse a máscara. Eu esperei silenciosamente. Eu sabia que viria falar de Plutão. Plutão existe e mora aqui! Eis o Plutão, Brasil! Venha, Senadora Ideli, falar sobre as ONGs de Blumenau! Venha, Senadora Ideli, prestar contas à Nação desse processo que corre em segredo de Justiça. Afinal, V. Ex^a permitiu que o segredo fosse revelado. Eis o Plutão. Preste contas à Nação sobre a existência dele. Diga quem recebe, quando recebe e o que fez do dinheiro. Viva Plutão!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Peço a compreensão de V. Ex^a. Que seja por um minuto para colaborar com a Presidência. Precisamos tocar os trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço desculpas ao nobre Senador João Batista Motta, que já está na tribuna. Já pedi a palavra pela ordem há algum tempo, Senador Aelton Freitas. Lamento a forma antidemocrática da Senadora Ideli Salvatti de não permitir os apartes justificando, para tal, a limitação de tempo feita pela Presidência, de cinco minutos, porque falava em nome da Liderança do PT. Todo o Brasil que nos assiste pela TV Senado sabe, tem conhecimento, que o Presidente está disponibilizando o tempo necessário para que cada Senador, ao usar da tribuna, possa fazê-lo em função da sua necessidade. Então, não foi por esse motivo que a Senadora Ideli Salvatti não permitiu os apartes dos Senadores presentes à sessão. Não sei se o horário do vôo da Senadora Ideli Salvatti justifica essa fuga apressada do plenário. Lamento porque a Senadora abordou três assuntos e gostaria muito de apartear-la.

Falo da questão das privatizações, da questão do aerolula. S. Ex^a não permitiu que assim fosse feito. Mais do que isso, gostaria de perguntar à Senadora Ideli – e estou tentando fazer contato com S. Ex^a

desde às 9h30min – sobre as centenas de prefeitos e prefeituras que têm hoje o prazo expirado para apresentação e aprovação, pelas câmaras municipais, dos seus planos diretores.

Apresentei um projeto ao Senado Federal prorrogando esse prazo que terminava hoje, Senador Leonel Pavan, por mais um ano, visto que o prazo coincidia com o processo eleitoral, dando oportunidade a que no mínimo 30% dos mais de 5.000 Municípios brasileiros ficassem impedidos de receber ou de firmar convênios por não terem o plano diretor urbano sido aprovado.

Fiz a apresentação desse projeto, mas, lamentavelmente, face ao recesso branco no período eleitoral, o mesmo não teve oportunidade de ser aprovado, de vir a plenário. Na reunião de quarta-feira passada, conversei com o Presidente Renan Calheiros, que, como democrata, e junto às demais Lideranças, colocou-se à disposição para que, caso houvesse acordo, pudéssemos aprová-lo no plenário diretamente. Havia acordo, mas, infelizmente, não tínhamos quórum como não temos quórum hoje novamente. Pedi, então, Senador José Agripino, à Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que fizesse gestões junto ao Executivo Federal, junto à Presidência da República no sentido de que se baixasse uma medida provisória prorrogando esse prazo, visto que a Confederação Nacional dos Municípios se colocou, angustiada, a favor da prorrogação do prazo. E tive, da Senadora Ideli Salvatti, como resposta, o silêncio.

E é bom que os Prefeitos do Brasil que estão nos vendo pela TV Senado saibam do descaso que este Governo Federal tem para com as prefeituras, saibam do descaso que a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, tem com seus pares, sem nem ao menos dizer que não foi acolhida pelo Presidente da República ou pela Casa Civil. Nem o pedido da edição da medida provisória ela teve a consideração de fazer. Não há problema. Vou gestionar de novo junto ao Presidente Renan Calheiros, junto às Lideranças partidárias deste Senado Federal, para que possamos encontrar, Senador José Agripino, uma forma legal de atender a esses Municípios brasileiros que não tiveram, por diversos fatores, a oportunidade de completar a aprovação dos seus planos diretores.

Era isso, Senador, que eu queria falar. Eu gostaria de ter a Senadora Ideli Salvatti em plenário para que pudesse fazer não só os questionamentos acerca do seu pronunciamento, como também responder para a Nação brasileira aquilo que me foi negado ao longo dia. Insistentemente tentei contato com a Senadora e não obtive resposta.

Mas vou encontrar, Srs. Prefeitos do Brasil que nos assistem, Senador José Agripino, uma forma, aqui, no

Senado Federal, no Congresso Nacional, de atender à necessidade das prefeituras brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta.

Peço desculpas pela demora, com a compreensão de V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Agripino, V. Ex^a assistiu, assim como todo povo brasileiro que acompanha a TV Senado, ao desespero em que vivem hoje os homens e as mulheres que estão ligados a este Governo.

O povo brasileiro, esta noite, deve ter ficado estarrecido com o nervosismo da Líder do PT, mostrando a gravidade do problema, enquanto um Deputado transportava um processo. Olha que gravidade! Olha o nervosismo de S. Ex^a em relação ao problema! Mas não é grave o Governo não explicar quem pagou os R\$50 milhões do Banco Rural? Não é grave o Governo não explicar de onde vieram R\$1,7 milhão para compra do dossiê?

O Senador Antero Paes de Barros, aqui, pediu que o Governo Lula deixasse a Polícia Federal trabalhar para descobrir a origem desse dinheiro. Quero discordar do meu companheiro. O Presidente, o Governo não precisa da Polícia Federal para descobrir a origem desse dinheiro; basta perguntar de onde veio ao seu companheiro de Partido, ao seu companheiro de administração, ao seu companheiro de Governo e responder ao povo brasileiro.

A Senadora Ideli Salvatti agride o Governo passado pelas privatizações. Não vou aqui discutir se foram certas ou erradas. Mas por que o Governo Lula não estatizou quando assumiu o poder? Por que não voltou à estatização? Pergunto ao povo deste País: quem é que queria viver novamente aquele problema de não conseguir uma linha telefônica? Era preciso até de indicação para obtê-la, e o preço era elevado. Para que governo fazer carroceria de ônibus? Para que governo produzir aço? Ora, governo foi feito para promover educação, saúde e segurança pública, exatamente aquilo que o Governo do PT não fez em momento algum nesses quatro anos.

No programa eleitoral, tanto Lula quanto outros companheiros dele falam de engavetamento de processos no Governo passado. Ora, assumiram o Governo. Por que não desengavetaram? Não o fizeram porque não têm competência? São irresponsáveis ou não tinham motivo de reclamar? Por que falam agora, depois de quatro anos?

E outra coisa que também estarrece – e o povo brasileiro está vendo hoje e tem visto todos os dias – é a incoerência dos homens que apóiam este Governo. Ouvi há pouco, aqui, um discurso maravilhoso do Senador Marcelo Crivella, a quem tanto respeito. S. Ex^a falava tanto da pobreza, da miséria, dos garotinhos que estão passando fome. Pobres coitados! Só que S. Ex^a apóia um Governo que está gerando emprego na China; só que ele está apoiando um Governo que quebrou o agronegócio e acabou com o emprego no campo deste País. Olhem a incoerência! Não defendem crescimento econômico, não defendem geração de emprego; defendem apenas a reeleição de um Governo que mantém nas mãos o arbítrio, a falta de vontade de trabalhar e de produzir.

Mas vim a esta tribuna, Sr. Presidente, não para falar disso; foi para mostrar ao povo brasileiro um panfleto que está sendo espalhado por todo o Brasil. Quero aqui que o povo brasileiro faça um juízo crítico, neste momento, se tem cabimento este panfleto. Só é possível em um País que tem um Governo que veio para mentir, que veio para enganar. Diz o panfleto: “Lula vence o debate na **Band**”.

As senhoras e os senhores que estão me ouvindo acham que Lula venceu o debate? Ele foi competente? Respondeu às perguntas que lhe foram feitas? E vocês vão dizer que não, que ele perdeu o debate.

Uma pesquisa mostrou que 67% dos entrevistados disseram que Geraldo Alckmin ganhou o debate, porque conhece o Brasil, porque tem competência, porque não é um pobre coitado que não conhece os problemas do País.

Diz ainda o panfleto:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o grande vencedor do debate promovido ontem à noite pela TV Band, diante do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. O Presidente não fugiu de nenhum tema...

Veja, Senador José Agripino: quando o candidato Geraldo Alckmin perguntou sobre a situação precária das estradas brasileiras, o Presidente Lula foi evasivo e respondeu falando de aeroportos, obras que são realizadas com a contribuição do usuário brasileiro, daqueles que viajam de avião. Não há dinheiro do orçamento do Governo Federal.

E continua o panfleto:

(...) falou sobre os avanços que o País conquistou nos últimos anos e o que pretende fazer para ampliar o ritmo de crescimento nos próximos quatro anos.

Ritmo de crescimento? Um País que cresceu a 2%, o que não correspondeu nem àquelas pessoas que

estão entrando no mercado de trabalho; crescimento que foi a falência dos agricultores, dos pecuaristas, daqueles que produzem calçado, dos micro e pequenos empresários que exportavam. Hoje nós estamos exportando produtos **in natura**; estamos exportando a nossa riqueza mineral; estamos importando riquezas não-renováveis; estamos cometendo um crime contra o patrimônio nacional.

Sr. Presidente, estamos cometendo ainda um crime pior, porque foi aprovado nesta Casa a entrega das nossas florestas ao capital estrangeiro, projeto enviado para cá pelo Presidente Lula. Claro que não recebeu o meu voto nem o do Senador Mão Santa, nem o da Senadora Heloísa Helena, nem o do Senador Pedro Simon, mas com o voto da tropa de choque do Governo. Com essa lei, daqui para frente, o cidadão, seja brasileiro ou estrangeiro, poderá fazer um contrato de concessão de floresta e pegar dinheiro emprestado no exterior, e, daqui a quarenta anos, o banco poderá executar aquele contrato, quando não estaremos mais aqui nem eu, nem o Senador Mão Santa, nem o Presidente Lula. Lesa-pátria! Irresponsáveis por um ato dessa grandeza!

O panfleto ainda diz o seguinte:

Já Alckmin não apresentou provas para o País, não explicou por que barrou 69 CPis na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e não respondeu o que o governo paulista fez para impedir a ação do PCC.

O Governador Geraldo Alckmin não era Presidente da Assembléia Legislativa nem Deputado do Estado de São Paulo; ele era Governador e não tem nenhuma responsabilidade quanto a isso.

Continua o panfleto: “Lula lembrou que, ao contrário do que acontecia no passado, hoje, apura-se e se investiga tudo, ‘doa a quem doer’”.

Senador Mão Santa, qual é o petista que está preso? Quem dos Correios está preso pelo escândalo? Quem está preso pelos US\$50 milhões do Banco Real? Quem está preso no caso das sanguessugas? Há algum agente governamental preso? É mentira! Não há! Estão soltos, estão na campanha do Presidente; estão cortando o Brasil de Aerolula para fazer campanha!

Ainda há pouco a Senadora Ideli Salvatti disse que o Aerolula é do povo! Então, as senhoras e os senhores poderão se inscrever para viajar no Aerolula. É de vocês, segundo a Líder do PT.

E, depois, veio falar das privatizações! Eu já respondi: por que, então, novamente, não reestatizaram essas empresas? Por quê? Por que não tem capacidade? Por que não sabem fazer ou por que consideram

que estavam certas as ações? Por que aprovam o Plano Real e deitam em cima dele para tirar proveito? Por que usaram o Bolsa-Escola pra fazer o Bolsa-Família e sair distribuindo dinheiro a rodo pelo Brasil afora?

O Bolsa-Escola era para fazer com que o cidadão mandasse seus filhos para a escola e recebesse, com isso, uma compensação. O Presidente acabou com essa obrigação. Muita gente hoje recebe o Bolsa-Família e deixa os filhos em casa sem ir para a escola. Onde está a independência da pobreza? Onde está o valor desse trabalho?

E continua o panfleto: “No final, Lula lembrou que os tucanos privatizaram”. É a mesma coisa, e segue: “E desafiou Alckmin a reconhecer que, nesses quatro anos, a vida do brasileiro melhorou”.

Quero saber de quem está em casa, a senhora e o senhor, se conhece na sua rua alguém que melhorou de vida, ou se já viu alguém que faliu, que não tem condição de educar seus filhos, que não tem condição sequer de comer com essa política econômica que só tem infelicitado a vida do povo brasileiro.

Eu queria que o Brasil inteiro procurasse se inteirar desse panfleto, dessa vergonha, dessa mentira, dessa calúnia, como tantas outras que vivem fazendo ao nosso candidato. Mas o povo brasileiro sabe – porque tomou conhecimento e já viu pela televisão – que quem tem competência, raça, determinação, currículo, vergonha na cara e condições de governar este País é Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senador João Batista Motta, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Ouço V. Ex^a, se o Presidente consentir, porque eu já havia encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Peço a sua compreensão, Senador Roberto Cavalcanti, pois o Senador já havia encerrado. Logo após o Senador José Agripino, falará V. Ex^a.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Tendo em vista que o Líder do nosso Partido foi citado, gostaria de ter oportunidade de fazer este aparte.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Se S. Ex^a conceder. (Pausa.)

Peço a V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti, para falar logo mais no seu discurso.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino pela Liderança do PFL.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Eu citei S. Ex^a, mas não o fiz maldosamente nem o acusei de nada. Eu elogiei o seu discurso.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – O que eu lamento é o Senador Marcelo Crivella ter sido chamado de incoerente. O perfil político e pessoal de S. Ex^a não merece esse adjetivo.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador José Agripino, como Líder do PFL

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria reportar-me, fazendo algumas considerações rápidas, a algo que pude depreender do debate entre o Presidente Lula e o presidenciável Geraldo Alckmin.

No dia seguinte, ou logo depois do debate, muitas pessoas estavam surpresas com a postura de Geraldo Alckmin, Senador Heráclito Fortes. Algumas pessoas, maldosamente, diziam que ele tinha sido agressivo, outras diziam que foi mal educado, que tinha saído da sua postura elegante. Lula, hoje, andou dizendo que ele parecia um advogado ou um policial de porta de xadrez, como se não fosse obrigação policial a ação de um Presidente da República que não se tem mostrado namorado da ética. Pelo contrário, pelo contrário.

No debate, Senador Mão Santa, para mim ficou clara a postura de Geraldo Alckmin, de interpretar com fidelidade, com fidedignidade, a indignação do povo brasileiro com o padrão ético exibido pelo governante Lula. Foi isso.

Ele discutiu educação? Sim. Saúde? Sim. Claro! Transportes e infra-estrutura? Sim. Discutiu isso tudo. Mas ele mencionou o assunto sobre o qual o povo brasileiro quer saber. Ele mencionou a origem do dossiê, a seqüência de posturas aélicas do atual Governo, falou até do Aerolula! E, lá pelas tantas, Senador João Batista Motta, falou dos cartões corporativos, que já foram objeto de comentário na tarde de hoje.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, na minha opinião, e aplaudo a postura de Geraldo Alckmin, ele interpretou o sentimento de indignação do povo brasileiro, que tinha de ser interpretado naquele momento. Os candidatos encontravam-se em um programa de altíssima audiência, e ele interpretou o sentimento de indignação do povo brasileiro com as perguntas feitas e as respostas não dadas com relação ao padrão ético do Governo Lula.

Ele foi fundo? Ele foi agressivo? Sim, deveria ter sido e o foi, porque o povo brasileiro quer saber, e não há nenhuma resposta nunca, e fica tudo por isso mesmo! Ele cumpriu com a sua obrigação de brasileiro? Claro que sim! Ele seria um poltrão se não tivesse agido daquela forma. Ele agiu corretamente, na minha opinião.

Nada de advogado de porta de xadrez, nem de policial de porta de xadrez. Isso é a vitimologia de Lula, matéria em que ele é mestre! Mestre!

Muito bem, Senador João Batista Motta! V. Ex^a tem cartão de crédito? Deve ter, porque eu tenho. O Senador Mão Santa tem? Deve ter. O Senador Flexa tem cartão de crédito? Lógico, todos temos.

Senador Flexa, foi baixada uma norma no sentido de que, se o usuário do cartão de crédito ultrapassar o limite de R\$4.000,00 em alguns meses, a Receita Federal vai lá bisbilhotar os seus gastos. Esse é um direito da Receita Federal em nome do interesse coletivo, em nome da transparência, da sociedade, em nome desses órgãos que controlam os saques, por meio dos quais se poderá chegar à origem do dinheiro do dossiê.

Senador Flexa, V. Ex^a, assim como eu, é um cidadão comum; Senador, por acaso, mas cidadão comum. Quando pagamos nossas contas, ficamos sujeitos à investigação. Se a conta passa de R\$4.000,00, a Receita tem todo o direito de verificar o que estamos pagando. Estamos comprando o quê? Por que está gastando tanto dinheiro, mais do que R\$4.000,00?

Senador Flexa, os cartões corporativos da Presidência da República, que são uma instituição, devem existir? Acho que sim. Mas eles têm de ser vigiados, muito mais do que a sua conta ou a minha conta, porque é dinheiro público. A sua conta é paga com o dinheiro que V. Ex^a ganha; é dinheiro privado e é fiscalizado! E o cartão corporativo da Presidência da República, quem o utiliza? Funcionários da Presidência.

Waldomiro Diniz poderia usar? Claro! O Sr. Freud Godoy poderia usar? Claro! São da Presidência, têm direito. Merecem fé? Waldomiro Diniz merece fé para usar cartão corporativo? Acho que não, mas direito teria. O Sr. Freud Godoy, o homem do dossiê, Senador Mão Santa, teria direito a um cartão corporativo? Sim. A tradição do Governo Lula, o padrão ético do Governo Lula recomenda que os cartões corporativos utilizados na Secretaria de Administração da Presidência da República sejam utilizados sem fiscalização? Acho que não.

O que é que recomendaria um governo probo? Que se gastasse, que se fizesse uso de algo que está instituído, mas que as contas ficassem transparentes.

Já foi feito aqui, Senador Heráclito Fortes, algum pedido de investigação, ou de esclarecimento, ou de informação sobre os gastos com cartões corporativos? Foi. Houve resposta do Governo? Sim. A resposta foi “não”.

Este é um Governo que tem autoridade moral para dizer que não precisa ser investigado? Creio que

não. O Governo de Silvinho, de Delúbio, o Governo de Marcos Valério, de José Dirceu, de Gushiken, do dossiê do R\$1,750 milhão não tem autoridade moral para fazer gastos e não se submeter a uma investigação. “Ah, mas os cartões corporativos da Presidência são de pequena monta”.

Vamos aos fatos? Aqui está, Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, um extrato que obtive do Siafi, que é um órgão que promove, para efeito do conhecimento da sociedade, a transparência das contas públicas. Tudo o que é movimentação financeira do setor público está no Siafi. Algumas pessoas têm acesso a ele. Eu, como Senador, tenho acesso ao Siafi.

Normalmente, nas contas do Siafi existe a rubrica, o beneficiário e a explicação na coluna “observações”.

Vamos aos fatos. V. Ex^a deve usar cartão, eu uso cartão. Minha fatura é de R\$1.000,00, R\$2.000,00, R\$800,00, R\$300,00. A fatura do brasileiro comum, do classe média, quanto é? Ele que está me assistindo sabe quanto é a conta dele. E a fatura da conta da Secretaria de Administração da Presidência da República? A Secretaria usa o cartão corporativo para sacar dinheiro e se recusa a dizer em que ele é usado. Não diz! Mas é pouquinho, é uma merrequinha por mês. Será que é? O Siafi diz quanto é.

Senador João Batista Motta, no dia 25 de janeiro de 2005, foram apresentadas contas pagas pelo cartão corporativo, saques, no valor de R\$288.564,36 – quase R\$300.000,00; no dia 25 de fevereiro, foram R\$364.090,00 – R\$300.000,00; no dia 23 de março de 2005, foram R\$306.000,00 em saques; no dia 25 de abril, foram R\$157.079,76 de dinheiro usado mediante saque com cartão corporativo. Maravilha se esse dinheiro foi sacado e se se prestou contas.

Vamos ao demonstrativo do Siafi. No dia 25 de janeiro, pagou-se ao favorecido Mauro Augusto Silva, que deve ser funcionário como Waldomiro Diniz ou como o Sr. Freud, R\$41.442,26. Observação: “Pagamento de faturas BB Cartões, período 19 de fevereiro a 18 de janeiro”. Para quê? Não há explicação alguma. O Sr. Mauro é plenipotenciário, pode sacar o dinheiro, não precisa dar explicação a quem quer que seja. O Governo é de Lula, é sério e limpo, não precisa ser investigado.

No mesmo dia, pagaram-se ao Sr. Josafá F. Araújo R\$46.660,00. Pagos. Houve comprovação? Pelo Siafi, não. Uma fatura e, mediante simples apresentação, o saque foi feito e o dinheiro, pago na boca do cofre.

No mesmo dia, pagou-se fatura no valor de R\$53.861,00 ao Sr. José Ivo S. Barbosa, da mesma Secretaria de Administração da Presidência da Repú-

blica. Ainda no mesmo dia, mais R\$148.600,00 ao Sr. João B. Silva N. T.

No dia 25 de janeiro, pagaram-se faturas que, somadas, dão R\$288.564,00. Se elas fossem discriminadas, eu não estaria aqui, fazendo pronunciamento, nem cobrando de Lula a transparência de que ele se arvorou durante o debate.

O Siafi está mostrando – e posso exibi-la, pois está à disposição de qualquer brasileiro – que a conta dos cartões corporativo, em média, é de R\$250 mil mensais, pelo que pude ver, de dinheiro sacado. É como se fosse um cheque em branco para que as pessoas que recebem o cartão corporativo da Presidência – poderia ser Waldomiro ou Freud – possam sacar sem comprovação. Não há comprovação alguma.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, veja como V. Ex^a é assistido. Acabo de receber uma sugestão para que V. Ex^a explique, para quem o está ouvindo, o que é cartão corporativo. Trata-se de um cartão de crédito sem limite, cuja conta, no fim do mês, quem paga é o Governo. As pessoas não estão entendendo e ligam para saber o que é esse tal de cartão corporativo. Para que todo mundo saiba, é um cartão liberado para algumas autoridades e funcionários graduados do Governo. Por exemplo, no caso do ajudante de ordem do Presidente da República, ele tem a finalidade de, em uma viagem, fazer face a despesas emergenciais, como a conta de um restaurante ou o aluguel de um automóvel. É para isso, mas, nesse Governo, os gastos passaram a ser desordenados. O Tribunal de Contas não somente detectou o excesso de gastos, como também notas frias dando respaldo ao que foi gasto. Portanto, permita-me, Senador Agripino, para atender a um admirador seu, dizer que cartão corporativo é “mamão com açúcar”, é aquele cartão com o qual se gasta e que, no fim do mês, quem paga é a viúva, no caso, o Governo Federal. Daí essa farra imensa e por que ninguém quer mostrar transparência de quanto, onde e como gastou. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a me ensaja, com o seu aparte, até acrescentar algumas informações no sentido de esclarecer aqueles que estão nos vendo e ouvindo.

Cartão corporativo é um cartão de crédito, como V. Ex^a e eu temos, que é dado à Presidência da República ou a autoridades credenciadas para que seja usado. Nós usamos o cartão e pagamos, com o nosso

dinheiro, uma faturazinha em que vêm discriminados os pagamentos do restaurante tal, da loja tal, das despesas de viagem tais, tais e tais.

Aqui, não. Não há discriminação alguma e, quando ocorre, é feita com nota fria. Agora, dada a quem? Deixe-me dar a V. Ex^a os nomes, que não são de autoridades que se conheçam. Poderia ser Freud. Freud poderia estar aqui, assim como Waldomiro, mas estas pessoas são da Secretaria de Administração da Presidência da República. Quem, danado, é Mauro Augusto Silva? Não sei, mas foi paga uma fatura sua de R\$41 mil. Quem, danado, é Josafá F. Araújo? Não sei, mas foi paga uma fatura sua de R\$46 mil. Quem, danado, é José Ivo S. Barbosa? Não sei, mas, no mesmo dia, foi paga uma fatura sua de R\$53 mil. De onde ele é? Da Secretaria de Administração da Presidência da República, assim como João D. Silva N. T, cuja fatura foi no valor de R\$146.600,00.

Já pensou, Senador Heráclito Fortes, que maravilha ter um cheque em branco para sacar o dinheiro que se quiser, na hora em que se quiser, e ele ser pago pela viúva, sem que se tenha a obrigação de dar explicação alguma, e, quando ela for pedida, poder-se negar a dá-la? Pediu-se explicação sobre os gastos dos cartões corporativos e o Governo se negou, o tempo todo, a fornecê-la.

Presidente João Batista Motta, eu tenho o direito de raciocinar.

Apenas entre os dias 25 de janeiro e 25 de abril de 2005, foi pago, por algumas faturas e em dinheiro, a esses funcionários da Presidência da República, perto de R\$1 milhão, sem comprovação.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Só na Secretaria Administrativa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só nela.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Faltam a Casa Civil e o Gabinete do Presidente. Está faltando o restante dos gastadores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, dessas pessoas cujos nomes citei, não sei qual é o tipo de qualificação profissional ou moral. Não quero desconfiar, mas sei que um dossiê foi objeto de tentativa de compra por R\$1,7 milhão, cuja origem ninguém conhece. Quem me assegura – diante desses dados do Siafi e com essas figuras, que não sei quem são, sacando dinheiro da República sem a obrigação de prestar contas, nem estabelecer a transparência de dizer para que o dinheiro foi usado – que o dinheiro do dossiê não saiu daqui? Quem me assegura que o dinheiro do dossiê não possa ter saído daqui, numa forma de se lavá-lo? Num Governo que convive com o Waldomiro e essa turma toda, quem me assegura?

Tenho o direito de pensar. Então, Presidente Lula, nem vem que não tem com essa história de advogado de porta de xadrez.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Somem-se a isso os cartões corporativos dos Ministérios, das empresas de economia mista, das brás, que ainda existem mas são poucas, dos bancos, e vamos ver quanto o Brasil joga pelo ralo, por mês, de dinheiro público, com essas despesas. É oportuno e patriótico o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, o que mais me preocupa não é a ganância. Preocupa-me, nesta hora em que se busca a origem do dossiê, a constatação dos dados oficiais do Siafi. Na observação, está: pagamento da fatura a fulano de tal. Pagou-se a ele! As despesas que ele fez não foram comprovadas a quem quer que seja!

Foi encontrado R\$1,7 milhão em notas, seriadas ou não, e não se sabe de onde veio o dinheiro. Quem é que me assegura que um Governo que tem Waldomiro e Freud dentro do Palácio do Planalto, que tem essas figuras todas na Secretaria de Administração da Presidência da República não é capaz, também, de lavar o dinheiro de viúva para usá-lo com dossiês? Quem me assegura?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Agripino, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com prazer, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero apenas esclarecer uma dúvida dos milhares de brasileiros que assistem ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a, mostrando para a sociedade brasileira o que é este Governo, que se diz tão democrático e tão transparente mas omite informações solicitadas pelo Senado Federal. V. Ex^a, ao citar esses valores sacados, referiu-se, por duas vezes, ao ano de 2005.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso, 2005.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Esses dados do Siafi são de 2005.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Apanhados ao acaso no Siafi. Qualquer brasileiro que tenha uma chave de acesso pode verificá-los. Trata-se de uma das muitas folhas que se podem pegar para ver os saques dos cartões corporativos da Presidência da República. Os valores devem estar estratosféricos. Devem estar estratosféricos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – A curiosidade dos brasileiros e das brasileiras é saber, também, o valor dos saques e da ganância dos cartões corporativos no ano de 2006. Com certeza absoluta, deve ser superior a esses valores que V. Ex^a traz ao conheci-

mento da sociedade brasileira. Ainda há pouco, V. Ex^a fez referência, assim como o Senador João Batista Motta, ao panfleto que está sendo distribuído pelo Brasil. Lamentavelmente, não me foi possível fazer um aparte, mas peço a V. Ex^a que, generosamente, dê-me a oportunidade de dizer que essa é a prática do PT. O PT foi forjado na prática sindicalista e quis administrar a Nação brasileira como se fosse um sindicato. Então, Presidente João Batista Motta, o que ele está fazendo, com a distribuição, é o que o PT sempre fez: a prática petista de disseminar a mentira para transformá-la, pela disseminação, numa possível verdade o que não é. A Nação brasileira toda está sendo esclarecida do que se passa neste Governo do PT. Quero parabenizar V. Ex^a, que, ao longo de todo esse tempo, tem sido, aqui, um defensor da ética, mostrando à Nação brasileira de que forma se comporta este Governo do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Para terminar, Sr. Presidente, quero ressaltar minha indignação – aí é a minha indignação – com as observações do Presidente Lula – irônicas observações – quando se falava da questão da infra-estrutura, da educação, da saúde, da segurança, e o Governador Geraldo Alckmin exibía números, estatísticas, exibía conhecimento de causa sobre o assunto em pauta, e Lula, ironicamente, dirigia-se a ele e dizia: “Muito bem, preparou-se para o debate”. Como se o conhecimento fosse fato para ser ironizado; como se o conhecimento fosse fato para ser depreciado; como se não fosse elemento para ser aplaudido. Para ele, o conhecimento é fato para ser depreciado. Toda a vez que assunto sobre educação, saúde e obrigação de Estado era tratado, e que Geraldo Alckmin, surpreendido pela pergunta ou pelo assunto, exibía conhecimento, Lula exibía ironia, como se o conhecimento fosse objeto de ironia.

O povo brasileiro depreendeu, muito claramente, esse fato e se orgulhou de alguém que, ao ser abordado de repente, e de surpresa sobre o assunto, exibía conhecimento de causa e preparo para o trato daquele assunto. Ele fez mais do que a avaliação dos fatos, dos assuntos que são obrigação do Estado e direito do cidadão, ele fez a obrigação dele, como cidadão brasileiro, de interpelar Lula na questão da probidade da ética.

Sr. Presidente, custo Brasil se diminui baixando os itens de corrupção. Custo Brasil se diminui eliminando corrupção, como Lula dizia. Quando era candidato e sindicalista, ele dizia que, chegando à Presidência, baixaria X% do custo Brasil somente zerando a corrupção. Nunca a corrupção foi tão assunto em governo como o é no Governo Lula! Nunca se investigou tanto,

e se investiga, porque existe denúncia! Não se investiga, quando não há denúncia. A investigação acontece por conta do volume das toneladas de denúncias de coisas sérias. Investiga-se pelo escancarado dos fatos, não porque o Presidente Lula queira. A CPI dos Bingos somente aconteceu por determinação do Supremo Tribunal Federal. Pelo Governo Lula e pelo seu Partido jamais se teria instalado. Jamais se teria flagrado o malfeito do Sr. Paulo Okamoto, pagando as contas pessoais do Presidente.

Fez muito bem o candidato Geraldo Alckmin em abordar todos os assuntos, mas de forma preeminente a questão da improbidade, por uma razão muito simples: para que fique claro para o nosso País que o nosso Presidente, o Presidente que está disputando a reeleição, convive, gostosa e ironicamente, com a improbidade e com a impunidade.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, por dez minutos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito-lhe apenas 30 segundos para fazer uma comunicação ao meu Estado, Santa Catarina.

Hoje aprovamos, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o parecer do Relator Sibá Machado sobre a liberação dos recursos para a conclusão da BR-282. Esperamos que o Governo Federal não use isso para fins políticos, e que libere os recursos rapidamente a fim de que se proceda à conclusão da citada rodovia, que ligará o Oeste de Santa Catarina à região do litoral Sul.

Informamos ao povo de Santa Catarina que, na defesa do nosso Estado e para a conclusão da BR-282, hoje, aprovamos, no Senado Federal, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o parecer do Relator Sibá Machado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um tema que não tem nada a ver com a discussão que predominou, hoje, neste Plenário, relativamente ao grande debate político das eleições presidenciais.

Tenho me atido, nesta Casa, a atender a minha vocação empresarial. Portanto, hoje trago um tema econômico que não tem nada a ver com gestão do atual Presidente, ou com a do seu antecessor, ou com a do seu sucessor. Quero falar sobre FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Sr. Presidente, algo existe de errado; algo se passa de errado com o nosso FGTS. O FGTS é sinônimo de poupança. O FGTS é um Fundo no qual o trabalhador tem a ancoragem de suas reservas. O FGTS daria ao operário, ao funcionário, ao profissional brasileiro, uma garantia para que, no futuro, ele pudesse ter essa base, essa poupança financeira.

Daí a pergunta: por que o brasileiro não acompanha, no seu dia-a-dia, a evolução dessa poupança? Cada um de nós, que porventura tenha uma caderneta de poupança, no cotidiano, fica interessadíssimo em saber qual o saldo, quanto se ganhou no mês, quanto se ganhou no ano. É estranho que o trabalhador brasileiro não tenha essa preocupação. Este, o objetivo do meu trabalho, pelo qual, neste plenário, hoje, encaminho um requerimento.

Na verdade, existe uma caixa-preta inexpugnável no que se refere ao custo, especificamente quanto aos valores cobrados pelo agente operador: a Caixa Econômica Federal.

No Brasil, temos a facilidade em contratar mão de obra informal. E qual a razão disso? O Brasil é um dos países que tem uma das maiores parcelas de mão de obra informal. É comum um empregado aceitar um salário na carteira e um outro salário por fora. Por quê? O que o motiva? Qual a razão de o empregado deixar de lado essa poupança, essa reserva que ele teria, não a levando em conta na formação do seu salário, se o salário for pago por meio de registro em carteira ou não? Por que ele não luta para que essa remuneração seja registrada na carteira? É a desmotivação pelas remunerações pagas pelo FGTS.

Sr. Presidente, hoje, encaminhei à Mesa requerimento solicitando esclarecimentos a fim de desenvolver melhor esse trabalho.

Tendo em vista que os dados apresentados nos relatórios divulgados pelo agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso a Caixa, pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Curador do FGTS são insuficientes para uma avaliação precisa sobre a eficácia, a eficiência e a adequação do

uso dos recursos daquele fundo às finalidades para os quais foi proposta a sua criação, requero:

a) Qual o volume de recursos destinados ao financiamento de construções novas, em 2004, 2005 e 2006, discriminado por construtoras, pessoas físicas, sindicatos, associações e outros?

b) Qual o volume de recursos alocados para o financiamento de pessoas físicas, nos anos de 2004, 2005 e 2006, para imóveis novos e imóveis usados?

c) Qual o volume de recursos alocados para o financiamento de construções novas, por Unidades da Federação e por classes de renda ou valor de imóvel, nos anos de 2004, 2005 e 2006?

d) Qual o número de correntistas que utilizaram, em 2004, 2005 e 2006, o FGTS para compra de imóveis, como parcela do pagamento à vista?

e) Qual o valor médio do pagamento à vista e o custo médio incorrido pelos correntistas indicados na pergunta anterior, para a liberação do financiamento nos anos de 2004, 2005 e 2006?

f) Qual o total das receitas auferidas pela Caixa Econômica Federal na condição de agente operador do FGTS nos anos de 2003, 2004 e 2005? E quais foram, também nesses anos, os valores totais pagos a título de juros e correção monetária aos correntistas?

g) O que explica a discrepância entre os valores orçados e realizados para a Taxa de *Performance*, em 2004, definida pela Resolução CCFGTS nº 295/98 e publicada no Relatório de Gestão 2004, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (pp. 19 e 35, do Relatório)?

Como justificativa, Sr. Presidente, digo que é sabido que a rentabilidade do FGTS, em alguns anos, chegou a ser inferior à inflação. Tal situação é um desestímulo à formalidade no mercado de trabalho, pois o trabalhador percebe que os valores depositados no FGTS serão rapidamente corroídos pela inflação, mesmo em época de inflação baixa que o País está vivendo atualmente.

Em uma situação como essa, é necessário avaliar se os custos de gestão e operação do sistema estão em níveis compatíveis com a baixa remuneração destinada aos trabalhadores titulares das contas vinculadas.

A outra função relevante do FGTS é a sua capacidade de prover novas habitações e, por extensão,

de gerar empregos na construção civil e nas cadeias produtivas associadas a esse setor.

Por essa razão, é importante verificar se os recursos do FGTS estão sendo prioritariamente investidos em construção de novas habitações. Não se pode admitir que esses recursos estejam sendo utilizados principalmente no financiamento de imóveis usados. Isso significaria um desvio de finalidade. Ademais, é necessário observar se a população de renda mais baixa tem tido atendimento prioritário, uma vez que o déficit habitacional no Brasil se concentra mais fortemente entre a população que tem renda familiar de até três salários mínimos.

Peço, Sr. Presidente, urgência no encaminhamento deste requerimento, para que possamos juntos, nesta Casa, descobrir e desvendar as razões pelas quais o trabalhador brasileiro não tem a sua poupança do FGTS remunerada condignamente.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com grande satisfação que retorno à tribuna do Senado Federal para discorrer brevemente sobre o resultado das eleições deste ano, particularmente no que se refere ao Estado do Amapá.

Os eleitores brasileiros tiveram oportunidade de eleger, no último dia 1º, 27 Senadores, que renovarão, em 2007, um terço das cadeiras do Senado Federal. Vinte desses Senadores serão novos na Casa. Nós os parabenizamos pela importante conquista e lhes damos antecipadamente as boas-vindas. Sete dos Senadores eleitos, portanto, são colegas que lograram reeleger-se, conquistando mais um mandato como representantes de seus Estados.

Um desses Senadores reeleitos é um dos políticos mais destacados da recente história brasileira e com o qual tenho a honra de compartilhar o mesmo partido e a mesma bancada estadual, o Senador José Sarney.

Com exatos 152.486 votos, a reeleição do Senador José Sarney a seu terceiro mandato consecutivo no Senado Federal é mostra inequívoca da confiança e do apreço que o povo do Amapá reserva a esse maranhense de nascimento, mas amapaense de coração.

O povo amapaense teve oportunidade de avaliar as propostas dos candidatos com o devido cuidado. O

contato com os candidatos foi privilegiado especialmente nas últimas semanas, quando a campanha se intensificou. A vitória do Senador José Sarney foi legítima e representa a vontade da população do nosso Estado.

Porém, nem tudo correu com a desejada tranquilidade, é que a utilização, por militantes políticos e partidários, de rádio, sítios em Internet e *blogs*, alguns servindo como verdadeiros jornais eletrônicos, afrontando o Estado Democrático de Direito e o equilíbrio que deve ocorrer na disputa eleitoral, com ataques à honra e dignidade de candidatos, ensejaram uma enorme quantidade de ações judiciais, que resultaram em multas que atingem quase o valor de cinco milhões de reais.

Os altos valores das multas, aplicadas por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em quase todos os casos, acompanhando parecer favorável do Ministério Público Eleitoral, não foram capazes de inibir o ativismo político-partidário dos militantes detentores de serviços de comunicação social no Estado.

As estatísticas do TRE/AP deixam transparecer a lamentável violação da democracia nestas eleições. Pois, em 2002, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá julgou cerca de 140 processos, enquanto, nestas eleições, foram autuados 908 pedidos de Direito de Resposta, propaganda antecipada, irregular, agressões nas mídias, Internet e *blogs*.

Conquanto tenham alguns militantes político-partidários utilizado de meios de comunicação de forma canhestra, o Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, a quem rendo minhas homenagens, na Presidência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em atuação singular, juntamente com os demais juízes e servidores daquela Corte, orientando por entrevistas concedidas às rádios, televisões e jornais, conscientizou os eleitores amapaenses a exercerem a cidadania com uma postura de dignidade e de respeito à ordem pública, evitando o abuso e a utilização de menores em trabalhos e a reprovável boca-de-urna.

A Justiça Eleitoral do Estado do Amapá, com o programa Eleitor do Futuro, mostrou uma juventude preocupada com o Brasil, consciente dos problemas nacionais, revelando a esperança de que as eleições serão sempre uma grande festa cívica.

Outro fator importante a se ressaltar nessas eleições foi a exatidão científica dos institutos de pesquisas, que já antecipavam, com correção, a reeleição do Senador José Sarney para seu terceiro mandato e a do Governador Waldez em primeiro turno, ambos com mais de 53% dos votos válidos. Isso demonstra, mais uma vez, a boa confiabilidade em nossos institutos de pesquisa, tanto os do Amapá (Instituto de Pesquisa Triângulo e Next), quanto os nacionalmente conhecidos, como o Ibope e a Escutec.

A coordenação da campanha eleitoral do Governador Waldez Góes e do Senador José Sarney ficou a cargo do Senador Gilvam Borges, que se licenciou do cargo para a exercer com brilhante maestria.

Sr. Presidente, como eleitor do Estado do Amapá, foi com felicidade que recebi a notícia da vitória de meus candidatos ao Senado Federal e ao Governo do Estado do Amapá. Porém, como Senador, fico ainda mais feliz pela circunstância de poder conviver, nesta Casa, com uma das figuras mais ilustres da história do nosso País e com outros grandes colegas que revii na condição de ex-Deputado Federal, como o meu amigo, Heráclito Fortes, parceiro também de Constituinte.

Outras revelações tenho tido nesta Casa. Tive, por exemplo, uma experiência muito agradável hoje com o Senador Marco Maciel. Na época em que eu era Deputado Federal, há vinte anos – S. Ex^a, Ministro-Chefe da Casa Civil, e, na Presidência da República, José Sarney –, minha esposa, tendo sofrido um acidente, estava em coma profundo. S. Ex^a, então, foi visitar-nos em São Paulo, e, hoje, minha esposa veio cumprimentá-lo, saudável, feliz com a vida. Tenho pelo Senador Marco Maciel grande apreço e admiração pela forma humana como S. Ex^a sempre me distinguiu.

Uma grande satisfação que tenho é a oportunidade de conviver com alguns dos maiores vultos da política brasileira. Confesso que a convivência com o Senador José Sarney tem sido um dos meus maiores prazeres. Quando assumi uma das cadeiras desta Casa, meu desejo era exatamente, ao lado do eminente Senador José Sarney, defender os interesses de meu Estado no Senado.

Ganho eu, portanto, com a oportunidade de compartilhar da sabedoria e da companhia desse ícone da política brasileira, mas ganha mais ainda o povo amapaense, que poderá contar com pelo menos mais oito anos de dinamismo e com a capacidade de trabalho do Senador José Sarney.

Em seus trinta anos acumulados de atuação no Senado Federal, que o tornam o Senador mais experiente em atividade, José Sarney participou diretamente de alguns dos atos mais importantes protagonizados por esta Casa, tendo, inclusive, sido seu Presidente.

Em nome do povo amapaense, congratulo-me com o Senador José Sarney e com o Governador Waldez Góes por mais esta importante conquista: respectivamente, a reeleição para o posto de Senador da República e de Governador de Estado pelo Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Mão Santa a compreensão. Ainda tenho tarefas de campanha hoje, mas não poderia deixar de me dirigir aos brasileiros que assistem à TV Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o primeiro registro que quero fazer é sobre a viagem que empreendi, hoje, ao Estado do Piauí, à capital, Teresina, na companhia do Senador Mão Santa, do Senador eleito Joaquim Roriz, do Senador Marco Maciel, do Senador José Jorge, candidato a Vice-Presidente da República, e do ex-Senador Hugo Napoleão.

Fomos juntar-nos às lideranças políticas que fazem oposição no Piauí, lideradas por Sílvia Mendes, atual Prefeito de Teresina; Firmino Filho, ex-Prefeito; Freitas Neto, ex-Senador da República; Ciro Nogueira Filho, Deputado Federal do PP. Fomos lá participar, juntamente com Deputados Federais, Deputados Estaduais e Prefeitos, de um ato que simboliza o início da nossa luta em prol da vitória de Geraldo Alckmin no segundo turno.

Foi um encontro altamente proveitoso, civilizado e, acima de tudo, democrático, mostrando homens que, até 15 dias atrás, disputavam, palmo a palmo, votos pelo Piauí afora, na procura de preenchimento de cargos, mas que deixaram de lado qualquer tipo de divergência, unindo-se na defesa do Brasil e, principalmente, do Piauí.

A presença de Marco Maciel e de Joaquim Roriz, que foram prestigiar nosso colega José Jorge, é a maior prova dessa solidariedade, Senador Mão Santa. Sei que V. Ex^a falará sobre o assunto, mas não poderia deixar de fazer este registro, parabenizando os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Vereadores, mas, de maneira muito especial e carinhosa, o Prefeito Sílvia Mendes, que coordenou parte desse evento, e o Senador Mão Santa, que, com seu prestígio pessoal, levou para lá Joaquim Roriz. A afinidade de Joaquim Roriz com o Piauí é conhecida e grande, até mesmo pela quantidade considerável de piauienses que moram em Brasília.

Dito isso, Sr. Presidente, hoje o IBGE divulgou dados sobre o crescimento brasileiro. Vamos ter de esperar para amanhã: se o Governo gostar dos dados, ficará calado; se não, virá alguém contestar o IBGE, como se ele fosse uma entidade de oposição.

Os dados mostram o crescimento acanhado do Brasil – um País que precisa crescer e que está perdendo espaço nesta corrida de crescimento para países vizinhos e de menor possibilidade econômica. O crescimento brasileiro tem sido comparável, na América Latina, ao do Haiti, o que é uma pena. Isso mostra que estamos vivendo na contramão da história, pois a economia mundial vive um momento propício, em que

os investimentos internacionais aportam nos países que dão ao investidor credibilidade, o que infelizmente não acontece no nosso País.

Em segundo lugar, quero mostrar, mais uma vez, a contradição do Partido dos Trabalhadores. Hoje, o Ministro do Planejamento defende a prorrogação da CPMF, essa que foi tão combatida pelo Partido dos Trabalhadores, não só na sua aprovação original, processo liderado pelo saudoso Deputado Luís Eduardo, como também nas votações de renovação. E os que combatem são os mesmos que agora a defendem como um tributo permanente.

Aliás, o Partido dos Trabalhadores dá claros sinais de que, caso permanecesse no poder no ano que vem, aumentaria a carga tributária nacional.

Felizmente, deste problema o Brasil está livre.

Queria fazer um registro, Senador Mão Santa, com o respeito e carinho que tenho pelo Senador Eduardo Suplicy. Acabo de acessar um *site* que em que o Senador pede ao Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que interpele o Deputado Federal eleito, Sr. Clodovil Hernandez, por declarações dadas – não se sabe em que circunstâncias – sobre um possível desejo de trocar ou negociar o seu voto por recursos financeiros.

O Senador Eduardo Suplicy é um homem que a Nação toda respeita pela sua posição, mas, neste caso, lhe falta autoridade para essa exigência, uma vez que convive, numa mesma sigla, com vários companheiros de Partido que se envolveram em troca de votos por dinheiro no famoso episódio do mensalão. Alguns renunciaram, outros estão respondendo na Justiça, mas essa mesma providência não foi tomada. Acredito que, no caso do Sr. Clodovil, seria mais sensato ter uma conversa com ele e presenteá-lo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque ele mesmo declarou – e a matéria traz –: “Não tenho nenhuma intimidade com o processo legislativo”.

Episódios dessa natureza nós já vivemos no processo democrático. Tivemos a eleição de Juruna, de Agnaldo Timóteo, de Moacir Franco, de um carteiro do Rio Grande do Sul, várias pessoas que aqui chegaram sem nenhuma condição de saber discernir o comportamento parlamentar. Já citei o caso de Juruna, mas quero destacá-lo. Tratava-se de um aculturado que se elegeu Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Deu trabalho no início de sua investidura como parlamentar. Tivemos também o caso de Aloísio Paraguassu, brilhante parlamentar que se consagrou Deputado e que aprendeu a defender sua gente, sua classe nos corredores da Casa. Sem citar Gamaliel Galvão e todos aqueles que vieram na enxurrada de 94, quando o Brasil viu a reversão do processo eleitoral da época com a eleição de 16 Sena-

dores da Oposição, abrindo ali a primeira porta para a caminhada rumo ao processo democrático.

Sr. Presidente, discutiu-se aqui a questão do aerolula. Até concordo com alguns sobre a necessidade de um Presidente da República ter um avião que lhe proporcione condições de viagens seguras na travessia continental. Mas um Presidente da República que prometeu durante toda a sua vida dar prioridade ao social, que prometeu investir no combate à fome do povo brasileiro não podia ter-se utilizado de R\$160 milhões, pagos à vista, quando poderia tê-lo feito por empréstimos ou por *leasing*, como o desejasse. Além do mais, o avião comprado não atende às necessidades brasileiras, quer pela autonomia, quer pela distribuição do peso de sua carga. Tanto é verdade que, 60 dias após a sua chegada, teve de ser deslocado para os Estados Unidos para ser reformado. Fatos nunca esclarecidos. Gastou-se cerca de US\$300 mil em adaptações adicionais de um avião que já tinha custado aquele preço. Viajantes do aerolula, que são evidentemente pessoas da base do Governo, contam nas rodas de Brasília alguns vexames que passaram na decolagem do avião, quando parte dos passageiros tem de se dirigir para o fundo da aeronave para que possa haver balanceamento.

O aerolula foi uma compra errada, precipitada e confusa para o Governo brasileiro. Nunca ficou claro com quem concorreu, nunca ficou clara a maneira da aquisição, a não ser que o pagamento foi feito à vista.

Mas compreendo o nervosismo que toma conta do Partido do Governo, que não esperava sequer, Senador João Batista Motta, encontrar-se agora numa disputa em campo de igualdade no segundo turno. Cantavam em prosa e verso a eleição em primeiro turno. Achavam-se acima da lei e acima da vontade popular.

O fato de o Presidente da República não se ter saído bem no debate não é novidade para ninguém, porque o Presidente não se saiu bem nos debates em que participou em condição de igualdade. O próprio debate final com José Serra tirou-lhe alguns pontos na pesquisa, embora, àquela altura do campeonato, ele já tivesse uma vitória assegurada porque foi exatamente no período da onda vermelha.

Quem não se lembra da participação do Presidente da República naquele episódio do debate com o Sr. Fernando Collor de Mello? Quem não se lembra das entrevistas dadas pelo Senhor Lula para a Rede Globo e Rede Bandeirantes, seja no Jornal das 10, seja no Bom Dia Brasil, irritando-se com as perguntas feitas pelos repórteres? Perguntado por um tema, respondia outro, errando números e não aceitando contestações. Mas entre isso e este clima que o PT começa a querer implantar no País, este último é inaceitável.

Mais um dossiê aparece, o do engodo, colocando na boca do candidato Geraldo Alckmin programa de governo que não é dele; decisões que não serão to-

madras por ele; atitudes que não passam pela cabeça do futuro Presidente do Brasil praticar.

É preciso que o Brasil saiba que Geraldo Alckmin não vai permitir que o serviço público seja desvirtuado e aparelhado por aqueles que compõem a máquina partidária do Governo, com aumento de cargo em comissão; com a colocação, nos conselhos das empresas nas quais o Governo tem assento, não de técnicos competentes e capazes, mas de militantes partidários e de maneira privilegiada aqueles que foram derrotados nas urnas, a serviço do Partido dos Trabalhadores.

O “derrotério” continua sendo uma prioridade para o Governo Lula, a preencher cargos com aqueles que participaram de caminhadas pelas ruas do Brasil. Agora mesmo, recebi uma reclamação de que um superintendente da Infraero, não sei em que estágio, foi nomeado para uma função sem nenhuma competência, sem nenhuma capacidade, trazendo como título apenas o fato de ter perdido eleições recentes.

O Presidente Lula, numa fase de destempero, responde ao gesto simbólico de Geraldo Alckmin da maneira mais inusitada possível e diz que só um louco sai pelo mundo afora em avião de carreira ou em avião fretado. Não é verdade.

Temos a história dos papas, que viajam em avião da Alitalia ou do país que os convida. Na França, na maioria das vezes, o Presidente viaja em avião de carreira e de companhias francesas, inclusive usando como instrumento de propaganda um produto de seu País. Temos os exemplos dos países da Ásia, que adotam o mesmo procedimento.

A questão de gasto é muito relativa. Quando se fala da despesa do avião particular, não se leva em conta o gasto com a tripulação, que é da Aeronáutica, mas implica custo, não se fala na manutenção permanente, não se fala nos gastos de revisão, nas idas periódicas do avião ao fabricante para essas revisões quando são maiores. Não se fala em nada disso.

Fernando Henrique fez isso com muita propriedade, talvez não com tanto conforto, porque os aviões são adaptados. Mesa de baralho não pode haver. Barzinho não há. Chuveiro com água corrente, quente ou fria, de acordo com o desejo do passageiro não há. Mas são os aviões que servem aos brasileiros que desejam deslocar-se para qualquer parte do mundo e que, de acordo com suas possibilidades, utilizam ora a primeira classe, ora a econômica, ora a executiva.

São esses os aviões que serviram, durante muitos anos, os últimos Presidentes da República. O Brasil sempre teve aviões para vôo interno. Aliás, o último comprado, anterior ao Aerolula, o chamado Sucatinha, um Boeing 737, no Governo do Sr. Geisel, foi motivo de críticas duras do PT, por terem feito a opção por essa aquisição.

É preciso que o Partido tenha coerência. E é preciso que não se nivelem os outros chefes de Estado pelo comportamento do nosso. O desejo de semelhança entre o nosso Presidente e o Presidente Chávez, talvez, tenha sido o fator inspirador para a compra do Airbus 319, que é um modelo igual ao adquirido, meses antes, pelo Presidente da Venezuela. Mas isso não se justifica, porque a prioridade social do Senhor Lula era dirigida às classes menos assistidas, era dirigida à educação. O Aerolula até que poderia ter sido comprado, mas não nas características desse, no que diz respeito a modelo de avião e também no que diz respeito à forma de pagamento.

No entanto, Sr. Presidente, hoje, no final da tarde, houve um fato que me traz aqui e que me faz encerrar meu pronunciamento: uma provocação a respeito de um pronunciamento que fiz, repercutindo matérias jornalísticas, em que citava uma ONG chamada Amigos de Plutão.

Em primeiro lugar, quero esclarecer ao Brasil, já que o Governo aqui não se encontra – nem a Líder, nem seus representantes –, que, em nenhum momento, a minha CPI cita como necessidade de investigação a ONG Amigos de Plutão. Cita, isto sim, ONGs vinculadas a pessoas com acesso fácil, de prestígio, e acesso físico ao Palácio do Planalto, ao Palácio da Alvorada e à Granja do Torto.

Em nenhum momento, no requerimento de convocação da CPI, fiz referência à ONG Amigos de Plutão. Quando esse assunto veio à baila, na coluna do jornalista Cláudio Humberto – e repercuti esse fato, a pedido de um ouvinte da TV Senado –, ao ler o texto, veio-me a dúvida, de tão estapafúrdia que era aquela ONG! Mas pasmem os senhores, Senador Mão Santa! Minha dúvida não foi menor do que a do Governo. O Governo enlouqueceu e começou a procurar por todos os lugares e por todos os cantos de quem era mais essa ONG que tanto dinheiro tirava dos cofres públicos. Quis saber os responsáveis, porque o Governo, hoje, apadrinha mais de trezentas ONGs. Mais de R\$1,5 bilhão foi destinado a ONGs, apenas na administração direta. Ninguém sabe o que outros órgãos da administração, como a Fundação Banco do Brasil e a Petrobras, remetem para essas ONGs.

Surgiu a idéia com base num artigo de origem de um jornalista respeitado nacionalmente, que é Carlos Chagas, que também é professor de Ética na Universidade de Brasília e que teve como seus alunos gerações inteiras de jornalistas que brilharam nesta Casa. Acharam que ora eu estava mancomunado com Carlos Chagas, que ora eu estava aproveitando-me da notícia de Carlos Chagas que era um factóide, que ora o Carlos Chagas tinha me feito “pagar um mico”. Não foi

uma coisa nem outra. Juntamo-nos, um grupo de Senadores, e, diante das denúncias que tínhamos e temos, resolvemos dar prosseguimento às investigações.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que foi Prefeito e que é empresário, sabe que, quando uma licitação está “bichada”, a primeira providência que um concorrente faz é cifrar o vitorioso futuro num jornal de circulação ou registrar em cartório. Foi mais ou menos isso que fizemos, porque Plutão existe, não aquele distante planeta que foi rebaixado, mas outro Plutão que também foi rebaixado pelo mau comportamento que vem tendo, ao longo de três anos e oito meses, na defesa e no comando das coisas públicas deste País.

E os amigos são muitos. É preciso que, de maneira clara e transparente, se apurem exatamente as ONGs brasileiras, principalmente as vinculadas à ONG Amigos de Plutão.

Silencieii, durante uma semana, em relação a esse fato, porque recebi um apelo de um integrante do Governo. E não sou homem de fechar portas, nem de queimar pontes, nem de botar fogo em caravelas. Assumi o compromisso de que esse assunto ficaria para outra ocasião. Mas, diante da provocação que recebi da Líder, resolvo trazer o assunto à baila. Nós vamos ter de investigar.

Agora, já não é mais com o nome fantasia Amigos de Plutão. Vou pedir um adendo ao requerimento e vou dar nome aos bois, vou dar nome às ONGs, onde se situam e quem as dirige, para que a apuração seja feita de maneira clara, de maneira transparente.

Quando fui abordado, chamei atenção para a possibilidade de ser importunado com esse questionamento, e me garantiram que não. A partir do momento em que esse fato foi trazido dessa maneira para o Plenário do Senado Federal, para a tribuna desta Casa, sinto-me completamente livre de continuar colhendo as assinaturas, que, por sinal, já são suficientes.

E temos de investigar até para saber separar o joio do trigo e para que não se misturem as ONGs que prestam serviços relevantes a este País e que são reconhecidas pela sua dedicação às questões ecológicas ou ao atendimento à pobreza com aquelas que são arapucas para financiar o instrumento partidário, como foi o caso das ONGs que patrocinaram a invasão à Câmara dos Deputados e daquelas vinculadas aos envolvidos no dossiê de Mato Grosso, que tiveram suas prisões realizadas nos hotéis de São Paulo.

A proliferação de ONGs com vinculação à ONG Amigos de Plutão, neste País, cresceu de maneira assustadora, e é preciso que caiam de outro planeta, ponham os pés no chão e vejam como estão usando o dinheiro público deste País.

Por isso, temos o direito, o dever e a obrigação de investigar as ONGs brasileiras, sejam elas de Plutão, de Marte, de Vênus ou da Lua! É um dever desta Casa e uma vontade do povo brasileiro saber o que acontece por trás disso.

Não quero avançar nos detalhes, por questões éticas. Se for chamado, voltarei a falar com mais clareza. Não faço isso, porque assumi um compromisso – e quero honrá-lo – de que esse assunto só será tratado depois das eleições. Mas, para que isso seja cumprido, é preciso que provocações não sejam feitas.

Aceito o desespero, aceito o desespero principalmente de quem não tem autoridade para discutir ONGs, pelos envolvimento. Aceito-o, mas espero que meçam as palavras nessa questão.

O Parlamentar, o Senador, o Deputado conseguem que processos corram em segredo de Justiça; o cidadão comum, não. É o primeiro desnível na relação entre o Parlamentar e o cidadão comum. Este Parlamento, cujas imunidades devem ser apenas para o exercício do Parlamentar na tribuna, às vezes, protege os que não querem ver a verdade apurada no seu todo.

Quero parabenizar os promotores que tomaram a iniciativa de, por este Brasil imenso, seja no Sul, seja no Norte, começar a cruzada de apuração dessa verdadeira farra do boi que são os recursos brasileiros colocados nas ONGs para os fins mais estranhos que se possam imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fiquem todos certos, senhoras e senhores brasileiros, de que a CPI das ONGs vai trazer muito esclarecimento para esta Nação.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Principalmente, Senador Heráclito Fortes, aquelas internacionais que agem em detrimento do crescimento do nosso País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão!

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com relação ao Aerolula, já temos a destinação: vai ser vendido, e serão construídos quatro hospitais. Já estou na fila para levar um deles para o Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra agora ao último orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Batista Motta, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, olhem, pela minha vida de político, tenho uma observação a fazer: já vi, Senador

João Batista Motta, freios e freios. há freio de bicicleta, de moto, de caminhão, avião tem freio, trem tem freio, carroça tem freio, até homem tem freio, a mulher bota o freio, não é? Mas, brasileiras e brasileiros, nunca vi freio em queda política. Jornalista Ferro Costa, tenho observado, em queda política não tem freio! Até em homem, mulher bota freio: de vez em quando, Adalgisinha me coloca uns freios, e eu freio.

Tudo. Carroça, cavalo tem freio. Carreiro, em queda política não vi, não. Freio em queda política nunca vi. Estava em todas as pesquisas: Lula, o maior, com 60%, ganha no primeiro turno. Mas o homem começou a cair. Queda política. Era o maior, mas aí estão todas as pesquisas, Senador João Batista Motta, o homem ia ganhar, 60%, no primeiro turno. Mas começou a cair. E, no domingo, desembestou sua queda política. É preciso conhecer a história do debate. O primeiro debate político televisionado, Senador João Batista Motta, foi de John Fitzgerald Kennedy e de Richard Nixon. Aliás, o Richard Nixon era conhecido demais. Oito anos presidente. Eisenhower, herói de guerra, até o aconselhou a não ir. Disse para não ir, pois era o primeiro. Mas Nixon foi. Era conhecido nos Estados Unidos, no mundo. É como o Lula, conhecido, porque viajou muito. Olha que o homem viajou. Viajou muito e ficou conhecido. Nixon também estava. Vice-Presidente, preparado. Ele foi. Aí apareceu Kennedy, os dois, um defronte ao outro.

Nixon com arrogância de que era o senhor, já havia ganho, as pesquisas demonstravam; o outro, disputando a presidência pela primeira vez – era senador da república, já tinha sido deputado. Começou, então, o debate; e Kennedy ficou conhecido. O Nixon se apearrou com as indagações.

Mas há aqueles que estão dizendo, falando e querendo mudar o fato do comportamento de um homem que conheço, de uma educação fina, e o Brasil conhece, cristão, católico: o Governador Geraldo Alckmin. De repente, não tem criança, não tem idoso, não tem ninguém que não conheça, hoje, neste País, Geraldo Alckmin. E ele ganhou.

Faço uma revisão do primeiro debate de televisão e a vitória de Geraldo Alckmin. Digo que gosto e procuro buscar na história algo que nos pode ajudar: Geraldo Alckmin foi melhor do que Kennedy. Foi melhor! E estou orgulhoso.

O Kennedy era mais novo, tinha 45 anos. E o Geraldo Alckmin demonstrou ao País sabedoria. Aliás, Shakespeare disse que “o segredo é unir a juventude com a experiência.” Geraldo Alckmin faz isso: para Presidente, ele é jovem, mais novo do que muitos que chegaram à Presidência, e ainda tem sabedoria.

Senador João Batista Motta, existe a hierarquia do saber em tudo e vamos acabar – e a ignorância é au-

daciosa – de dizer afirmativas como “O Lula nunca leu um livro, mas sabe mais do que quem leu.” Sabe não. Ele não sabe, porque ele mesmo diz a todo instante que não sabe e que não viu. Aliás, lá no Piauí as crianças o apelidaram de Presidente Jamanta, aquele da novela da Globo. Não existe aquele horário em que a Globo retransmite as novela, às 14 horas? Seria bom colocar novamente no ar o Jamanta. Foi a melhor novela. V. Ex^a assistiu Senador João Batista Motta a novela? Como era o nome da novela? Só sei que tinha o Jamanta.

O homem está caindo e não tem freio em queda política: 50% não deu e dizem que ele tinha era 60%. No domingo a queda foi maior e o País todo viu: a educação, a aparência, a finura, a competência, o entendimento, a experiência. Olha que o homem tem a hierarquia do saber político. Foi Vereador. O Vereador, Senador João Batista Motta, é um Senador municipal, é a experiência mais importante, porque é o mais próximo, é a base do poder político e da democracia. Pois Alckmin tem essa experiência.

E é tão importante, que Giscard d’Estaing quando perdeu as eleições para Mitterrand, passou a faixa e perguntaram-lhe o que ele iria fazer. Ele, que tinha governado a França por sete anos, era um estadista, ganhou no 1º turno, era o melhor discípulo de Charles de Gaulle, respondeu: “Vou ser Vereador na minha cidade.”

Pois Geraldo Alckmin tem essa experiência. Lula, você tem essa experiência de Vereador? Não. Um a zero para Geraldo Alckmin.

Outra grande experiência que tenho e de que me orgulho é ter sido Deputado Estadual. Geraldo Alckmin foi brilhante em São Paulo. A Assembleia Legislativa de São Paulo tem na galeria o competente Deputado Estadual Geraldo Alckmin. Ó Lula, foste Deputado Estadual? Não. “Pegou pau” de novo.

Depois ele foi Prefeito, importante, eu chamo de prefeitinho. Juscelino Kubitschek, porque foi o maior político desse Brasil? Ele foi Prefeito de Belo Horizonte, construiu Belo Horizonte. Ó Lula, foste Prefeito? Aliás, elegeram-no ao menos para síndico do seu edifício? Não. Deputado Federal os dois foram. Vereador, Estadual, Prefeito. Três a zero para o Alckmin. Deputado Estadual foi um e foi outro. Analisem e façam o retrospecto do Deputado Federal Lula. Reprovado. E está aí na Câmara... Venham lá do PT... Comparem um e outro: Alckmin fez a lei do consumidor, promoveu avanços no direito de saúde, nas conquistas do SUS. O Alckmin foi Deputado Federal muito, muito, muito melhor.

Vice-Governador o Lula não foi, São Paulo nunca quis nem Pernambuco. Nunca ninguém o convidou para ser companheiro de chapa.

O Alckmin foi Governador, mas não foi simplesmente um Governador, foi o melhor Governador do

Estado de São Paulo. Austeridade. Atentai bem, João Batista! Eu sou médico-cirurgião e sabem como chegamos a ser médico-cirurgião? Começa-se estudando. Temos de estudar.

Só quem não acredita em estudo é esse pessoal do PT. A ignorância é audaciosa.

Estudamos anatomia, o corpo, e começamos olhando quem sabe operar e, depois, começamos auxiliando. De repente, nos tornamos um cirurgião. Foi assim que eu aprendi cirurgia: com os bons, como o Professor Mariano de Andrade.

E com Geraldo Alckmin também foi assim: ele teve o melhor mestre, o mais decente, o mais correto, o mais iluminado! Leonardo da Vinci disse: “Mau discípulo é aquele que não suplanta o mestre”. João Batista, o mestre dele foi Mário Covas. Eu convivi com Mário Covas, juntos, como Governadores. Ele teve a sua doença, o seu câncer e, eu, como médico, o encorajava, o motivava. Mas o câncer o venceu. E ele deixou o seu filho político, que é Geraldo Alckmin.

Todos nós sabemos que Mário Covas foi, aqui neste Parlamento, cassado, combatendo a ditadura, Prefeito de São Paulo, Governador. E as obras! A sua maior obra foi formar, preparar Geraldo Alckmin.

Essa foi sua grande obra.

Senador João Batista Motta, é uma pena o Senador Marcelo Crivella não esteja presente. Quero dizer que Deus é bom e não abandona o seu povo. Era preciso um dilúvio? Deus queria, estava em seus planos para melhorar a humanidade, mas Ele enviou Noé. Apareceu Golias maltratando o povo de Deus, como o PT maltrata o povo do Brasil. Deus enviou Davi. Deus não abandona seu povo. O povo de Deus era escravo. “Vai lá, Moisés, com seu irmão Aarão, e liberta o povo de Deus.” O Brasil está arrasado, no lar da corrupção, da falta de ética, de moral. Assalta-se o Banco Rural – que deveria dar sementes, tratores, capital, investimento e custeio – para comprar Deputados, enxovalhando.

Há ainda os vampiros, as sanguessugas, o dólar na cueca, o dossiê. Raimundo Carreiro da Silva, o PT perdeu a noção de dinheiro. O PT é uma organização criminosa. Não é um Partido, é uma organização criminosa.

Atentai bem! Um milhão, setecentos e cinquenta mil reais não é nada para eles. Perderam a noção. São pecadores e não têm noção do que é pecado mortal, do que é pecado venial.

Um milhão, sabem o que é isso? Ô, Zezinho! O brasileiro tem noção. Carreiro, R\$1,700 milhão!

Ouvi um pilantra numa CPI dessas – por isso que nunca participei de uma CPI, para não ter úlcera – dizer o seguinte, quando perguntado sobre um cheque

de R\$400 mil: “Não, só me lembro de mais de R\$500 mil; R\$400 mil não sei nem para quem dei”.

Agora vou dizer o que é R\$1,700 milhão. São uns pilantras, é uma organização criminosa! Estamos aqui para declarar guerra. É guerra mesmo. Vim do Piauí. Colocamos os portugueses para fora com guerra, e os portugueses eram muito melhores do que os bandidos do Partido dos Trabalhadores.

É guerra. Cristo, que era bondade e paz, enfureceu-se quando passaram dos limites. Pegou o chicote, a chibata e colocou os vendilhões para fora do templo. Temos de colocar esses homens para fora do poder.

Zezinho, um trabalhador que ganha salário mínimo leva um ano para ganhar R\$4.000,00; em 100 anos, ganhará R\$400.000,00. Carreiro, se ele trabalhar 200 anos, ganhará R\$800.000,00; em 300 anos, R\$1,200 milhão; em 400 anos – esses pilantras, essa quadrilha do PT pegou esse dinheiro! Isso é brincadeira para eles; para o Lula, isso é brincadeira – será R\$1,6 milhão. É o tempo que se leva para conseguir aquele dinheiro, aquele montão que não deixaram fotografar e cuja origem desconhecem. Um homem de vergonha na cara – vergonha que o PT não tem – precisa de 450 anos de trabalho para conseguir aquele dinheiro.

O Brasil tem 506 anos. Pedro Álvares Cabral teria de ficar aqui e trabalhar a vida toda...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... para ter esse dinheiro. E levam na brincadeira! Ninguém sabe, ninguém viu.

Mas quero dizer que ele caiu domingo no debate. Segunda-feira, o maior Líder de Brasília, Joaquim Roriz, lança a candidatura e une o seu Partido, o nosso Partido, o PMDB, ao PSDB, ao PFL e ao PTB. E Roriz, o reencarnado de Juscelino Kubitschek, diz que Geraldo Alckmin vai ganhar a eleição por 300 mil votos.

Piauienses – somos 300 mil piauienses nesta cidade –, vamos votar em Geraldo Alckmin!

Hoje, fomos ao Piauí, a exemplo de Roriz. Lá, unimos o PMDB, que de vergonha não se vende. PMDB de vergonha, PMDB de Ulysses, de Teotônio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... de Tancredo, de Juscelino. E lá estavam o PSDB, o PFL e o PP. E vamos ao Piauí expulsar o PT, como expulsamos os portugueses em guerra sangrenta, porque este é o Governo da mentira. É melhor para o Piauí e é melhor para o Brasil.

Mentiras: vou citar só dez. Primeiro, prometeu o Porto de Luís Correia. Com US\$10 milhões, ele teria feito um modelo.

A estrada de ferro Teresina-Parnaíba, Luís Correia-Parnaíba. Foi com isso que iludiram o Senador

Alberto Silva. Ele foi para a televisão e disse que, em 60 dias, estaria lá. Não fizeram nada! Enganaram. Aproveitaram-se da longevidade de Alberto Silva. E Lula o enganou e enganou o Piauí.

Os aeroportos internacionais: dois.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ferro Costa. O de Parnaíba foi criado por Reis Velloso e Dirceu Arcoverde. Pintou o aeroporto e diz ser aeroporto internacional! Não há nem escada de avião internacional, que é grandona! Não há nem gasolina, não há alfândega. Essa é a verdade.

Em São Raimundo Nonato é pior: não pára mais nem um avião pequeno.

Parnaíba nunca dantes teve uma situação igual. Não há nem mais uma linha aérea, uma área de avião pequeno.

Cinco hidroelétricas este PT disse que ia fazer no Piauí. Cinco! Eles não ligam coisa com coisa. Cinco! Mas ganharam a mídia. Enganaram, propaganda enganosa.

A Transcerrado está lá. No cerrado, onde plantamos soja, não fizeram nada!

Há uma ponte que era para ser inaugurada no aniversário de 150 anos de Teresina. Senador João Batista Motta, fiz uma ponte, no mesmo rio, em 87 dias. O Senador Heráclito fez outra em 100 dias. E ele foi ali e prometeu: “No aniversário de 150 anos de Teresina”! Teresina já fez 151, 152, 153 e 154 anos. Quatro anos de mentira!

Fiz a Ponte Wall Ferraz em 87 dias com dinheiro do Piauí, em Lourival Parente, com operários do Piauí. Oitenta e sete dias!

Hospital universitário? Nada! Ambulatório? Engana! Nunca!

O pronto-socorro de Teresina está lá, o Prefeito pede. Ele prometeu. O pronto-socorro que existe foi o que fiz anexo ao Getúlio Vargas.

A Universidade do Delta e a refinaria foram promessas do PT, em Paulistana, porque equidistante das capitais e eram investimento, como Juscelino construiu Brasília para integrar o País.

Então, vamos votar em Geraldo Alckmin, porque ele é melhor para o Brasil.

Brasileiras e brasileiros, nunca vi a verdade, que é Geraldo Alckmin, perder para a mentira, que é Lula.

Vamos utilizar a maior riqueza da democracia, que é a alternância do poder, e votar, para um Brasil decente, Geraldo Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Sr^{as} e Srs. Senadores, no curso da presente sessão, quando da leitura do Ofício PGR/GAB nº 1.289, de 4 de outubro corrente, do Sr. Procurador-Geral da República, a Presidência deixou de submeter a matéria a votos, após o Adendo ao Parecer do eminente

Senador Antonio Carlos Magalhães, o que vou fazer nesta oportunidade.

Em votação a retificação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Passa-se à votação, em conjunto, dos Requerimentos nºs **1.036, 1.037 e 1.038, de 2006**, lidos no Expediente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Leonel Pavan, Marcos Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Juvenício da Fonseca, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Romeu Tuma, e Flávio Arns enviaram discurso à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Amazônia foi eleita objeto central da Campanha da Fraternidade de 2007, da Igreja Católica. Sob o título de “Fraternidade e a Amazônia”, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil inaugurou os trabalhos reflexivos que antecedem o lançamento da Campanha, na expectativa de que se crie uma consciência, de amplitude nacional, quanto aos problemas da região. Para reforçar a linha temática, será adotado o seguinte lema: “Vida e Missão Neste Chão”.

Sem dúvida, as autoridades episcopais do País decidiram pelo comprometimento com o projeto de preservação da Amazônia, bem como com a busca de soluções pacíficas para os conflitos da região. Não por acaso, a elaboração do texto-base para a Campanha foi delegada a especialistas do Pará e do Amapá, de quem se espera, até agosto, a conclusão dos trabalhos. Para tanto, até lá, a CNBB colhe sugestões de todas as regionais eclesiais.

Sob um olhar retrospectivo, cabe aqui registrar que o empenho da CNBB em amadurecer a temática amazônica como lema de campanha não surgiu ao sabor dos ventos e da moda. Pelo contrário, ainda em 2002, a CNBB constituiu a Comissão Episcopal para a Amazônia, com o objetivo de ajudar toda a Igreja no Brasil a dirigir os olhos para a Amazônia e a tomar consciência dos grandes desafios da evangelização naquela região.

Para além de tema preferencial do episcopado, a expressão “Fraternidade e Amazônia” promete converter-se em inspiração espiritual da vasta maioria de brasileiros. Na verdade, a Campanha da Fraternidade 2007 acena para uma ocasião privilegiada, um cená-

rio alvissareiro, no centro do qual os brasileiros serão convidados a destinar suas orações a uma realidade geográfica bem específica do País. Com o espírito ávido por adquirir uma consciência mais aprofundada sobre a complexa problemática da Amazônia, os olhos do Brasil se voltarão para lá com políticas e iniciativas eficazes.

Afinal de contas, quando se ouve falar em Amazônia, vem imediatamente à memória a preocupante questão ambiental, envolvendo a devastação do verde, das florestas e de seus caudalosos rios. Há algum tempo, a conseqüente ameaça à riquíssima biodiversidade deixou de ser mera ficção conspiratória.

Conforme documento da própria CNBB, devemos acompanhar apreensivamente a ocupação, muitas vezes predatória, das terras amazônicas. Destituída de um efetivo sistema de proteção em redor de seu complexo e delicado ecossistema, a Amazônia corre sério risco de desaparecimento.

Na visão do episcopado brasileiro, o egoísmo e a ganância na exploração das riquezas, assim como o descuido e a imprudência, ameaçam seriamente nosso patrimônio natural. Mais que isso, para além dos brasileiros, a devastação da Amazônia se configura como uma perda e uma ameaça para toda a humanidade.

Pelo lado das relações humanas, a Amazônia suscita reflexões no âmbito das questões sociais e antropológicas. São milhares de indígenas perturbados e agredidos em suas culturas, testemunhando o esvaziamento de seu território, já tão pouco povoado. De um lado, resistem contra a ameaça representada pelo crescimento caótico dos centros urbanos, preferindo lutar pela permanência em suas aldeias. De outro, as comunidades indígenas da Amazônia posicionam-se contrariamente à expansão de atividades econômicas predatórias, pois entendem que uma política de ocupação de vastas áreas amazônicas com projetos agropecuários só gera conflitos intermináveis pela posse das terras.

Nesse ambiente, o impacto da urbanização, da economia e da cultura globalizada sobre as populações locais gera migrações, desenraizamento social, cultural e religioso. No coração da Amazônia, e não apenas na área de Manaus, faltam-lhes não somente infra-estrutura de toda sorte, mas também serviços públicos adequados às novas áreas de povoamento. Faltam-lhes, acima de tudo, políticas públicas que dêem conta das explosivas realidades urbanas: o desemprego, a violência e a degradação dos costumes.

Na Amazônia do passado, as dioceses e prelaças eram geralmente socorridas por missionários estrangeiros, que as serviam com recursos humanos e materiais vindos de fora do País. Cumpre ressaltar que a Igreja Católica esteve junto aos povos amazônicos desde o início da evangelização do Brasil. No entanto, hoje, tais forças missionárias ficaram drasticamente re-

duzidas e as igrejas da Amazônia ainda não dispõem de condições suficientes para enfrentar sozinhas a sua imensa tarefa evangelizadora.

Aliás, para a CNBB, a Amazônia representa um conjunto de novos desafios à ação evangelizadora da Igreja Católica. Vale registrar que as migrações levaram para a Amazônia centenas de milhares de pessoas de todas as partes do Brasil. Novas áreas de povoamento surgiram, com a conseqüente necessidade de prestação de assistência religiosa.

Nesse contexto, o apoio e o revigoramento daquela Igreja local torna-se urgente, e requer a ajuda de voluntários e missionários das outras regiões do País. A Campanha da Fraternidade-2007 vai efetivar a coresponsabilidade na defesa e promoção da vida, que se manifesta de maneira exuberante, e por variados modos, na Amazônia. Ao mesmo tempo, vai exercer a fraternidade em relação à Igreja local, na direção de propiciar condições de assumir sua missão de anunciar o Evangelho da vida e da esperança aos povos amazônicos.

Em resumo, como bem frisa a CNBB, a Campanha da Fraternidade-2007 ensejará uma oportuna ocasião de trazer a Amazônia para dentro do coração da Igreja no Brasil. Será, igualmente, ocasião de suscitar iniciativas e ações eficazes de valorização e defesa daquela vasta e ameaçada região brasileira. Ao encerrar, congratulo a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil pela temática eleita, desejando a todos os católicos empenho e sucesso na Campanha da Fraternidade do próximo ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada "Governo terá de cortar mais de R\$13 bilhões de gastos em 2007", publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** de 15 de agosto de 2006.

A matéria destaca que os cortes no orçamento federal podem atingir até despesas relacionadas a programas sociais. Para se enquadrar no limite definido no projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que manda reduzir os gastos correntes em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao executado este ano, o governo terá que fazer um pesado corte em suas despesas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B4 | ECONOMIA | TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

FINANÇAS PÚBLICAS

Governo terá de cortar mais de R\$ 13 bilhões de gastos em 2007

Ajustes podem atingir até despesas relacionadas a programas sociais

Ribamar Oliveira
BRASÍLIA

O governo terá de fazer um pesado corte em suas despesas em 2007 para se enquadrar no limite definido no projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que manda reduzir os gastos correntes em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao executado este ano. Estimativa feita pela área técnica mostra que o corte poderá atingir 0,6% do PIB, ou algo como R\$ 13,7 bilhões, pois se-

Maior aumento das despesas refere-se ao reajuste do salário mínimo

rá necessário compensar parte da ganância autorizada em 2006 que será paga somente no próximo ano. O valor do PIB estimado na LDO para 2007 é de R\$ 2,295 trilhões.

As projeções disponíveis mostram que as despesas da União em 2007 com benefícios previdenciários, assistenciais e com salários dos servidores públicos serão 0,5% do PIB maiores do que as deste ano. Ou seja, já existem "despesas contratadas" este ano que terão impacto nas contas de 2007 equivalentes a 0,5% do PIB.

A maior parte das despesas contratadas decorrem do aumento de 16,6% concedido ao sa-

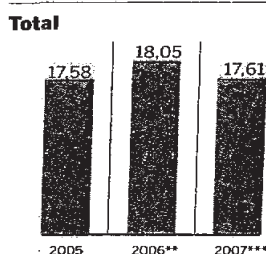
O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Brasil continua devagar, diz FMI", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o relatório do Fundo Monetário afirma que risco de populismo cria dúvidas sobre a América Latina e que a economia do Brasil continuará a crescer menos que a economia global e menos que a da América Latina em 2006 e no próximo ano.

GASTOS DA UNIÃO

Despesas correntes do governo federal*

EM PORCENTAGEM DO PIB



*As despesas correntes primárias da União não incluem investimentos e pagamento de juros das dívidas públicas

** As projeções para 2006 foram feitas pelas Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, com base no decreto 5.780, de 19 de

Por tipo de despesa

| | 2005 | 2006** | 2007*** |
|----------------------------|------|--------|---------|
| Pessoal | 4,85 | 5,03 | 4,88 |
| Benefícios previdenciários | 7,58 | 7,84 | 8,06 |
| Outras obrigatórias | 1,83 | 2,02 | 1,95 |
| Despesas discricionárias | 3,32 | 3,16 | 2,71 |

maio, que estabelece a programação orçamentária e financeira

***As projeções para 2007 foram feitas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e constam do projeto de lei de diretrizes orçamentárias

FONTE: DECRETO 5.780, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO 2º BIMESTRE. ELABORAÇÃO DAS CONSULTORIAS DE ORÇAMENTO DA CÂMARA E DO SENADO INFOGRÁFICO/AE

lário mínimo este ano. O reajuste começou a ser pago em maio. Ou seja, não impactou todos os meses do ano. Em 2007, o impacto será pleno. Além disso, o projeto de LDO prevê que o mínimo terá novo aumento real equivalente ao crescimento real do PIB per capita.

O governo Lula ainda sofrerá o desgaste político de ter de anunciar onde será feito o corte, pois ele é obrigado a encaminhar ao Congresso, até o dia 31, a proposta orçamentária para 2007. Assim, o governo terá de mostrar como o Orçamento do próximo ano será fechado.

O corte não poderá ser feito nos investimentos, que não en-

tram no limite fixado pela LDO. As despesas correntes primárias não incluem os investimentos nem o pagamento dos juros. Os cortes terão de atingir os gastos de custeio da máquina e as demais despesas correntes, inclusive aquelas relacionadas com programas na área social.

Uma parte do ajuste, segundo explicaram as fontes consultadas, decorrerá do crescimento real do PIB. O governo está elaborando a proposta orçamentária com a previsão de crescimento do PIB de 4,75%. Se uma determinada despesa crescer em termos reais menos do que os 4,75%, ela cairá como proporção do PIB.

Outro mecanismo que será utilizado é a inflação. Os servidores públicos deverão ficar, no próximo ano, sem reajuste salarial linear.

Não há espaço orçamentário igualmente para aumentos salariais de categorias específicas ou planos de reestruturação de carreiras. Outras despesas poderão ter aumentos inferiores aos da inflação.

Outro gasto novo terá de ser igualmente compensado por cortes. Em 2007, o governo federal terá de destinar R\$ 2 bilhões para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), se ele for aprovado ainda este ano.

LIMITE

O relator do projeto de LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), amenizou, no seu substitutivo aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso, a regra para a redução dos gastos. Se o substitutivo de Jucá for aprovado pelo plenário do Congresso, não haverá mais um limite para o total das despesas correntes.

Isso porque ele determinou que os gastos da União como compensação aos Estados e municípios por causa da Lei Kandir, as despesas com o Fundo Constitucional do Distrito Federal e todos os gastos com a agricultura ficarão fora do limite. ●

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REUNIÃO DE PRIMAVERA

Brasil continua devagar, diz FMI

Relatório do Fundo Monetário afirma que risco de populismo cria dúvidas sobre a América Latina

Rolf Kuntz

ENVIADO ESPECIAL
SINGAPURA

A economia brasileira continuará a crescer menos que a economia global e menos que a da América Latina em 2006 e no próximo ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). A produção mundial aumentará 5,1% neste ano e 4,9% em 2007, mas também a inflação tenderá a subir e novas elevações de juros poderão ocorrer nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, de acordo com o Panorama Econômico Mundial distribuído pelo FMI.

Para o Brasil foi estimado um crescimento de 3,6% neste ano e 4% no próximo. São projeções superiores às divulgadas em abril, na edição anterior do relatório (3,5% em cada ano). Para a América Latina e o Caribe foram calculados 4,8% e 4,2%.

Destravar o potencial de crescimento continua a ser o desafio de longo prazo para a América Latina e o Caribe, segundo o relatório do FMI.

América Latina, de acordo com o Panorama, a região está menos vulnerável e conseguiu recuperar-se depois do choque financeiro de maio. A relação entre a dívida pública e o tamanho da economia diminuiu na maior parte da região, mas os gastos primários (isto é, não financeiros) aumentaram recentemente.

O baixo crescimento – o menor dentre as economias emer-

gentes – e a lenta redução da pobreza têm gerado frustração popular, segundo o relatório. “A incerteza política permanece uma preocupação, em parte refletindo as questões sobre a capacidade dos governos, em alguns países, de resistir a medidas populistas.”

A América Latina, assinala o Panorama, deveria preparar-se para uma situação internacional menos favorável, com juros em alta, mercado mais fraco para produtos básicos, com exceção do petróleo, e investidores menos dispostos a correr riscos. Disciplina fiscal deveria ser o núcleo de uma política de segurança contra choques.

‘A América Latina deve se preparar para uma situação mundial adversa’

O crescimento dos Estados Unidos foi projetado em 3,4% para este ano e 2,9% para o próximo. A expansão européia também deverá desacelerar, passando de 2,4% para 2%, assim como a japonesa (de 2,7% para 2,1%).

A maior parte da Ásia continuará em expansão acelerada. A economia chinesa deverá expandir-se 10% em cada um dos dois anos e a da Índia, 8,3% e 7,3%.

A inflação americana completará três anos de alta em 2006, chegando a 3,6%. Deverá diminuir para 2,9% em

2007, mas continuará superior à de 2004. As pressões vêm não somente do petróleo, mas também do estreitamento da capacidade ociosa.

O Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, manteve os juros na reunião de agosto, mas poderá ser levado a um novo aumento para conter o avanço da inflação. Novos aumentos poderão ocorrer também na Europa e no Japão.

Se esses aumentos ocorrerem, haverá pressão sobre o câmbio, que tenderá a se desvalorizar nos países latino-americanos, gerando pressões inflacionárias na região. Quanto mais lenta for a resposta dos bancos centrais, maior será, mais tarde, o custo do ajuste necessário. ●

➔ Mais informações, pág. B3 e A6

PANORAMA

3,6%

é a estimativa do FMI para o crescimento da economia brasileira em 2006

4%

é a estimativa de expansão em 2007

4,8%

é a expansão estimada da economia da América Latina e Caribe em 2006

3,4%

“A constatação é que os buracos financeiros são maiores que as crateras encontradas no asfalto.”

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “As milionárias crateras de nossas estradas”, publicada pela revista **ISTOÉ**, em sua edição de 16 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, a Polícia Federal descobriu, através de perícias realizadas nas rodovias, que metade do dinheiro pago pelo governo foi desviado. É a tradição do governo do Partido dos Trabalhadores. Os peritos concluíram que, em média, 50% do dinheiro de cada uma 20 obras foi desencilhado para bolsos privados.



As milionárias CRATERAS de nossas ESTRADAS

PF faz perícia nas rodovias e descobre que metade do dinheiro pago pelo governo é desviada

JOCELINE GOMES E HUGO MARQUES

Há uma novidade relevante sob o asfalto das rodovias brasileiras. Neste momento, 40 peritos do Instituto Nacional de Criminalística (INC), da Polícia Federal, fazem prospecções em estradas de cinco Estados, colhendo amostras de piche e pedras, para descobrir qual a razão de tantos buracos. Já foram produzidos 20 laudos e, desses, quatro foram anexados a inquéritos policiais — aos quais ISTOÉ teve acesso com exclusividade. **A constatação é que os buracos financeiros são maiores que as crateras encontradas no asfalto.** Os peritos concluíram que, em média, 50% do dinheiro de cada uma das 20 obras, sem exceção, foi desviado para bolsos privados. As construtoras aplicam materiais de terceira qualidade, registram desmatamentos em local sem árvores e diminuem a espessura do asfalto. **A espessura mínima de 2,5 centímetros chega a cair para um centímetro.** Os quatro laudos anexados a inquéritos, todos relativos a trechos de asfalto no Tocantins, comprovam desvio total de R\$ 230 milhões. “Estes laudos constituem um avanço importante na identificação da corrupção”, comemora Lucas da Rocha Furtado, procurador-chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. “É um marco no combate ao crime organizado.”

15 mil por cada laudo de análise de asfalto. Sem alguns equipamentos, os peritos recorrem aos laboratórios das universidades e institutos. O INC em Brasília tem excelentes equipamentos para análise de drogas e substâncias

O INC já faz laudos de qualidade de asfalto no Tocantins, Acre, Piauí, Roraima e Rio Grande do Sul. Os laudos dos peritos começam a ser anexados a inquéritos que apuram superfaturamento, desvios, fraude e outros tipos de crimes. Há milhares de trechos para serem analisados em todo o País, em obras federais ou estaduais que levam dinheiro da União. O caso mais acintoso, até o momento, é o da construção de 89 quilômetros de rodovia entre os municípios de Wanderlândia e Xambioá, no Tocantins. São dois contratos firmados entre a Secretaria dos Transportes do Estado e as empreiteiras Egesa Empreendimentos, de Minas Gerais, e Via Engenharia, de Brasília. O laudo aponta irregularidades em obras de desmatamento e no movimento de terra. Segundo os peritos, teriam sido desviados R\$ 85 milhões, em valores atualizados. **Significa um desvio de R\$ 1 milhão por quilômetro.** “Não tem superfaturamento”, garante Eduardo Martins, diretor comercial da Egesa. “Hoje, fazer obra não está fácil.” Em sua defesa, Martins apresenta relatório da Secretaria de Controle Externo do TCU. No despacho, o auditor do Tribunal atesta que a obra foi realizada “a contento”. A direção da Via, por sua vez, informa que vai se inteirar do processo antes de se pronunciar.

Nessa primeira amostragem da PF, a Egesa também foi apanhada no contrato da construção de trecho de 68,5 quilômetros, por exemplo, mas a área de análise de qualidade de asfalto é novidade técnica. Com menos de R\$ 100 mil, dizem os peritos, será possível comprar as máquinas para montar um mini-laboratório de análise de asfalto. “O

metros entre Aguiarnópolis e Luzinópolis, no Tocantins. O prejuízo corrigido seria de R\$ 66,9 milhões. Também para esse caso, a Egesa utiliza relatórios do Tribunal de Contas em sua defesa. Mas é exatamente essa a novidade. Até agora, todas as obras públicas vinham passando por auditorias do TCU, por amostragem. Os auditores fazem uma análise dos documentos da licitação e visitam algumas obras para checar se elas realmente existem. Geralmente as estradas estão lá. O que a PF começou a fazer é analisar com profundidade a qualidade da obra — e seu custo real. Ou seja, saber se a camada de asfalto empregado, a quantidade de brita e compostos químicos confere com os valores contratados no papel. É uma mudança na realidade brasileira. “Hoje, estão só passando farofa por cima de um asfalto já desgastado e jogando o dinheiro público fora”, acusa o presidente da Associação Brasileira de Transporte de Cargas, Nilton Gibson. “Com a primeira chuva, tudo vira pó.”

No momento, o governo federal realiza obras de recapeamento no valor de R\$ 440 milhões dentro da Operação Tapa-Buracos, anunciada pelo presidente Lula em janeiro último. **O TCU checou as licitações e constatou irregularidades que justificam a paralisação de 47,5% dessas obras.** Elas agora devem entrar na longa fila das perícias da PF. O problema é que perícia custa muito dinheiro. A PF gasta em média R\$

Congresso também pode ajudar criando leis mais rígidas para punir superfaturamento”, diz o analista político Márcio Coimbra. “A dificuldade é que muitos políticos tiram o dinheiro das campanhas justamente dessas obras.” ■

em apenas quatro laudos elaborados em rodovias do Tocantins

R\$ 230.000.000

foi o prejuízo constatado

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci caiu por violar sigilo, diz presidente”, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Presidente Lula pela primeira vez admite o envolvimento do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no caso em que caseiro teve contas bancárias violadas.

FOLHA DE S.PAULO

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2006

brasil 

ELABORAÇÃO: 2006 / PRESIDÊNCIA

Palocci caiu por violar sigilo, diz presidente

Lula admite pela primeira vez envolvimento de ex-ministro no caso em que caseiro teve contas bancárias violadas

Petista afirma não saber por que José Dirceu foi cassado; em relação à existência do mensalão, presidente não sabe negar nem confirmar

DA ENVIADA ESPECIAL

Na conversa com os jornalistas no avião que o levava ao Nordeste para fazer campanha, o presidente Lula falou sobre ex-ministros de seu governo acusados de irregularidades. Revelou que Antonio Palocci Filho, ex-ministro da Fazenda, foi demitido por não ter “o direito de utilizar o poder de ministro para ir atrás do caseiro”. É a primeira vez que o presidente admite a participação de Palocci no caso. O ex-ministro nega ter ordenado a violação.

Palocci

“O Palocci cometeu um erro diferente de outros. Porque ele teve o problema da quebra do sigilo do caseiro. E eu entendi que o ministro da Fazenda não tinha o direito de utilizar o poder de ministro para ir atrás do caseiro investigar. O Palocci, eu entendia que tinha que ser afastado porque era impossível [permanecer pelo motivo de] que o Ministério da Fazenda tivesse pedido para quebrar o sigilo do caseiro. (...) Elogio o Palocci até hoje. Acho que o Brasil deve ao Palocci. E o Brasil precisa agradecer o que o Palocci significou para este país.”

José Dirceu

“Eu não sei por que o José Dirceu foi cassado. Vocês sa-

bem? O Roberto Jefferson foi cassado porque mentiu. Ora, se ele mentiu significa que parte das coisas que ele falou [sobre Dirceu] não era verdade. Ora, eu acho que julgamento eminentemente político pode cometer erros gravíssimos. Chega uma hora em que as pessoas querem condenar o político. Sabe, a gente não pode confundir se foi dinheiro para campanha com mensalão.”

Existência do mensalão

“Não nego nem confirmo. Acho que as coisas têm que ser apuradas, nós precisamos é criar mecanismos para que uma denúncia quando sai seja investigada corretamente. Que ouçam todas as pessoas. Vivemos um momento em que as pessoas chegaram a tirar da cadeia bandido condenado a 26 anos [o doleiro Toninho da Barcelona] para poder dizer contra o ministro da Justiça. Eu pensava: quando deputados vão à cadeia para ouvir um bandido condenado a 26 anos para saber da vida do Márcio Thomaz Bastos, que país é este?”


Acusações

“Algumas pessoas ficaram surpresas quando saiu a pesquisa e eu não estava no ralo. Porque essas pessoas que fazem o julgamento não conhecem o país. Não conhecem o povo brasileiro. (...) Tem que descer para as ruas para ver as coisas acontecerem. O povo está comendo mais. Uma dona de casa paga R\$ 5,90 pelo arroz. Tio João e em 2003 ela pagava

R\$ 13. Vai falar mal de mim para essa mulher...”

Dossiês eleitorais

“Eu sempre soube que a política brasileira é isso. Lamentavelmente ela é isso. Vive de denúncia, acusações, dossiês, coisas que muitas vezes depois não são comprovadas, ou desmentidas, e ninguém nem faz reparo, as coisas não têm prosseguimento. As pessoas fazem julgamentos a toda hora. Você é julgado 24 horas por dia em 24 manchetes diferentes por dia. Você nem sequer tem chance de se defender. Todo mundo que é denunciado tem que ter o direito à defesa plena. Se valesse isso, se fosse feito assim em outros tempos, Vladimir Herzog não teria sido morto. Na medida em que você se precipita no julgamento, você pode condenar um inocente e absolver o culpado.”

 O Palocci cometeu um erro diferente de outros. (...) Eu entendia que [o então ministro] tinha que ser afastado porque era impossível [permanecer-se] o Ministério da Fazenda tivesse pedido para quebrar o sigilo do caseiro. (...) Elogio o Palocci até hoje. O Brasil deve ao Palocci

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Escolha política, Pizzolato foi pivô de crise no banco”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 17 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, ao contrário do que afirmou o Presidente Lula, o Palácio do Planalto utilizou-se de indicações políticas para ocupar cargos de destaque dentro do Banco do Brasil. Segundo o jornalista Bruno Winckler, ligado ao PT, Pizzolato, ex-gerente de *marketing*, mandou comprar R\$70 mil em ingressos de show da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano. Esse

show foi usado para levantar recursos para a construção da nova sede do PT em julho de 2004.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Escolha política, Pizzolato foi pivô de crise no banco

Ligado ao PT, ex-gerente de marketing mandou comprar R\$ 70 mil em ingressos de show

Bruno Winckler

Ao contrário do que disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem, o Palácio do Planalto utilizou-se de indicações políticas para ocupar cargos de destaque dentro do Banco do Brasil. Uma dessas nomeações, por sinal, gerou um caso rumoroso envolvendo favorecimento ao partido do presidente. Henrique Pizzolato, que foi um dos coordenadores financeiros da campanha de Lula à Presidência em 2002, foi nomeado para a gerência de marketing do Banco do Brasil. Nessa condição, determinou que o banco comprasse R\$ 70 mil em ingressos para um show da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano. Detalhe: o evento, que aconteceu em julho de 2004 na churrascaria Porcão, em Brasília, serviria para levantar recursos para a construção da nova sede do PT. Na ocasião, os diretores do BB foram acusados de improbidade administrativa.

Em agosto, o então presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, enviou à Comissão de Ética Pública do Congresso esclarecimentos sobre a compra dos ingressos. Em nota, Casseb informou que o BB fortaleceria a política do banco que vedava “o apoio a eventos promocionais que beneficiem partidos po-

líticos”. Além disso, Casseb apontou Pizzolato como responsável pela irregularidade e diminuiu os seus poderes de decisão sobre patrocínios.

Na oportunidade, Pizzolato desconsiderou as denúncias. “Isso é uma bobagem. Todo mundo sabe que no BB as decisões não são tomadas por uma única pessoa. Existem comitês específicos. Pelo menos duas pessoas participam da tomada de uma decisão”, explicou.

Para ele, o termo adequado para sua ação não era patrocínio. “Temos um acordo com uma empresa de cartões de crédito. Por esse acordo, temos direito a um determinado número de ingressos em shows e outros eventos. Não foi patrocínio”, sustentou.

MENSALÃO

Fernanda Karina Somaggio, a ex-secretária do publicitário Marcos Valério, um dos envolvidos no mensalão, disse à CPI dos Correios em 2005 que Pizzolato fazia parte dos contatos do empresário no governo. O BB inclusive manteria contrato de publicidade com a DNA Propaganda, agência de Valério. Após o episódio, em julho de 2005, Pizzolato, que teria recebido R\$ 326,6 mil de uma conta da DNA Propaganda no Banco Rural em janeiro de 2004, pediu aposentadoria.

SINDICALISTAS

As ligações de Pizzolato com o PT remontam ao tempo em que era líder sindical. Ele foi funcionário do BB e também presidente do Sindicato dos Bancários de Toledo (PR). Depois, presidente da CUT no Paraná. Em 1992, foi eleito como representante dos funcionários do BB na direção, o que lhe dava assento no Conselho de Administração. Para trabalhar como arrecadador de dinheiro para a campanha de Lula em 2002, Pizzolato licenciou-se do cargo.

Com a posse de Lula, ele foi nomeado diretor do BB. Sua experiência como sindicalista bancário o levou a aproximar-se do então secretário de Comunicação Estratégica do governo, Luiz Gushiken, também ex-sindicalista bancário. Em 2004 Pizzolato esteve no centro da briga entre a Previ e o Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, que disputavam o controle acionário da Brasil Telecom. Depois da briga, Pizzolato começou a perder o apoio de Gushiken no governo. e

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Pacote da habitação não sai do papel”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro deste ano.

A matéria destaca que há quase dez dias depois do anúncio das medidas que facilitariam a compra da casa própria, os bancos não oferecem crédito sem a TR e produtos mantêm mesmo IPI.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pacote da habitação não sai do papel

Quase dez dias depois do anúncio das medidas,
bancos não têm crédito sem a TR e produtos mantêm mesmo IPI

Márcia De Chiara

Quase dez dias depois de o governo ter anunciado um pacote de incentivos para a habitação, os bancos ainda não oferecem financiamentos para a compra da casa própria sem a correção do valor da prestação pela Taxa Referencial (TR).

Também a redução de 10% para 5% na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de materiais de acabamento, como chuveiros elétricos e sanitários, por exemplo, não foi autorizada.

Mas as grandes redes varejistas decidiram reduzir o preço desses itens por conta própria para não frustrar o consumidor e não perder vendas. Para tornar viável o abatimento antes mesmo da redução IPI, o varejo cortou os preços de estoques antigos.

“O governo está fazendo a festa com o chapéu do comércio”, reclama o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Cláudio Conz. Ele diz que ainda não saiu no *Diário Oficial* a redução do IPI.

Com isso, os negócios entre a indústria e o comércio estão semiparalisados para itens como chuveiros elétricos, sanitários, caixas de descargas, entre outros. É que a indústria não pode faturar esses itens como IPI menor, caso contrário é multada pela Receita Federal. O comércio, por sua vez, não quer comprar o produto, pois sabe que o imposto vai cair pela metade.

A Lorenzetti, a maior fabricante de chuveiros, sentiu queda no ritmo das vendas na última semana e seus estoques aumentaram, segundo o vice-presidente, Eduardo José Coli. “É um mistério a redução do IPI não ter sido autorizada.” Ele lembra que, nos dois cortes de IPI para os materiais de construção feitos neste ano, o governo autorizou a redução um dia depois de ter anunciado a medida.

A Telhanorte, por exemplo, é uma das redes varejistas que decidiu reduzir preços por conta própria. “Pagamos o preço cheio dos chuveiros e damos descontos de 5%”, diz o diretor Financeiro, Armando Carleto.

A Dicio é outra grande rede varejista de materiais de construção que optou por assumir por conta própria o desconto, antes de obter a redução do imposto, para ampliar as vendas.

“Na prática, a redução do IPI não foi transferida para o comércio. O preço menor desses itens é um custo para o varejo”, diz o diretor de Marketing, Carlos Roberto Corazzin.

A Leroy Merlin também decidiu repassar para o consumidor a redução do IPI de estoques antigos. A partir de sexta-feira, vai ofertar 600 itens de

tos imobiliários e a redução do IPI teriam impacto imediato no bolso do consumidor. É que a redução do IPI sobre materiais de acabamento cai como uma luva para os fabricantes e varejistas neste momento. Entre setembro e novembro ocorre pico de vendas desses itens, especialmente no caso da população de menor renda, que está impulsinando o consumo formiga de materiais de construção nos últimos meses, quando decide por exemplo, erguer mais um cômodo na casa ou fazer um “puxadinho”.

Quanto aos bancos, eles ainda aguardam as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) que vão valer para os financiamentos sem a correção pela TR, diz o diretor de Crédito Imobiliário da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e diretor de Operações da Nossa Caixa, Natalino Gazonato. “Falta regulamentação.”

Com a queda das taxas de juros, o diretor do Secovi-SP, Celso Petrucci, acredita que haverá interesse tanto dos bancos como do consumidor pelo crédito imobiliário sem a TR. ●

‘Governo está fazendo a festa com o chapéu do comércio’, diz Conz

materiais de construção no segmento de banho, parte deles com descontos. São produtos que foram beneficiados com a última redução do IPI.

BANCOS

O fim da correção das prestações pela TR nos financiamen-

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “À PF Lacerda implica campanha de Lula”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 30 de setembro do corrente.

A matéria destaca que Hamilton Lacerda, assessor do Senador Aloizio Mercadante, afirmou em depoimento à Polícia Federal que o falso dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, seria usado também pelas campanhas à Presidência da República e em outros Estados.

Sr. Presidente requiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

À PF Lacerda implica campanha de Lula

Segundo seu advogado, assessor de Mercadante disse que dossiê seria usado pelas campanhas do PT à Presidência e nos Estados

Pela primeira vez, um dos envolvidos no caso admite uso eleitoral de documentos e associa o material à campanha petista nacional

**FÁBIO VICTOR
RUBENS VALENTE**
DA REPORTAGEM LOCAL

Em depoimento de cinco horas ontem na superintendência da Polícia Federal em São Paulo, Hamilton Lacerda, ex-coordenador da campanha de Aloizio Mercadante (PT) e assessor parlamentar do senador, declarou que o dossiê contra tucanos poderia ser usado nas campanhas de Lula e de outros petistas nos Estados.

A informação partiu de seu advogado, Alberto Zacarias Toron. Foi a primeira vez que um dos envolvidos no caso admitiu abertamente o uso eleitoral do dossiê e o associou à campanha do presidente Lula.

A Polícia Federal obteve mandados de busca e apreensão na Justiça Federal de Curitiba e apreendeu, ontem à tarde, “agendas, documentos, fitas, cds e anotações” na casa de Lacerda em São Caetano.

“A polícia o ouviu porque ele foi chamado a Brasília para ver

se seria possível divulgar um eventual material de repercussão na campanha”, disse Toron, sem citar à qual campanha se referia. Questionado pela **Folha**, esclareceu: “A repercussão na campanha como um todo, não era só na campanha de São Paulo, não. É na campanha nacional. Eventualmente nas estaduais também”.

Segundo o advogado, Lacerda contou à PF que quem o chamou à Brasília foi Jorge Lorenzetti, ex-coordenador de risco e mídia de Lula.

“Sabia-se até então que havia um material comprometedor no que concerne ao escândalo dos sanguessugas. Como ele teve participação é que ele foi chamado [a depor]”, disse Toron. Lacerda negou que tenha levado a Gedimar Passos verba para comprar o dossiê.

“Ele não manuseou em qualquer momento o dinheiro, não falou sobre a origem do dinheiro e desconhecia que o material seria pago”, disse Toron.

Imagens do circuito interno do hotel onde Passos se hospedou mostraram Lacerda entrando com uma mala no local e saindo de lá sem ela, no dia 14 de setembro, quando Gedimar e Valdebran Padilha foram presos no local com o dinheiro. Pa-

ra a PF, era a comprovação de que o assessor de Mercadante teria transportados pelo menos parte do R\$ 1,7 milhão.

Lacerda, segundo seu advogado, admitiu ter ido ao hotel naquele dia, mas relatou que a mala continha um notebook, roupas, material de campanha do PT e boletos bancários para contribuição de campanha. Lacerda disse que os entregaria a Gedimar, a pedido deste, e que, por isso, saiu sem a mala.

Segundo Toron, o notebook seria para a conferência da autenticidade de parte do material do dossiê (CDs e DVD). “Os boletos eram para depósito por pessoa física nos exatos termos do que manda a lei eleitoral.”

Há pontos confusos. Toron não soube dizer, por exemplo, aonde foi parar o conteúdo da mala, que não estavam no material apreendido pela PF. “Salvo engano meu, o notebook foi apreendido”, disse ele.

Toron afirmou que Lacerda foi duas vezes ao hotel, mas não esclareceu se foram no mesmo dia. Lacerda reafirmou à PF que o candidato “desconhecia por inteiro” o dossiê.

A **Folha** apurou que o depoimento de Lacerda nada acrescentou sobre a origem do dinheiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos 41 anos, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) procurou trabalhar de maneira correta. Durante todo esse tempo, como organização não-governamental dedicada às causas sociais e aos fins filantrópicos sem perseguir nenhum lucro, buscou sempre a transparência para prestar contas anualmente à sociedade brasileira sobre os resultados de suas atividades e sobre o cumprimento de suas metas. Dessa forma, sua atuação sempre esteve exposta ao crivo da opinião pública, do Governo, das escolas e das empresas. Durante todos esses anos, friso, a entidade apresentou uma trajetória de trabalho exemplar – e só recebeu elogios de todas as instâncias sociais e institucionais com as quais tem obrigação de se relacionar.

Em seu Relatório de Atividades referente ao ano de 2005, o substantivo coragem aparece em grande destaque. De acordo com a sua Governança Corporativa, no ano passado, foi preciso ter coragem para levar adiante a construção do Espaço Sociocultural e Teatro para a cidade de São Paulo, promover importantes reformulações administrativas internas, implantar em definitivo a Governança Corporativa, estruturar os projetos de educação à distância em pauta, expandir o número de universidades para atender estudantes de regiões distantes, trabalhar duro para cumprir à risca todas as metas estabelecidas, manter a transparência em todas as suas atividades, aumentar os investimentos em modernização e garantir o lugar como a instituição de assistência social mais importante do País.

Nessas quatro décadas de atuação, o CIEE encaminhou mais de 6 milhões de estudantes para estágios em várias áreas do aprendizado profissional. Mais de 220 mil empresas em todo o País contribuíram com esse objetivo. O mesmo aconteceu com mais de 20 mil escolas superiores e de ensino médio que atuam em parceria com os projetos da organização. É importante ressaltar que o CIEE conta, atualmente, com mais de 300 unidades operacionais em todo o território nacional. Mais de 1 milhão de estudantes já foram capacitados, gratuitamente, pelo Programa CIEE de Desenvolvimento Estudantil.

No que se refere ao Programa CIEE de Orientação Profissional, mais de 280 mil jovens foram atendidos. Apenas para termos uma idéia da importância da atuação dessa entidade no campo social, no ano de 2005 foram convocados 3 milhões de estudantes do ensino médio e superior para oportunidades de estágio, e foram abertas cerca de 250 mil vagas, um aumento de 25 % em relação a 2004. É importante dizer ainda que, para atender a essa oferta, foram colocadas à disposição do programa, mais de um milhão e qui-

nhentas mil bolsas-auxílio. Ao mesmo tempo, centenas de palestras e seminários gratuitos foram oferecidos à juventude estudantil.

O CIEE planeja, coordena e estrutura todas as etapas do Programa Estágio por ele desenvolvido. Além disso, realiza a capacitação, o cadastramento e o encaminhamento de estudantes do ensino superior e do ensino médio de todos os cursos às vagas do estágio. Fiscaliza o seu acompanhamento em tempo integral, e se encarrega de providenciar o Termo de Compromisso, que estabelece as condições do treinamento e é assinado pelo estudante, pela escola e pela empresa.

No exercício de 2005, cerca de 100 mil empresas privadas e de economia mista, associações de classe, órgãos da administração pública e prefeituras municipais, firmaram e renovaram convênios com o CIEE. Entre as parcerias estabelecidas convém destacar: a Presidência da República; o Conselho Federal da ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Superior Tribunal de Justiça (STJ); TAM Linhas Aéreas; Prefeitura Municipal de São Paulo; Ministério da Agricultura; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio; Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Banco Central do Brasil; Conselho Regional de Farmácia; Spal Indústria Brasileira de Bebidas; Superintendência da Receita Federal do Brasil; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e outras instituições de igual representatividade.

Em 2005, o CIEE lançou o seu Programa de Educação à Distância. Além de abrir uma importante porta de acesso aos estudantes carentes em todo o território nacional, os cursos são gratuitos e podem ser acessados em qualquer lugar do País. Os inscritos são acompanhados por uma tutoria pró-ativa, que tem como tarefa principal esclarecer as dúvidas de conteúdo e promover a orientação pedagógica. Dois cursos foram colocados à disposição dos interessados: Conectado ao Mercado de Trabalho e Atualização Gramatical. É importante destacar que 14 turmas foram formadas e cerca de 2 mil alunos foram capacitados no final do ano passado. Diante do sucesso obtido, a idéia é prosseguir com o projeto, abrir o leque para a organização de novos ensinamentos e atrair milhares de jovens que estão certamente à espera de uma oportunidade.

Nesse sentido, em parceria com a Cisco Systems e também com importantes empresas do setor de informática, entre elas: a BS Consulting, Belmonte Consulting, Impacta, Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada e outras, o CIEE mantém um Centro de Treinamento em Informática. Nesse ambiente são oferecidas gratuitamente aulas de Web Design, Linux, Conceitos Básicos de Rede, Lógica de Programa Visual,

Windows, Word, Excel, Power Point e Access, além de uma oficina de capacitação chamada Oportunidades no Mundo da Internet. Em 2005, mais de 7 mil estudantes foram beneficiados com a iniciativa de inclusão digital em cursos de excelente qualidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, gostaria de relembrar que o CIEE, uma das mais importantes referências do 3º Setor em nosso País, tem sede em Brasília e é um órgão de representação nacional. Caracteriza-se por ser uma instituição particular, não-governamental, de utilidade pública, de fins filantrópicos e sem qualquer objetivo lucrativo. Como disse no início deste discurso, o CIEE está presente em todo o território nacional. São cerca de 300 escritórios, distribuídos por todos os Estados. Sua estrutura de administração é formada por empresários, educadores e representantes das unidades autônomas, que compõem o seu Conselho Diretor. O Conselho Diretor do CIEE Nacional é presidido pelo educador Paulo Nathanael Pereira de Sousa, que merece todo o nosso respeito pela brilhante atuação à frente de uma entidade que trabalha em defesa do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comovente homenagem foi prestada sexta-feira última, dia 6, pelo governo paulista ao Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar que, em 1831, como Presidente da então Província, fundou a força hoje coberta de glórias e denominada Polícia Militar do Estado de São Paulo.

A missa **in memoriam** do Patrono dessa corporação, celebrada pelo Padre Antônio Maria, compareceram o Governador Cláudio Lembo e outros destacados membros do governo, entre os quais o Secretário-Chefe da Casa Civil, Rubens Lara, o Secretário da Segurança, Saulo de Castro Abreu Filho, e a Secretária da Casa Militar, Cel. Fátima Ramos Dutra.

O ato religioso aconteceu na Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, região central da cidade de São Paulo, onde também se encontravam os tataranetos do homenageado: 2º Tenente-Médico Cecília Tobias de Aguiar Moeller Achear e Capitão-Dentista Luís Tobias de Aguiar Federico. Os despojos do Brigadeiro ali estão sepultados.

Depois de dizer que acabara de autorizar por decreto a liberação dos recursos necessários à restauração da centenária Igreja do Largo de São Francisco – elogiável atitude condizente com os anseios da população paulistana –, o Governador lembrou que o homenageado “acreditou na liberdade e por isso chegou a ser preso.” Ressaltou ainda: “Ele acreditava que só a liberdade seria capaz de permitir às pessoas evoluírem efetivamente”.

Por sua vez, o Comandante da Polícia Militar, Cel. Eliseu Éclair Teixeira Borges, qualificou a figura

do Brigadeiro como “ímpar e possuidora de um grande sentimento humanitário”, antes de afirmar:

“Ele interessou-se pelas precárias condições da vida dos escravos, dedicou-se à instrução pública e a assistência hospitalar. Preocupou-se com a imigração, a catequese dos índios, com as finanças e com a produção agrícola. Era um excepcional estadista.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me tranqüilizado pela manifestação do Governador, quando assegura que o Estado paulista precisa guardar seus grandes monumentos e explica:

“Perder essa igreja seria um crime. Ela tem uma beleza única e é um patrimônio histórico. O prédio está destruído, corroído pela ação do tempo e pelas condições biológicas. Por isso, o Governo de São Paulo faz um ato, raríssimo, que é assumir por decreto, a restauração desse monumento”.

O imóvel integrará o patrimônio histórico cultural do Estado porque, como lembra Cláudio Lembo, o governo tem a obrigação cívica de preservar e restaurar a história dos paulistas.

Construída entre 1642 e 1676, o antigo nome da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco era Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de São Paulo. Por décadas, foi famosa sua festa de Santa Isabel, realizada em julho e sucedida pela de São Francisco das Chagas, em 17 de setembro.

Entre 1730 e 1740, a igreja recebeu um novo retábulo feito pelo entalhador Luís Rodrigues Lisboa e, entre 1790 e 1791, outro artista – José Patrício – pintou os grandes painéis da capela-mor. No século XIX, acrescentaram-se os quadros expostos nas paredes.

O templo possui imagens de Santo Ivo, cujo andor foi instituído em 1784, e da Divina Justiça. Os antigos quadros oitocentistas, representando São Gualter, São Francisco, Nossa Senhora e as várias fases da Paixão de Cristo, ali continuam.

No início do século XX, em 1918, foram descobertos os restos mortais do Padre Diogo Feijó, depois trasladados para a cripta da atual Catedral da Sé.

Os Irmãos Terceiros cuidam da igreja. Todos são leigos, mas devem seguir rígida conduta de amor a Deus, ao Santo Irmão Francisco e à prática da caridade cristã. Para serem admitidos na ordem, passam por severos critérios, depois do noviciado e do apostolado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para relembrar a história do Patrono dos policiais-militares do meu Estado, vali-me principalmente da compilação de várias obras históricas feita por Adilene Ferreira Carvalho Cavalheiro, cidadã de Sorocaba, no Interior paulista, onde Tobias de Aguiar nasceu em 4 de outubro de 1794, na Matriz de Nossa Senhora da Ponte.

Filho do Tenente-Coronel Antônio Francisco de Aguiar e de dona Gertrudes Eufrosina Aires de Aguirre, tinha títulos e fardas de oficial das antigas companhias de ordenanças, Coronel da extinta 2ª Linha em 1842 e Brigadeiro reformado em 28 de agosto de 1846. Foi

editor de O Tebyriça, jornal paulistano de 1842, Presidente da Província de São Paulo por duas vezes e um dos principais líderes da Revolução Liberal de 1842.

Seu pai inscreveu-o, aos quatro anos de idade, no Quadro do Regimento de Cavalaria da Vila, como cadete. Aprendeu a ler aos sete anos, provavelmente com os padres beneditinos.

Na adolescência, em São Paulo, passou a estudar latim com André da Silva Gomes, conhecido personagem que participou do primeiro Governo Popular de São Paulo. Aprendeu retórica com o professor José Estanislau de Oliveira e filosofia com o padre Roque Soares de Campos. Mas, foi Martim Francisco quem lhe transmitiu noções de liberalismo, durante as aulas gratuitas de francês e filosofia.

Sargento-Mor graduado em 1813, não pôde viajar para Coimbra devido ao estado do pai, que veio a falecer em 15 de abril de 1818. Sucedeu-o na administração dos bens da família e na direção do Registro de Animais criado em Sorocaba para a estrada do Rio Grande do Sul. Também assumiu o cargo de Tesoureiro da Real Fabrica de Ferro de São João do Ipanema.

Em 1821, durante a eleição de deputados às Cortes Constituintes de Lisboa, inicia-se na vida pública, enviado de Sorocaba a Itu e de Itu a São Paulo. Em 1822, contribui com doze contos de réis em ouro ao se abrirem as subscrições na Província de São Paulo para proteger o príncipe D. Pedro I das forças do General Avilez, no Rio de Janeiro. Fornece armas e munições aos soldados da cavalaria de Sorocaba e ajuda a reunir tropas com o objetivo de combater os portugueses, que não reconheciam a independência do Brasil.

Em 27 de outubro de 1824, é nomeado Conselheiro do Governo da Província de São Paulo e apresenta um projeto de instalação da primeira linha de Correio Oficial no interior, partindo de São Paulo e Jundiá, Campinas, Itu e Sorocaba. Reeito Conselheiro Provincial, em 1829, foi também eleito Deputado Geral e assume o cargo, no Rio de Janeiro, em 1830.

Era chefe do Partido Liberal e, através do Ato de 3 de abril de 1831, recebe do Ministério a primeira nomeação para presidir a Província de São Paulo (1831–1835). Quando os liberais reassumem o poder, é nomeado novamente e assume em 6 de agosto de 1840. Em outubro desse ano, foi eleito deputado Geral para a Legislatura de 1842, mas não pôde assumir sob a alegação de irregularidades nas eleições.

Com a assunção do Ministério Conservador, Tobias de Aguiar perdeu a Presidência de São Paulo em 15 de julho de 1841. Durante sua primeira Presidência, a 15 de dezembro de 1831, propôs a criação da Guarda Municipal Permanente com cem praças a pé e a cavalo, além de uma cavalaria composta por trinta soldados e um tenente, o que viria a ser o embrião da Polícia Militar de São Paulo.

Ainda nesse período, iniciou o romance com dona Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de San-

tos. Legalizou essa relação no dia 14 de junho de 1842, no oratório particular de sua mãe, sob as bênçãos do padre Romualdo José Paes. Foram testemunhas o Senador Padre Diogo Antônio Feijó e Francisco Xavier de Barros. O casal teve seis filhos.

Em 17 de maio de 1842, às 10 horas, o então Coronel é aclamado pela Câmara, em Sorocaba, Presidente Interino da Província e passa a chefiar a Revolução Liberal. Sua primeira providência por escrito diz:

“Devendo-se tomar todas as medidas que conservem a segurança pública e a causa proclamadas hoje nesta cidade, para sustentar e defender o trono de S.M. o Imperador, o Presidente Interino da Província ordena ao Sr. Elias Aires do Amaral, coletor desta cidade, que lhe envie uma conta do que existe presentemente em caixa e das letras a vencer, afim de se poder ocorrer às despesas que se tem de fazer com as tropas em movimento para o dito fim. Suspendendo desde já qualquer remessa para a Tesouraria de São Paulo, debaixo de sua responsabilidade, o que lhe comunico para sua inteligência e exercício. Palácio do Governo em Sorocaba, 17 de maio de 1842. Raphael Tobias de Aguiar”.

A Revolta Liberal termina a 20 de junho, quando o Barão de Caxias chega a Sorocaba e encontra trincheiras e canhões abandonados. Preso em 8 de novembro de 1842 no Rio Grande do Sul com o enteado, Felício Pinto de Castro, Tobias de Aguiar foi levado para o Rio de Janeiro em 12 de dezembro. Doente, ficou encenado na Fortaleza Lage. No dia 14 de fevereiro seguinte, transferiram-no para o Forte de Villegaignon. A esposa, um filho, o enteado Felício, um sobrinho, um amigo e quatro escravos fizeram-lhe companhia.

Em 1844, anistiado, chega triunfante a São Paulo, onde é aclamado pelo povo que tomou a Rua do Carmo, defronte ao palacete da Marquesa de Santos, para comemorar. No mês subsequente, lança o Manifesto em que relata seu envolvimento na Revolução e a prisão.

Elege-se Deputado Geral (1846 a 1857) e disputa por duas vezes uma vaga para o Senado sem sucesso. Com a saúde debilitada, licencia-se daquele mandato em 20 de julho de 1857.

Decidido a voltar do Rio de Janeiro para casa, embarca com a família no vapor Piratininga. Todavia, chega a Santos com a doença agravada e a família decide retomar ao Rio em busca de cura. Falece quando o navio singra as águas da Baía de Guanabara. Seu corpo retoma São Paulo, em 20 de outubro, e é velado na Capela particular da Igreja da Misericórdia até o dia 25. Com todas as honras, foi sepultado na Igreja de São Francisco, sala dos Jazigos da Ordem Terceira.

Em 15 de dezembro último, a força policial fundada por ele e inspirada na Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa completou 175 anos de serviços à população com eficiência, perseverança e desprendimento. São 93 mil pessoas, de ambos os sexos, dedicadas à segurança pública em 645 muni-

cípios. Além do policiamento, cuidam de todo tipo de emergência, desde o combate a incêndios e os salvamentos, até a remoção de feridos para hospitais e a realização de partos improvisados.

Seus serviços de atendimento telefônico recebem 180 mil chamadas por dia, o que resulta em 66 milhões de ligações ao ano, incluindo as atividades de polícia e uma grande demanda nas áreas da saúde e assistência social.

Com vistas a trabalho de tamanha responsabilidade e tão estressante, a Polícia Militar paulista aplica rigor ao processo de admissão e no acompanhamento profissional. Tomou obrigatórias as avaliações psicológicas de rotina, assim como as de conduta social dos policiais. Não titubeia em expulsar maus elementos que traíam seus rígidos princípios.

Programas de aperfeiçoamento, estágios e cursos de especialização garantem o bom nível de treinamento, sob orientação da Diretoria de Ensino e Instrução, incumbida de difundir as modernas doutrinas de segurança pública. Apesar das dificuldades, o governo paulista tem investido em pessoal e na modernização de viaturas, armamento, sistemas de comunicação e de informática, e na melhoria de bases de dados.

Foi essa PM que, numa ação pioneira na América Latina, implantou o policiamento comunitário sob princípios de natureza democrática e participativa, isto é, baseados na estrita colaboração entre a comunidade e os policiais.

A importância histórica dedicada ao Patrono está patente no nome do Primeiro Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” e no de suas Rondas Ostensivas, mais conhecidas pelo acrônimo Rota, uma tropa reservada do Comando Geral da PM e considerada como uma das polícias de choque mais bem treinadas no mundo. Constitui força tática motorizada que possibilita versatilidade, flexibilidade e forte capacidade de reação. Na condição de, conforme o caso, agrupamento de viaturas, Grupo, Pelotão, Companhia ou Batalhão de Choque, está permanentemente apta ao emprego, tanto no policiamento, como no controle de distúrbios civis.

A história dessa importante unidade policial-militar, sediada até hoje em prédio histórico concluído em 1892, confunde-se com a da própria PM. O Batalhão esteve presente em inúmeras campanhas militares que marcaram o País, entre elas a Guerra de Canudos (1887), o Levante do Forte de Copacabana (1922), a de Goiás (1926), a do Rio Grande do Sul (1925), a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o combate à guerrilha em São Paulo (1970).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ao reverenciar a memória do Brigadeiro Tobias de Aguiar e empenhar-se na restauração da Igreja de São Francisco, o governo de São Paulo presta duplo serviço à população do meu Estado e do Brasil, daí por que merecer este registro nos Anais do Senado da República.

Era o que me cabia comunicar.

Muito obrigado. – Senador Romeu Tuma.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo, hoje, esta tribuna para compartilhar com os nobres colegas a extraordinária experiência que vivenciei durante minha participação na disputa eleitoral pelo Governo do Estado do Paraná, encerrada no dia 1º de outubro, juntamente com o fim do 1º turno das eleições.

Na condição de Senador da República, eleito para defender os interesses do meu Estado e para representar os milhões de homens e mulheres paranaenses, gostaria de relatar algumas das situações mais marcantes e que fizeram desta campanha um dos momentos mais bonitos e importantes da minha caminhada política.

Foram meses de grande dedicação e empenho para levarmos a todos os paranaenses a nossa mensagem, utilizando o nosso jeito de fazer política e tendo como ponto fundamental o diálogo, o respeito e a participação da sociedade, num exercício permanente de co-responsabilidade.

Não saímos vitoriosos das urnas, mas vencemos no objetivo de discutir com toda a sociedade os desafios que o Paraná precisa enfrentar para se tornar mais desenvolvido e justo.

Gostaria de agradecer ao povo do Paraná pelos votos recebidos – foram 506.825, que corresponderam a 9,35% dos votos válidos. Também agradeço pelo apoio de todos os que se engajaram na campanha. Em todo o Estado, milhares de pessoas realizaram um trabalho quase invisível, apostando no voto de corrente, conquistado pela conversa e pela indicação de quem conhece a nossa história. Esta é a forma como sempre trabalhamos, com comedimento e sem nenhum exagero. Fizemos uma campanha modesta, gastando o extremamente necessário para levar a nossa mensagem aos eleitores. Sem dúvida, fizemos um trabalho do qual podemos nos orgulhar.

Encerrei a minha participação nestas eleições para o Governo do Estado muito satisfeito em ter contribuído para um debate que precisa continuar sendo promovido para o bem do Paraná.

O Paraná enfrenta problemas sérios e que precisam da união e do esforço conjunto de todos os parlamentares que representam o Estado no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa, nas Câmaras Municipais, assim como de nossos representantes junto ao Poder Executivo, nas Prefeituras e no Governo do Estado.

Por isso, proponho a todos os representantes do Paraná um pacto de união a favor de nosso Estado. União para que o Paraná esteja cada vez mais forte na busca pela superação de seus desafios e no trabalho conjunto para conquistar maior representatividade junto ao Governo Federal.

Certamente, esta união é fundamental para o Estado. Aqui, no Congresso Nacional, temos exemplos concretos de que as bancadas unidas e bem articuladas com os governos estadual e municipais, conseguem melhores resultados em todos os aspectos.

Este foi um dos temas centrais que debatemos de forma aprofundada durante a campanha eleitoral. Percebemos que o Paraná só tem a ganhar com esta união de esforços e que, juntos, podemos transformar nossa realidade, buscando caminhos e alternativas para nossas necessidades mais urgentes.

Também foi pensando na união a favor do Paraná que optei por, no segundo turno, manter uma posição de neutralidade em relação aos candidatos que disputam o Governo do Estado. Acredito que esta posição é a mais adequada para que, terminado o período eleitoral, possamos apoiar o Governador eleito sem qualquer constrangimento. Na condição de Senador, tenho de zelar para que isto se dê da melhor forma possível.

Quero propor a toda a classe política do Paraná e aos movimentos sociais, que contribuíram de forma brilhante para a realização deste debate no Estado, a junção de nossas forças, energias e, acima de tudo, de nosso amor por nossa terra e por nosso povo, superando quaisquer diferenças ideológicas e partidárias para um bem maior, que é vermos o Paraná ainda mais próspero.

Tenho certeza de que este esforço valerá a pena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 28 minutos.)


(OS: 15467/2006)

Agenda do Presidente do Senado Federal

10/10/2006

terça-feira

-
- 11:00** - **Senhor Walter Nunes da Silva Júnior, Presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil - AJUFE, acompanhado do**
Senhor Marcelo Granado - Juiz Federal
Senhor Paulo Ricardo Arena Filho - Secretário Geral
Senhor Nino Toldo - Vice-Presidente da 3ª Região
Senhora Márcia Voguel - Diretora
Senhor Rodrigo Godoy - Diretor
Senhor Luiz Aírton de Carvalho - Diretor
Senhor José Henrique Guaracy Rebêlo - Diretor
- Audiência Conjunta com o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:00** - **Reunião de Líderes de Partidos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:50** - **Reunião de Líderes de Partidos no Senado Federal**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa**
Plenário do Senado Federal


Martha Lyra Mascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

PARECER Nº 32, DE 2006-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 11 de 2006-CN, que "Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006."

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 84, de 2006-CN (nº 487/2006, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.

O Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, (Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2006) contém as “*autorizações específicas de que trata o art. 89 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, para atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição*”. Este dispositivo constitucional determina que o aumento de despesas com pessoal e encargos sociais tenham autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A LDO – 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, art. 89), que deveria conter tais autorizações, nos termos do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição, estabelece que, para fins de atendimento ao mandamento constitucional, a lei orçamentária anual - LOA deverá conter anexo específico com tais autorizações.

O projeto enviado pelo Senhor Presidente da República pretende alterar os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, com o fito de incluir limites financeiros e autorizações específicas relativas à alteração de estruturas de carreiras e aumento de remuneração, no âmbito do Tribunal de Contas da União, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, bem como ampliar o limite financeiro destinado à reestruturação da remuneração dos cargos e carreiras do Poder Executivo, como assim informa a Exposição de Motivos nº 104/2006-MP, de 28 de julho de 2006, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assim, tendo em vista os sucessivos projetos de reestruturação de cargos e carreiras apreciados no âmbito do Congresso Nacional, torna-se necessário adequar o Anexo V do texto da lei orçamentária, procedimento usual no tratamento do controle das autorizações dos gastos com pessoal.

II – VOTO

Desse modo, **SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2006-CN, NOS TERMOS DA PROPOSTA ENCAMINHADA PELO PODER EXECUTIVO.**

Sala das Sessões, em de de 2006.



Relator

Deputado Sérgio Miranda

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Sétima Reunião Extraordinária, em 10 de outubro de 2006, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Deputado SÉRGIO MIRANDA, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 11/2006-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio Cesar, Segundo Vice-Presidente, Alex Canziani, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Carlito Merss, Colbert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Iriny Lopes, Jaime Martins, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Divino, José Pimentel, José Rocha, Júlio Semeghini, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Nazareno Fonteles, Nelson Pellegrino, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rogério Teófilo, Sérgio Miranda, Vignatti e Waldemir Moka; e os Senadores Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Luiz Otavio, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira.

Sala de Reuniões, em 10 de outubro de 2006.



Deputado **GILMAR MACHADO**
Presidente



Deputado **SÉRGIO MIRANDA**
Relator

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 11/2006-CN, que “Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006. (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006)”.

Sala de Reuniões, em de outubro de 2006.



Deputado GILMAR MACHADO
Presidente



Deputado SÉRGIO MIRANDA
Relator

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

***Atas da 7ª a 14ª Reuniões, realizadas em 5, 6, 12 e 20 de setembro de 2006.**

(*Publicadas em suplemento à presente edição).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

***Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2006.**

(*Publicada em suplemento à presente edição).

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1929, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **RUI DE OLIVEIRA VASCONCELOS**, matrícula nº 39424, e **MARCELO BRANDÃO DE ARAÚJO**, matrícula nº 38330, como gestores titulares, e **PETRUS ELESBÃO LIMA DA SILVA**, matrícula nº 39590, e **LEOMAR DINIZ**, matrícula nº 42344, como gestores substitutos, respectivamente, do Processo nº 019387/05-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PS.: Republicado por haver saído com incorreções.

Elaborado por
Roberto Oliveira

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2003 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar a servidora **MARIA TEREZA LASSERRE NUNES**, matrícula nº **35984**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, com efeitos a partir de 16 de maio de 2006, com lotação e exercício na **Secretaria Especial do Interlegis**.

Senado Federal, 09 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2004 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014707/06-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", e "b", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a OCIREMA GUIMARÃES VIEIRA e SIMONE BORGES BASTOS, respectivamente, na condição de ex-esposa pensionada e cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor LUCIANO VIEIRA, matrícula 2190, a partir da data do óbito, 23/09/2006.

Senado Federal, 10 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

SERH/SSPIN/SECOPE/PROCESSO DE PENSÃO/ATOS/02190 Glória Maria

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2005 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIÂNGELA GONÇALVES CASCÃO, matrícula nº 139303, e HAROLDO FEITOSA TAJRA, matrícula nº 52880, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008611/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de outubro de 2006.

Elaborado por
Roberto OliveiraRevisado por
Vicente Jr
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2006 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 33791, e NIDOVAL PINTO SILVA, matrícula nº 17039, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014133/06-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de outubro de 2006.

Elaborado por
Roberto Oliveira
Revisado por
Vicente Jr


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2007 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015.540/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOANA DE URURAHY PERICÁS**, matrícula n.º 165296, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 09 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2008 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015087/06-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ERASMO ROSA DA SILVA**, matrícula n.º 192573, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Amanda


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2009 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015089/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDGARD DE LIMA**, matrícula n.º 188107, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Amanda


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2010 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015090/06-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DEISE LÁZARA BARBOSA NEVES**, matrícula n.º 180431, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Amanda


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2011 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015091/06-6**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ ALCINO**, matrícula n.º 194880, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Procuradoria Parlamentar, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Carla


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2012 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015088/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VANIA MARA CRAVEIRO DOS SANTOS**, matrícula n.º 192159, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Carla


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2013 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014956/06-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **THIAGO MONTENEGRO NAVARRO**, matrícula n.º 192860, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Marina


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2014 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.973/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FERNANDO JUNQUEIRA NEVES**, matrícula n.º 195598, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2015 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.996/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DELVINA BALDUINO PETITO**, matrícula n.º 185891, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2016 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e dos Processos n.ºs **015.141/06-3** e **015.142/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **IMÉRIA CATARINA LETTARI DE MOURA**, matrícula n.º 162180, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Quarta Secretaria para o Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2017 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.819/06-6**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1936, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3581, de 06/10/2006, que exonerou **MARIA DE FÁTIMA PINTO DE SÁ PIRES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

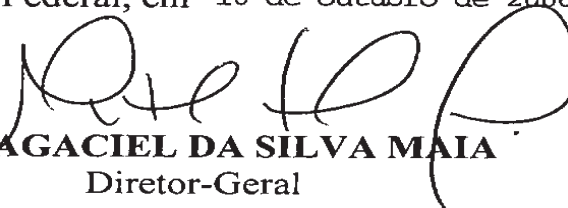
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2018 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015.144/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDECI DE OLIVEIRA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

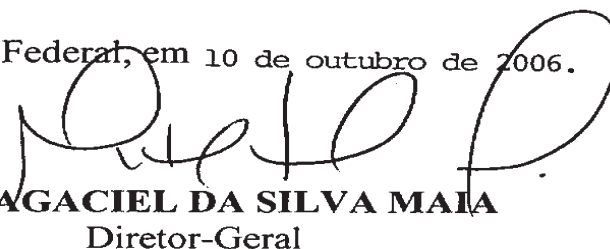
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2019 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015.143/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO CONDE DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

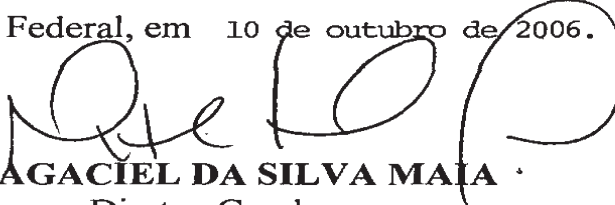
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2020 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015.145/06-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÉRGIO VIEIRA MARQUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

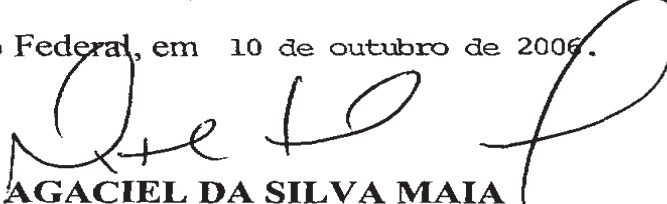
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2021 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015124/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLAUCO ANTÔNIO DE AZEVEDO MORAIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assisitante Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2006.

Elaborado por: Amanda


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

| SECRETARIA DE COMISSÕES | | |
|--------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Diretora | Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz | Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095 |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | | |
|---|-------------------------------|---------------------------|
| Diretor | Wanderley Rabelo da Silva | (Ramal: 3623 – Fax: 3606) |
| Secretários | Francisco Naurides Barros | (Ramal: 3508) |
| | Hermes Pinto Gomes | (Ramal: 3510) |
| | Irani Ribeiro dos Santos | (Ramal: 4854) |
| | Verônica de Carvalho Maia | (Ramal: 3511) |
| | José Augusto Panisset Santana | (Ramal: 4854) |
| | Izaías Faria de Abreu | (Ramal: 3514) |
| | Angélica Passarinho Mesquita | (Ramal: 3501) |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS | | |
|---|-----------------------------------|---------------------------|
| Diretor | Sérgio da Fonseca Braga | (Ramal: 3507 – Fax: 3512) |
| Secretários | Maria de Fátima Maia de Oliveira | (Ramal: 3520) |
| | Ivanilde Pereira Dias de Oliveira | (Ramal: 3503) |
| | Maria Consuelo de Castro Souza | (Ramal: 3504) |
| | Rilvana Cristina de Souza Melo | (Ramal: 3509) |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES | | | |
|--|-----------------------------|----------------------------------|---------------|
| Diretor | José Roberto Assumpção Cruz | | (Ramal: 3517) |
| Secretários | CAE | Luiz Gonzaga Silva Filho | (Ramal: 4605) |
| | CAS | Gisele Ribeiro de Toledo Camargo | (Ramal: 4608) |
| | CCJ | Gildete Leite de Melo | (Ramal: 3972) |
| | CE | Júlio Ricardo Borges Linhares | (Ramal: 4604) |
| | CMA | José Francisco B. de Carvalho | (Ramal: 3935) |
| | CDH | Altair Gonçalves Soares | (Ramal: 1856) |
| | CRE | Maria Lúcia Ferreira de Mello | (Ramal: 4777) |
| | CI | Celso Antony Parente | (Ramal: 4354) |
| | CDR | Ednaldo Magalhães Siqueira | (Ramal: 3517) |
| | CRA | Marcello Varela | (Ramal: 3506) |

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

| |
|-----------------------------------|
| Ana Júlia Carepa – PT/ PA |
| Eduardo Suplicy – PT/SP |
| Fátima Cleide – PT/RO |
| Flexa Ribeiro – PSDB/PA |
| Luiz Otávio – PMDB/PA |
| Demóstenes Torres – PFL/GO |
| Serys Shessarenko – PT/MT |
| Sibá Machado – PT/AC |

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 2. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 4. Demóstenes Torres – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. José Jorge – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 6. Roseana Sarney – PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. João Batista Motta – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Alvaro Dias – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 9. Leonel Pavan – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 10. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 11. Teotonio Vilela Filho – PSDB |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Maguito Vilela |
| Gilberto Mestrinho | 6. Gerson Camata |
| Valdir Raupp | 7. Almeida Lima |
| José Maranhão | 8. Gilvam Borges |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aloizio Mercadante – PT | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Ana Júlia Carepa – PT | 2. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Eduardo Suplicy – PT | 4. Roberto Saturnino – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 5. Flávio Arns – PT |
| João Ribeiro - PL | 6. Sibá Machado – PT |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 7. Serys Slhessarenko – PT |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Jefferson Péres |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Arthur Virgílio – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 4. Lúcia Vânia – PSDB |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 2. (vago) ⁽³⁾ |
| Ney Suassuna ⁽¹⁾ | 3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Sibá Machado – PT | 2. Roberto Saturnino – PT |
| PDT | |
| | |

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Rodolpho Tourinho - PFL | 1. (vago) |
| Edison Lobão – PFL | 2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Eduardo Azeredo – PSDB |
| PMDB | |
| Luiz Otávio | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Sérgio Cabral | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. (vago) ⁽¹⁾ |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾ |
| Paulo Octávio – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Lúcia Vânia - PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Valdir Raupp |
| Pedro Simon | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Eduardo Suplicy – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 2. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PTB |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ |
| PDT | |
| | |

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Romero Jucá | 1. Ney Suassuna |
| Valdir Raupp | 2. Maguito Vilela |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 2. Delcídio Amaral – PT |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Marco Maciel – PFL | 1. Heráclito Fortes – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 3. Demóstenes Torres – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 4. Romeu Tuma – PFL |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 5. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Papaléo Paes |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Teotônio Vilela Filho – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| Romero Jucá | 2. Ramez Tebet |
| Valdir Raupp | 3. José Maranhão |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Maguito Vilela |
| (vago) ⁽³⁾ | 6. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Antônio Carlos Valadares – PSB | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Flávio Arns – PT | 2. Magno Malta – PL |
| Ideli Salvatti – PT | 3. Eduardo Suplicy – PT |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾ | 4. Fátima Cleide – PT |
| Paulo Paim – PT | 5. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 6. (vago) ⁽⁵⁾ |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Cristovam Buarque |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Lúcia Vânia – PSDB | 1. Leonel Pavan - PSDB |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾ | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Paulo Paim - PT | 2. Flávio Arns – PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 1. Flexa Ribeiro - PSDB |
| | 2. Romeu Tuma - PFL |
| PMDB | |
| Papaléo Paes ⁽³⁾ | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Mão Santa | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Paulo Paim - PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 1. Lúcia Vânia – PSDB |
| (vago) ⁽⁴⁾ | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| PMDB | |
| Papaléo Paes ⁽³⁾ | 1. Mão Santa |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Paulo Paim – PT |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | |
| PDT | |
| | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Romeu Tuma – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 3. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| José Jorge – PFL | 5. Rodolpho Tourinho – PFL |
| João Batista Motta - PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Alvaro Dias – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 8. Leonel Pavan – PSDB |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾ | 9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB) |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Luiz Otávio |
| Ney Suassuna | 2. Gilvam Borges |
| José Maranhão | 3. Sérgio Cabral |
| Romero Jucá | 4. Almeida Lima |
| Amir Lando | 5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB) |
| Pedro Simon | 6. Garibaldi Alves Filho |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aloizio Mercadante – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Eduardo Suplicy – PT | 2. Paulo Paim – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 3. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Magno Malta – PL | 4. Patrícia Saboya Gomes - PSB |
| Ideli Salvatti – PT | 5. Sibá Machado – PT |
| Antônio Carlos Valadares – PSB | 6. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Serys Slhessarenko – PT | 7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. (vago) |
| César Borges – PFL | 2. (vago) |
| Tasso Jereissati – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| PMDB | |
| Pedro Simon | 1. (vago) |
| Garibaldi Alves Filho | 2. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Serys Slhessarenko – PT | 1. Sibá Machado – PT |
| (vago) | 2. Fernando Bezerra – PTB |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. Roseana Sarney – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. César Borges – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria) |
| Edison Lobão – PFL | 5. Marco Maciel – PFL |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾ | 6. Romeu Tuma – PFL |
| Teotonio Vilela Filho – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB) | 8. Sérgio Guerra – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 9. Lúcia Vânia – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 10. Juvêncio da Fonseca – PSDB |
| PMDB | |
| Wellington Salgado de Oliveira | 1. Amir Lando |
| Ney Suassuna | 2. Garibaldi Alves Filho |
| Valdir Raupp | 3. Gilvam Borges |
| Gerson Camata | 4. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Cabral | 5. Mão Santa |
| José Maranhão | 6. Luiz Otávio |
| Maguito Vilela | 7. Romero Jucá |
| Gilberto Mestrinho | 8. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. (vago) ⁽⁶⁾ |
| Paulo Paim – PT | 2. Aloizio Mercadante – PT |
| Fátima Cleide – PT | 3. Fernando Bezerra – PTB |
| Flávio Arns – PT | 4. Delcídio Amaral – PT |
| Ideli Salvatti – PT | 5. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Roberto Saturnino – PT | 6. Magno Malta – PL |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾ |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 8. João Ribeiro – PL |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. (vago) |

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. Maria do Carmo Alves - PFL |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾ | 2. Romeu Tuma – PFL |
| Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾ | 3. Edison Lobão – PFL |
| Leonel Pavan - PSDB | 4. Reginaldo Duarte - PSDB |
| PMDB | |
| Sérgio Cabral | 1. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Valdir Raupp | 2. Luiz Otávio |
| Wellington Salgado de Oliveira | 3. (vago) |
| (vago) ⁽⁷⁾ | 4. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Paulo Paim – PT |
| (vago) | 2. Flávio Arns – PT |
| Aelton Freitas – PL | 3. (vago) |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 4. (vago) |

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Marco Maciel – PFL | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| (vago) ⁽³⁾ | 2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) |
| Lúcia Vânia – PSDB | 3. Eduardo Azeredo – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Gilberto Mestrinho |
| Wellington Salgado de Oliveira | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Valdir Raupp | 3. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Flávio Arns – PT | 2. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Aelton Freitas – PL |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Jorge Bornhausen – PFL |
| César Borges – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾ | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Teotonio Vilela Filho - PSDB | 4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾ |
| Arthur Virgílio – PSDB | 5. Leonel Pavan – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 6. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Gilvam Borges | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Gerson Camata | 3. Sérgio Cabral |
| Valdir Raupp | 4. Amir Lando |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 5. Mão Santa |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Ana Júlia Carepa – PT | 2. Fátima Cleide – PT |
| Sibá Machado – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| João Ribeiro - PL | 4. Ideli Salvatti – PT |
| Serys Slhessarenko – PT | 5. Flávio Arns – PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| (vago) | 1. (vago) |
| Leonel Pavan – PSDB | 2. (vago) |
| PMDB | |
| Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾ | 1. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 2. (vago) |
| PDT | |
| | |

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| (vago) | 1. (vago) |
| Leonel Pavan – PSDB | 2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾ |
| PMDB | |
| (vago) | 1. Luiz Otávio |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. (vago) |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| (vago) ⁽⁶⁾ | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| José Agripino – PFL | 4. (vago) |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB | 6. Arthur Virgílio – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Alvaro Dias – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ | 1. Luiz Otávio |
| Maguito Vilela | 2. (vago) ⁽⁷⁾ |
| José Maranhão | 3. Mão Santa |
| Sérgio Cabral | 4. (vago) ⁽²⁾ |
| Garibaldi Alves Filho | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Magno Malta - PL |
| Fátima Cleide – PT | 2. Sibá Machado – PT |
| Ana Júlia Carepa - PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾ | 4. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Paulo Paim – PT | 5. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma – PFL | 1. Heráclito Fortes – PFL |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| (vago) | 3. (vago) |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 1. Luiz Otávio |
| Mão Santa | 2. José Maranhão |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Paulo Paim – PT | 1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma – PFL | 1. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Lúcia Vânia – PSDB | 2. Sérgio Guerra – PSDB |
| (vago) | 3. (vago) |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾ | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Sérgio Cabral | 2. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. (vago) |
| Flávio Arns – PT | 2. Paulo Paim – PT |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 2. Edison Lobão – PFL |
| José Agripino – PFL | 3. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Rodolpho Tourinho – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Alvaro Dias – PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. Lúcia Vânia – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Ramez Tebet |
| Pedro Simon | 2. Valdir Raupp |
| Mão Santa | 3. Romero Jucá |
| Wellington Salgado de Oliveira | 4. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Gerson Camata | 5. (vago) ⁽¹⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL) | |
| Serys Slhessarenko – PT | 1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ |
| Eduardo Suplicy – PT | 2. (vago) ⁽⁶⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 3. Aelton Freitas – PL |
| Roberto Saturnino – PT | 4. Ana Julia Carepa – PT |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 5. Fernando Bezerra – PTB |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Wellington Salgado de Oliveira | 1. João Batista Motta ⁽²⁾ |
| Mão Santa | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ | 2. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma - PFL | 1. Marco Maciel - PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 2. Flexa Ribeiro - PSDB |
| PMDB | |
| Valdir Raupp | 1. Ney Suassuna |
| Pedro Simon | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa -PT | 1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 2. Aelton Freitas - PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 2. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. Jonas Pinheiro – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB | 8. Papaléo Paes – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 9. Arthur Virgílio – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Romero Jucá |
| Alberto Silva | 2. Luiz Otávio |
| Valdir Raupp | 3. Pedro Simon |
| Ney Suassuna | 4. Maguito Vilela |
| Gilberto Mestrinho | 5. Wellington Salgado |
| Mão Santa | 6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Delcídio Amaral – PT | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Magno Malta – PL | 2. Paulo Paim – PT |
| Roberto Saturnino – PT | 3. Fernando Bezerra – PTB |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 4. Fátima Cleide – PT |
| Serys Slhessarenko – PT | 5. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Sibá Machado – PT | 6. Flávio Arns – PT |
| Aelton Freitas – PL | 7. João Ribeiro - PL |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Demóstenes Torres – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 4. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 5. Lúcia Vânia – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 6. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho | 1. Ney Suassuna |
| Sérgio Cabral | 2. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Luiz Otávio |
| José Maranhão | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Fátima Cleide – PT | 2. Delcídio Amaral – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 3. Sibá Machado – PT |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 4. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 5. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Lúcia Vânia – PSDB | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| Jonas Pinheiro – PFL | 4. Edison Lobão – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Heráclito Fortes – PFL | 6. Rodolpho Tourinho – PFL |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| Pedro Simon | 2. Romero Jucá |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 3. Amir Lando |
| Gerson Camata | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Serys Slhessarenko – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. Delcídio Amaral – PT |
| Sibá Machado – PT | 3. Magno Malta – PL |
| Ana Júlia Carepa – PT | 4. Sérgio Zambiasi – PTB |
| João Ribeiro - PL | 5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Cristovam Buarque |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

| BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) | | | | | |
|--|----|-------|---|----|-------|
| Titulares | UF | Ramal | Suplentes | UF | Ramal |
| Demóstenes Torres (PFL) | GO | 2091 | 1. Jonas Pinheiro ² (PFL) | MT | 2271 |
| Sérgio Guerra (PSDB) | PE | 2382 | 2. César Borges (PFL) | BA | 2212 |
| Heráclito Fortes (PFL) | PI | 2131 | 3. Mª do Carmo Alves (PFL) | SE | 1306 |
| Juvêncio da Fonseca ² (PSDB) | MS | 1128 | 4. Leonel Pavan ² (PSDB) | SC | 4041 |
| Paulo Octávio (PFL) | DF | 2011 | 5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB) | AL | 4093 |
| Antero Paes de Barros (PSDB) | MT | 4061 | 6. Arthur Virgílio (PSDB) | AM | 1413 |
| PMDB | | | | | |
| Wellington Salgado de Oliveira ⁵ | MG | 2244 | 1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão | TO | 2073 |
| João Alberto Souza | MA | 1415 | 2. Alberto Silva | PI | 3055 |
| Ramez Tebet | MS | 2222 | 3. Valdir Raupp | RO | 2252 |
| Luiz Otávio | PA | 3050 | 4. Geovani Borges ⁶ | AP | 1712 |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) | | | | | |
| Sibá Machado (PT) | AC | 2184 | 1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷ | SP | 3213 |
| Ana Júlia Carepa (PT) | PA | 2104 | 2. (Vago) | | |
| Fátima Cleide (PT) | RO | 2391 | 3. (Vago) | | |
| PDT | | | | | |
| Jefferson Péres | AM | 2063 | 1. Augusto Botelho | RR | 2041 |
| PTB | | | | | |
| Mozarildo Cavalcanti | RR | 4078 | 1. Valmir Amaral | DF | 1961 |
| Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) | | | | | |
| Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | | | | | 2051 |

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

| | |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PFL-SP) | Corregedor |
| Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ² | 1º Corregedor Substituto |
| Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴ | 2º Corregedor Substituto |
| Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³ | 3º Corregedor Substituto |

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| Ramez Tebet (PMDB-MS) | PMDB e Bloco de Apoio ao Governo |
| Demóstenes Torres (PFL-GO) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Alvaro Dias (PSDB-PR) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Fátima Cleide (PT-RO) | Bloco de Apoio ao Governo |
| Amir Lando (PMDB-RO) | PMDB |

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

| |
|---|
| PMDB |
| Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB |
| PFL |
| Senadora Roseana Sarney (MA) |
| PT |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT) |
| PSDB |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| PDT |
| Senador Augusto Botelho (RR) |
| PTB |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS) |
| PSB |
| Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB |
| PL |
| Senador Magno Malta (ES) |
| PPS |
| Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB |

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|--|--|
| <u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP) | <u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) |
| <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) | <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC) |
| <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI) | <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) |
| <u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE) | <u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB) |
| <u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) | <u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| <u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) | <u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF) |
| <u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL) | <u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS) | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ) |

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|---|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ² | EMANUEL SOARES CARNEIRO ² |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | GILBERTO CARLOS LEIFERT | ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ² |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | PAULO R. TONET CAMARGO | SIDNEI BASILE ² |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | FERNANDO BITTENCOURT ² | ROBERTO DIAS LIMA FRANCO |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³ | (VAGO) |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO | MÁRCIO LEAL |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ² | STEPAN NERCESSIAN ² |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ² | ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ² |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | DOM ORANI JOÃO TEMPESTA | SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ARNALDO NISKIER | GABRIEL PRIOLLI NETO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO | PHELIPPE DAOU |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ROBERTO WAGNER MONTEIRO ² | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ² |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO | PAULO MARINHO |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

| | |
|---|---|
| Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI | Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON |
| Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA | Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI |

MEMBROS NATOS

| | |
|---|--|
| Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal | Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados |
|---|--|

SENADORES

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------|------------------|
|------------------|------------------|

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

| | |
|---------------------------|------------------------------|
| JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC) | 1. JOSÉ JORGE (PFL/PE) |
| PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) | 2. ROMEU TUMA (PFL/SP) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE) | 3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) |

PMDB

| | |
|-----------------------|------------------------------------|
| PEDRO SIMON (PMDB/RJ) | 1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ) |
| RAMEZ TEBET (PMDB/MS) | 2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO) |

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

| | |
|--------------------------|-----------|
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS) | 1. (vago) |
| EDUARDO SUPLICY (PT/SP) | 2. (vago) |

PDT

| | |
|--------|-----------|
| (vago) | 1. (vago) |
|--------|-----------|

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 1. (vago) |
|-----------------------------------|-----------|

DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------|------------------|
|------------------|------------------|

PT

| | |
|----------------------|--------------------------------|
| DR. ROSINHA (PT/PR) | 1. MANINHA (PSOL/DF) |
| MAURO PASSOS (PT/SC) | 2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS) |

PMDB

| | |
|--------------------------|------------------------------|
| EDISON ANDRINO (PMDB/SC) | 1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR) |
|--------------------------|------------------------------|

Bloco PFL/Prona

| | |
|-------------------------|--------------------------------|
| GERVÁSIO SILVA (PFL/SC) | 1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) |
|-------------------------|--------------------------------|

PSDB

| | |
|--------------------------|---------------------------|
| JÚLIO REDECKER (PSDB/RS) | 1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ) |
|--------------------------|---------------------------|

PP

| | |
|---------------------------|-----------------------------|
| LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC) | 1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) |
|---------------------------|-----------------------------|

PTB

| | |
|-----------------------------|---------------------------------|
| FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ) | 1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP) |
|-----------------------------|---------------------------------|

PL

| | |
|------------------------|-------------------------|
| OLIVEIRA FILHO (PL/PR) | 1. PAULO GOUVÊA (PL/RS) |
|------------------------|-------------------------|

PPS

| | |
|------------------------|----------------------------|
| JÚLIO DELGADO (PSB/MG) | 1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP) |
|------------------------|----------------------------|

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|--|--|
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ |

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 31,00 |
| Porte do Correio | R\$ 96,60 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 127,60 |

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 62,00 |
| Porte do Correio | R\$ 193,20 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 255,20 |

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-------------------------|
| UG - 020055 | GESTÃO 00001 |
|--------------------|-------------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 188 PÁGINAS